



**UFRRJ**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG

**DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS**

**DA POLÍTICA  
CIENTÍFICA NO  
BRASIL**

**VII  
RAIC  
2019**

REUNIÃO ANUAL DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**23 a 27 SET**

**INSCRIÇÕES**

<http://eventos.ufrrj.br/raic/>

**RESUMOS  
XXIX JIC  
VII SEPTI**

**VOL. V**

Apoio:



**Reitor**

RICARDO LUIZ LOURO BERBARA

**Vice-Reitor**

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA LIMA

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO**

ALEXANDRE FORTES

**PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

LÚCIA HELENA CUNHA DOS ANJOS

**Coordenação Geral**

Glauco Favilla Bauerfeldt

Juliana Lobo Paes

Marisa Fernandes Mendes

Ricardo Cordeiro Corrêa

# Coordenadores de Área

## ***Ciências Agrárias***

Irene da Silva Coelho  
Isabele da Costa Angelo  
Murilo Machado de Barros

## ***Ciências Biológicas e Ciências da Saúde***

Jaqueline Rocha Borges dos Santos  
David do Carmo Malvar

## ***Ciências Exatas e da Terra e Engenharias***

Madelon Rodrigues Sá Braz  
Orlando dos Santos Pereira

## ***Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicada e Letras, Linguísticas e Artes***

Naara Luna  
Biancca Scarpeline de Castro  
Edméa Oliveira dos Santos  
Flora Daemon

## ***Multidisciplinar***

Juliana Lobo Paes  
Marisa Fernandes Mendes

## ***Instituto Multidisciplinar***

Andreia da Gomes da Cruz  
Aline de Carvalho Moura  
Edileuza Dias de Queiroz

## ***Instituto Três Rios***

Michaele Alvim Milward de Azevedo

# ANAIS

VII Reunião Anual de Iniciação Científica  
RAIC 2019 - UFRRJ

“Desafios e Perspectiva da Política Científica no  
Brasil”

ISSN: 1809-1342

## **Comitê Editorial**

JULIANA LOBO PAES

MARISA FERNANDES MENDES

RICARDO CORDEIRO CORRÊA

GLAUCO FAVILLA BAUERFELDT

BEATRIZ COSTALONGA VARGAS

CAMILA FERREIRA MATOS

CANDIDO BARRETO DE NOVAIS

CHRISTIANE SILVA SOUZA

CRISTIANE FIGUEIRA DA SILVA

DAYANNE ARAÚJO DE MELLO

ELAINE CESAR DO CARMO ASSUMPÇÃO DE SOUZA

GILSONLEY LOPES DOS SANTOS

JONNYS PAZ CASTRO

JÚLIO CÉSAR RIBEIRO

RENATA NAZARÉ VILAS BOAS

ROSIMAR DE SOUZA GOULART

SANDRA SANTANA DE LIMA

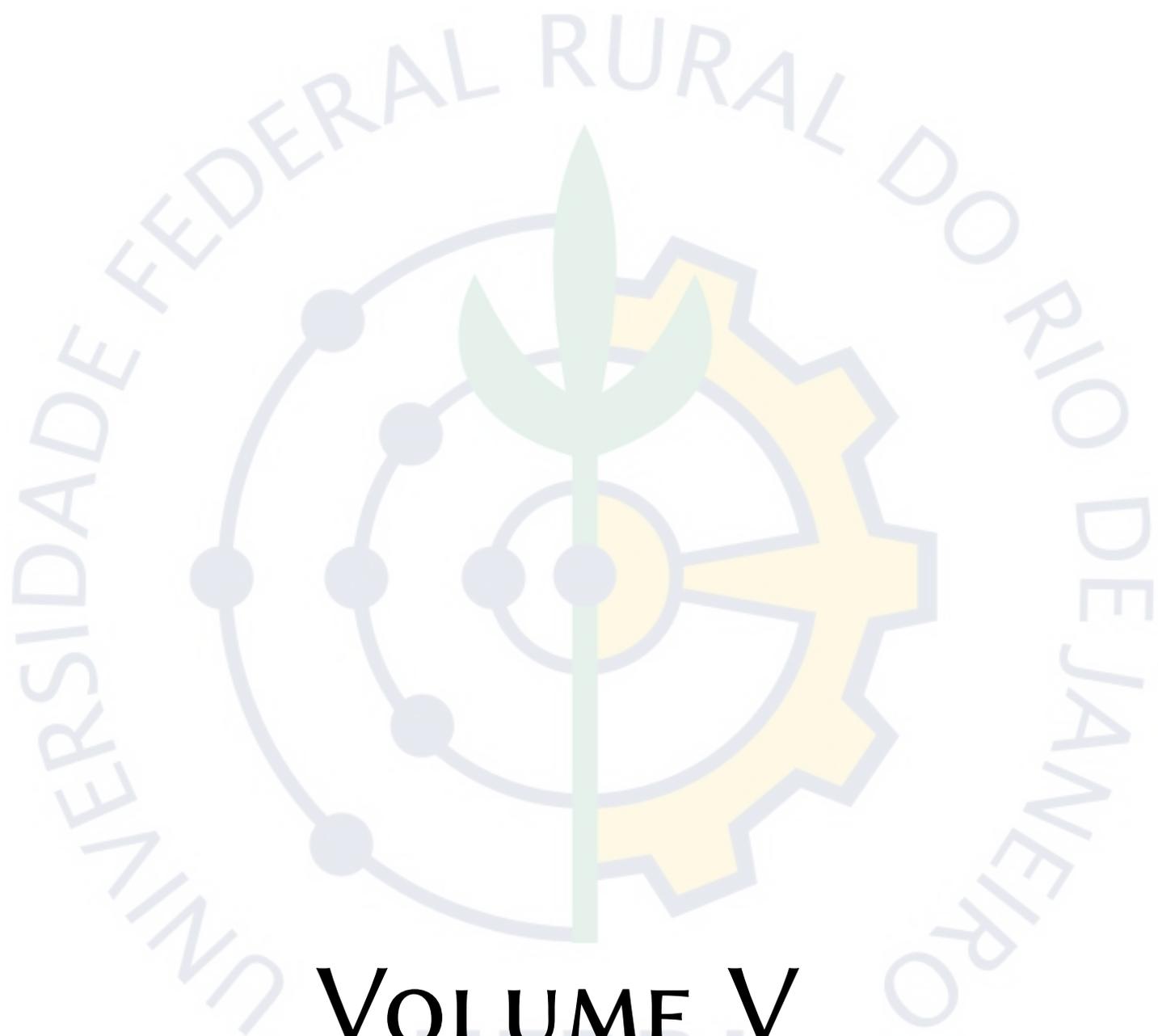
TALITA DE SANTANA MATOS

# *Sumário*

<b>I</b>	<b>Volume I</b>	<b>9</b>
<b>1</b>	<b>Ciências Agrárias</b>	<b>11</b>
<b>II</b>	<b>Volume II</b>	<b>337</b>
<b>2</b>	<b>Ciências Biológicas</b>	<b>339</b>
<b>3</b>	<b>Ciências da Saúde</b>	<b>395</b>

<b>III Volume III</b>	<b>423</b>
<b>4 Engenharias</b>	<b>425</b>
<b>5 Ciências Exatas e da Terra</b>	<b>485</b>
<b>IV Volume IV</b>	<b>583</b>
<b>6 Ciências Humanas</b>	<b>585</b>
<b>7 Linguística, Letras e Artes</b>	<b>733</b>
<b>V Volume V</b>	<b>761</b>
<b>8 Ciências Sociais Aplicadas</b>	<b>763</b>
<b>9 Multidisciplinar</b>	<b>847</b>





# VOLUME V



# *Ciências Sociais Aplicadas*



**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO COMO DIMENSÃO DO ENCONTRO****Douglas Colarés<sup>1</sup>; Anette Araújo<sup>2</sup> & Rejane Moreira<sup>3</sup>**

- 1- Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Jornalismo; 2- Bolsista da PROEXT e participante do projeto, Discente do Curso de Jornalismo; 3- Professora orientadora do DLC/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este projeto buscou pesquisar a dimensão da comunicação em práticas educativas. A partir de algumas experiências vivenciadas no programa Educação Patrimonial em Oriximiná (programa da UFF em parceria com a UFRRJ) propomos, no princípio, traçar perspectivas da relação entre educação e comunicação, utilizando como aportes teóricos a Educomunicação e o gênero leitura crítica de mídia. A Educomunicação proporciona a criação de ambientes democráticos nos processos de ensino e aprendizagem, que transversalizam relações entre professores e alunos. Hierarquias de quem aprende ou ensina são momentaneamente dissolvidas em prol de mediações que auxiliam a construção de projetos coletivos e compartilhados. Nesse cenário, a leitura crítica de mídia proporciona a problematização dos conteúdos midiáticos a partir de experiências de recepção. A pesquisa pretendeu traçar perspectivas teóricas e metodológicas sobre essas mediações e as diversificadas formas de comunicação vivenciadas em grupos – o que foi posteriormente analisado. Desse desejo nasceu, em seis encontros, uma Oficina de Fanzines e Super-heróis. A oficina prática teve por objetivo mais do que produzir um produto, a intenção foi investigar as leituras feitas por alunos e moradores da região de Seropédica sobre produtos massificados de caráter dominante. A observação organizada se constituiu a partir de diversas frentes. Em princípio o projeto foi pensado para ser realizado no CAC e a partir da produção de aulas coletivas, tivemos também a participação dos discente do laboratório de pesquisa em comunicação, junto ao NECOM. Observando a noção de representações sociais e suas relações com arquétipos e estereótipos de super-heróis em múltiplas linguagens, foi feita uma análise dos dados obtidos na oficina. Como resultados preliminares, apreendemos que, ainda que haja um pensamento crítico e entendimento de realidades e de identidades pelos participantes, prevaleceu, na produção das fanzines, a consolidação de padrões hegemônicos de representação. O reforço de modelos excludentes mostra-se tão enraizado que - ainda que discutido e criticado -, se apresenta de forma imperativa nos discursos finais das fanzines. Destaca-se, todavia, que a oficina logrou em discutir aspectos de conceito, contexto e objetivos de discursos. Ainda que os produtos finais apresentem muito mais personagens com representações em detrimento de representatividade, esses dados não podem ser invalidados de forma alguma, pois traduzem (ainda que não estatisticamente) um específico jeito de se ler a mídia.

**Palavras-chave:** Educomunicação; Mediação; Mídia

**Referências Bibliográficas**

- CERTEAU, Michel de - A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. LIBANEJO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.  
SODRE, Muniz, Reinventado a Comunicação. Diversidade, descolonização e Redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

**Comunicação e Educação: práticas e perspectivas da comunicação como dimensão do encontro**

**Douglas Colarés<sup>1</sup>; Anette Araújo<sup>2</sup> & Rejane Moreira<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Jornalismo; 2. Bolsista da PROEXT e participante do projeto, Discente do Curso de Jornalismo; 3. Professora orientadora do DLC/ICHS/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este projeto buscou pesquisar a dimensão da comunicação em práticas educativas. A partir de algumas experiências vivenciadas no programa Educação Patrimonial em Oriximiná (programa da UFF em parceria com a UFRRJ) propomos, no princípio, traçar perspectivas da relação entre educação e comunicação, utilizando como aportes teóricos a Educomunicação e o gênero leitura crítica de mídia. A Educomunicação proporciona a criação de ambientes democráticos nos processos de ensino e aprendizagem, que transversalizam relações entre professores e alunos. Hierarquias de quem aprende ou ensina são momentaneamente dissolvidas em prol de mediações que auxiliam a construção de projetos coletivos e compartilhados. Nesse cenário, a leitura crítica de mídia proporciona a problematização dos conteúdos midiáticos a partir de experiências de recepção. A pesquisa pretendeu traçar perspectivas teóricas e metodológicas sobre essas mediações e as diversificadas formas de comunicação vivenciadas em grupos – o que foi posteriormente analisado. Desse desejo nasceu, em seis encontros, uma Oficina de Fanzines e Super-heróis. A oficina prática teve por objetivo mais do que produzir um produto, a intenção foi investigar as leituras feitas por alunos e moradores da região de Seropédica sobre produtos massificados de caráter dominante. A observação organizada se constituiu a partir de diversas frentes. Em princípio o projeto foi pensado para ser realizado no CAC e a partir da produção de aulas coletivas, tivemos também a participação dos discentes do laboratório de pesquisa em comunicação, junto ao NECOM. Observando a noção de representações sociais e suas relações com arquétipos e estereótipos de super-heróis em múltiplas linguagens, foi feita uma análise dos dados obtidos na oficina. Como resultados preliminares, apreendemos que, ainda que haja um pensamento crítico e entendimento de realidades e de identidades pelos participantes, prevaleceu, na produção das fanzines, a consolidação de padrões hegemônicos de representação. O reforço de modelos excludentes mostra-se tão enraizado que - ainda que discutido e criticado -, se apresenta de forma imperativa nos discursos finais das fanzines. Destaca-se, todavia, que a oficina logrou em discutir aspectos de conceito, contexto e objetivos de discursos. Ainda que os produtos finais apresentem muito mais personagens com representações em detrimento de representatividade, esses dados não podem ser invalidados de forma alguma, pois traduzem (ainda que não estatisticamente) um específico jeito de se ler a mídia.

**Palavras-chave:** Comunicação; Educomunicação; Mediação; Mídia

**Referências Bibliográficas**

- CERTEAU, Michel de - A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LEVY, P. As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo, Editora 34, 2004.
- LIBANEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SODRE, Muniz, Reinventado a Comunicação. Diversidade, descolonização e Redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

**Verificação dos Conceitos da ISO 22.000:2005  
(Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos) em  
Restaurantes de Meio de Hospedagem  
Rafaela Conde Nunes<sup>1</sup> & Elga Batista<sup>2</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Hotelaria, ICHS/UFRJ; 2. Professora do ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

### RESUMO

O conceito de segurança do alimento vem sendo bastante divulgado e estudado nos últimos anos. Esse conceito engloba a ideia de produzir alimentos seguros, ou seja, que não promovam as Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) para os clientes de um serviço de alimentação. A legislação brasileira é vasta em orientações sobre ações para garantir a segurança do alimento, mas, além dessas leis, também podem ser adotados, para sistemas de gestão da qualidade sanitária, os preceitos das normas ISO - *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização), para evitar as doenças transmitidas por alimentos (DTA). Embora os critérios da ISO 22000:2005 não sejam de adoção obrigatória, o objetivo deste projeto é verificar se as recomendações da referida norma são aplicadas em departamentos de A&B em meios de hospedagem situados no estado do Rio de Janeiro; considerando a relevância dessas recomendações para a segurança das refeições produzidas nesses espaços. Para tanto, os hotéis serão visitados para a aplicação de um *checklist*, para identificar a sua adequação à norma ISO 22.000:2005, que aborda aspectos essenciais à produção de alimentos seguros. Destaca-se que as metas deste projeto não envolvem apenas a detecção de não-conformidades nesse sentido, mas também o desenvolvimento de ações de baixo ou nenhum custo como propostas para evitar DTA em restaurantes hoteleiros.

**Palavras-chave:** alimento seguro, gestão da qualidade, serviços de alimentação

### Referências Bibliográficas

International Organization for Standardization (ISO). **ISO 22.000 - Sistemas de gestão de segurança de alimentos**. 2005.

Nunhes, T. V., Barbosa, L. C. F. M., & De Oliveira, O. J. (2016). Identification and analysis of the elements and functions integrable in integrated management systems. **Journal of Cleaner Production**, 142(4), 3225–3235.

Wu, S-L. Factors influencing the implementation of food safety control systems in Taiwanese international tourist hotels. **Food Control** 28 (2012) 265-272.

**PROPOSTAS PARA MINIMIZAR RISCOS OCUPACIONAIS DETECTADOS EM DEPARTAMENTOS DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM HOTÉIS DO RIO DE JANEIRO**Thalita do Prado Barbosa<sup>1</sup>; Elga Batista da Silva<sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Hotelaria, ICHS/UFRJ; 2. Professora do DEDH/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas**RESUMO**

O turismo é um setor que apresenta perspectivas atrativas de negócios e empregos, sendo uma atividade de destaque no Rio de Janeiro; local que ocupa, atualmente, o segundo lugar como destino de negócios no país e o primeiro no *ranking* dos destinos de lazer. Nesse contexto, tornam-se importantes estudos das diversas rotinas de meios de hospedagem (MH) como hotéis, pousadas, *resorts*, *hostels* no estado. Dentre os departamentos que compõem um MH, destaca-se o de Alimentos e Bebidas (A&B), este responsável pela produção de refeições para os hóspedes. Entre as várias atividades de um gestor desse tipo de Departamento, citam-se os cuidados com a saúde dos colaboradores que atuam no setor, inclusive no que tange aos riscos ocupacionais. Riscos ocupacionais (RO) representam a existência de probabilidade de um trabalhador sofrer algum dano resultante de suas atividades profissionais, podendo ser de natureza física, ergonômica, de acidentes, química, comportamental ou biológica. O trabalho avaliou os RO presentes em restaurantes de cinco hotéis do Rio de Janeiro, e propôs a elaboração de um Plano de Ação (PA) do tipo 5W1H para minimizar os impactos desses riscos sobre a saúde do trabalhador. Para tanto, foi elaborado um questionário para entrevistar os colaboradores, contendo perguntas sobre a existência de riscos ergonômicos, de acidentes, químicos e físicos aos quais esses trabalhadores poderiam estar expostos em seu local de trabalho. Esse questionário foi aplicado presencialmente, em visitas previamente agendadas junto aos gestores, realizadas aos meios de hospedagem. Foi possível observar a ocorrência de RO principalmente dos tipos ergonômico e de acidentes. Dentre os colaboradores entrevistados, 21,6% não sentiam dores antes de atuarem em serviços de alimentação; e 40,5% dos mesmos desenvolveram algum tipo de doença/sintoma depois que começaram a trabalhar em departamentos de A&B. Além disso, 32,4% dos colaboradores disseram que já precisaram reportar aos gestores algum tipo de dor ou desconforto. Sobre os acidentes, 100% e 25% dos colaboradores dos gêneros feminino e masculino relataram já terem se acidentado erguendo cargas, respectivamente. Em termos de acidentes com utensílios cortantes, 50% dos entrevistados de ambos os gêneros afirmaram já terem sofrido esse tipo de problema. Foram desenvolvidas análises principalmente para os riscos correlatos aos acidentes, como prevenção de sinistros como queimaduras, queda de objetos sobre o corpo, cortes com facas e outros utensílios cortantes, inalação de produtos químicos, choque elétrico, perfurações, escorregões, quedas e contusões. Concluiu-se que há viabilidade de implementar um PA em restaurantes hoteleiros, considerando os problemas analisados. Entretanto, destaca-se a necessidade de fiscalização por parte dos gestores para cumprir o plano proposto, visto que o mesmo representa uma perspectiva de zelar pela saúde do trabalhador.

**Palavras-chave:** meios de hospedagem; saúde ocupacional; serviços de alimentação.**Referências Bibliográficas**

- AGUIAR, O. B., FONSECA, M. J. M., VALENTE, J. G. Descrição sociodemográfica, laboral e de saúde dos trabalhadores do setor de serviços de alimentação dos restaurantes populares do estado do Rio de Janeiro, 2010, Revista Nutrição, v.23, n.6, p.969-982.
- HORIE, S. Occupational health policies on risk assessment in Japan, Safety and Health at Work, 2010, v. 1, n.1, p.19-28.
- JEONG, B. Y. Cooking processes and occupational accidents in commercial restaurant kitchens. Safety Science, 2015, v.80, p.87-93.

**CRIAÇÃO DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS COM BASE NOS FUNDAMENTOS DE LEAN MANUFACTURING PARA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM****Beatriz Pereira Silva Reis<sup>1</sup> & Elga Batista da Silva<sup>2</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Hotelaria, ICSA/UFRJ; 2. Professor do DEDH/ICSA/UFRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Os conceitos de *Lean Manufacturing* têm sido reconhecidos como pilares para a produção enxuta, tendo como principais focos a redução de qualquer tipo de desperdício associado ao envolvimento do colaborador nesse processo, a partir da conscientização acerca de recursos que são perdidos pela organização, visando aumentar o lucro e reduzir o custo. Assim sendo, a filosofia *Lean* está correlacionada às ações sustentáveis em quaisquer empresas, inclusive os serviços de alimentação coletiva (*food service*), onde podem ser enxergados desperdícios que envolvem não apenas as matérias-primas alimentares, mas também outros recursos essenciais a essa atividade. Embora sejam mais utilizados em outras áreas produtivas, os fundamentos de *Lean* e sua aplicabilidade para o setor de alimentos já foram debatidos em estudos pregressos, que comentaram sobre os benefícios da manufatura enxuta para produtos alimentícios. Entre esses benefícios citam-se, entre outros, o conceito de produção puxada, dependente da demanda do cliente; assim como a redução de despesas inúteis. Nesse contexto, na produção de refeições vem recebendo destaque as ações sustentáveis em restaurantes, que visam, principalmente, minimizar os impactos de quaisquer tipos de desperdício, visando uma produção enxuta, com uso racional de quaisquer recursos. O objetivo desse projeto será desenvolver estratégias para implementar ações sustentáveis em serviços de alimentação (restaurantes), com base nos conceitos de *Lean Manufacturing*. Serão realizadas visitas a restaurantes do estado do Rio de Janeiro, para aplicar um *checklist* para identificar ações sustentáveis, correlatas à gestão *Lean*, envolvendo questões sobre o planejamento das compras valorizando produtores locais, gestão de estoques adequada às peculiaridades dos gêneros alimentícios, planejamento dos cardápios com pratos que utilizam o alimento em sua totalidade, consumo consciente de água e energia elétrica e presença de um plano de gerenciamento de resíduos. Após a realização da etapa de pesquisa de campo, será utilizado o diagrama de *Ishikawa*, uma ferramenta de gestão da qualidade que permite analisar a causa e raiz de irregularidades. O objetivo de aplicar esse diagrama, também denominado como espinha de peixe em função da forma gráfica usada para aplicá-lo, será propor ações sustentáveis nos serviços de A&B estudados. Essas análises serão realizadas tendo como base as informações coletadas durante a etapa de campo da pesquisa. Como exemplos de resultados esperados, citam-se a perspectiva de elaborar propostas de ações sustentáveis nos restaurantes que servirão como campo para o presente projeto, envolvendo desde os pedidos de compras até a produção das refeições, como formas de inserir práticas “verdes” nas rotinas desse tipo de estabelecimento. Um possível destaque nas propostas de melhorias será o uso racional dos recursos da empresa, que reflete na redução de custos com energia elétrica, água, produtos de higiene e gêneros alimentícios.

**Palavras-chave:** gestão da qualidade em alimentos; produção enxuta; sustentabilidade e alimentação.

**Referências Bibliográficas**

- COSTA, L. B. M.; GODINHO FILHO, M.; FREDENDALL, L.D.; PAREDES, F. J. G. Lean, six sigma and lean six sigma in the food industry: A systematic literature review. **Trends in Food Science & Technology**, 2018, v.82, p.122-133
- KWOKA, L.; HUANG, Y. K.; HU, L. Green attributes of restaurants: What really matters to consumers? **International Journal of Hospitality Management**, v.55, p.107–117, 2016.
- SAKAGUCHI, L.; PAK, N.; POTTS, M. D. Tackling the issue of food waste in restaurants: Options for measurement method, reduction and behavioral change. **Journal of Cleaner Production**, v.180, p.430-436, 2018

**EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE VIAJANTES BRASILEIROS NO SEGMENTO DE ENOTURISMO****Natasha Corrêa Guerra<sup>1</sup> & Elga Batista da Silva<sup>2</sup>***1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Agronomia, IA/UFRRJ; 2. Professora do DEDH/ICSA/UFRRJ.*Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas**RESUMO**

O enoturismo é um segmento que envolve os espaços destinados à recepção de visitantes em vinícolas, além de também envolver outras possibilidades como a visitação de museus sobre o vinho, os restaurantes enogastronômicos e os eventos que têm a enologia e a enogastronomia como temas. Considerando as possibilidades que permeiam o universo dos viajantes envolvidos com o enoturismo, esse trabalho objetivou estudar experiências e percepções de viajantes brasileiros sobre o esse tema. Realizou-se uma coleta de dados (via *survey online*) com 22 perguntas, direcionado a brasileiros que já visitaram vinícolas. A presente pesquisa encontra-se em andamento, e os resultados apresentados a seguir são parciais. Foram coletadas, até o presente momento, respostas de 97 participantes, dos quais 86,6% afirmaram já ter viajado tendo como motivo principal a visitação de vinícolas, a degustação de vinhos e a realização de atividades que tinham como foco essa bebida. Com relação aos locais onde as vinícolas visitadas se situavam, 54,6% mencionou terem visitado vinícolas no Brasil e em outros países, 25,8% e 19,6% apenas vinícolas brasileiras e apenas em outros países, respectivamente. As regiões brasileiras mais citadas foram o Vale dos Vinhedos, situado no Rio Grande do Sul, e outras localidades onde também existem atividades de enoturismo na Serra Gaúcha. Sobre as experiências internacionais, foram citados os seguintes países como principais locais de visitação: Argentina, Chile, França, Itália, Hungria, Portugal e Uruguai. Muitos participantes (63,9%) mencionaram preferir conhecer regiões com turismo no segmento de vinhos quando decide um destino para suas viagens. Quando perguntados sobre qual fator, em geral, mais os agradou ao visitar vinícolas, 45,9% dos respondentes mencionaram que a estrutura do estabelecimento como um todo foi o fator mais atrativo, 25,8% apontaram o momento da degustação como ponto alto dessa experiência turística e 21,6% destacaram as informações transmitidas durante a visita como o ponto mais relevante. Sobre onde os viajantes que participaram da pesquisa costumam buscar informações sobre o enoturismo, 45,9% costuma buscar conteúdos em *blogs* sobre esse assunto, *sites* das vinícolas, agências de turismo, entre outros; já 26,8% prefere ter acesso a esse mesmo tipo de informação a partir de amigos, colegas e familiares que já realizaram viagens com esse perfil. Muitos respondentes concordaram totalmente (93,8%) que visitar vinícolas é uma forma de fortalecer o turismo das regiões que possuem esse tipo de atrativo, e 90,7% desses indivíduos concordaram totalmente que esse tipo de visitação contribui com o desenvolvimento (e crescimento econômico) das regiões que possuem esse tipo de atividade. Foi observada uma forte percepção dos viajantes sobre a existência de uma associação entre vinhos e Gastronomia, pois 79,4% desses concorda totalmente que esses dois elementos estão relacionados, e 16,5% concordam parcialmente com essa afirmativa. Observou-se um potencial de valorização do enoturismo entre os respondentes, considerando o interesse destes pelo tema. Essa atividade poderia ser impulsionada através de elementos como uma maior propaganda por parte das vinícolas, e divulgação do enoturismo enquanto atividade que, além desencontrar-se ligada à Gastronomia, pode contribuir para a sustentabilidade local de regiões vitivinícolas.

**Palavras-chave:** Enogastronomia; enologia; sustentabilidade local.**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BYRD, E. T.; CANZIANI, B.; HSIEH, YU-CHIN (JERRIE).; SONMEZ, S.; DEBBAGE, K. Wine tourism: Motivating visitors through core and supplementary services. *Tourism Management*, 52, 2016, p.19-29.
- CARLSEN, J.; BOKSBERGER, P. Enhancing consumer value in wine tourism. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 2015, p.132-144.
- LAMEIRAS, E. T.; MENDES, J. C.; PINTO, P. S.; SILVA, J. A. A segmentação do enoturista: o caso português. *Revista Turismo – Visão e Ação*, 2016. v.18, p.471-497.

## CASAMENTO NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS SOB UMA PERSPECTIVA JURÍDICA E DE GÊNERO

Kananda Jeronimo da Silva<sup>1</sup> e Érica de Aquino Paes<sup>2</sup>

1. Discente do curso de Direito, ICHS/UFRRJ; 2. Professora do curso de Direito, ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

### RESUMO

O presente trabalho trata do casamento na infância e na adolescência, uma prática que acontece no mundo todo e possui grande incidência no Brasil. Para a Convenção Sobre Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil através do Decreto 99.170, de 21 de novembro de 1990, criança é qualquer pessoa com idade abaixo de 18 anos, dessa forma, qualquer união, seja formal ou informal, envolvendo uma das partes com idade inferior a 18 anos é, internacionalmente, definida como casamento infantil, que é o termo mais utilizado por profissionais e pesquisadores em todo o mundo, e, também é utilizado nessa pesquisa. Apesar de o casamento infantil ser vivenciado tanto por meninos quanto meninas, as meninas são desproporcionalmente mais afetadas por esta prática, deixando o Brasil na 4ª colocação no ranking de números absolutos de meninas casadas até os 15 anos, com 877 mil mulheres com idade entre 20 e 24 anos que se casaram antes de completarem os 15 anos de idade e 3 milhões que se casaram antes de completar os 18 anos de idade, conforme a pesquisa *“Ela vai no meu barco” Casamento na infância e adolescência no Brasil* realizada pela Universidade Federal do Pará (UFP) entre 2013-2015 em parceria com o Instituto Promundo e a Plan Internacional Brasil. Outrossim, insta salientar que, essas crianças do sexo feminino que engrossam o número de uniões precoces no nosso país, fazem parte da parcela mais pobre da nossa sociedade. Diante da falta de escolaridade, fome, trabalho infantil, além dos discursos de gênero que colocam as mulheres em condições de domínio masculino, a menina não tem outra opção que não seja se unir a um homem mais velho que irá prover o seu sustento e, em tese, a tiraria da pobreza, ou a libertaria de algum tipo de violência que sofria enquanto residia com os seus genitores. Apesar de ter números alarmantes, o Brasil é omissos na criação de políticas públicas que tratem do casamento infantil, deixando a sociedade sem informação oficial, isto é, sem o conhecimento de que aquela prática na verdade é uma violação aos direitos dos infantes, ou seja, a negligência do Estado implica na violação dos direitos humanos, na violação da pessoa humana, na negativa dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e na ineficácia das normas de proteção destinadas a eles. Diante do exposto, o trabalho analisa as práticas em torno do casamento infantil e na adolescência no Brasil, bem como, as suas consequências na vida de seus componentes, tendo em vista os recortes de gênero e classe, para fins de identificar os principais fatores que levam meninas de todas as partes do Brasil a constituírem um casamento, muitas vezes informal, antes da idade mínima permitida pelo Código Civil (18 anos), levando em consideração as lacunas na legislação brasileira e as normas sociais que legitimam e normalizam essa união precoce, que gera situação de risco, violência e vulnerabilidade as crianças e adolescentes.

**Palavras-chaves:** Casamento infantil; direito da criança e do adolescente; violação; direitos humanos.

### Referências Bibliográficas

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 10 ed. Ver., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

TAYLOR, A. Y., LAURO, G., SEGUNDO, M., Greene, M. E. *“Ela vai no meu barco.” Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto.* Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo&Promundo-US. Setembro 2015. Disponível em:

<<http://promundo.org.br/recursos/ela-vai-no-meu-barco-casamento-na-infancia-e-adolescencia-nobrasil/>> Acesso em: 27 jul. 2019.

**DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ENSINO SUPERIOR:  
AVANÇOS E RETROCESSOS NA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO****Bruna Rosa Muniz da Silva<sup>1</sup>; Luciano do Nascimento Camargo<sup>2</sup>; Rafaela Rosa Chaves Cardoso<sup>3</sup>  
& Vinícius Ferreira Baptista<sup>4</sup>**

1. Discente do Curso de Graduação Administração Pública na UFRRJ; 2. Discente do Curso de Graduação Administração Pública na UFRRJ; 3. Discente do Curso de Graduação Administração Pública na UFRRJ; 4. Professor do Curso de Graduação em Administração Pública ICESA/UFRRJ  
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**Resumo**

Este trabalho tem como finalidade analisar a ocupação de bolsas no Programa Universidade para Todos – PROUNI e investigar como determinadas políticas públicas se desenvolvem, no contexto das desigualdades sociais e da Educação em nível superior, e como tais políticas estão impactando, no âmbito do acesso nesse mesmo ensino, na composição de gênero e raça no período de 2003 a 2016. Para a realização deste estudo, utilizou-se os métodos qualitativo e quantitativo, em que o primeiro tem como objetivo compreender através da coleta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais e o segundo visa quantificar os dados para responder a um questionamento referentes às políticas de educação em nível superior, e a pesquisa é exploratória, visto que consiste em uma metodologia de pesquisa para levantamento bibliográfico, pesquisados e organizados, disponibilizados no portal de Dados Abertos do Ministério da Educação (MEC), via bancos de dados, no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE) do Ministério da Fazenda, no Ministério da Casa Civil, assim como o Portal Dados Abertos. No Ministério da Fazenda, na página da Receita Federal, localizam-se os demonstrativos dos gastos tributários. Com a análise dos dados, observamos que a política do PROUNI vem ampliando o acesso ao ensino superior e que determinados grupos sociais marginalizados foram, a priori, incluídos no ensino supracitado. Por um lado, vemos que existe uma prevalência de mulheres sobre homens no acesso às bolsas nas universidades privadas. Por outro, quando observamos apenas as bolsas concedidas às mulheres, verificamos um lastro de desigualdade que ainda permanece. Entre os resultados que merecem maior destaque, está o predomínio de mulheres brancas sobre as demais raças, a impossibilidade de real identificação sobre mulheres pretas/negras, uma vez que há confusão com as mulheres “pardas”. Ao considerarmos a questão de gênero e as desigualdades sociais, precisamos ponderar a evolução da oferta de bolsas, exclusivamente, no que se refere à ocupação por mulheres. Não sabemos, ao certo, quantas mulheres pretas estão ocupando as bolsas do PROUNI. Por fim, verificamos que as desigualdades que entrelaçam raça, classe social e ocupação em escola pública implicam em diferentes permanências no ensino superior. Compreendemos que o PROUNI possui características de política social mescladas ao desenvolvimento pessoal atrelado pela educação. As três políticas básicas de acesso ao ensino superior (FIES, PROUNI E REUNI) configuram três frentes de ampliação do acesso ao mesmo. Concluímos que estudos são necessários e mais urgente é a necessidade do Ministério da Educação ampliar a base de dados que permita identificar mais elementos no que se refere à renda, às categorias de portadores de necessidades especiais, faixa etária, gênero e não apenas o sexo, para que se possa identificar mais nichos específicos para as políticas públicas.

**Palavras-chave:** Políticas de educação; Ensino superior; PROUNI; Políticas públicas.

**Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm)>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

BRASIL. **Lei nº. 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm)> Acesso em 25 de outubro de 2017.

**DE BRAÇOS ABERTOS: UM OLHAR SOBRE O ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO****Mariana Lobo Menezes Dias<sup>1</sup>; Julianna Silva Gonçalves<sup>2</sup> & Monica Aparecida Del Rio Benevenuto<sup>3</sup>**

1. Bolsista PROEXT, Discente do Curso de Serviço Social, ICSA/UFRRJ; 2. Apoio Técnico/Voluntário, Discente do Curso de Serviço Social, ICSA/UFRRJ; 3. Professora do DEDH/ICSA/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O trabalho aqui apresentado é parte integrante do projeto de pesquisa-ação contemplado pelo programa institucional de bolsa Edital Nº 09/2018 - PROEXT/UFRRJ. A proposta de estudo sobre a condição dos refugiados no estado do Rio de Janeiro foi uma possibilidade de acompanhar o crescimento significativo do número de refugiados no Brasil, mais especificamente na capital do Estado do Rio de Janeiro. Teve o objetivo de investigar como vivem os refugiados nesta cidade, conhecendo e analisando os desafios encontrados para a inserção na sociedade e o acesso aos direitos no contexto social vivido. O público beneficiado pelo projeto foram refugiados, homens e mulheres, jovens e adultos que residem na cidade do Rio de Janeiro, atendidos pelas entidades acolhedoras parceiras da pesquisa.. Através da metodologia participativa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas nas instituições acolhedoras com membros da ONG Cáritas RJ, da Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, juntamente com a Coordenadoria de Migração e Refúgio e ao Comitê Estadual Intersectorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes - CEIPARM, das ONGs Abraço Cultural, MAWON e África do Coração e também com refugiados que se depuseram a responder o formulário *online* disponibilizado na plataforma do *Google*. Buscou-se com a pesquisa, compreender como vivem os refugiados no Rio de Janeiro, focando na questão da cidadania como um direito dos mesmos. Os dados revelaram que as necessidades mais recorrentes entre os refugiados estão relacionadas à autonomia; emprego; saúde; moradia; educação; reconhecimento cultural; entre outros. Dentre os problemas enfrentados destacam-se os preconceitos sofridos por motivos religiosos e raciais. A reação dos mesmos frente aos preconceitos, oscilam entre a conformidade com situação considerada “reações normais”, e a resistência e luta. Foi observado que, mesmo com dificuldades e obstáculos a serem superados, a esperança de (re)construção suas vidas no espaço carioca é uma meta a ser alcançada. Compreende-se que a cidadania plena aos refugiados se concretiza, a partir do momento que os mesmos sejam percebidos como iguais diante das relações sociais. Vale ressaltar a necessidade de mais envolvimento do Estado na promoção e proteção aos direitos da humanidade, a liberdade dos indivíduos e de toda sociedade carioca no acolhimento dos refugiados no Rio de Janeiro. Assim, clamar por direitos iguais a “todos os homens” também inclui clamar por direitos iguais aos homens, mulheres e crianças refugiados, que buscam reconstruir suas vidas em solo brasileiro.

**Palavras chave:** Refugiados; Direitos humanos; Cidadania; Acolhimento.

**Referências Bibliográficas**

DIAS, Mariana Lobo Menezes; REZENDE, Aline do Carmo; SOUZA, Susan Martins; BENEVENUTO, Monica Aparecida Del Rio. Direitos humanos e refúgio no Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 29, n. 2, p. 210-229, 2018.

PESSOAS REFUGIADAS E SOLICITANTES DE REFÚGIO NO BRASIL 2018. Disponível em: <http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/67cfb0b7a5bb4e5a91d6c72b1f5e47f9.pdf>. Acessado em: 22 de jun. de 2019

Secretaria Nacional de Justiça. **Refúgio em Números**. 2018. Disponível em: [http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf). Acesso em: 30 mai.2018.

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ESTRUTURA SOCIAL

Samara Ruzza Som Luciano<sup>1</sup> & Vinícius Ferreira Baptista<sup>2</sup>

1. Bolsista de Iniciação Científica CNPQ, Discente do Curso de Administração Pública, ICESA/UFRRJ; 2. Professor do DAP/ICSA/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

## RESUMO

O trabalho tem como finalidade demonstrar de que forma a violência de gênero está intercalada com outros aspectos sócio-culturais e não deve ser pensada como um fenômeno que apenas diz respeito ao ato violento, mas também a um conjunto de variáveis sociais que incidem diretamente no modo com que a mesma ocorre. Com a análise de dados em relação ao perfil das vítimas, da classificação do ato e o modo de que o mesmo ocorreu, foi possível perceber disparidades nos padrões de denúncias e ocorrências apresentadas quando características em relação a raça, classe social e renda, por exemplo são levadas em consideração. Entre os resultados que merecem maior destaque, está a predominância da raça parda e preta apenas na taxa de homicídios e feminicídios na cidade do Rio de Janeiro e também no Estado, de acordo com o levantamento do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) que é realizado desde 2014. Ainda referente ao que é fornecido pelo ISP, é possível afirmar que, baseados em dados referentes aos anos de 2014 à 2018, não houve diferença considerável no número de denúncias e homicídios. A desigualdade de gênero está presente em diversos cenários, e fazem parte da cultura, ou seja, são comportamentos que fazem parte da estrutura social. Baseado nessa realidade, é possível considerar a violência contra a mulher fruto dessas relações sociais desiguais que são historicamente estabelecidas. A violência contra o gênero não pode ser pensada, no âmbito de formação de políticas públicas, apenas com medidas que resolvam a questão principal, ou seja, o ato violento em relação a vítima, pois esse tipo de delito se origina da desigualdade que é perpetuada em diversos ambientes sociais. Dessa forma, considerando que a violência contra a mulher faz parte de uma estrutura cultural, a necessidade de políticas públicas que visem o reconhecimento das particularidades de cada grupo social é de extrema relevância para que as leis vigentes que tem um caráter punitivo, ou seja, que dizem respeito ao ato violento, tenham mais efetividade. A homogeneização do sexo feminino sem levar em consideração a realidade de cada caso pode ser prejudicial na formação dos problemas que a implementação da política pública deseja solucionar, pois essa escolha resulta na invisibilidade de diversos grupos sociais que são afetados de diferentes maneiras pela falta de equidade de gênero que gera a violência baseada justamente nas concepções em relação a mulher que são construídas na sociedade. Nesse sentido, a violência contra a mulher faz parte de algo sistêmico que sofre interferências de outras características que também devem ser alvo das políticas públicas idealizadas, como maneira de prevenção do ato.

**Palavras-chave:** Violência; Gênero; Desigualdade; Políticas públicas.

## Referências Bibliográficas

- FRASER, Nancy. **Reconhecimento Sem Ética?**. São Paulo: Lua Nova n. 70: 101-138, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2019.
- Young, Iris Marion. **Five Faces of Oppression**. Albany: State University of New York Press, 2014. Disponível em: <<https://www.sunypress.edu/pdf/62970.pdf>> Acesso em 02 ago. 2019.
- INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **ISP Dados Abertos**. Rio de Janeiro: RioSegurança, Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ) <<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Mulher.html>> Acesso em 02 ago. 2019.

**ILHAS DE CALOR: EMPREGO DA ARBORIZAÇÃO NA MELHORIA DO CONFORTO  
TÉRMICO NOS ESPAÇOS URBANOS****Thallison Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup> & Adriana Soares de Schueler<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia Agrônoma, IA/UFRJ; 2. Professora do DAU/IT/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

Nº do protocolo: 801082/2018-8

**RESUMO**

O deficiente ordenamento urbano e territorial junto de seu modelo de desenvolvimento urbano desenfreado contribuiu para que houvesse um aumento na amplitude térmica das metrópoles. De maneira geral as cidades brasileiras são caracterizadas pelo seu crescimento rápido e desordenado que contribui de maneira direta para que haja problemas ambientais mais intensos. Um dos problemas ambientais causados por esse desenvolvimento desenfreado é o fenômeno de ilhas de calor que tem como característica principal uma elevada temperatura média, quando comparada com regiões rurais próximas. Ignorar este assunto faz com que seja comprometida a qualidade de vida do ser humano por isso diversas pesquisas no âmbito acadêmico deram partida em estudos sobre os fenômenos e efeitos causados pelas ilhas de calor e, dentre as pesquisas realizadas já foi revelado que as ilhas de calor são mais intensas em dias claros e calmos (LANDSBERG, 1981). As pautas ambientais nos centros urbanos precisam estar nas pautas das políticas públicas, diante disso, diferentes tipos de modelos têm sido estudados para diminuir o efeito das ilhas de calor nos centros urbanos e, dentre eles temos a utilização da vegetação em residências e prédios comerciais como o uso de telhados verdes, além da inserção de árvores em projetos de pavimentação de vias. A vegetação possui uma importante função na melhoria e estabilidade microclimática devido à redução das amplitudes térmicas, redução da insolação direta, ampliação das taxas de evapotranspiração e redução da velocidade dos ventos. A partir do cenário no qual estamos inseridos, tornou-se necessário a investigação de quais fatores influenciam de maneira significativa para a alteração do microclima nos centros urbanos, com isso elegemos a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) como o centro desse estudo. A partir deste cenário, foi analisado a influência das áreas verdes e arborizadas no comportamento térmico urbano. Neste sentido estudou-se, de maneira experimental, três tipos diferentes de exposição da superfície do solo dentro da campi da UFRRJ em Seropédica, durante quatro períodos diferentes do ano. O monitoramento foi feito com os equipamentos Termovisor FLIR- E63900 e um psicrômetro de bulbo úmido e bulbo seco. A análise foi realizada durante as quatro estações do ano, em escala de abordagem microclimática. Constatou-se por meio de temperatura e umidade do ar obtidos na investigação experimental que a vegetação presente nas áreas urbanas proporciona a criação de ambientes termicamente favoráveis no desenvolvimento de atividades humanas, contribuindo para a melhoria na qualidade da saúde, além de melhorar os espaços urbanos e reduzir gastos com o uso de ar condicionados. Essa qualidade climática nas cidades pode ser alcançada se considerarmos os parâmetros físicos para o ambiente urbano juntamente com os dados ambientais (PEZZUTO, 2007). Diante destes fatos, a alternativa apresentada neste trabalho, visa apresentar propostas para se ter um desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas, melhorar a arborização dos grandes centros, diminuir a quantidade de energia elétrica consumida nos centros urbanos com climatizadores, melhorar a dinâmica do ciclo hidrológico e amenizar a temperatura nos microclimas, estando em comunhão com o que diz a nossa constituição Federal.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável; Urbanização; Desenvolvimento territorial.

**Referências Bibliográficas**

- PEZZUTO, C. C. **Avaliação do ambiente térmico nos espaços urbanos abertos**. Estudo de caso em Campinas, SP. Campinas, SP, 2007.
- LANDSBERG HE. **The urban climate**. Academic, New York, 275 pp, 1981.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

Allana Rodrigues Vieira<sup>1</sup> & Emerson Affonso da Costa Moura<sup>2</sup>

1. Discente do Curso de Direito, ICSA/UFRRJ; 2. Professor do Direito/ICSA/UFRRJ

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas**RESUMO**

O presente resumo visa trabalhar a decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal numa Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº 347 MC/DF. A decisão visou tratar do que concerne ao sistema carcerário brasileiro encontrar-se em contradição com os mandamentos constitucionais e tratados internacionais de direitos humanos os quais o país é signatário. Tal contradição ocorre diante do desrespeito à dignidade humana do custodiado, tendo em vista o Estado não cumprir seu papel de aplicador da pena acatando a integridade física e moral do acatelado. Além do viés político e legal que as finalidades que a pena de prisão possuem, diante das teorias da pena e sua matiz histórica, as circunstâncias violadoras de direitos fundamentais se dão devido a superlotação carcerária, às condições desumanas de custódia, e às falhas estruturais, que dão, por seguida, ensejo para a violação massiva de direitos fundamentais. Diante deste cenário, a ADPF em análise foi requerida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) contra a União, representada na pessoa dos seus procuradores, tendo em vista que a competência constitucional para dispor sobre direito penitenciário é dos entes estaduais. A ADPF em apreço, além de tratar das questões que envolvem a dignidade humana, como elencado acima, tratou também das violações que envolvem o fundo penitenciário nacional, dado ao contingenciamento de verbas evidente. Ainda, trabalhou a temática das audiências de custódia e sua observância obrigatória devido ao Brasil ser signatário da Convenção Interamericana de Direitos Humanos. O relator desta ADPF foi o Min. Marco Aurélio, e, em medida cautelar, a maioria dos votos foi por maioria em deferir à tutela requerida, determinando que os juízes e tribunais observassem o Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos, bem como a Convenção Interamericana de Direitos Humanos para a feição da audiência de custódia em até 90 dias, mas, viabilizando, ainda, que o preso tenha acesso a uma autoridade judiciária em no máximo 24 horas do ato da prisão. Porém, a prática jurídica mostra que, apesar da ocorrência das audiências de custódia no prazo legal, a perspectiva judiciária não tem se modificado, inviabilizando que presos primários, ou criminosos que demonstram pouca lesividade continuem acatelados temporária ou preventivamente, o que dá ensejo à superlotação carcerária, bem como a perpetuação de injustiças, posto que nem todo preso terá seu julgamento em pouco tempo, e, em alguns casos, nem sempre deveriam estar acatelados por serem inocentes. Nesse sentido, o trabalho visa questionar os verdadeiros reflexos da ADPF nº 347 MC/DF na prática jurídica, bem como questionar o papel do STF quanto ao significado de se declarar o estado de coisas inconstitucionais sobre o sistema penitenciário nacional.

**Palavras-chave:** Inconstitucionalidade; sistema carcerário brasileiro; direito constitucional.**Referências Bibliográficas**

Supremo Tribunal Federal STF, ADPF nº 347 MC/DF, 2015, Relator Min. Marco Aurélio, DJ: 09/09/2015, Disponível em [redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665](http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665) Acesso em 09/07/2019.

BARROSO, Luís Roberto. Constituição, democracia e supremacia judicial: direito e política no Brasil contemporâneo, p. 8. Disponível em: [http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2017/09/constituicao\\_democracia\\_e\\_supremacia\\_judicial.pdf](http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2017/09/constituicao_democracia_e_supremacia_judicial.pdf). Acesso em 09/07/2019.

STRECK, Lênio Luiz. Estado de Coisas Inconstitucional é uma nova forma de ativismo. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-out-24/observatorio-constitucional-estado-coisas-inconstitucional-forma-ativismo>. Acesso em 09/07/2019.

PRÁTICAS DE CONSUMO DIGITAL PELOS JOVENS: O CASO DOS SERVIÇOS DE *STREAMING* DE MÚSICACaio Matheus de Souza Ribeiro<sup>1</sup> & Monica Aparecida Del Rio Benevenuto<sup>2</sup>

1. Discente do Curso de Serviço Social, ICSA/UFRRJ; 2. Professora do DEDH/ICSA/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

## RESUMO

O consumo musical a partir dos anos 2010 ficou marcado pela interação e compartilhamento entre ouvintes e difusão em tempo real de conteúdo multimídia. Esses traços decorrem da ascensão tecnológica, facilitadora de um tipo de desenvolvimento ampliado nos espaços digitais que, no consumo musical, tem apoio nos chamados novos processos personalizados proporcionados por canais auditivos (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2014). A prática de escutar música, cada vez mais plural e disseminada, é possível em qualquer lugar e momento (LEVY, 2011). Observando a preferência crescente entre jovens pelas plataformas de *streaming* para acessar conteúdo musical, foi empreendida uma pesquisa visando analisar essa relação entre a juventude e tais práticas de consumo sobre a música que, como qualquer outro aspecto da vida social, é submetida à lógica de mercantilização e vendida como um produto. Desse contexto, se questiona o desejo pela propriedade da música que estaria dando lugar ao seu acesso, intermediado por plataformas populares como o Spotify (CAETANO, 2016). Os serviços possuem um custo mensal fixo correspondente a planos de acesso ilimitado ao seu catálogo de artistas e a conteúdos exclusivos e personalizados, numa tentativa de fidelizar sua clientela. Essa dinâmica determina o acesso temporário à cultura – desfruta dela quem pode pagar pelo serviço. O objetivo da pesquisa foi produzir uma análise sobre como esses serviços redimensionaram o desejo de jovens pelo acesso à música em vez de sua propriedade em suporte físico (CDs, etc.) ou digital (*downloads*) a partir de estratégias de mercado, fidelização e dependência. Para tanto, foi formulado e veiculado um questionário com perguntas fechadas e abertas, via Formulários Google, a fim de avaliar o que esse processo de adesão aos serviços representa para jovens de 15 a 29 anos (Estatuto da Juventude), ficando à disposição por 5 dias na internet. Houve um retorno de 36 respondentes, majoritariamente jovens-jovens (18 a 24 anos). Os dados que possibilitaram traçar um perfil socioeconômico, no qual a maioria possui renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e mora com a família. As informações obtidas possibilitaram apreender a imersão nos serviços de *streaming* por esses jovens que, em sua maioria, não nasceram na era digital mas se desenvolveram nela, o que conforma experiências distintas de consumo musical, desvelando novas possibilidades. Os aplicativos dos serviços pagos configuram uma resposta da indústria fonográfica para superar o compartilhamento gratuito de músicas entre pessoas (*download* ilegal), abandonado pela maioria dos pesquisados por conta da facilidade proporcionada pelas interfaces dos aplicativos. Além da oferta principal, os mecanismos de sugestões musicais por algoritmos parece ser a observação positiva mais comum nas respostas abertas. Não é apenas o público jovem que faz uso dessas plataformas, porém, ficou nítido o interesse delas em fornecer um serviço voltado para um público que é engajado com as novas tecnologias e possui necessidades decorrentes do contato com elas, nesse caso, o jovem. A maioria afirmou não abrir mão do *streaming* para ouvir música, mesmo recorrentemente transferindo o custo a familiares e outros vínculos para satisfazer o desejo de consumir produzido pela dependência do serviço.

**Palavras-chave:** Streaming; música; juventude; consumo digital.

## Referências Bibliográficas

- CAETANO, Miguel Afonso. Spotify e os piratas: Em busca de uma "jukebox celestial" para a diversidade cultural. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 109, maio 2016, pp. 229-250.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora 34, 2011.
- OLIVEIRA, Cristiano Nascimento; ARAÚJO, Leonardo Trindade. Novas experiências de consumo musical em serviços de streaming: uma análise das dinâmicas do aplicativo Spotify. *Anais do IV Congresso Internacional em Comunicação e Cinema*, São Paulo, 8 a 10 de outubro de 2014.

## O HABITAR NO CAMPUS SEROPÉDICA DA UFRRJ

Luiz Philipe Santos da Silva <sup>1</sup> ; Jonathan Pereira <sup>2</sup> & Claudio Antonio Santos Lima Carlos <sup>3</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Jonathan Pereira, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 3. Professor do DAU/IT/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

## RESUMO

A presente pesquisa tem por principal objetivo identificar e analisar, a partir da documentação histórica relacionada à construção do Campus Seropédica, os projetos de residências para professores, alunos e funcionários, no campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no período 1938-1948. A ideia de propor a presente pesquisa surgiu a partir do projeto de conservação preventiva e digitalização do acervo de plantas originais da construção do Campus Seropédica da UFRRJ, apoiado pela FAPERJ, no período 2013-2016. A iniciativa viabilizou a construção do Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos (LabDoc), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ (PROPPG), cujo acervo, atualmente em fase de conservação preventiva e catalogação, constitui-se em rica fonte de pesquisa sobre o campus Seropédica, guardando os projetos que lhe deram origem, especialmente os residenciais. Como base teórica da análise proposta, a pesquisa se utilizou do conceito de *habitar* presente no pensamento de Martin Heidegger, Norberg-Schulz, Pallasmaa, dentre outros, para resgatar e compreender o *modus vivendi* dos habitantes originais do campus. Buscou-se identificar, na documentação histórica citada, atualmente em processo de conservação preventiva, os projetos originais dessas edificações e digitalizar as respectivas informações, produzindo modelos 3D, plantas humanizadas e um pôster demonstrativo das tipologias residenciais originalmente projetadas para o campus que exibem uma rígida hierarquização tipológica, variando das mais simples às mais elaboradas e confortáveis, conforme o status funcional do seu ocupante. Desta forma, foram identificadas as tipologias para funcionários (tipos F1, F2, F4, F5, F6, F7 e F21C), para trabalhadores (Tipo 2, 5 e 9), para Diretores (tipo 27), para Professores Catedráticos (tipo C1). Também foi possível mapear a localização das residências no campus, analisar comparativamente os projetos originais com os estados de conservação atuais, bem como a utilização de algumas edificações remanescentes no campus. Com relação às unidades destinadas aos trabalhadores e funcionários até agora observadas, o uso residencial continua mantido na maior parte delas, apesar de ter imposto descaracterizações nos elementos originalmente projetados, muitas das vezes substituídos ou alterados morfológicamente (vãos, esquadrias, ornamentos etc.). Observam-se também acréscimos resultantes de demandas de seus ocupantes por mais espaço, realizados sem nenhum critério. Em função disso, tornou-se viável a percepção das intenções originais do projeto arquitetônico, especialmente no tocante à habitação e a comparação com o estado atual dessas tipologias, o que viabilizou reflexões e debates. Por outro lado, foi possível também perceber a necessidade de um plano de conservação dessas unidades residenciais do campus que manteria uma harmoniosa relação entre atualização e manutenção de suas principais características originais. A falta deste plano contribuiu, com o passar do tempo, para o comprometimento de suas integridades, o que foi encarado como negativo para a manutenção da ambiência do campus. Tais fatos transferem para o acervo ora trabalhado, um grande valor documental, tendo em vista que poderá embasar, juntamente com outras fontes de informação, futuras intervenções de conservação nesse valioso conjunto arquitetônico que conta uma parte da trajetória do ambiente construído e social do campus Seropédica da UFRRJ.

**Palavras-chave:** Documentação; Conservação; Patrimônio Cultural

**REPRODUÇÃO ASSISTIDA: O DESEJO DE TER FILHO ACIMA DE QUALQUER RISCO****Leicimar da Consolação Moraes<sup>1</sup> & Luciane Moás<sup>2</sup>**

1. Bolsista do Programa PIBIC, Discente do Curso de Direito, ICHS/UFRJ; 2. Professora do DCJ/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Pretende-se com o presente trabalho abordar aspectos controversos sobre o consumo de reprodução medicamente assistida, em especial no que diz respeito aos riscos para a saúde da mulher e da criança que nasce através de alguma técnica reprodutiva, em especial a fertilização in vitro. A revisão bibliográfica realizada sobre o tema (BAZZACO et al, 2014; LEITE, 2014) demonstra que muitas mulheres buscam a reprodução assistida, mas não estão suficientemente informadas sobre as etapas do tratamento, o impacto sobre seus corpos em virtude da hiperestimulação ovariana. Além disso, há outras questões, como por exemplo, as chances de gravidez multigemelar e a probabilidade de internação em UTI neonatal após o nascimento, o armazenamento e o descarte dos embriões que não serão utilizados, bem como os riscos de implantá-los em maior quantidade do que o recomendado, pois quanto maior o número de embriões implantados, maiores serão as chances de obterem um resultado positivo. Para além dos problemas de saúde há também o impacto econômico, seja pelo custo do tratamento - a oferta de reprodução assistida está principalmente na rede privada - seja pela ótica do planejamento familiar, pois criar gêmeos ou múltiplos tem peso financeiro muitas vezes também desconsiderado pelos casais ou pessoas que recorrem às técnicas. Desta forma, antes de iniciar o tratamento, os pacientes assinam um termo de consentimento no qual devem ser esclarecidos todos os aspectos do procedimento, bem como sanadas algumas questões morais e éticas, como por exemplo, o descarte dos embriões ou sua utilização em pesquisas. Ocorre que, em virtude do forte desejo de sucesso do projeto parental, pesquisas mostram que a comunicação entre o profissional da saúde e a paciente ainda é falha. Na tentativa de minimizar os riscos, o Conselho Federal de Medicina, limitou o uso de embriões de acordo com a idade da paciente (Resolução 2.168/2017). Todas essas questões não são novas haja vista tais técnicas serem utilizadas há aproximadamente 40 anos no Brasil. No entanto, até o presente momento não há lei regulamento este ato médico e os projetos de lei também mapeados na nossa pesquisa têm priorizado outros aspectos que serão apresentados no trabalho.

**Palavras-chave:** Reprodução assistida; Fertilização in vitro; Risco; Projetos de lei.

**Referências Bibliográficas**

BAZZACO, Amanda Albertoni; VALELONGO, Pamela Olivieri; MIZIARA, Ivan Diebe BARBOSA, Caio Parente. **Entendimento do consentimento livremente esclarecido na reprodução assistida.** Rev. Bioét. [online]. 2014, vol.22, n.1, pp.134-144.

LEITE, Tatiana Henriques and Henriques, Rodrigo Arruda de Holanda **Bioética em reprodução humana assistida: influência dos fatores sócio-econômico-culturais sobre a formulação das legislações e guias de referência no Brasil e em outras nações.** Physis, Mar 2014, vol.24, no.1, p.31-47.

\_\_\_\_\_. Brasil. (21 de set de 2017). **Normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida.** Acesso em 21 de jul de 2019, disponível em RESOLUÇÃO CFM nº2.168/2017: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168>

**REPRODUÇÃO ASSISTIDA: UMA ANÁLISE ACERCA DA MATERNIDADE TARDIA****Thamires Ferreira Gonçalves<sup>1</sup> & Luciane da Costa Moás<sup>2</sup>**

1. Participante do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PICV), Discente do Curso de Direito, ICHS/UFRJ; 2. Professora do DCJ/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O presente trabalho versa sobre a importância que o tratamento contraceptivo tem para as mulheres que desejam ser mãe tardiamente, através de reprodução médica assistida. Para além de um desejo de ser mãe, o adiamento da maternidade se mostra como uma concretização da autonomia reprodutiva da mulher. Estudos apontam que existe um encontro entre os principais anos na consolidação de uma carreira com os melhores anos para o aparelho reprodutor da mulher gerar um filho. Essa coincidência faz com que as mulheres tenham que escolher, e dependendo da escolha, surge o advento da maternidade tardia (BARBOZA, et al 2007). Pesquisas do IBGE apontam que tal tendência segue crescendo, o percentual de mães com menos de 30 anos diminuiu e com mais segue aumentando. Na atualidade, principalmente em camadas médias e altas da população, mulheres buscam priorizar sua carreira profissional e seus estudos, buscando outras identidades que lhes tragam prestígio social em detrimento da identidade mulher-mãe. Ademais, diferentes estruturas familiares proporcionam um ambiente em que a mulher possa vir a ter o desejo de gerar um filho em um novo casamento. No campo da biomedicina há normas excludentes que interferem na autonomia reprodutiva da mulher, como, por exemplo, a limitação de idade de 50 anos para o uso da técnica de reprodução medicamente assistida, conforme imposto pelo artigo 3º, parágrafo 1º da Resolução de nº 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina. Essa norma atinge diretamente o planejamento familiar da mulher que deseja ser mãe tardiamente, cuja exceção depende de um parecer técnico de um médico especialista na área, retirando da mulher sua autonomia reprodutiva e superando o seu desejo de ser mãe tardiamente (MOÁS e VARGAS, 2018). O trabalho, desenvolvido no contexto do programa de iniciação voluntária, aborda os diversos argumentos que fundamentam a limitação da idade da mulher em diferentes países, e analisa se esta limitação é justificada e encontra amparo constitucional. No Brasil, a normatização sobre as técnicas de reprodução humana assistida é fragmentada e escassa, pois não há lei em sentido formal sobre o assunto, dando margem a dissensos entre médicos e juristas, além de eventuais lacunas e inobservância de princípios constitucionais e garantias fundamentais. Confrontar a restrição imposta pelo Conselho Federal de Medicina com os princípios e direitos constitucionais, também privilegia o debate acadêmico sobre os limites normativos dos balizamentos éticos das resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) que têm reiteradamente infringido importantes direitos.

**Palavras-chave:** Maternidade tardia; reprodução assistida; autonomia reprodutiva; direitos reprodutivos.

**Referências Bibliográficas**

BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. **Maternidade: novas possibilidades, antigas visões.** PSIC. CLIN. , RIO DE JANEIRO, VOL.19, N.1, P.163 – 185, 2007.  
MOÁS, L. C.; VARGAS, E.P. **Reprodução Medicamente assistida: regulações e dimensões do cuidado.** Trabalho apresentado no 18 Congresso Mundial da União Internacional de Antropologia e Ciências Etnológica. Florianópolis, 16 a 10 de julho de 2018.  
Resolução Conselho Federal de Medicina Nº 2168 DE 21/09/2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=352362>. Acessado em: 14/11/2018.

**(DES) CONTINUIDADE NOS ESTALEIROS FLUMINENSES COM A CRISE DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA****Juliana Melo de Moraes<sup>1</sup> & Claudiana Guedes de Jesus<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, DECE/IM/UFRRJ; 2. Professora do DAT/IM/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Essa pesquisa teve como objetivo principal analisar os efeitos da recente crise da indústria naval brasileira identificada, no pós-ano 2015, em especial nos estaleiros fluminenses devido as descontinuidades das políticas governamentais para o setor. Em todo o mundo a indústria de construção naval possui duas características essenciais: dependência de apoio/incentivo estatal para sua permanência e dinamismo cíclico em seu desenvolvimento. No Brasil, a trajetória da indústria naval pesada foi estruturada na década de 1960 e seguiu com ápice em fins da década 1970 início de 1980, crise em fins de 1980 e 1990, recuperação/retomada no princípio do século e mais recentemente essa nova crise. Historicamente, o estado do Rio de Janeiro sempre foi o principal polo da indústria naval no Brasil, aproximadamente 90% dos empregos do setor na região sudeste eram localizados no estado. De acordo com a Federação das Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), entre 2014 e junho de 2018 foram reduzidos de 30 mil para 8.800 os empregos da indústria naval no estado (SINAVAL, 2018). Segundos dados do SINAVAL (2019) entre os anos de 2014 e 2018 aproximadamente 60 mil postos de trabalho naval foram fechados em todo país, e estima-se pelo próprio sindicato que até o final de 2020 caia em torno de 76% os empregos no setor, caso nenhuma medida de incentivo estatal seja tomada pelo governo para reverter o declínio da indústria naval. Essa diminuição das atividades e mesmo o fechamento dos estaleiros além do crescente do desemprego, foram assentados em uma perspectiva de menos encomendas e financiamento por parte da Transpetro/Petrobras definem uma nova fase na indústria naval no país. A base metodológica para essa pesquisa quanti-qualitativa foi a revisão da bibliografia e a análise de dados secundários do setor como volume de emprego pela RAIS/MTE, evolução do Fundo da Marinha Mercante – FMM e outros indicadores setoriais da SINAVAL.

**Palavras-chave:** Indústria Naval; Trabalhadores; Rio de Janeiro.

**Referências Bibliográficas**

DORES, P. B.; LAGE, Elisa S.; PROCESSI, L. D. A retomada da indústria naval brasileira. In: **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**. V. 1, p.274-299, 2012.

JESUS, C. G. Labour in the Brazilian Shipbuilding Industry: a contribution to an analysis on the recovery period. In: VARELA, Raquel; MURPHY, Hugh; VAN DER LINDEN, Marcel. (Org.). **Shipbuilding and Ship Repair Workers around the World**. 1ed.Chicago, Amsterdam: Amsterdam University Press, Chicago Press, 2016, v. 1, p. 477-490.

JESUS, C. G.; SILVA, R. D, Trabalhadores a ver navios: reflexões sobre o mercado de trabalho da indústria naval na região metropolitana do Rio de Janeiro”, **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, vol. 19, São Paulo, 2017, p. 47-68.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DOS MEGAEMPREENHIMENTOS NAS CIDADES DE ITAGUAÍ E SEROPÉDICA À PARTIR DOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, DA TEORIA DA REGULAÇÃO FRANCESA E DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO MULTIDIMENSIONAL

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima<sup>1</sup> & Lamounier Erthal Villela<sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Ciências Econômicas, ICSA/UFRJ; 2. Professor do DeCE/ICSA/UFRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a dinâmica das ações públicas e o papel dos conselhos municipais na gestão dos impactos dos recentes megaempreendimentos nas cidades de Itaguaí-RJ e Seropédica-RJ e utilizou como horizontes os critérios estabelecidos pelas teorias do Desenvolvimento Territorial Sustentável, da Teoria da Regulação Francesa e da Teoria do Desenvolvimento Multidimensional. A metodologia utilizada consistiu na elaboração de indicadores qualitativos acerca do tema, baseados no conceito de Desenvolvimento Sustentável de Perico (os quais se entendem por: coesão social, coesão territorial, sustentabilidade, inclusão econômica e bem estar), utilizando-se de pesquisas bibliográfica, documental, telematizada e de campo (entrevistas estruturadas e aplicação de questionários a conselheiros municipais). A dinâmica socioeconômica dos municípios de Itaguaí e Seropédica se alterou e vem se alterando desde o início dos anos 2000, com o advento dos megaempreendimentos principalmente nas áreas logística/industrial e portuária, e estes fizeram com que houvesse mudanças estruturais nestes municípios, o que justificou então analisar o papel das entidades responsáveis por este aporte para verificar se houve controle social e desenvolvimento econômico, e os resultados demonstraram uma fraca relação de comunicação entre poder público e conselhos municipais, demonstrando falha no modelo de regulação estatal empregado na localidade, fazendo com que, visto que os conselhos municipais são a principal ferramenta de controle social, houvesse, além uma má gestão dos recursos que deveriam ser empregados para a evolução socioeconômica destes municípios, uma monologicidade na criação destes conselhos. A evolução dos índices de desenvolvimento dos municípios cresceu menos que proporcionalmente ao montante de investimentos comprovando que, o modelo de desenvolvimento empregado não é adequado à localidade, e, além disso, revelaram-se falhas na inclusão econômica e geração de empregos pois a maioria dos cargos fixos são ocupados por moradores dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a população local não foi inserida por completo no processo de industrialização, e quando foi, fez-se em cargos pouco significativos economicamente; na sustentabilidade, uma vez que, a atividade de algumas destas empresas dificulta/impossibilita outras atividades econômicas antes compreendidas na localidade, como a pesca na região próxima ao atual Porto de Itaguaí; na coesão social e territorial, uma vez que os espaços de discussão e o papel político dos cidadãos é escondido por um poder público pouco participativo (também demonstrando falha no modelo de regulação); e no bem-estar, pois não houve desenvolvimento significativo cultural, de transportes, ou em qualquer índice de melhoria aparente de qualidade de vida. Logo, dever-se-á buscar adequar o modelo de desenvolvimento local às necessidades sociais extrapoladas pelos conselhos municipais, compreendendo seu papel para a geração de um modelo mais justo que contemple os costumes e tradições locais e possibilite o crescimento econômico mais próximo do manutenção das características dos citados municípios.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Megaempreendimentos; Conselhos municipais; Controle social.

Referências Bibliográficas

- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Editora Garamond, 2000.  
PERICO, R.E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília : IICA, 2009.  
AGLIETTA, Michel. **Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des États-Unis**. FeniXX, 1982.

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI-RJ:  
POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR****Mariára Aparecida Miranda Pinto<sup>1</sup>; Isabelle Germano Coelho Bezerra<sup>2</sup>; Barbara Leandro Monteiro<sup>3</sup>; Anelise Dias<sup>4</sup> & Katia Cilene Tabai<sup>5</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Alimentos, UFRRJ; 2. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Serviço Social, UFRRJ; 3. Ex-discente do Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO, UFRRJ; 4. Professora do IA/UFRRJ; 5. Orientadora do PIBIC. Professora do ICSA/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A concepção das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foram consolidadas com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, que pressupõe diversas ações conjuntas para assegurar o direito de todos ao acesso permanente à uma alimentação adequada, principalmente a soberania alimentar. As principais políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de fortalecimento da agricultura familiar, são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com o intuito de avaliar a relação de tais programas com a agricultura familiar, esta pesquisa objetivou analisar aspectos relativos às políticas intersetoriais de segurança alimentar e nutricional (SAN) no município de Paracambi, localizado no estado do Rio de Janeiro, no período entre agosto de 2018 e julho de 2019. Este estudo é um recorte aprovado pela Comissão de Ética e Pesquisa (COMEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (resolução 466/12, protocolo nº797/2016). Nos anos de 2009 a 2018, o município de Paracambi recebeu do governo federal, um repasse total de aproximadamente 5 milhões de reais para a aquisição de gêneros alimentícios por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Durante esses 10 anos, dentre os 5 milhões destinados à aquisição de alimentos, somente cerca de um quinto desse valor foi realmente direcionado a esse fim. Em 2009, o valor repassado foi de 289.093,20 reais, enquanto que em 2018 esse valor mais que duplicou, totalizando 648.164,00 reais. Entretanto, acerca do PNAE, foi possível observar que o município em estudo não adquiriu alimentos advindos da agricultura familiar nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. Somente a partir do ano de 2013 é que o município passou a adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar, iniciando-se com um percentual de 30% neste ano, e apresentando um acréscimo gradativo em tal percentual nos anos de 2014, 2015 e 2016, com as porcentagens de 37%, 41% e 57,69%, respectivamente. Entretanto, no ano de 2017 notou-se uma significativa redução na aquisição desses gêneros, para aproximadamente 24,08%, percentual inferior aos anos anteriores e exigido pelo programa, que determina que no mínimo 30% dos gêneros alimentícios sejam adquiridos da agricultura familiar. No ano de 2018, tal diminuição foi ainda mais drástica, pois não houveram compras oriundas da agricultura familiar, semelhante aos primeiros anos analisados. Sobre o PAA, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os dados mais atuais de execução do programa são os de 2017, que infelizmente não se apresentam muito positivos no município de estudo, uma vez que constam somente repasses feitos pelo PAA Leite, uma das modalidades desse programa. Portanto, os dados obtidos evidenciam que os programas governamentais e intersetoriais, PNAE e PAA, têm apresentado baixa efetividade no município de Paracambi, demonstrando contribuição bem inferior ao esperado para o fortalecimento da agricultura familiar e não garantindo a soberania alimentar dessa população, em especial ao público destinado a alimentação escolar, quase sempre carente de uma alimentação mais equilibrada e saudável.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Segurança alimentar e nutricional; Agricultura familiar.

**Referências Bibliográficas**

Brasil. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas de assegurar o direito humano à alimentação adequada e dar outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm). Acesso em: 18 de junho de 2019.

CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**, v.8, n.2. 2013. TABAI, K. C.. Segurança alimentar e nutricional no contexto da intersetorialidade. In: Denise R. Perdomo Azeredo. (Org.). **Inocuidade dos Alimentos**. 1ed. São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 19-30.

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR: INTERSETORIALIDADE NO BRASIL E O CASO DE PARACAMBI – RJ**

**Mariára Aparecida Miranda Pinto<sup>1</sup>; Isabelle Germano Coelho Bezerra<sup>2</sup>; Barbara Leandro Monteiro<sup>3</sup>; Anelise Dias<sup>4</sup> & Katia Cilene Tabai<sup>5</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Alimentos, UFRRJ; 2. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Serviço Social, UFRRJ; 3. Ex-discente do Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO, UFRRJ; 4. Professora do IA/UFRRJ; 5. Orientadora do PIBIC. Professora do ICSA/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O agricultor brasileiro tem a árdua tarefa de conduzir o processo de produção e escoamento de seus alimentos, da forma mais justa possível, de modo a garantir inclusive a sua própria segurança e soberania alimentar, de seus familiares e dos consumidores de um modo geral, ainda mais dentro do espaço rural. Tendo em vista a importância da soberania alimentar para os povos, o presente estudo teve por objetivo avaliar o histórico de produção agrícola do município de Paracambi - localizado na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro e verificar a sua relação com a agricultura familiar. Esta pesquisa é um recorte aprovado pela Comissão de Ética e Pesquisa (COMEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (resolução 466/12, protocolo nº797/2016). De acordo com o Censo Agropecuário realizado em 2017, a produção total de gêneros alimentícios em Paracambi incluiu aproximadamente vinte e oito itens distintos, dentre culturas perenes/permanentes (abacate, açaí, banana, café, caqui, coco-da-baía, goiaba, laranja, limão, mamão, maracujá, palmito, pupunha, tangerina) e culturas anuais/temporárias (abacaxi, aipim, abóbora, alho, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, melancia, melão, milho, rami e tomate rasteiro). Das propriedades produtoras, 159 estabelecimentos agropecuários continham agricultura familiar, enquanto que outros 52 estabelecimentos, lamentavelmente não pertenciam a agricultura familiar. Para expressar a precariedade de formalização dos agricultores familiares, pode-se citar um contingente de 178 Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) sendo que dessas, 90 estão ativas e 88 inativas. Entre os anos de 2009 a 2017 observou-se uma redução de 84,3% da área colhida e de 97,3% da produção total no município em estudo. Este decréscimo se reflete diretamente nos números dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional implementados. No quesito faturamento, foi possível notar que dentre os 86 municípios do estado do Rio de Janeiro, Paracambi se encontra na posição 84<sup>o</sup>, uma das últimas colocações, apresentando 140 produtores, 182,50 toneladas de produção colhida, 92,5 hectares de área colhida e faturamento bruto de 300.530,00 reais, valores muito inferiores aos de Teresópolis, município que se encontra como primeiro colocado nesse ranking e que conta com 5.180 produtores, 185.552,82 toneladas de produção colhida, 6.667,52 hectares de área colhida e faturamento bruto de 272.431.534,00 reais. Em Paracambi, o alimento que mais contribuiu com esse faturamento bruto de 300.530,00 reais foi a banana, gerando um total de 196.500,00 reais, sendo vendida por aproximadamente R\$1,40 o quilo, de um contingente de 60 produtores e 138,0 toneladas de produção colhida. Desta forma, apesar de historicamente a região possuir elevado potencial agrícola e o município receber estímulos da prefeitura à agricultura familiar, assim como à agricultura orgânica, o único órgão que atua na assistência técnica e de extensão no município é o estadual, não recebendo tal auxílio técnico municipal, nem federal. Portanto, os dados obtidos nesse estudo evidenciam que a produção agrícola em Paracambi tem sido muito baixa, contribuindo muito pouco para a asseguarção efetiva da soberania alimentar e, conseqüentemente, para o fortalecimento da agricultura familiar. Sugere-se que melhorias sejam feitas nesse setor agrícola.

**Palavras-chave:** produção agrícola; soberania alimentar; agricultura familiar.

**Referências Bibliográficas**

- BEZERRA, I.G.C.; TABAI, K.C. Segurança Alimentar: A Intersetorialidade em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista SODEBRAS**. v.12, edição 145, p.60-66, 2018.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. EMATER-RIO. Acompanhamento sistemático da produção agropecuária. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/tecnica.asp>. Acesso em: 27/05/2019.
- SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAD). **Sistemas e Consultas. Extrato da DAP por CPF, CNPJ, nº da DAP, chave ou município (Extrato DAP)**. 2019. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/sistemas>. Acesso em: 27/05/2019.

**A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DESAFIOS E CONQUISTAS DO COLETIVO DE PAIS E MÃES DA UFRRJ****Juliana da Silva Russo<sup>1</sup>; Brenda Cristina da Silva e Silva<sup>2</sup> & Monica Aparecida Del Rio Benevenuto<sup>3</sup>**

1. Discente do Curso de Serviço Social, ICSA/UFRRJ; 2. Discente do Curso de Serviço Social, ICSA/UFRRJ; 3. Professora do ICSA/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este artigo resulta de uma pesquisa qualitativa realizada com jovens pais e mães da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, residentes do alojamento estudantil que fazem parte do Coletivo de Pais e Mães – COPAMA. O objetivo foi conhecer a história e ações do coletivo, analisando sua luta pela permanência de seus membros nesse espaço. Teve como foco a garantia dos direitos sociais à educação e moradia (BRASIL,1988 - Capítulo II, art. 6º); o direito à convivência familiar (BRASIL,2011 - Capítulo III); a garantia do direito à educação pública de qualidade (BRASIL,2013 - Capítulo II) e a narrativa de pais e mães participantes, sobre suas experiências neste coletivo. A metodologia utilizada consistiu em entrevista com membros do coletivo que foram confrontada com informações do site da universidade, em conjunto com as referências supracitada. Ao analisarmos os dados coletados à luz da legislação direcionada a esse público foi evidente a disparidade entre a Lei vigente e a realidade daqueles que sofrem com a parcialidade das garantias dos direitos, verificada na estrutura precária oferecida por esta Instituição de Ensino, no que se refere à locomoção, carga horária do curso, convívio com professores, falta de espaço de lazer, entre outros. Isto corrobora e firma um discurso direto e silencioso do desmonte sofrido pela educação resultando na concepção de que o lugar desses jovens é longe da academia. Por conta disso, houve a iniciativa da criação do COPAMA na UFRRJ; como uma maneira de politizar o debate e lutar pela viabilização de políticas que contemplassem suas demandas e lhes garantisse o direito à educação e ao convívio com seus filhos. Dentre as conquistas, destacam-se, até o momento, o alojamento exclusivo aos pais e mães, o acesso à alimentação dos filhos no restaurante universitário e auxílio creche. Vale ressaltar que o coletivo percebe que estas conquistas não contemplam todos os estudantes que se encontram nessa situação e não tem garantia de permanência. Este fato tem exigido a manutenção permanente do coletivo nas frentes de lutas na UFRRJ. Outro desafio para o COPAMA é a compatibilização entre o tempo destinado aos estudos e ao exercício da paternidade e da maternidade, o que leva ao esgotamento físico, mental e emocional dos estudantes. A presença do recorte de gênero foi outro fator revelado pelos entrevistados, com forte marca no cotidiano dos membros do COPAMA. Pelo ambiente universitário ser marcado pelo androcentrismo as pautas femininas, como a maternidade e o cuidado com os filhos, são pouco contempladas em debates e ações afirmativas resultando em pequenos avanços que são consequências da organização e mobilização estudantil que, em sua maioria, são destinados aos egressos. Estas ações necessitam contemplar também os jovens pais e mães graduandos. O cotidiano do COPAMA e as dificuldades enfrentadas por seus membros destacam a importância dos coletivos políticos nas universidades, visando, entre outras causas, a garantia da permanência desses estudantes em um lugar que, por Lei, lhes é garantido; somando à luta por uma universidade pública democrática e acessível, de fato, para todos.

**Palavras-chave:** maternidade; paternidade; relações de gênero.

**Referências bibliográficas**

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 14 de jun. de 2019.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE COMO PROMOTOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ITAGUAÍ – RJ****Isabelle Germano Coelho Bezerra<sup>1</sup>; Mariára Aparecida Miranda Pinto<sup>2</sup>; Barbara Leandro Monteiro<sup>3</sup>; Anelise Dias<sup>4</sup> & Katia Cilene Tabai<sup>5</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Serviço Social, UFRRJ; 2 Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Alimentos, UFRRJ; 3. Ex-discente do Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO, UFRRJ; 4. Professora do IA/UFRRJ; 5. Orientadora do PIBIC. Professora do ICSA/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o maior e mais antigo programa promotor da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. A Lei nº 11.947, de 16 de junho 2009, marca novas diretrizes ao programa e em seu artigo 14, estabelece que 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para o PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos, (PAA). Em 2017, o orçamento destinado pela federação ao PNAE foi de quatro bilhões de reais, atendendo a 5.568 municípios, 27 secretarias estaduais, 154 mil escolas e 41 milhões no país com oferta de 50 milhões de refeições por dia. Exposta a importância do tema pretendeu-se com essa pesquisa, vinculada ao projeto “Segurança Alimentar: a intersectorialidade no Brasil” aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ, sob protocolo nº 797/2016, objetivou estudar o município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, a partir os dados socioeconômicos do município disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), averiguar o cumprimento do artigo 14 da lei 11.947/2009 no município de Itaguaí nos anos de 2011 a 2017, as suas chamadas públicas disponíveis. Itaguaí é um município de área territorial de 273,368 km<sup>2</sup> e, de acordo com o último censo do IBGE, população de 109,091 pessoas e população estimada de 125.913 pessoas. Possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,715. A respeito da educação, possuiu média de 4.6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública e média 3.6 nos anos finais. No tocante ao trabalho, em 2016, o salário médio mensal era 3.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25.7%. A respeito das aquisições da agricultura familiar, nos anos entre 2011 a 2014, foi cumprido, para além do mínimo exigido, adquirindo, respectivamente, 35.36%, 43,41%, 37% e 33%. Já a partir de 2015 e 2016 apresenta declínio (23% e 2,43%) retomando fôlego em 2016, ainda abaixo do exigido (28%). O PNAE, no município atendeu de 2017 a 2019 respectivamente 23980, 22584, 20568 clientes. Em 2017, a Chamada Pública nº. 001/2017 indicou a compra de apenas dois gêneros alimentares: leite em pó integral e suco de uva integral. Em 2018, a chamada Pública nº. 002/2018 requisitou nove gêneros alimentares: aipim, alface banana, batata doce, beterraba, brócolis fresco, couve, espinafre e salsa. Sendo assim, reafirmamos a intersectorialidade entre as políticas como uma ação de promoção a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de desenvolvimento sustentável local, além de uma alimentação saudável, é prerrogativa tanto ao PNAE bem como políticas de SAN, a maior organização dos agricultores familiares com vistas para uma alternativa ao modelo de produção hegemônico, abrindo possibilidades de interação e relação entre consumidores e produtores. Espera-se que esse trabalho contribua para a discussão da segurança alimentar e nutricional e na elaboração, gestão e execução das políticas que envolvam essa temática no Brasil.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar e nutricional; Programa nacional de alimentação escolar; Agricultura familiar.

**Referências Bibliográficas**

- BEZERRA, I.G.C.; TABAI, K.C. Segurança Alimentar: A Intersectorialidade em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista SODEBRAS**. v.12, edição 145, p.60-66, 2018.
- BRASIL, **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em 21/09/2018.
- TABAI, K. C. Políticas de Segurança Alimentar e Saúde Pública in: VALADARES, L. C. (organizadora). **Sustentabilidade: Qualidade de vida, economia alternativa e educação**. p.137-155. 2018.

**PERFIL DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ – RJ: SOB A ÓTICA DA SOBERANIA ALIMENTAR****Isabelle Germano Coelho Bezerra<sup>1</sup>; Mariára Aparecida Miranda Pinto<sup>2</sup>; Barbara Leandro Monteiro<sup>3</sup>; Anelise Dias<sup>4</sup> & Katia Cilene Tabai<sup>5</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Serviço Social, UFRRJ; 2 Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Alimentos, UFRRJ; 3. Ex-discente do Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO, UFRRJ; 4. Professora do IA/UFRRJ; 5. Orientadora do PIBIC. Professora do ICSA/UFRRJ.  
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro são essenciais para a geração de emprego e renda, a segurança e soberania alimentar e o desenvolvimento local. Entretanto, no Brasil, os agricultores familiares, muitas vezes, ainda carecem de informações e de assistência técnica para acessarem alguns programas de políticas públicas, que se fazem necessárias para melhorar, aumentar e qualificar a produção. Tendo em vista isso, esta pesquisa, vinculada ao projeto “Segurança Alimentar: a intersectorialidade no Brasil” aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ (Protocolo nº 797/2016), objetivou investigar o perfil socioeconômico de produtores e estabelecimentos agrícolas e sua produção a partir do censo agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo acompanhamento sistemático da produção agrícola realizado pela Emater-Rio referente ao ano de 2018. De acordo com o Censo agropecuário, no que diz respeito ao perfil dos estabelecimentos e seus produtores, indica que a maioria se organiza individualmente (83%), quanto ao sexo, a maioria é homem (78%). Em relação a escolaridade, apenas 7% conseguiram alcançar o nível superior, enquanto 11% nunca frequentou escola e 30% interromperam o estudo no primeiro ciclo do ensino fundamental. Quanto a idade apenas 3% tem menos de 30 anos, enquanto 42% tem 60 anos ou mais. Quanto a cor ou raça, a maioria é declarada branca (55%). A respeito da assistência técnica, apenas 21% dos estabelecimentos recebia. Apenas 6% recebeu financiamento ou empréstimo, para investimento (24%), custeio (59%) e manutenção do estabelecimento (17%). Os recursos dividiram-se em provenientes de programas governamentais de crédito (12%) ou não (88%). Existiam 1053 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, dessas 739 com laços de parentesco com o produtor, sendo essas: homens com menos de 14 anos (1) com mais de 14 (568), mulheres com menos (6) e com mais (164) e sem laço de parentesco com o produtor (314) divididos em permanentes (183), temporários (87) e parceiros (44). O estudo dividiu os estabelecimentos em lavoura permanente e temporária. No que diz respeito às lavouras temporárias temo em produção de estabelecimentos: banana (211) coco da baía (81), goiaba (7), limão (1), maracujá (1) palmito (1) e em lavoura temporária: abacaxi (2) abóbora (10) cana de açúcar (14), feijão (12), mandioca (102), milho (14) De acordo com o Aspa 2018, Itaguaí produziu 6 gêneros alimentícios; sendo eles: aipim (2100 toneladas por 30 produtores), banana (3400 toneladas por 80 produtores) Cana Caldo (330 toneladas por 10 produtores), coco verde (2220 toneladas por 30 produtores), goiaba (251 toneladas por 5 produtores), quiabo (555 toneladas por 520 produtores), sendo os mais caros a goiaba (R\$18,00 por kg) e a banana ( R\$ 2,64 por kg). Destaca-se o potencial produtivo do município, em prol da soberania alimentar, apesar dos obstáculos como a pouca assistência técnica e coloca-se a necessidade de maiores ações intersetoriais afim de potencializar e estimular a atividade agrícola para que sejam articuladas com políticas de educação, tendo em vista a baixa adesão de jovens na produção agrícola e a baixa escolaridade dos produtores.

**Palavras-chave:** Soberania alimentar; Agricultura familiar; Intersetorialidade.

**Referências Bibliográficas**

- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, v.18, n.1, p.3-15, jan./mar. 2017.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados preliminares: Rio de Janeiro. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro\\_2017\\_resultados\\_preliminares.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf). Acesso em: 20 de maio de 2019.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. EMATER-RIO. **Acompanhamento sistemático da produção agropecuária**. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/tecnica.asp>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

**POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA BAIXADA FLUMINENSE**

**Isabelle Germano Coelho Bezerra<sup>1</sup>; Mariára Aparecida Miranda Pinto<sup>2</sup>; Barbara Leandro Monteiro<sup>3</sup>; Anelise Dias<sup>4</sup> & Katia Cilene Tabai<sup>5</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Serviço Social, UFRRJ; 2 Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Alimentos, UFRRJ; 3. Ex-discente do Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO, UFRRJ; 4. Professora do IA/UFRRJ; 5. Orientadora do PIBIC. Professora do ICSA/UFRRJ.  
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Estimou-se que em 2017 mais de 800 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de um terço da comida produzida é desperdiçada enquanto no Brasil cerca de 7,2 milhões de pessoas sofreram algum tipo de privação alimentar em 2013. Os conflitos e impactos climáticos são apontados como fatores de reversão dos avanços alcançados desde 2003. A Lei nº 11.947, de 16 de junho 2009 em seu artigo 14, estabelece que 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos, (PAA) fomentando ações intersetoriais com vistas para a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento local. Considerando a importância do tema, esta pesquisa, vinculada ao projeto "Segurança Alimentar: a intersectorialidade no Brasil" aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ, sob protocolo nº 797/2016, teve como objetivo analisar a intersectorialidade entre o PNAE e o PAA nos municípios da baixada fluminense, sendo eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica a partir dos dados disponíveis pelo Fundo Nacional de Educação acerca das aquisições municipais da agricultura familiar para o PNAE nos anos entre 2011 e 2017. Observou-se pouca aderência ao artigo 14 da Lei nº 11.947 entre os municípios. Em nenhum dos anos analisados, nem pelo menos metade dos municípios conseguiu cumprir o exigido. O máximo de desempenho na baixada foi no ano de 2014, em que Nova Iguaçu (51%), Paracambi (37%), Itaguaí (33%) e Queimados (35%) obtiveram aquisições acima do exigido. Em 6 municípios (Nilópolis, Magé, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri, Seropédica) nunca atingiram o mínimo estabelecido pela lei. Houve, ainda, uma oscilação nas aquisições, pois mesmo os municípios que conseguiram atingir a exigência mínima, não conseguiram manter-se dessa forma por mais de quatro anos consecutivos; é o caso de Nova Iguaçu (34% em 2013, 51% em 2014, 77% em 2015, 24,83% em 2016 e 0% em 2017), Paracambi (30% em 2013, 37% em 2014, 41% em 2015, 57,69% em 2016 e 24,08% em 2017) e Itaguaí (35,36% em 2011, 43,41% em 2012, 37% em 2013, 33% em 2014 e 23% em 2015). Conclui-se que os dados apontam para uma descontinuidade e ausência nas ações intersectoriais em âmbito municipal comprometendo a eficiência dos programas. Torna-se necessário reafirmar a importância da alimentação adequada e saudável enquanto um direito humano básico, inclusive por meio da alimentação escolar, garantido o acesso permanente e regular, de forma socialmente justa e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis capaz de promover o diálogo de culturas. Anseia-se que esta pesquisa fomenta e contribua para discussão da segurança e soberania alimentar no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional; PNAE; Baixada Fluminense.

**Referências Bibliográficas**

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Nacional da Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae?view=default>. Acesso em: 29 de maio de 2019.  
MONTEIRO, B. L.; DIAS, A.; **TABAI, K. C.** Políticas Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Seropédica, Rio de Janeiro-Brasil. Cadernos de Agroecologia. , v.13, p.1- 10, 2018.  
TABAI, K. C. Políticas de Segurança Alimentar e Saúde Pública in: VALADARES, L. C. (organizadora). **Sustentabilidade: Qualidade de vida, economia alternativa e educação**. p.137-155. 2018.

**HÁ UM POLO GASTRONÔMICO AQUI? A ESTRADA DO IARAQUÃ E SUA RESTAURAÇÃO COMERCIAL EM CAMPO GRANDE, ZONA OESTE CARIOCA****Tânia Aparecida Oliveira de Almeida<sup>1</sup> & Dan Gabriel D'Onofre<sup>2</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ, Discente do Curso de Hotelaria, ICSA/UFRRJ; 2. Docente do DEDH/ICSA/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O bairro de Campo Grande pode ser considerado como um dos bairros mais intrigantes da cidade do Rio de Janeiro. No que tange à sua situação político-administrativa, Campo Grande já fora considerado um município. Ainda nos tempos do já extinto Estado da Guanabara (1960-1975), a Lei nº. 1.627 de 14 de junho de 1968 elevou Campo Grande à condição de município, permanecendo no imaginário de muitos cariocas e fluminenses a ideia de que ainda o é. Curiosidades à parte, Campo Grande é na atualidade o bairro mais populoso do Brasil, sendo também, de acordo com os dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, um dos mais extensos deste município. Parte deste mito, que atribui a Campo Grande a qualidade de ser um município, se dá pela sua infraestrutura urbana, contando com vasta e variada rede de comércio e serviços privados e públicos, além de indústrias e agropecuária. Com mais de 320 mil habitantes, Campo Grande apresenta tímido desenvolvimento de uma rede de hospedagem comercial, com destaque aos hotéis que estão às margens da Avenida Brasil. Nesse sentido, ao voltar olhares para o fenômeno da hospitalidade em suas interfaces que extrapolam a hospedagem comercial, a presente comunicação se dedica a trazer tais conceitos mas girando enfoque ao que mais tem de evidente no que diz respeito à esfera comercial da hospitalidade: a restauração. Por conta disso, propõe-se uma análise do conceito de restauração comercial e polo gastronômico, tendo como objetivo analisar um dos recortes territoriais do bairro de Campo Grande: a Estrada do Iaraquã. A importância deste estudo vai para além da identificação de um possível polo gastronômico neste local, como também permitirá o desvelamento de outros estudos que deem conta de como se organiza a oferta alimentar, a força de trabalho, o público consumidor, bem como os impactos sociais e econômicos que os bares, restaurantes, lanchonetes e similares impactam na realidade de Campo Grande. Vale aqui ressaltar a inexistência de estudos desse caráter, deixando à revelia da academia em pleno maior bairro do Brasil, como tem se consolidado a rede de restauração comercial da Estrada do Iaraquã. Com caráter exploratório, a investigação conta com uma pesquisa bibliográfica sobre a hospitalidade, o bairro de Campo Grande e a gastronomia. Em seguida, pretende-se a realização de um mapeamento dos empreendimentos de restauração comercial, seguido de sua caracterização. Para tanto, lança-se mão de mecanismos disponíveis junto à rede mundial de computadores, bem como a observação participante, com entrevistas semiestruturadas. Espera-se com essa investigação provar a existência de um polo gastronômico junto à Estrada do Iaraquã, a abrir frentes de estudos posteriores que tornem evidente a restauração comercial na periferia do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Hospitalidade; Restauração Comercial; Polo Gastronômico.

**Referências Bibliográficas**

DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S. **Hospitalidade:** cenários e oportunidades. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DIAS, C. M. M. **Hospitalidade:** reflexões e perspectivas. São Paulo: Manole, 2002.

RIO DE JANEIRO. **Bairros Cariocas** - A quase cidade de Campo Grande – MultiRio, 2013. Disponível em: [www.multirio.rj.gov.br/index.php/.../631-a-quase-cidade-de-campo-grand..](http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/.../631-a-quase-cidade-de-campo-grand..) Acesso em: 01 dez. 2018.

## “MAS, TEM HOTEL AQUI?”: UM ESTUDO SOBRE A MALHA HOTELEIRA DE ITAGUAÍ

Ingra Maia Medeiros Santos<sup>1</sup> & Dan Gabriel D’Onofre<sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Hotelaria, ICSA/UFRRJ; 2. Professor do DEDH/ICSA/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

## RESUMO

O município de Itaguaí possui sua atual história econômica ligada à expansão de zonas portuárias e aos eixos rodoviários que permitem acesso qualificado a estas zonas. Nesse sentido, parte dos esforços da academia tem sido girado para dar conta dessa tradição industrial e logística de Itaguaí, sendo quase inexistentes os registros sobre o setor terciário, por exemplo o hoteleiro. A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, vista que busca aprimorar ideias, levantar hipóteses e certifica-las ou não. E para sua realização, foram buscadas informações em livros sobre a hospitalidade, estudados no decorrer da graduação, livros sobre a história de Itaguaí encontrados na biblioteca municipal, junto com documentos da cidade disponibilizados pela Câmara e pela Casa de Cultura de Itaguaí. No século XIX, a localização estratégica já voltava olhares a Itaguaí, haja visto que era por suas terras que se dava parte do deslocamento entre as regiões produtoras de café e a cidade do Rio de Janeiro. Havendo no ano de 1841 a inauguração do primeiro Porto, um projeto incentivado com o objetivo de aprimorar a produção de café da época, segundo a cartilha<sup>1</sup> de celebração dos 200 anos de Itaguaí (em 2018). Já em 1982, houve a reinauguração da área portuária. O então chamado Porto de Sepetiba gerou empregos, atraiu indústrias e moveu a economia municipal, assim como, aparentemente, modificou a Hotelaria dessa região. Até o ano de 2011, uma pesquisa de serviços de hospedagem feita pelo IBGE tinha categorizado a presença de, aproximadamente, 580 unidades habitacionais na cidade, sendo os meios de hospedagem do tipo hotel, pousada, pensão e motel. Após essa análise, não há mais nenhum dado sobre esses serviços por parte do IBGE. E atualmente, referente aos MH's, o portal online da prefeitura também disponibiliza todos os empreendimentos da área que são cadastrados pela mesma; sendo eles hotel, *apart hotel* e pousada, em distintos bairros. Já em relação a hospitalidade, para Camargo (2003), sendo ela doméstica, pública, comercial ou virtual, apresenta uma relação em comum. Podendo ser essa como o ato humano em recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas que estão temporariamente fora de suas casas. A hospitalidade não está relacionada somente a Hotelaria, mas nesse caso, em especial, destaca-se também o receber público que designa se uma cidade é ou não hospitaleira em seu cotidiano, através da sua urbanização, recepção, sinalizações viárias, códigos e seus costumes e tradições locais (CAMARGO, 2003). É interessante a percepção hospitaleira sobre Itaguaí, levando em consideração que o aumento da rede hoteleira, por exemplo, não se deu por um viés turístico. Mesmo assim, trouxe pessoas a buscarem a cidade seja para hospedagens rápidas e/ou longas, seja para somente ser um local onde encontram-se durante o trajeto/localidade do trabalho. Assim, este trabalho tem como objetivo trazer à tona como a malha hoteleira da zona central do município de Itaguaí se consolida, ressaltando a invisibilidade que é dada à mesma, e a falta de informações científicas sobre os seus meios de hospedagem comerciais.

**Palavras-chave:** Itaguaí; Hospitalidade; Meios de hospedagem.

## Referências Bibliográficas

CAMARGO, L. O. L. Os domínios da Hospitalidade. In: DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S. (org.) **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de serviços de hospedagem**. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaguai/pesquisa/34/62873?ano=2011>. Acesso em: 24 jan. 2019.PRESSREADER. **Cartilha histórica**. Disponível em: <<https://www.pressreader.com/brazil/odia/20180513/282802126984818>>. Acesso em: 18 jan. 2019.<sup>1</sup> Disponível em: <<https://itaguai200anos.files.wordpress.com/2018/05/cartilha-200-anos-itaguac3ad.pdf>>. Acesso em: 24 de jan. 2019.

**MOBILIDADE URBANA E DIREITO À CIDADE: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SÃO JOÃO DE MERITI****Beatriz de Medeiros Corrêa<sup>1</sup>; Fernanda Marchon de Souza da Silva<sup>2</sup>, Ana Paula Ribeiro de Araújo<sup>3</sup> & Denise de Alcantara Pereira<sup>4</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 3.; Professora Adjunto do DAU/IT e do PPGPACS; 4. Orientadora e Professora Adjunto do DAU/IT e do PPGDT.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este trabalho busca apresentar os resultados da pesquisa sobre mobilidade em São João de Meriti, município da Baixada Fluminense. Desenvolvida no âmbito GEDUR-UFRRJ, em colaboração com a pesquisa de mestrado do PPGDT "*Plano Diretor e Política Nacional de Mobilidade Urbana: contradições e convergências no planejamento do município peri-metropolitano de São João de Meriti*", de Marcelo Mourão. Pautada na elaboração de mapeamentos analíticos do município fundamenta-se em dados e bases cadastrais oficiais, por exemplo o mapa de Cheios e Vazios, que expressa a alta densidade construtiva meritiense. A partir dos mapeamentos, foram realizadas análises quanto às fragilidades e possíveis soluções para a melhoria da mobilidade e acessibilidade intraurbana no município. Localizado em uma área conurbada e altamente adensada, o processo de expansão demográfica no município, emancipado de Nova Iguaçu em 1947, se intensifica a partir da década de 1950 com a instalação de fábricas próximas aos eixos rodoviários e ferroviários. A disponibilidade de novos loteamentos de baixo custo na região impulsionou a construção de habitações, substituindo as fazendas de cítricos da época. Tal movimento de expansão na Baixada Fluminense ocorreu sem um planejamento responsivo, resultando em uma infraestrutura urbana precária. Com destaque ao comércio atacadista e à indústria de transformação, o município foi, até a década de 1980, importante polo têxtil, sendo grande gerador de empregos formais. A partir dos anos 2000, com a abertura do mercado brasileiro aos produtos importados, o setor entra em declínio e crescem os empregos informais, panorama recentemente agravado pelo avanço da crise econômica. Além dos serviços e comércio locais que empregam 49,8% da população meritiense, há também 48,9% da população que ocupa postos de trabalho no núcleo metropolitano ou em municípios vizinhos (IBGE, 2010), realizando o movimento pendular baseado nos meios de transporte públicos intermunicipais, nem sempre confiáveis. Além disso, a população carece de mobilidade intraurbana adequada interligando os terminais intermunicipais às subcentralidades intraurbanas, que foram analisadas e mapeadas em conjunto com os eixos viários do município. Verifica-se que, além de traçar itinerários que atendam aos bairros de maneira satisfatória, é necessário promover a integração de áreas segregadas pela precariedade da infraestrutura urbana, consideradas aglomerados subnormais. Tais medidas são importantes para garantir o direito à cidade, descrito no Estatuto da Cidade como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer; bem como à PNMU, por meio de transporte público de baixo custo, com prioridade para o transporte ativo, acessível e de baixo nível de emissão de carbono. Em outra escala de observação do território, percebe-se que apenas 30,1% das vias públicas são arborizadas, demonstrando a necessidade de requalificar seus espaços livres. Analisando em conjunto os dados apresentados, procura-se visualizar com maior nitidez os problemas relacionados ao transporte público e à mobilidade urbana em São João de Meriti. Dessa forma, tendo em vista a importância da mobilidade para o desenvolvimento socioeconômico, os resultados até então obtidos possibilitam propor cenários diante dos desafios do deslocamento intraurbano na Baixada Fluminense.

**Palavras-chave:** São João de Meriti; Mobilidade Urbana; Mapeamento; Espaços Livres.

**Referências Bibliográficas**

- ABREU, Maurício de. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IMPLANRIO, 1997.  
SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2016.  
VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo, Nobel, 1998.

## O MORAR FLUMINENSE MODERNO EM TEXTOS E MODELOS TRIDIMENSIONAIS

Victor Thosi da Silva<sup>1</sup> & Helio Luiz Herbst Junior<sup>2</sup>

1. Bolsista de Iniciação Científica IC/FAPERJ, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ;
2. Professor Adjunto IV – DAU/IT/UFRRJ

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

## RESUMO

Com o suporte do programa PIBIC, estudantes associados ao grupo GERAR iniciaram, em 2011, um estudo centrado na análise das soluções de 22 projetos residenciais fluminenses expostos nas primeiras bienais paulistanas, realizadas entre 1951 e 1959. A finalização dessas análises incitou a realização de uma nova etapa de pesquisa, centrada na biografia dos autores desses projetos, visando investigar os seus referenciais arquitetônicos e também ressaltar a reverberação de cada obra nas publicações de época, essencial para se compreender a sua inserção na historiografia do moderno brasileiro. Por um lado, notou-se a celebração de alguns autores. Por outro, inexplicavelmente, percebeu-se que exímios arquitetos foram ocultados das publicações especializadas. A pesquisa desse modo pretende descortinar o significado da atuação desses profissionais para o cenário arquitetônico do período, evidenciando diferentes graus de reconhecimento. Outro objetivo concernente a essa investigação é disseminá-la entre a comunidade acadêmica, ampliando o olhar crítico dos graduandos. Durante a elaboração do trabalho, discutiu-se sobre a diagramação das fichas analíticas, para que as mesmas pudessem expressar de modo contundente a amplitude das fontes consultadas e o rigor na sistematização dos dados. A investigação, pautada nas proposições de Geoffrey Baker, Francis Ching e pela dupla Roger Clark e Michael Pause, recorre a diagramas para analisar dados referentes à ficha técnica (dados sobre a obra e sobre o arquiteto), desenhos técnicos (plantas, cortes e fachadas), contexto urbano (inserção da obra no entorno), espaço-uso (listagem de ambientes), setorização (estudo das zonas funcionais), acessos e circulação (estudo dos fluxos internos e externos), graus de compartimentação (estudo das divisórias internas e da integração entre os ambientes), graus de delimitação (análise da interação entre interior e exterior), tratamento paisagístico (análise do tratamento dos espaços livres), estudo de fachadas (estudo da plástica dos materiais), traçados reguladores (estudo dos eixos de equilíbrio e simetria), composição volumétrica (análise dos sólidos geométricos) e o significado de cada projeto (para a cidade e para a historiografia da arquitetura). Durante um ano de pesquisa, iniciada em março de 2018, foi realizada a revisão de dez projetos: residência do arquiteto Thomaz Estrella, Casa das Canoas, de Oscar Niemeyer, pavilhão Lowndes, dos irmãos Roberto, residência George Hime, de Henrique Mindlin, residência de fim de semana do arquiteto Carlos Frederico Ferreira, residência do arquiteto Jorge Mereb, residência Paulo Sampaio, de Sérgio Bernardes, residência da arquiteta Lota Macedo Soares, residência Paulo Demoro, de Aldary Henriques Toledo, residência Edmundo Costa, de Marcello Acciolly Fragelli. Em todos os casos, procedeu-se a uma revisão de textos, visando complementar as informações faltantes, e imagens, com o intuito de tornar mais fácil o entendimento de diferentes aspectos dos projetos, principalmente em relação à sua inserção no tecido urbano. Por fim, foram elaborados modelos virtuais tridimensionais das residências, objetivando apresentar detalhes dos projetos em questão, sobretudo em relação à volumetria e à materialidade, dificilmente compreensíveis por meio de projeções gráficas ortogonais – plantas, cortes e fachadas.

**Palavras-chave:** análise da forma; arquitetura moderna; bienais paulistanas

## Referências Bibliográficas

- CZAJKOWSKI, Jorge (org.) **Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- MINDLIN, Henrique Ephim. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração – arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

**LARANJA, LOTE e LEILÃO: CITRICULTURA, LOTEAMENTO e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA****Diego Alves Pereira da Silva<sup>1</sup>; Ana Luiza Chagas Pereira<sup>2</sup>; Raissa da Silva Justo<sup>3</sup> & Lúcia Helena Pereira da Silva<sup>4</sup>**

1. Bolsista FAPERJ, discente do curso de História/IM, 2. Estudante do Colégio Estadual Pedro Alvares Cabral, Bolsista do programa Jovens Talentos/FAPERJ; 3. Estudante do Colégio Estadual Dos Lírrios, Bolsista do programa Jovens Talentos/FAPERJ, 4. Professora do DH/IM e PPGDT/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este trabalho foi elaborado através da análise do periódico Correio da Lavoura, principal jornal do município de Nova Iguaçu, fundado em 1917. Ao mapear o crescente processo de loteamento de terras da região percebeu-se a rotina dos cartórios locais e como sua atuação facilitou esse processo. Entendendo que a ação conjunta desses funcionários de Cartórios dotados de fé pública, em parceria com frações dominantes de grupos locais do município, elaborou-se esta pesquisa a fim de conhecer como se dava participação desses tabeliães no sistema, que após o auge da Citricultura vai fazer do arrendamento e do loteamento de terras um dos negócios mais lucrativos da região. Os Editais publicados no Correio da Lavoura sempre eram feitos a partir da mudança de plano de loteamento e a mudança era normalmente em relação ao aumento da área loteada, curiosamente, o aviso tinha o objetivo de dar prazo para possíveis impugnações, ou seja, assumia a possibilidade de equívoco. Nesse processo o papel dos tabeliães era fundamental para garantir a sua legalidade e organizar a burocratização das etapas que envolviam a compra ou venda de terras. Era importante que as transações respeitassem as normas dos decretos-lei N. 58 de 10 de dezembro de 1937 e 3.079 de 15 de setembro de 1938. Alguns Avisos nos informam que estavam ocorrendo irregularidades no processo de regularização fundiária em função da falta de titularidade da propriedade da terra. Ao investigar os avisos dos cartórios no jornal, é possível uma melhor compreensão de sua importância neste cenário de expansão de loteamentos na região, deste modo a prática dos tabeliães acabavam por facilitar o aumento da extensão dos loteamentos em terras que em princípio o próprio cartório não tinha certeza de titularidade, dando um ar de regularidade a burocracia estabelecida, não só pelo processo em si, mas por ser realizado por pessoas proeminentes na sociedade local. Tal como exemplo de Lincoln de Freitas que já era conhecido na sociedade local quando se tornou tabelião do Cartório do 6º Ofício da Comarca de Nova Iguaçu (Correio da Lavoura, 1300, fevereiro 1942, p.2) A pesquisa ainda não está concluída, mas já é possível conhecer as principais características da atuação daqueles tabeliães no momento em que o município iniciava aquilo que ficou denominado de “febre dos loteamentos”. O objetivo da pesquisa é prosseguir com a análise da atuação dos cartórios, através dos tabeliães e de sua articulação com a prefeitura Municipal e a classe dominante local.

**Palavras-chave:** Urbanização; Loteamento; Baixada Fluminense

**Referências Bibliográficas**

- MARTINS, J de S. Os Camponeses e a Política no Brasil: as Lutas sociais no Campo e Seu Lugar no Processo Político. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1983.
- SILVA, L. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910) In R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.2, 2017.
- SOUTO, A B C. As Comissões Federais na Baixada Fluminense (1910/1933). Seropédica: UFRRJ, 2016 (dissertação em Desenvolvimento Territorial e políticas públicas)

**O PERFIL DOS CONSUMIDORES DE PRODUTOS ORGÂNICOS UM OLHAR QUE PERPASSA COR E RENDA**

**Agata Alexandre Oliveira Mendes<sup>1</sup>; Crislara Lilliann Ferreira de Oliveira<sup>2</sup>; Valmor Alves Bastos<sup>3</sup>; Edivaldo Lisboa Fonseca<sup>4</sup> & José Claudio Souza Alves<sup>5</sup>.**

1. Bolsista do grupo PET, Discente do Curso de Ciências Econômicas, ICSA/UFRRJ; 1. Bolsista do grupo PET, Discente do Curso de Engenharia Florestal, IF/UFRRJ; 3. Bolsista do grupo PET, Discente do Curso de Ciências Econômicas, ICSA/UFRRJ; 4. Bolsista do grupo PET, Discente do Curso de Ciências Econômicas, ICSA/UFRRJ; 5. Tutor do grupo PET - Inclusão e oportunidades na vida acadêmica de jovens de origem popular, Professor do DCS/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A preocupação com o meio ambiente e com a saúde do próprio indivíduo tem conquistado espaço tanto em discussões no meio governamental quanto na sociedade em geral. O interesse de diversos pesquisadores ao redor do mundo em estudar sobre os alimentos em geral, é despertado através da atitude dos consumidores com base em mudanças de suas crenças, atitudes, motivações e valores, aguçando seu senso crítico em relação aos alimentos em geral. O objetivo deste trabalho desenvolvido pelo Empreendedorismo Social Plural (ESP), subgrupo do PET Inclusão e Oportunidades na Vida Acadêmica de Jovens de Origem Popular, foi analisar se variáveis como a oferta de produtos orgânicos no ambiente de convívio do indivíduo e a disponibilidade com base na sua renda para arcar com um maior custo dos produtos orgânicos, seriam responsáveis por traçar um perfil desses consumidores. O trabalho se dividiu em duas partes, sendo a primeira a aplicação de um questionário com variáveis qualitativas nominais e ordinais em dois grupos localizados em espaços diferentes. O grupo 1 consiste nos consumidores da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o grupo 2, foi composto por indivíduos de três municípios distintos do estado do Rio de Janeiro, sendo eles: Rio de Janeiro (capital), Nova Iguaçu e Mesquita. A segunda parte do trabalho consistiu na análise dos dados coletados, onde foi estabelecida uma relação entre cor dos entrevistados, sua renda pessoal e a oferta de produtos orgânicos em seu ambiente de convívio como característica primordial para consumo de produtos orgânicos ou convencionais. No grupo 1, 66,7% dos consumidores consideram-se brancos. Sobre a alimentação, 50% afirmaram eventualmente consumir alimentos orgânicos. Em relação ao consumo de produtos convencionais 61% assumiram utilizar sempre e 38% eventualmente. Com base na renda e sua disponibilidade, 55% assumiram que pagariam valores entre 20% e 25 % ou mais de 30% por um produto orgânico. No grupo 2, 72,2% dos entrevistados dos três municípios citados consideram-se pretos ou pardos. Em relação a alimentação, todos os entrevistados declararam te-la sempre baseada em produtos convencionais. Além disso, 33,3% assumiram consumir eventualmente produtos orgânicos, e 55,5% responderam que raramente consomem os mesmos. Em relação a variável que se baseia na renda do indivíduo e sua disponibilidade, 83,3% declararam que pagariam a mais somente uma faixa de 0% a 10% por um produto orgânico. Quanto a quantidade de postos de venda em seu ambiente de convívio 66,7% declararam muito deficiente. Concluindo que, em média, os consumidores desses produtos possuem um perfil socioeconômico determinado e que as variáveis citadas anteriormente são cruciais para determinação deste perfil.

**Palavras-chave:** Motivações de Consumo; Produtos orgânicos; Perfil socioeconômico.

**Referências Bibliográficas**

CAVALLI, S. B. Segurança alimentar: a abordagem dos alimentos transgênicos. Revista Nutrição, Campinas, v. 14, Supl., p. 41-46, 2001.

CERVEIRA, R.; CASTRO, M. C. Perfil sócio-econômico dos consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo: uma análise empírica. 1999. No prelo.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População - PCERP | 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>> Acesso em 18 Abr. 2019.

**BRIC'S: PERSPECTIVAS SOBRE UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL****Natália de Frias Simões Paes<sup>1</sup> & Luiz Fernando Rodriguez<sup>2</sup> & Marcelo Pereira Fernandes<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Ciências Econômicas, ICSA/UFRJ; 2. Discente do Curso de Ciências Econômicas, ICSA/UFRRJ 3. Professor do ICSA/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Os Brics são países que pertencem a um agrupamento formal desde 2014 afim de representar cada país de uma região oceânica. Sob este aspecto, o acompanhamento do que este grupo tem feito estes anos é bem justificada dado sua importância para a forma que os países emergentes estão se incluindo na Economia Internacional nos últimos tempos. Em relação aos seus países pertencentes, estão: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e cada país exerce uma liderança a cada período, sendo atualmente presidido pelo Brasil. A função dos Brics é coordenar a resposta dos países para problemas contemporâneos e ampliar sua influência na agenda econômica e política internacional (Carvalho, 2015). Com isso, em 2014 os países apresentaram dois tipos de projetos que estão sendo exercidos até hoje: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Em relação ao NBD, é um projeto que visa financiar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável para os países emergentes. Já o ACR é um instrumento institucional que tem como finalidade amenizar instabilidades cambiais. O NBD pode ser considerado o primeiro banco com o objetivo explícito de auxiliar países em desenvolvimento agilizando os processos de aceitação e identificação dos projetos que acelerem o desenvolvimento. Com isso, o NBD se concentra em setores como energia renovável, eficiência energética, tratamento de esgotos, gestão sustentável de água, entre outros. Em relação aos investimentos do banco, até agora só houveram projetos de desenvolvimento sustentável, porém, não se sabe até hoje se algum projeto já foi finalizado. Sobre o ACR, é um instrumento dos BRICS que possui a finalidade de auxiliar os países do grupo que estejam passando por problemas de liquidez financeira. Com isso, o ACR permitirá que as moedas tenham menos volatilidade no mercado mundial além de representar um escudo contra ataques especulativos. Até o momento, nenhum país passou por situações em que fosse necessário recorrer ao Arranjo. Como conclusão, a pesquisa aponta que estes projetos dos Brics servem como novas alternativas aos países em desenvolvimento conseguirem financiamento sem precisar recorrer ao Banco Mundial ou ao Fundo Monetário Internacional. Nessas duas instituições, além de não fornecerem empréstimos aos países emergentes com a mesma facilidade aos países centrais, ainda exigem como contrapartida a adoção de políticas econômicas nem sempre em acordo com os interesses desses países. Pode-se dizer também que tanto o banco quanto o arranjo são instituições que visam a cooperação estratégica e não conflitiva com as instituições tradicionais. (Pereira e Milan, 2018; Baumann, 2017). Assim, os países emergentes poderão adquirir mais independência em suas economias e proteção das crises, auxiliando o desenvolvimento de suas regiões.

**Palavras-chave:** BRICS; Novo Banco de Desenvolvimento; Arranjo Contingente de Reservas.

**Referências Bibliográficas**

- CARVALHO, Carlos Eduardo et al. O banco e o arranjo de reservas do BRICS: iniciativas relevantes para o alargamento da ordem monetária e financeira internacional. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 3, n. 1, p. 45-70, 2015.
- PEREIRA, Rafael Antonio Anicio; MILAN, Marcelo. O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E O NOVO BANCO DO BRICS: UMA ALTERNATIVA AO BANCO MUNDIAL?. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, 2018.
- BAUMANN, Renato. Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 2, p. 287-303, 2017.

**REFORMA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES SENSÍVEIS NOS TRATADOS DE PAÍSES AFRICANOS****Jhonatan Bento da Silva<sup>1</sup> & Ely Caetano Xavier Junior<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC-CNPq, Participante não bolsista do Programa de Educação Tutoria (PET) Dimensões da Linguagem, Discente do Curso de Relações Internacionais, ICHS/UFRRJ; 2. Professor do DCJ/ICHS/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O processo de globalização e mundialização das relações econômicas é caracterizado pela presença das sociedades empresariais transnacionais na conformação de normas e instituições e na definição de agendas de produção de normas de Direito Internacional. Nesse panorama, a formação do arcabouço jurídico de regulação de investimentos estrangeiros, frequentemente referido como Direito Internacional dos Investimentos, tem seu desenvolvimento histórico marcado por polarizações de interesses entre Estados majoritariamente exportadores de capitais, investidores estrangeiros e Estados majoritariamente importadores de capitais. Essas polarizações se fazem sentir pela ausência de cláusulas sensíveis nos acordos internacionais de investimentos. Isso porque esses acordos acabaram por possuir um foco principal na proteção dos investimentos, deixando de lado temas sensíveis para os Estados receptores, entre as quais se destacam a proteção do meio ambiente e a tutela de direitos humanos. O acúmulo de críticas permite afirmar que o regime passa por um período de "reconceituação" ou reorientação, tendo levado a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) a apontar que os cinquenta anos da experiência global com os acordos de investimentos levaram os países a refletir sobre o desequilíbrio do regime. Simma assinala que a proteção internacional dos investimentos estrangeiros e a tutela dos direitos humanos não devem ser mantidas separadas, uma vez que a principal preocupação em ambas as áreas do Direito Internacional continua sendo a mesma: a proteção do indivíduo contra a força do poder do Estado. As reformas dos acordos anseiam a inclusão de cláusulas sensíveis para responder às críticas aos desequilíbrios do regime. Desse modo, o tema desse trabalho consiste em investigar as contribuições dos países africanos para a reorientação do regime jurídico de investimentos estrangeiros, tendo como recorte específico o mapeamento da inclusão das questões sensíveis nos acordos desses países. Por meio da análise dos acordos celebrados por países africanos fica visível que as questões sensíveis ainda são deixadas de lado na maioria deles. Entretanto, alguns casos particulares mereceram destaque. Os acordos celebrados pelas Ilhas Maurício contêm, desde 1996, um artigo sobre restrições, fazendo menção à proteção ambiental, à saúde pública, à segurança e à prevenção de doenças que possam atingir a vida dos animais e as plantas do seu território. Outra resposta inovadora é encontrada com nos acordos celebrados entre países africanos e o Brasil, que trazem um artigo específico sobre responsabilidade social corporativa, determinando que as partes devem adotar práticas socialmente responsáveis para o cumprimento de padrões e condutas que propiciem um ambiente empresarial saudável. Outra inovação é obtida com a análise do tratado assinado entre o Marrocos e a Nigéria em 2016, que se caracteriza como um dos acordos mais progressivos no continente, articulando a proteção ambiental com avaliação do impacto do projeto de investimento, os padrões de direitos trabalhistas, a proteção dos direitos humanos, a luta contra a corrupção e o estabelecimento de responsabilidade social corporativa.

**Palavras-chave:** Investimento estrangeiro; Acordos internacionais; África.

**Referências Bibliográficas**

- SALACUSE, Jeswald W. The emerging global regime for investment. **Harvard International Law Journal**, v. 51, n. 2, p. 427-473, 2010.
- SIMMA, Bruno. Foreign investment arbitration: a place for human rights? **International and Comparative Law Quarterly**, v. 60, n. 3, p. 573-596, 2011.
- SUBEDI, Surya P. **International investment law: reconciling policy and principle**. Portland: Hart, 2008.

**O PAPEL DAS ECONOMIAS DE TRANSIÇÃO DA EURÁSIA NA REFORMA DO REGIME INTERNACIONAL DE REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS**Igor José Moniz da Costa<sup>1</sup>; Ely Caetano Xavier Junior<sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC-CNPq, Discente do Curso de Graduação em Direito, ICHS/UFRRJ; 2. Professor do DCJ/ICHS/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O estudo identifica as principais formas de regulamentação internacional dos investimentos estrangeiros, analisando os acordos internacionais de investimentos e, em particular, os tratados bilaterais de investimentos (BITs), também denominados Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPRI) no Brasil. Esses acordos compreendem, em sua maioria, o chamado *status quo* do Direito Internacional dos Investimentos, submetido a um conjunto crescente de críticas ao longo de sua trajetória. Partindo da análise histórica deste sistema de regulação, foi possível seguir a fundo na discussão feita, tradicionalmente, pelos países em desenvolvimento a respeito dos modelos normativos adotados nos BITs firmados entre eles e as potências econômicas. Entretanto, como os países em desenvolvimento constituem maioria numérica na sociedade internacional, a pesquisa foi realizada a partir de recorte geográfico e econômico, englobando apenas países eurasiáticos, mais especificamente as doze ex-repúblicas soviéticas que, atualmente, não integram a União Europeia, ou seja, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão. Em seguida, foram estudados os acordos internacionais de investimentos envolvendo os doze países mencionados para determinar os padrões na negociação destes, bem como o conteúdo dos acordos para inferir se os BITs realizados entre países em desenvolvimento trazem alguma novidade ao referido *status quo*, ou se eles apenas reproduzem o padrão preexistente que tanto criticavam e criticam. Os BITs foram os acordos utilizados nesta pesquisa por serem os instrumentos principais de regulamentação internacional dos investimentos estrangeiros. Percebeu-se que todos possuem um grande número desses acordos assinados e, em sua maioria, ratificados, comprovando a importância desses países na lógica do mercado dos investimentos. Dividindo esses acordos e observando os realizados entre as ex-repúblicas soviéticas entre si e com outros países em desenvolvimento, concluiu-se que tais antigas nações comunistas mantêm um elevado grau de participação econômica entre si, característica herdada dos tempos de URSS. Contudo, tal interação não é observada de uma maneira regional propriamente dita, ou seja, não há um número tão elevado de acordos regionais envolvendo os países estudados, que preferem tecer suas relações econômicas por meio de acordos bilaterais de investimentos. Para melhor compreender a lógica imperante nas relações de investimento entre as ex-repúblicas soviéticas e outros países em desenvolvimento, averiguou-se, caso a caso, se eles traziam consigo alguma excepcionalidade no conteúdo de seus BITs ou se apenas perpetuavam o padrão vigente, respondendo os questionamentos originários que suscitaram a presente pesquisa. De maneira a balizar essa averiguação minuciosa, foram escolhidos quatro tópicos: (a) referência ao direito do Estado hospedeiro de regular; (b) referência ao desenvolvimento sustentável; (c) referência aos aspectos sociais dos investimentos; e (d) referência a aspectos ambientais. Os dados permitem afirmar que há um padrão defasado nos acordos dos países arrolados. Esse padrão é, na verdade, o mesmo existente dos acordos tradicionais dos anos 1980 e 1990, em que as potências econômicas exportavam capitais e investimentos para as nações em desenvolvimento, num modelo amplamente criticado pelos países da periferia global.

**Palavras-chave:** Investimentos estrangeiros; Acordos internacionais; Eurásia.

**Referências Bibliográficas**

- COSTA, José Augusto Fontoura. **Direito internacional do investimento estrangeiro**. Curitiba: Juruá, 2010.
- SUBEDI, Surya P. **International investment law: reconciling policy and principle**. Portland: Hart, 2008.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Investment policy hub**. 2019. Disponível em: <<https://investmentpolicy.unctad.org>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

**CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA: MEMÓRIA E IDENTIDADE****Rosa Amélia Pereira<sup>1</sup>; Priscila Valin<sup>2</sup> & Bruno Matos Vieira<sup>3</sup>**

*1. Bolsista do Projeto Residência Pedagógica/CAPES, Discente do Curso de Licenciatura em Belas Artes, ICHS/UFRJ; 2. Bolsista do Projeto Residência Pedagógica/CAPES. Discente do Curso de Licenciatura em Belas Artes, ICHS/UFRJ; 3. Coordenador do Projeto Residência Belas Artes e docente do DTPE/IE/UFRJ.*

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este trabalho faz parte do Projeto Residência Pedagógica/CAPES edital 019/2018, em Seropédica (RJ). Tem como objetivo relatar a atividade realizada pelos residentes na Escola Municipal Gilson Silva, por ocasião do dia Nacional da Consciência Negra. O projeto foi elaborado tendo como foco a história da boneca Abayomi. O objetivo da atividade foi trazer para dentro da sala de aula, a discussão acerca de questões étnico raciais, como forma de promover a reflexão sobre o legado da escravidão no Brasil e sobre as suas diversas formas de discriminação e preconceito subsequentes. Para iniciarmos a atividade apresentamos o vídeo "História da Boneca Abayomi". Nele, Noeli Souza conta a história de como a boneca surgiu e o que ela representa na história da luta do povo africano por sua liberdade. Além disso, ela ensina o passo a passo para a construção da boneca. Após a apresentação do vídeo, sentamos em roda com os estudantes e recontamos a história da boneca como meio de instigar a discussão sobre questões como segregação social e preconceito racial. Posteriormente, disponibilizamos tecidos, e demonstramos o passo a passo de como a boneca seria confeccionada. Alguns alunos da turma são considerados especiais e não conseguem mudar de fase, no entanto, continuam frequentando a escola. A proposta da reflexão sobre a história do tráfico negreiro e suas consequências presentes na atualidade através da história e da confecção da boneca Abayomi, trouxe um momento de muita entrega dos estudantes, tanto na roda de conversa como na atividade em si, deixando o sentimento de que a proposta da aula fora compreendida. O resultado foi de muita alegria e envolvimento, alguns estudantes conseguiram fazer relatos pessoais profundos e confeccionaram mais de uma boneca. Concluímos que a atividade colaborou para uma percepção mais crítica da própria realidade do estudante, assim como para a compreensão e valorização de si mesmos como sujeitos históricos. Trabalhos dessa natureza nas escolas nos dão a oportunidade de descobrir olhares outros que possam desconstruir preconceitos e padrões de comportamentos impostos historicamente e sistematicamente naturalizados por uma sociedade patriarcal, classista e ainda muito racista.

**Palavras-chave:****Referências Bibliográficas**

ALVARES, Sônia Carbonell. **O Olhar como experiência estética** In: Arte e Educação Para Jovens e adultos: As Transformações no Olhar do Adulto. São Paulo. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. USP. 2006.

FREIRE, Paulo. Justificativa da Pedagogia do Oprimido In: **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987.

GOMES, BIZARRIA, COLLET, SALLES. **A Boneca Abayomi: Entre retalhos, saberes e memórias** In: Iluminuras, Porto Alegre, v. 18, n. 44, p. 251-264, jan/jul, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/75745/43150>. Acesso em 05/06/2019

**URBANIZAÇÃO DE NOVA IGUAÇU NA DÉCADA 1950 VISTA PELO CORREIO DA LAVOURA**

**Ana Beatriz do Nascimento Lopes<sup>1</sup>, Flavio de Souza Martins dos Santos<sup>2</sup>, Guilherme de Oliveira Marinho<sup>3</sup>, Lúcia Helena Pereira da Silva<sup>4</sup>**

1. Bolsista Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, discente do curso de História/IM, 2 Estudante do Colégio Estadual Dos Lírios, Bolsista do programa Jovens Talentos/FAPERJ, 3. Estudante do Colégio Estadual Maria Emília Amaral Fontoura, Bolsista do programa Jovens Talentos/FAPERJ, 4. Professora do DH/IM

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Com base no projeto “Desruralização e periferização da Baixada Fluminense: estado e território em Nova Iguaçu 1940/1975”, este trabalho tem por objetivo fazer uma leitura do processo histórico de urbanização que ocorreu em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, a partir dos anúncios do jornal Correio da Lavoura. Fundado em 22 de março de 1917 pelo capitão Silvino Azeredo, o semanário reúne informações sobre os principais serviços urbanos existentes no município, principal interesse e tema do trabalho.

O objeto de análise é o processo de ocupação urbana acelerada que ocorreu na região após o fim da citricultura, que resultou na transformação do município em periferia. Com maior enfoque na década de 1950, este trabalho se ocupará, a partir das publicações no periódico, dos editais de loteamentos, dos anúncios de venda e compra de terrenos e dos decretos oficiais para a construção de um panorama da estrutura urbana existente no município de Nova Iguaçu durante o período de 1950 a 1960, buscando perceber a existência do que pode ser entendido como um mercado imobiliário iguaçuano no período tratado.

Neste período houve um aumento significativo na taxa de ofertas de lotes (RODRIGUES, 2002, p.62) e podemos observar a relação existente entre a rede urbana que se formava e a atuação do jornal na formação deste incipiente mercado imobiliário. Os loteamentos promoveram a ocupação urbana de um espaço antes rural, e essa forma de produção consolidou Nova Iguaçu como uma cidade dormitório. Muitas destas ações foram noticiadas pelo Correio da Lavoura, veículo responsável não só por propagandear a atuação dos citricultores e políticos locais pelo “progresso da Iguassú” no período áureo da laranja, como depois no retalhamento das terras, já que loteamento foi a saída econômica dos antigos pomicultores.

Visto que há uma carência na existência de produções bibliográficas que tratam desse período e do processo urbano ocorrido na região, e tendo em vista o volume de informações coligido na fonte sobre o tema, justifica-se a relevância desta apresentação no âmbito da história regional e do planejamento urbano, haja vista o recorte temporal e ineditismo do tema para os estudos sobre a Baixada.

**Palavras-chave:** Nova Iguaçu; Urbanização; Periódico Correio da Lavoura

**Referências Bibliográficas**

- RODRIGUES, A. O. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, 2006. (dissertação em planejamento urbano e regional)
- SILVA, L. Região Metropolitana da Guanabara: planejamento urbano, cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. In **Revista do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro**, n.12, 2017.
- SOUZA, S de. **Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1992. (dissertação de Antropologia)

**O PAPEL DO ORIENTE MÉDIO NA REFORMA DO REGIME INTERNACIONAL DE REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS****Fernanda Mateus Rosa da Silva<sup>1</sup> & Ely Caetano Xavier Junior<sup>2</sup>***1. Bolsista de iniciação científica - FAPERJ, Discente do Curso de Graduação em Direito, ICHS/UFRRJ;**2. Professor do DCJ/ICHS/UFRRJ*Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas**RESUMO**

A crise financeira que estourou no ano de 2008 acentuou uma tendência de declínio relativo do poder hegemônico dos Estados Unidos da América no sistema econômico mundial contemporâneo. Dessa maneira, os fluxos e estoques de investimento estrangeiro se direcionam cada vez mais aos países em desenvolvimento. Superada a fase mais crítica da crise, diversas economias retomaram seu crescimento tanto nos casos de países em desenvolvimento quanto nos países em cotejo, que obtiveram aumento de investimentos estrangeiros superior aos resultados demonstrados no período anterior à crise econômica. Entretanto, em 2010, ocorreram as revoltas populares dos países do Oriente Médio e Norte da África em defesa de direitos básicos inerentes à dignidade humana, em um movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe, o que ocasionou certa queda de níveis de investimentos estrangeiros dos países desenvolvidos nos países dessa região, mas levou ao aumento da influência econômica da China. Nesse quadro, o objetivo do trabalho é avaliar o impacto de tal acontecimento na regulamentação de investimentos estrangeiros dos países desta região em relação aos países em desenvolvimento e países desenvolvidos, assim como apurar se o preâmbulo dos tratados de investimentos desses países inclui referências a direitos humanos, desenvolvimento sustentável, dentre outras questões sensíveis para os Estados. O trabalho situa-se, portanto, na fronteira entre os estudos de segurança internacional e de economia política, procurando identificar impactos jurídicos dessa interseção no tema dos investimentos estrangeiros. Frise-se que Oriente Médio é de suma importância para a análise do comércio internacional e do investimento estrangeiro, tendo em vista sua base de exportação em petróleo e derivados, apresentando soma das exportações e importações por volta de 2 trilhões de dólares americanos em 2013, sendo que os principais países participantes na corrente de investimentos são Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Turquia, sendo que este último possui uma balança de exportação mais diversificada, vendendo maquinários, têxteis e metais. É notório que os países do Oriente Médio têm sido alvo de interferências externas, operações militares e conflitos armados, circunstâncias que não podem ser ignoradas nos estudos em matéria econômica. Em outras palavras, o ambiente econômico é diretamente influenciado pela instabilidade política e pela ebulição de movimentos de oposição na região. Do ponto de vista econômico, a centralidade dos governos têm um papel importante na modulação do investimento estrangeiro, gerando uma dualidade na posição dos países em análise, que oscilam entre receptores e provedores de capital estrangeiro.

**Palavras-chave:** Oriente Médio; investimentos estrangeiros; Primavera Árabe.**Referências Bibliográficas**

- DEMIR, Soliman. **Arab development funds in the Middle East**. New York: Elsevier, 1979.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Investment Policy Hub**. Disponível em: < <https://investmentpolicy.unctad.org/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

**ACESSO À JUSTIÇA CONCILIATIVA NAS AÇÕES DE DIVÓRCIO LITIGIOSO EM QUEIMADOS, RIO DE JANEIRO****Pedro Henrique Fernandes das Chagas<sup>1</sup> & Livia Pitelli Zamarian Houaiss<sup>2</sup>***1. Discente do Curso de Direito, IM/UFRRJ; 2. Professora do DCJUR/IM/UFRRJ..*Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas**RESUMO**

A legislação processual contemporânea evidencia a resolução consensual de conflitos, que possibilita às partes um protagonismo decisório. No procedimento especial das ações de família, o Código de Processo Civil (2015) valoriza a consensualidade para a composição de controvérsias familiares ao determinar, em seu art. 695, que, ao receber a petição inicial, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação ou conciliação, não havendo menção expressa àquelas hipóteses de dispensa do procedimento comum: manifestação bilateral de desinteresse ou presença de direito intransacionável (art. 334, §4º, CPC). A interpretação literal desse dispositivo indica a audiência autocompositiva como etapa obrigatória nas ações de família, porém se questiona sua utilidade como etapa no já moroso processo judicial brasileiro, sendo essa imperatividade mitigada por magistrados sob a justificativa da celeridade e economia processuais. Pesquisas sobre o tema ainda são incipientes, todavia, e, assim, objetiva-se observar empiricamente a dinâmica da designação da audiência autocompositiva com foco nos processos de divórcio litigioso. Para tanto, a primeira etapa da pesquisa é documental, por uma abordagem quantitativa, realizada através do levantamento de dados censitários junto aos processos judiciais de divórcio distribuídos eletronicamente na Vara de Família da Comarca de Queimados, no período de 01/04/17 a 31/03/18, pelo Núcleo de Primeiro Atendimento da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Os recortes temporais e espaciais foram justificados não só pelo foco do grupo de pesquisa em direitos na Baixada Fluminense, como pela limitação de tempo e acesso aos dados destas demandas que tramitam sob segredo de justiça, o que implicou na desconsideração de todas as informações que identifiquem as partes. Pretende-se expandir a análise dos dados, abarcando o período de 01/04/18 a 31/03/19. A audiência de conciliação é a etapa inicial do processos de divórcio da Comarca estudada, na medida em que não conta com um Centros Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Das exordiais analisadas foram coletados (i) o número do processo, (ii) a presença de manifestação de (des)interesse na autocomposição e (iii) se a audiência foi designada. Nas hipóteses de dispensa, também foi investigado, por uma abordagem qualitativa, o teor dos despachos iniciais. Como resultados provisórios, identificou-se o expresse desinteresse na conciliação em 6,1% das iniciais, e esta manifestação unilateral foi considerada bastante para afastar a audiência conciliatória, contrariando a literalidade do art. 334, §4º, I do CPC, que exige bilateralidade para sua dispensa. Nas demais petições, contudo, mesmo com a manifestação de interesse, a conciliação deixou de ser designada em 38,8% dos casos, motivada centralmente pela falta de utilidade ante a um direito potestativo e o exacerbamento da pauta de audiências. Considerando que a conciliação tem *status* primordial na nova legislação e é entendida como potencial mecanismo de acesso à justiça, os resultados encontrados denotam uma possível restrição de acesso na realidade estudada, pois às partes foi cerceado o protagonismo na resolução de seus conflitos.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça; Conciliação; Baixada Fluminense.**Referências Bibliográficas**

- GRINOVER, Ada Pellegrini. Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC. *In: O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 1-21.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- TARTUCE, Fernanda. **Processo civil no direito de família: teoria e prática**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018b.

**VALORIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO****Cintia Carla de Jesus Pinheiro<sup>1</sup>; Bárbara Veronic Gomes Silva de Mattos<sup>2</sup> & Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, discente do curso de turismo, Departamento de Administração e Turismo/IM/UFRRJ; 2. Bolsista PIBIC 2º semestre de 2018, Bacharel em Turismo/UFRRJ; 3. Docente do Departamento de Administração e Turismo/IMUFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A pesquisa tem como foco o tema da valorização dos serviços ecossistêmicos culturais em áreas protegidas, que envolve uma agenda política internacional no sentido de buscar soluções para o desafio de sustentabilidade das áreas protegidas. A política de conservação da natureza procura evidenciar o papel das áreas protegidas no desenvolvimento local/regional e na prestação de serviços para a sociedade. Na presente pesquisa se busca uma compreensão sobre a maneira como os serviços ecossistêmicos são compreendidos pela sociedade, como a fruição destes serviços impacta no bem-estar social e como esta relação é percebida e valorada. A visitação em unidades de conservação pode funcionar como uma estratégia de conservação na medida em que a sociedade passa a compreender a importância dessas áreas, podendo se engajar em iniciativas em prol da sua conservação. O planejamento da visitação envolve a compreensão sobre a dinâmica interna de gestão da unidade de conservação, considerando também as oportunidades recreativas e seus respectivos impactos e, externamente, requer a atenção aos fatores de oferta e demanda associados ao turismo e às políticas públicas com repercussão na dinâmica regional. Tais aspectos são relevantes no sentido de compreender o impacto associado à existência de uma unidade de conservação no contexto local e regional. A pesquisa teve início com o levantamento e a análise de referencial teórico sobre serviços ecossistêmicos. E, para compreender a opinião dos visitantes e sua percepção sobre os serviços ecossistêmicos, foi realizado um levantamento no Parque Nacional da Tijuca, localizado no município do Rio de Janeiro, com o objetivo de registrar a percepção dos participantes sobre os benefícios das áreas protegidas, considerando bem-estar, saúde, estado emocional entre outros aspectos. Foram entrevistados ao todo 155 visitantes do parque, no período de março a maio de 2019. Os dados foram armazenados com o auxílio da ferramenta Open Data Kit - ODK. Como metodologia para alcançar os objetivos desta pesquisa, optou-se por uma combinação de instrumentos de coleta e análise de informações, tais como, levantamento, análise e registro de referencial bibliográfico e de dados secundários de suporte para o projeto. Foi possível observar que os visitantes entrevistados percebem mais claramente os benefícios da visitação associados ao bem-estar psicológico, que foi citado como um aspecto “muito importante”, antes e depois da visita. Fatores de bem-estar espiritual, físico e ambiental (sensação de “estar” naquele local, sentimento de pertencimento) também foram classificados como “muito importante” pelos visitantes. A maioria dos entrevistados estava acompanhada de crianças e citou como principais benefícios a melhora de problemas respiratórios, o desenvolvimento físico e a diminuição da ansiedade. Ainda que os visitantes desconheçam o significado de “serviços ecossistêmicos”, o questionário utilizado elenca os possíveis benefícios sociais e culturais associados à existência de uma área protegida, com base em estudos já realizados, nomeando as classificações em termos de bem-estar (espiritual, intelectual, físico, emocional, entre outros). Assim, acredita-se que pesquisas de percepção são relevantes para despertar a reflexão sobre temas que são pouco discutidos e, conseqüentemente, compreendidos e valorizados pela sociedade.

**Palavras-chave:** Serviços ecossistêmicos; Serviços ecossistêmicos culturais; Bem-estar.

**Referências Bibliográficas**

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (2015) **Tourism supporting Biodiversity: A Manual on applying the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development**. Montreal. Disponível em: <<https://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-manual-2015en.pdf>>. Acesso em: 02 de Janeiro de 2019

THE ECONOMICS OF ECOSYSTEMS AND BIODIVERSITY (TEEB). **An Interim Report**. (2008). Disponível em: <[http://www.teebweb.org/media/2008/05/TEEB-InterimReport\\_English.pdf](http://www.teebweb.org/media/2008/05/TEEB-InterimReport_English.pdf)>. Acesso em: 02 de Janeiro de 2019.

Neugarten, R.A., Langhammer, P.F., Osipova, E., Bagstad, K.J., Bhagabati, N., Butchart, S.H.M., Dudley, N., Elliott, V., Gerber, L.R., Gutierrez Arrellano, C., Ivanić, K.-Z., Kettunen, M., Mandle, L., Merriman, J.C., Mulligan, M., Peh, K.S.-H., Raudsepp-Hearne, C., Semmens, D.J., Stolton, S., Willcock, S. (2018). **Tools for measuring, modelling, and valuing ecosystem services: Guidance for Key Biodiversity Areas, natural World Heritage Sites, and protected areas**. Gland, Switzerland: IUCN. x + 70pp.

**O RURAL E O URBANO NO PLANO E NA REALIDADE: OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS EM NOVA IGUAÇU****Pedro Paulo Cunha Costa<sup>1</sup>, Matheus Bernardino de Sousa<sup>2</sup> e Tatiana Cotta Gonçalves Pereira<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Direito, ICHS/UFRRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Direito, ICHS/UFRRJ; 3. Professora do DCJ/ICHS/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O projeto propôs verificar se — e em que medida — o planejamento estabelecido através dos Planos Diretores de Nova Iguaçu (atual e anterior) e das respectivas leis de zoneamento captam e modificam a realidade local, estritamente no loteamento irregular Jardim Laranjeiras, no bairro de Cabuçu, e no assentamento São Bernardino, no bairro de Tinguá, que se configuram, respectivamente, como áreas urbana e rural, em termos de zoneamento municipal. Para tanto, as categorias de análise adotadas foram em dois sentidos: i) a análise espacial se fez a partir dos conceitos de *espaço concebido* e *espaço percebido* da tríade dialética do espaço de Lefebvre (2006); ii) a verificação da realidade do macrozoneamento através das contradições no processo de transformação dos espaços rurais e urbanos evidenciados por Bagli (2013). A metodologia consistiu em: i) leitura bibliográfica sobre os temas do planejamento urbano, rural-urbano, direito à cidade; ii) levantamento de toda legislação sobre planejamento territorial do município de Nova Iguaçu; iii) aplicação de questionários estruturados aos moradores das áreas estudadas, observações *in loco* e através do Google Earth Pro. Tudo com objetivo de identificar simetrias entre o *espaço percebido* pela população e o *espaço concebido* pela norma, além dos conflitos oriundos da ausência dessa simetria. O Plano Diretor de 1997 de Nova Iguaçu é abstrato, sem retratar a realidade socioespacial do território municipal, constituindo-se como uma lei completamente ineficaz no sentido de promover desenvolvimento e coesão territorial, servindo para manter a produção industrial e a proteção ambiental, “invisibilizando” o rural e o precário existente. Nesse caso, há um total apartamento dos espaços *concebido* e *percebido*, se é que se pode afirmar que há concepção do espaço, uma vez que a realidade da prática espacial é ignorada. Já o Plano Diretor de 2008 foi feito com expressiva participação popular, tendo o condão de apresentar em suas linhas a realidade territorial, como se pôde notar através das comunidades pesquisadas: Tinguá como área rural, com seus grandes lotes e plantações diversificadas, e Cabuçu como área periurbana (traduzida no Plano como “de urbanização precária”), onde não há características típicas de uma centralidade urbana, como bancos, cinemas, teatros, shopping centers, nem características típicas de zona rural, como o sustento assegurado pela produção da terra, a predominância da natureza tanto na paisagem visível quanto na sonora e na sensível, os lotes espaçados, o modo de vida etc. O que se percebe são nuances de ambos, com a predominância de um modo de vida urbano (e precário) — que se verifica nos fluxos intensos de deslocamento diários, semelhantes aos da periferia — somado a algumas características rurais, como o cultivo, o tempo livre para exercer outras atividades, os sons dos pássaros etc. Com relação aos equipamentos previstos, o *espaço percebido* aflui no texto, alimenta-o e dá vida, mas o *espaço concebido* pouco se concretiza a partir dele.

**Palavras-chave:** Plano Diretor; Planejamento urbano; Nova Iguaçu.

**Referências Bibliográficas**

- (1) BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. Em: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Outras Expressões, 2013;
- (2) LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev., 2006.

**DESAFIOS PARA O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE****Larissa Euzebio Peres<sup>1</sup> & Ely Caetano Xavier Junior<sup>2</sup>**

1. Participante do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PICV) da UFRRJ, Discente do Curso de Relações Internacionais, ICHS/UFRRJ; 2. Professor do DCJ/ICHS/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Com o crescimento populacional e o processo de urbanização das cidades, o gerenciamento de resíduos sólidos passou a ser um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade urbana do século XXI. Atualmente, as cidades do mundo em conjunto produzem aproximadamente 1,3 bilhão de toneladas de resíduos sólidos por ano. A estimativa é de que o modo de vida consumista contribua para o aumento deste volume em 2,2 bilhões de toneladas até 2025. O mau gerenciamento dos resíduos sólidos, além de afetar a questão econômica gerando mais gastos em longo prazo, representa graves riscos à saúde humana e ao meio ambiente. A ausência de uma organização internacional específica em matéria de meio ambiente culminou em uma resposta internacional fragmentada aos desafios nessa área. Desse modo, o arcabouço jurídico internacional aplicável foi estruturado a partir de regimes específicos para determinados temas, entre os quais se destacam as mudanças climáticas, a camada de ozônio e proteção da biodiversidade. No entanto, nenhuma das principais convenções internacionais estabeleceu metas e calendários claros com limites para a geração de resíduos. Dessa forma, a implementação de políticas de gestão de resíduos sólidos urbanos nos países é dificultada pela falta de obrigatoriedade presente nas agendas em nível internacional e nacional. Em contrapartida, surgem atores não estatais com função importante em soluções locais. Pode-se concluir, portanto, que, por mais que exista uma grande quantidade de regras e instituições sobre o tema do meio ambiente, o direito produzido carece, muitas vezes, de obrigatoriedade, pois, as abordagens dos Estados ao Direito Internacional do Meio Ambiente são construídas para que as normas elaboradas sejam ineficientes. O avanço do tema depende, entretanto, não apenas do fortalecimento das agendas formais de produção de normas de Direito Internacional, mas também do fomento da atuação positiva de atores não estatais.

**Palavras-chave:** gerenciamento de resíduos sólidos; meio ambiente; Direito Internacional.

**Referências Bibliográficas**

- HOORNWEG, D; Bhada-Tata, P. **What a waste:** a global review of solid waste management. Urban development series [World Bank], Washington, DC, n. 15, p. 1-98, 2012. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17388>>.
- SANDS, Philippe; PEEL, Jacqueline. **Principles of international environmental law.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 675-709.
- ELLIS, J. legalization in international environmental law. In: AALBERTS, Tanja; GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas. **The changing practices of international law.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 158-187.

**PERFIL DA INDÚSTRIA FLUMINENSE POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA E DESTINO REGIONAL****Daniel Cordeiro Moulin<sup>1</sup> & Robson Dias da Silva<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Ciências Econômicas DPCE/IM/UFRRJ; 2. Professor do DPCE/IM/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Após um período de crescimento econômico diferenciado, o estado do Rio de Janeiro tem sofrido uma forte crise econômica, que tem sido marcada tanto pelo estrangulamento fiscal, quanto pela queda dos investimentos e da atividade produtiva. Em particular, a indústria foi um dos motores do crescimento econômico estadual durante o período 2002-2014, não apenas os setores ligados ao petróleo, mas também importantes ramos da indústria de transformação. A pesquisa mostrou que três padrões se consolidaram do ponto de vista da dinâmica territorial da indústria fluminense: 1) crescimento liderado pelos efeitos do setor petróleo e gás, 2) setores baseados em grande projetos de investimento e 3) ramos industriais ligados à cadeias globais de valor orientadas pelo mercado internacional. Os dois primeiros padrões estiveram fortemente atrelados às políticas de crescimento adotadas durante os Governos Lula e Dilma, marcadas pelo maior ativismo estatal em promoção do crescimento. A conjuntura internacional, de alta dos preços do petróleo, também foi determinante. O terceiro padrão, por sua vez, está claramente associado às transformações apresentadas pelo padrão de comércio exterior da economia fluminense, notadamente o aumento da participação chinesa tanto nas exportações, quanto importações, de países do Oriente Médio e de nações europeias, especialmente a França. Isso corrobora a tese de crescimento indústria liderado por setores baseados em recursos naturais e em partes da manufatura ligas às cadeias globais de valor, tal como setor automotivo. Pode-se afirmar que tanto do ponto de vista da intensidade tecnológica, quando da destinação regional, houve aprofundamento da especialização produtiva do estado do Rio de Janeiro. Em termos metodológicos, o estudo se baseou em pesquisa qualitativa estruturada a partir de revisão de literatura, bem como análise de dados secundários, especialmente de duas fontes oficiais: Pesquisa Industrial Annual (PIA), RENAI e ALICEWEB.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Industrialização; Mudança Estrutural.

**Referências Bibliográficas**

KLINK, Jerome. **Development Regimes, Scales and State Spatial Restructuring: Change and Continuity in the Production of Urban Space in Metropolitan Rio de Janeiro**, Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 37.4 July 2013 1168–87

BRANDÃO, Carlos (2016) **As Ausências e Elos Faltantes das Análises Regionais no Brasil e a Proposição de uma Agenda de Pesquisas de Longo Prazo**. (Relatório Final de Pesquisa IPEA, mimeo).

SILVA, Robson D. **Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro**. Editora da Fundação Getúlio Vargas e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012

**TURISMO, PRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO NA COSTA VERDE FLUMINENSE: A  
ESPACIALIZAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM E SUAS TIPOLOGIAS EM ANGRA DOS  
REIS- RJ.**

**Thaís de Oliveira Gomes <sup>1</sup>; Fernanda Ribeiro da Silva <sup>2</sup> & Luciano Muniz de  
Abreu<sup>3</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica Voluntária PICV, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica PIC, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 3. Professor Adjunto – DAU/IT/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A pesquisa a ser apresentada é parte integrante do Plano de Trabalho, em desenvolvimento, no Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), estando vinculada ao projeto de pesquisa “Cidades Litorâneas, Turismo e Produção do Espaço no Litoral do Rio de Janeiro”, que busca traçar um panorama da atividade turística no litoral fluminense evidenciando os lugares em que o turismo assume um papel relevante na produção do espaço e os impactos decorrentes desta produção, procurando assim, compreender a dinâmica de uso e apropriação do litoral fluminense por meio da atividade turística e o grau de intervenção do turismo no processo de produção daquele espaço. O recorte espacial do presente trabalho recai sobre o município de Angra dos Reis, localizado na região turística da Costa Verde fluminense, que nas últimas décadas vem passando por um intenso processo de expansão urbana e é reconhecido como importante destino turístico em nível estadual, regional e nacional. O objetivo da pesquisa consiste em apresentar um levantamento da situação atual dos meios de hospedagem no recorte espacial definido, com base no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo (Cadastur). A partir desse levantamento, mostrar o quantitativo, as tipologias dos empreendimentos e sua espacialização, de modo a permitir conhecer o perfil dos meios de hospedagem e a apropriação litorânea dos empreendimentos. Essas informações serão necessárias para dimensionar o grau de turistificação dos espaços da orla, ou seja, a literal disputa pelo uso do solo urbano à beira-mar no que diz respeito a sua ocupação. Por fim, busca-se analisar a relação entre a atividade turística e seus reflexos na organização e produção do espaço urbano no município. Os dados levantados, nesta etapa inicial, permitirão, a posteriori, a análise comparativa evolutiva e de perfil dos empreendimentos, com os marcos temporais anteriores definidos na pesquisa guarda-chuva (anos 2003 e 2010), bem como com outras regiões litorâneas do Estado. As reflexões teóricas acerca dos achados empíricos estão assentadas em autores que tratam da produção do espaço e dos processos de turistificação do espaço e territorialização turísticas, notadamente, Santos e Harvey, com Knafou, Cruz, Abreu, Araujo, Paiva entre outros autores. Espera-se que os resultados e reflexões obtidos no trabalho contribuam para discussões acerca da produção do espaço litorâneo em função do turismo em Angra dos Reis.

**Palavras-chave:** Turismo; Meios de hospedagem; Produção do espaço; Costa verde fluminense.

**Referências Bibliográficas**

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.  
SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2002.  
CADASTUR: Fazendo turismo legal. Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do MTur Ministério do Turismo. Disponível em: <<https://cadastur.turismo.gov.br>>.

**RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA BAIXADA FLUMINENSE: O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO DA COMUNICAÇÃO****Matheus Meirelles da Silva Coimbra<sup>1</sup> & Sandra Sueli Garcia de Sousa<sup>2</sup>**

1. Bolsista Pibic-UFRRJ, discente do curso de Jornalismo ICHS-DLC; 2. Professora do curso de Jornalismo ICHS-DLC, UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este trabalho é fruto da pesquisa “Rádios na Baixada Fluminense: a construção cidadã em emissoras livres e comunitárias” desenvolvida no âmbito da Iniciação Científica na UFRRJ. A pesquisa tem como principal objetivo mapear e compreender o funcionamento das rádios livres e comunitárias da Baixada Fluminense (RJ). Entenda-se por rádios livres as emissoras que não tem licença do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação para funcionar e podem ser levadas ao ar por uma ou mais pessoas; as rádios comunitárias, por sua vez, possuem licença e estão regulamentadas desde 1998 (SOUSA, 1997). São emissoras que pertencem a Associações ou Fundações sem fins lucrativos em pequenas cidades, bairros ou vilas. A estimativa é que haja mais de 10 mil rádios do tipo no Brasil e apenas metade delas, tem autorização para funcionar. De acordo com Ana Carolina Rodrigues da Silva (2007), o país viu nascer, a partir dos anos de 1990, “movimentos sociais de grande importância e ações desenvolvidas pela população para sanar lacunas que o Estado não se preocupou em resolver. Parte da população organizou estratégias de transformação do seu lugar de moradia”. Uma das formas que os movimentos sociais organizaram-se para exercitar seus direitos e deveres é a prática advinda de meios alternativos de comunicação, caso das rádios livres e comunitárias. A Baixada Fluminense é um bom exemplo disso. Em sentido amplo, a região da Baixada Fluminense é formada pelos seguintes municípios: São João de Meriti, Itaguaí, Duque de Caxias, Belford Roxo, Guapimirim, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e Seropédica. Trata-se de uma região comumente representada pelos discursos da violência e da pobreza, em geral, transmitidos pelos grandes meios de comunicação. Mas como ocorre a comunicação vivida no dia a dia dos moradores da Baixada? Sobre essa pergunta, a presente pesquisa procura respostas a partir das visitas às emissoras. O intuito é o de montar o perfil das mesmas e de seus realizadores; também se observa o conteúdo transmitido pelas rádios e como ocorre a participação do ouvinte nas programações. A partir desses levantamentos, busca-se entender a prática da construção cidadã na comunidade onde as emissoras estão inseridas, dessa forma debatemos a democratização da comunicação. Para esta apresentação, nos detemos em trazer o caso da rádio Serra Verde FM, localizada na região de Xerém, em Duque de Caxias-RJ. Com transmissão iniciada em maio de 2003, a rádio possui uma área de abrangência que cobre, além do distrito de Xerém, bairros e municípios vizinhos. A Serra Verde mostrou ser ao longo das visitas um bom exemplo de atuação comunitária na região abrangida, pois leva ao ar várias informações sobre a comunidade, além de debater assuntos que estão em evidência no país.

**Palavras-chave:** Rádio; Rádio comunitária; Baixada Fluminense; Cidadania

**Referências Bibliográficas**

SILVA, Ana Carolina Rodrigues da. **A voz da Baixada: um estudo sobre rádio comunitária na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro**. First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb), presented by CIES – Centre for Research and Studies in Sociology, June 11, 12, 2007.

SOUSA, Sandra Sueli Garcia de. **Rádios Ilegais: da legitimidade à democratização das práticas**. Dissertação de mestrado, Umesp, 1997.

PROJETO PRETENDE AUTORIZAR PUBLICIDADE EM RÁDIOS COMUNITÁRIAS. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/26/projeto-permite-veiculacao-de-publicidade-em-radios-comunitarias.htm>. Acesso em 10 de ago 2019.

**A SUSTENTABILIDADE E A HOTELARIA CARIOCA: CRITÉRIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E PARTICIPATIVO****Luiz Felipe Miranda<sup>1</sup>, Ruan Santana Montenegro de Almeida<sup>2</sup> & Rodrigo Amado dos Santos<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Hotelaria, ICSA/UFRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Hotelaria, ICSA/UFRJ; 3. Professor do DEDH/ICSA/UFRJ.  
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Durante séculos a natureza foi vista como fonte inesgotável de recursos para as atividades humanas. No entanto, especialmente a partir da segunda metade do século XX, sinais de degradação causados pela ação humana como a poluição do ar, a contaminação de rios e do solo, o desmatamento e a extinção de espécies chamaram a atenção da sociedade para a necessidade de discutir limites que o meio ambiente impõe ao crescimento econômico. Neste cenário os debates sobre gestões sustentáveis tornam-se notórios à contemporaneidade, nos âmbitos econômico, político, acadêmico e midiático. Notadamente, a Organização das Nações Unidas foi fundamental na difusão dessas discussões ao redor do mundo, através da realização de conferências sobre o meio ambiente, reunindo chefes de estado de diversos países. Documentos oriundos desses encontros como o Relatório de Brundtland – Our Common Future (1987), a Agenda 21 (1992) e a Carta da Terra (1997) ajudaram a construir as primeiras noções de desenvolvimento sustentável, orientando uma readaptação da relação da sociedade com o meio ambiente. (NOBRE, 2002). Tal perspectiva é justificada graças as gestões coetâneas necessitarem lidar: com um público-alvo mais consciente dos limites a serem impostos ao uso dos recursos naturais/culturais; com o impacto negativo de suas operacionalizações sobre o meio ambiente e a sociedade. Indubitavelmente, essa premissa é ainda mais imperativa em atividades cujo poder de transformação socioambiental, cultural e econômico é cada vez mais latente, como é o caso da hotelaria, atividade com potencial de trazer inúmeros impactos positivos, como a geração de empregos, aumento do fluxo de capitais e a preservação de traços culturais da localidade receptora. (SANTOS, CHEHADE e QUINI NETO, 2010) Desse modo, o objetivo desta pesquisa, como desdobramento da Tese de doutorado intitulada “Sustentabilidade e a Cadeia Produtiva Hoteleira: Prospecções para um Modelo de Desenvolvimento Integrado e Participativo” (SANTOS, R. A, fundamenta-se na apresentação de procedimentos, técnicas e condutas necessários para a execução de 39 critérios para a promoção de uma hotelaria sustentável. Assim, um estudo qualitativo foi elaborado, embasado nas métricas de multicaso e entrevistas em profundidade. Participaram destas entrevistas 03 gestores hoteleiros – 02 gerentes gerais e 01 supervisora de RH – e 01 representante do Ministério do Turismo, coordenador do Grupo Turismo Sustentável – ISO. A partir de suas experiências profissionais foram estruturadas descrições/exemplificações que auxiliarão a operacionalização de cada critério, de forma que seja garantida a estruturação de uma gestão hoteleira holística, integrada e participativa.

**Palavras-chave:** Critérios de Sustentabilidade, Gestão Hoteleira, Análise Holística e Integrada

**Referências Bibliográficas**

NOBRE, M. **Desenvolvimento Sustentável: institucionalização de um conceito**. Informe a edição (2. ed), caso o livro tenha tido mais de uma edição; não informe a primeira. Brasília: 2002.

SANTOS, R. A.; CHEHADE, M. B.; & QUINI NETO, D. A relação da atividade turística com o meio ambiente. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, n. 13, jun. 2010. Disponível em: <[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/LGM012wmMEyAwSb\\_2013-5-23-12-28-27.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/LGM012wmMEyAwSb_2013-5-23-12-28-27.pdf)> Acesso em: 11 jun. 2019.

SANTOS, R. A. Sustentabilidade e cadeia produtiva hoteleira: Prospecções para um modelo de desenvolvimento sustentável integrado e participativo. 2018. Tese (Doutorado em Sistemas de Gestão Sustentáveis) Escola de Engenharia, UFF, Niterói.

**O CENÁRIO DA ADOÇÃO NO BRASIL E AS FORMAS DE PROMOÇÃO DE BUSCA ATIVA:  
UMA LINHA TÊNUE ENTRE EXPOSIÇÃO E INCENTIVO****Mariana Lamassa da Fonseca<sup>1</sup> & Livia Pitelli Zamarian Houaiss<sup>2</sup>**

1. Discente do Curso de Direito/ IM/ UFRRJ, Membro do Grupo de Pesquisa “DIALOGOS” (CNPQ), na linha “Direito Civil Além do Judiciário”; 2. Professora do DCJUR/ IM/ UFRRJ. Vice-líder do Grupo de Pesquisa “DIALOGOS” (CNPQ), e coordenadora da linha “Direito Civil Além do Judiciário”.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O instituto da adoção tem por objetivo viabilizar, por intermédio da família substituta, o direito à convivência familiar a crianças e adolescentes que por alguma circunstância não puderam permanecer junto a sua família natural ou extensa (ISHIDA, 2018). No entanto, segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), nem todos os infantes institucionalizados possuem a mesma chance de inserção familiar, pois há um perfil ideal de filho desejado pelos adotantes que renega à invisibilidade os maiores de 8 anos, deficientes ou portadores de doenças crônicas e os grupos de irmãos. Essa modalidade mais rara de adoção recebeu a nomenclatura de “necessária” (FONSECA; SANTOS; DIAS, 2009) e tem sido objeto de preocupação do Poder Judiciário, que passou a estruturar projetos que aparentam ter como finalidade fomentar tal categoria adotiva. Essas iniciativas se estruturam a partir da busca ativa, um instrumento que propicia maior visibilidade àquelas crianças e adolescentes disponíveis à adoção, mas com perfis preteridos e possibilita aos adotantes o contato com a real conjuntura dos abrigos, objetivando uma eventual mudança do perfil por eles inicialmente escolhido. Ocorre que, essas ações possuem em comum o fato de que, em maior ou menor, grau dependendo de suas estruturas, expõem a imagem dos infantes institucionalizados, por meio de vídeos e fotos, o que é um fator de risco, além de configurar um latente conflito entre os direitos fundamentais de imagem e convivência familiar. Por intermédio da pesquisa empírica de abordagem qualitativa e metodologias de entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica e documental, o presente trabalho, cujo campo foi restringido aos projetos realizados no estado do Rio de Janeiro, tem por escopo investigar como se estruturaram essas buscas ativas, quais os resultados já obtidos e como os principais sujeitos atuantes junto ao instituto da adoção tem se posicionado frente essas iniciativas. Assim, a partir das entrevistas, foi possível verificar que a aceitação dos programas é controversa, de modo que dos 9 (nove) entrevistados, 6 (seis) entendem que a exposição nos projetos não é prejudicial quando considerado o aumento das chances de inserção familiar; 2 (dois) afirmam que os potenciais riscos gerados superam os benefícios e que o direito a convivência familiar não deve ser promovido a qualquer custo e (1) considera ainda estar em dúvida quanto à viabilidade das ações, mas apresenta receita aos projetos que divulgam os dados dos infantes a não-habilitados. A pesquisa demonstrou também que os programas não mantêm controle efetivo ou a publicização do resultado quantitativo das adoções realizadas, o que pode fazer com que os projetos tenham sua legitimidade diminuída. Outrossim, projetos que restringem a divulgação dos dados apenas a habilitados aparentaram ser mais viáveis, pois alcançam pessoas que possuem interesse concreto em adotar e diminuem o grau de exposição dos infantes. Por fim, a investigação alerta para a necessidade de maior reflexão em tais programas de fomento, que devem ser pensados sobretudo de maneira responsável e consciente, com vistas a garantir, em todos os aspectos, o melhor interesse de crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Crianças e adolescentes; Adoções necessárias; Direitos Fundamentais.

**Referências Bibliográficas**

Conselho Nacional de Justiça. **Relatórios Estatísticos**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoescadastro-nacional-de-adocao-cna>. Acesso em: 07 abr. 2019.

FONSECA, Célia Maria Souto Maior de Souza; SANTOS, Carina Pessoa; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos**. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2009000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2009000300004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 11 ago. 2019.

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Doutrina e Jurisprudência. 19. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

**PLURALISMO E MONISMO JURÍDICO**

Perspectivas da Teoria do Direito

Patrick de Almeida Saigg<sup>1</sup> & Alexandre Pinto Mendes<sup>2</sup>

1. Graduando, curso de Direito DCJ/ICHS/UFRRJ; 2. Professor orientador, curso de Direito DCJ/ICHS/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O atual projeto teve como ponto de partida a análise descritiva das obras de três autores célebres da teoria do Direito: Hans Kelsen (*Teoria Pura do Direito*), Herbert Hart (*O Conceito de Direito*) e John Finnis (*Natural Law & Natural Rights*). Autores estes conhecidos por adotarem um posicionamento monista em suas formulações teóricas acerca dos fundamentos do Direito. Os três teóricos desenvolvem suas concepções sobre a natureza do Direito tomando como base uma metodologia rigorosa e internamente coerente, usam artifícios analíticos e argumentativos da filosofia da linguagem, sustentam que não se pode deduzir uma norma jurídica do mundo do ser e concluem que a fundamentação última de um ordenamento jurídico independe do querer humano. Em um segundo momento procurou-se introduzir a problemática do pluralismo jurídico nas teorias que consideram o monismo como um axioma necessário para a constituição de uma norma (*lato sensu*) como jurídica, assim como da constituição de um ordenamento jurídico como um todo. Em certo momento da pesquisa a crítica baseada no pluralismo jurídico mostrou-se insuficiente/limitada para a formação de uma crítica mais aprofundada sobre as teorias do Direito, assim como do Direito como um todo. Isto se deve pela razão de que o pluralismo jurídico ainda sustenta a existência de um fenômeno jurídico, mesmo que não estatal. No entanto, a crítica inicial calcada na ideia de pluralismo jurídico foi essencial para indicar a existência de múltiplas concepções acerca das fundamentações do Direito e, assim, desconstruir a noção ideológica de que o fenômeno jurídico seja universal, único e necessário, como os jusfilósofos apontam. Em um movimento dialético, a relação inicial entre as teorias monistas do Direito apresentadas (tese) e a introdução da problemática do pluralismo jurídico ao analisar as concepções monistas (antítese) culminou na desconstrução do axioma monista como necessário para a fundamentação do Direito (síntese). Como o movimento dialético é contínuo, essa síntese transformou-se em uma nova tese, a qual a concepção de pluralismo jurídico deixou de nos ser útil para um aprofundamento crítico. Mesmo nos proporcionando um avanço acerca da concepção do que seja Direito, o pluralismo jurídico ainda mantém a noção do Direito (forma jurídica), mesmo que o reivindicando para relações em que não figura o Estado. O Direito moderno, o fenômeno como conhecemos hoje, somente surgiu com o advento do modo de produção capitalista e, concomitante, com a formação dos Estados modernos que cancelaram uma concepção do que se entenda por Direito. O Direito e o Estado são duas faces da mesma moeda, intermediadores e garantidores da produção e das trocas econômicas firmadas pela ideia de contrato. A forma jurídica (Direito) não se confunde com a forma política (Estado), mas ambas derivam da forma-valor (modo capitalista de produção e reprodução da vida). Desta maneira, o problema não se encontra mais onde situa-se o núcleo fundamentador do Direito, mas na existência do próprio Direito, visto este ser um produto das relações de produção capitalista estruturado sob e para o sistema capitalista, não sendo um fenômeno neutro por essência, mesmo desvinculado do Estado.

**Palavras-chave:** Forma Jurídica; Forma Política; Forma-valor.**Referências Bibliográficas**MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3ª ed. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

**CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA TOMADA PELA UFRRJ  
PARA ATENDIMENTO A INSTRUÇÃO NORMATIVA 09/2018 (SEGES/MPDG)**

**Luana Cirino Bretas Correa<sup>1</sup>; Marcelle Camargo Ramos<sup>2</sup>; Leticia Campos de Farias<sup>3</sup>; Diego Dantas Wittmann<sup>4</sup> & Gabriel de Araújo Santos<sup>5</sup>**

1. Discente do Programa de Pós-graduação Educação Agrícola-PPGEA UFRRJ; 2. Discente do Programa de Pós-graduação de Educação Agrícola – PPGEA UFRRJ; 3. Discente do Programa de Pós-graduação Educação Agrícola - PPGEA UFRRJ; 4. Discente do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA UFRRJ. 5. Professor Doutor do Departamento de Solos, Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA UFRRJ .

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este artigo teve como objetivo analisar as estratégias tomadas pela UFRRJ para atendimento a Instrução Normativa Nº 09/2018 (SEGES/MPDG), sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Trata-se de um estudo de caso sobre as medidas tomadas pela UFRRJ através da qualificação dos seus servidores em um trabalho conjunto das Pró-reitorias de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional, de Assuntos Financeiros, e de Assuntos Administrativos, para promover educação institucional com a elaboração de Curso Básico de Planejamento de Contratações, Curso de Formação em Contratações Públicas e I Fórum de Planejamento de Contratações da UFRRJ. O trabalho foi desenvolvido junto à Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus Seropédica – RJ. A UFRRJ possui quatro campus: Seropédica, Nova Iguaçu, *Campos dos Goytacazes* e Três Rios; A pesquisa foi sobre os servidores que participaram do Curso Básico de Planejamento de Contratações, Curso de Formação em Contratações e para a efetivação do currículo ao aperfeiçoamento da atuação profissional e desenvolvimento de competências para atendimento sobre a Instrução Normativa 09/2018 (SEGES/MPDG), e sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações no âmbito da Administração Pública Federal na UFRRJ. A coleta de dados foi obtida na CODEP, através de pesquisa documental, o curso teve o total de inscritos de 165 servidores, 102 servidores que concluíram os cursos que foram ministrados nos quatro campi da UFRRJ. A partir dos resultados obtidos através da pesquisa podemos dizer que esta qualificação profissional tem contribuído para a efetiva qualidade no serviço público e desenvolvimento de competências para atendimento sobre a Instrução Normativa 09/2018 (SEGES/MPDG), e também para a elaboração do Plano Anual de Contratações no âmbito da Administração Pública Federal na UFRRJ. Essa capacitação é fruto de um planejamento que a Universidade já colocou em prática, apesar da obrigatoriedade imposta pela legislação que o cumprimento efetivo ocorra no ano de 2020, a qual se mostrou responsável em se antecipar e capacitar seus servidores, demonstrando maturidade no cumprimento de legislações.

**Palavras-chave:** Capacitação Profissional, Gestão Pública, Planejamento de Compras.

**Referências Bibliográficas**

- PALUDO, Augustinho **Administração pública**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- BRASIL. **Instrução Normativa nº 1, de 29 de março de 2018**. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/861-pgc-in>. Acessado em 10/12/2018.
- UFRRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013-2017**. Relatório. Seropédica, 2013. Disponível em: <<http://institucional.ufrj.br/pdi/>>. Acesso em 16/03/2019.
- UFRRJ. **Relatório de Gestão 2017**. Seropédica, 2017. Disponível em: <<http://portal.ufrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrj/>>. Acesso em 16/03/2019.
- 549084>. Acesso em: 30 jun 2019.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: O CASO DO PROJETO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTES URBANOS EM PARCERIA COM A CRECHE MUNICIPAL MARIA ALVES LAVOURAS EM SÃO JOÃO DE MERITI – RJ**

**Cecília de Oliveira Francisco<sup>1</sup>; Antonio Franklin Dos Santos Barboza<sup>2</sup>; Joel Paulo Leal Ribeiro<sup>3</sup> & Marcio Silva Borges<sup>4</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Administração, UFRRJ; 2. Voluntário de Iniciação Científica, Discente do curso de Administração, UFRRJ; 3. Voluntário de Iniciação Científica, Discente do curso de Administração, UFRRJ; 4. Professor do DAT/IM/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

As discussões sobre Responsabilidade Social Empresarial vêm tomando maior espaço no conhecimento popular, visto que a pressão social para a aplicação de suas práticas nas organizações aumentou, tornando esse fator um diferencial competitivo no mercado. Uma empresa de transportes situada em uma das regiões carentes do Rio de Janeiro desenvolve um projeto social na Creche Municipal Maria Alves Lavouras, São João de Meriti-RJ, que atende cerca de 128 crianças oferecendo serviços voltados à alimentação e bem estar das crianças. O presente trabalho busca apresentar o papel de transformação social e seus beneficiários por meio da pergunta norteadora: Qual é o impacto promovido por ações afirmativas via investimento privado no desenvolvimento socioeconômico dos moradores de São João de Meriti-RJ?. Assim, a pesquisa tem por objetivo apresentar a importância da implantação de um projeto voltado para o atendimento pré-escolar na comunidade, evidenciando os benefícios mútuos para a empresa que a promove e a sociedade local envolvida. São João de Meriti é um município que tem um baixo número de pessoas ocupadas-assalariadas, e com um baixo desenvolvimento econômico (IBGE, 2019). As empresas da região começaram a criar projetos que proporcionaram uma melhor qualidade de vida, visto que a aplicação e recursos voltados ao desenvolvimento social gera benefícios para a sociedade e para a organização (FREEMAN, 1984). A necessidade das mulheres de compartilhar a educação de seus filhos cresce junto ao aumento de sua participação no mercado de trabalho (AMORIM, 1999). O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa descritiva, exploratória e bibliográfica dos temas de responsabilidade social empresarial, educação básica e dos índices socioeconômicos do município de São João de Meriti, além da realização de pesquisa de campo, de caráter qualitativo, para analisar um projeto de parceria desenvolvido por uma empresa de transportes com a Creche Municipal Maria Alves Lavouras. Analisando as entrevistas e questionários aplicados na empresa de transportes, com gestores da creche e comunidade do entorno, em conjunto com o cruzamento de dados disponibilizados pela prefeitura, foi possível perceber que a parceria estabelecida é de longo prazo e fundamental em diversos pontos no desenvolvimento das atividades da creche. Atualmente, a contribuição da empresa se dá através de uma doação quinzenal de legumes e frutas e pequenos reparos solicitados pela creche esporadicamente, além de um auxílio para a realização da festa das crianças que acontece anualmente em novembro. A partir da atuação conjunta de iniciativa público-privada, a creche obteve um diferencial significativo na qualidade da assistência prestada às crianças matriculadas. Foi identificado um impacto positivo de ações efetivas de RSE na qualidade de vida comunidade, visto que a existência da creche possibilita um aumento de pessoas ocupadas na região. Por outro lado, não foi capaz de perceber o envolvimento dos colaboradores da empresa de transportes com o projeto desenvolvido na creche, concluindo que a parceria mais parece atividade filantrópica.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social; Educação Infantil; Baixada Fluminense.

**Referências bibliográficas**

- AMORIM, Katia S.; ROSSETTI - FERREIRA, Maria Clotilde. **Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 19, n. 2, p. 64-69, 1999.
- FREEMAN, R. E. **Strategic management: stakeholder approach**, Boston: Pitman, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Salário médio mensal dos trabalhadores formais: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

**DESENVOLVIMENTO DE MOLHOS GOURMET À BASE DE VINHO: UMA  
CONTRIBUIÇÃO À ÁREA DE ALIMENTOS E BEBIDAS**  
Jéssica Collares Valladão<sup>1</sup>; Camilla Vaz Branco da Silva<sup>2</sup>; Elga Batista da Silva<sup>3</sup> &  
Lenice Freiman de Oliveira<sup>4</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Hotelaria, ICSA/UFRRJ; 2. Técnica do Laboratório de Alimentos e Bebidas do DEDH/ICSA/UFRRJ; 3. Professora do DEDH/ICSA/UFRRJ; 4. Professora orientadora do DEDH/ICSA/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

### RESUMO

Os molhos são os produtos, em forma líquida, pastosa, emulsão ou suspensão à base de especiaria(s) e ou tempero(s) e ou outro(s) ingrediente(s), fermentados ou não, utilizados para preparar e/ou agregar sabor ou aroma aos alimentos (BRASIL, 2005). Após os estudos mostrarem que o vinho é uma bebida que pode trazer benefícios para saúde, prevenindo inúmeras doenças, foi pensado em uma formulação em que pudesse ser feito um melhor proveito dos benefícios da bebida por todas as pessoas, mesmo aquelas que não têm o hábito de consumir o vinho. Assim, esta pesquisa teve como principal objetivo contribuir para a área de Alimentos e Bebidas com o desenvolvimento de molhos gourmet à base de vinhos, oferecendo em restaurantes de hotéis para quem procura por novos produtos sofisticados com os benefícios do vinho. O conceito de gourmet confere características de prestígio ao produto por não ser uma produção de pequena escala, muitas vezes exclusiva e diferenciada produção das indústrias. Mal comparado, assim como as cinco estrelas está para um hotel de categoria elevada, também uma designação gourmet está para um produto alimentar de categoria elevada. Para a produção dos molhos foram utilizados vinhos: tinto suave Cabernet, safra 2016, tinto seco Cabernet Sauvignon, safra 2016, branco suave Ugni Blanc, safra 2017, branco seco Riesling, safra 2016. Foram obtidos 4 (quatro) molhos, sendo dois com vinhos tintos suave e seco e dois com vinhos brancos suave e seco. Todos os molhos seguiram a mesma ficha técnica na mesma proporção, alterando apenas o tipo de vinho e o sabor do caldo em pó, sendo o caldo de carne utilizado para a produção dos molhos de vinho tinto e o caldo de frango para os molhos brancos. Para avaliação foram realizadas análises físico-químicas, sendo umidade, proteínas, lipídios, sólidos solúveis, cinzas, carboidratos totais e valor calórico total (A.O.A.C., 2006; I.A.L., 1985). Também foram feitas análises sensoriais para verificar a aceitabilidade do produto pelo público, com base numa escala hedônica em que foi avaliado a cor, a aparência, o aroma, a textura, o sabor e a intenção de compra. O experimento ocorreu no Laboratório de Alimentos e Bebidas da UFRRJ, no período de novembro de 2018 a abril de 2019. Buscaram-se na literatura as especificidades do molho como uma forma de manter a produção dentro dos padrões brasileiros, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Resolução Normativa nº276 (2005). Os resultados mostraram que os molhos apresentaram de 82 a 85% de umidade, 1,04 a 1,37% de cinzas, 4,26 a 8,38% de lipídeos, 0,84 a 0,97% de proteínas, 12 a 14°Brix, 4,44 a 7,71% de carboidratos e valor calórico total de 129,53 a 154,79 kcal a cada 100ml de molho. Na avaliação geral, o estudo de análise sensorial dos molhos de vinhos evidenciou uma aceitação satisfatória, com destaque para o molho de vinho branco seco. Diante destes resultados, conclui-se que as produções dos molhos de vinhos se mostraram viáveis e certamente representa uma opção para pessoas em busca de alimentos gourmetizados.

**Palavras-chave:** Gourmetização; Análises físico-químicas; Análise Sensorial.

### Referências Bibliográficas

ASSOCIATION OF OFFICIAL ANALYTICAL CHEMISTRY – AOAC. **Official methods of analysis of the Association of Official Analytical Chemistry**. 18 th ed. Arlington, 1141p, 2006.  
INSTITUTO ADOLFO LUTZ (I.A.L.) **Normas analíticas: métodos químicos e físicos para análise de alimentos**. 2 ed. São Paulo, 371p., 1985.  
BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC nº 276, de 22 de setembro de 2005. Aprova o “regulamento técnico para especiarias, temperos e molhos”. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 set. 2005.

**CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA, NUTRICIONAL E SENSORIAL DE GELEIAS GOURMET À BASE DE VINHO**

Jéssica Collares Valladão<sup>1</sup>; Camilla Vaz Branco da Silva<sup>2</sup>; Elga Batista da Silva<sup>3</sup> & Lenice Freiman de Oliveira<sup>4</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Hotelaria, ICSA/UFRRJ; 2. Técnica do Laboratório de Alimentos e Bebidas do DEDH/ICSA/UFRRJ; 3. Professora do DEDH/ICSA/UFRRJ; 4. Professora orientadora DEDH/ICSA/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A produção de geleia de fruta é obtida pela cocção, de frutas, inteiras ou em pedaços, polpa ou suco de frutas, com açúcar e água e concentrado até consistência gelatinosa. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Resolução Normativa nº276 (2005), a geleia não pode receber corante e nem ser aromatizado artificialmente. Porém, é tolerada a adição de acidulantes e de pectina para compensar a deficiência destes no produto. Após os estudos mostrarem que o vinho é uma bebida que pode trazer benefícios para saúde, prevenindo inúmeras doenças, foi pensado em uma formulação em que pudesse ser feito um melhor proveito dos benefícios da bebida por todas as pessoas, mesmo aquelas que não têm o hábito de consumir o vinho. Assim, esta pesquisa teve como principal objetivo contribuir para a área de Alimentos e Bebidas com a elaboração de geleias gourmet á base de vinhos. O conceito de *gourmet* confere características de prestígio ao produto por ser uma produção de pequena escala, muitas vezes exclusiva, e diferenciada da produção industrial. O processo de *gourmetização*, geralmente, busca por produtos mais naturais e muitas vezes caseiros. Para a produção das geleias foram utilizados vinhos: branco Chardonnay (safra 2015), rose frisante (não safrado) e tinto seco Cabernet Sauvignon (safra 2016). Foram obtidos 3 (três) geleias, sendo uma de vinho branco, uma de rosé e uma de tinto. Todas as geleias seguiram a mesma ficha técnica na mesma proporção, alterando apenas o tipo de vinho. Para avaliação foram realizadas análises físico-químicas, sendo estas, umidade, pH, proteínas, lipídios, sólidos solúveis, cinzas, carboidratos totais e valor calórico total (A.O.A.C., 2006; I.A.L., 1985). Também foram feitas análises sensoriais para verificar a aceitabilidade do produto pelo público, com base numa escala hedônica em que foi avaliado a cor, a aparência, o aroma, a textura, o sabor e a intenção de compra. O experimento ocorreu no Laboratório de Alimentos e Bebidas da UFRRJ, no período de dezembro de 2017 a agosto de 2018. Buscaram-se na literatura as especificidades da geleia como uma forma de manter a produção dentro dos padrões brasileiros, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Resolução Normativa nº276 (2005). Os resultados mostraram que as geleias apresentaram de 18 a 24% de umidade, pH 3,0, de 2 a 3% de proteínas, 1% de lipídeos, 67 a 72º Brix, 0,17 a 0,30% de cinzas, 71 a 78% de carboidratos e valor calórico total de 308 a 334 kcal a cada 100g de geleia. Na avaliação geral, o estudo de análise sensorial das geleias de vinho evidenciou uma aceitação satisfatória, com destaque para a geleia de vinho tinto. Diante destes resultados, conclui-se que as produções das geleias de vinhos se mostraram viáveis e certamente representa uma opção para pessoas em busca de alimentos mais naturais e *gourmetizados*.

**Palavras-chave:** Gourmetização; Análises físico-químicas; Análise Sensorial.

**Referências Bibliográficas**

ASSOCIATION OF OFFICIAL ANALYTICAL CHEMISTRY – AOAC. **Official methods of analysis of the Association of Official Analytical Chemistry**. 18 th ed. Arlington, 1141p, 2006.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ (I.A.L.) **Normas analíticas: métodos químicos e físicos para análise de alimentos**. 2 ed. São Paulo, 371p., 1985.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Aprova Normas Técnicas Especiais do Estado de São Paulo, relativas a alimentos e bebidas. **Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA n. 12, Seção I, pt I, de 24 de julho de 1978.**

## O MORAR CARIOCA MODERNO EM TEXTOS E MODELOS TRIDIMENSIONAIS

Paloma Bello<sup>1</sup> & Helio Luiz Herbst Junior<sup>2</sup>

1. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Professor Adjunto IV – DAU/IT/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

## RESUMO

Com apoio dos programas IC/FAPERJ e PIBIC/CNPQ, um grupo de estudantes de graduação vinculado ao GERAR iniciou, em 2011, uma investigação das soluções de 22 projetos residenciais fluminenses expostos nas Bienais de São Paulo realizadas da década de 1950. A presente pesquisa conservou o interesse pela análise da forma arquitetônica, tendo como objeto de investigação as concepções volumétricas de 12 residências implantadas na cidade do Rio de Janeiro, observando-se seus estratagemas compositivos. Em cada projeto, são analisados, por meio de resenhas textuais e diagramas, o contexto de implantação, a relação entre os espaços e usos de cada ambiente, os acessos e perímetros, a setorização funcional, a distribuição de fluxos, a compartimentação interna, o tratamento das fachadas e a composição volumétrica. Além da modelagem de perspectivas, acompanhadas de renderização para simulação dos materiais de acabamento, foram revisados os conteúdos textuais das análises, complementando e/ou corrigindo equívocos lançados anteriormente. O modelo de ficha catalográfica, utilizado na organização dos dados da pesquisa, resulta da sistematização do material recolhido em arquivos e publicações, apresentando informações relativas à autoria, ao local de implantação e à data, sendo também inseridas plantas, cortes e elevações das residências. Os elementos determinantes de cada projeto são investigados por meio de diagramas explicativos. Tais diagramas visam identificar de que maneira as soluções de projeto constituem elementos capazes de interferir na percepção da forma arquitetônica, determinando o caráter e a expressão formal e tecnológica dos conjuntos. As análises recorrem aos conceitos propostos por Francis Chin, Geoffrey Baker e pela dupla Roger Clark e Michael Pause. A escolha dos autores se justifica na medida em que Ching, em *Arquitetura: forma, espaço e ordem* (2000), e Baker, em *Le Corbusier: uma análise da forma* (1998), demonstram de que maneira os elementos de projeto se relacionam com as condições particulares do local. Entre os elementos da metodologia formulada por Ching e Baker, mencionam-se os temas forças do lugar, resposta ao terreno, estratégia de projeto e zonas espaciais. As análises também consideram a fundamentação proposta por Roger Clark e Michel Pause em *Arquitetura: temas de composição* (1987), no qual, de acordo com os autores, o estudo comparativo de projetos permite desnudar o espírito de uma época, tendo como fundamentação crítica a análise da forma e os modelos arquetípicos a partir dos quais a arquitetura se desenvolve. Por fim, a pesquisa realizada proporcionou uma expansão do repertório sobre as Exposições Internacionais de Arquitetura, pouco equacionadas pela historiografia canônica, incentivando o debate sobre questões metodológicas, tendo como referência a sistematização das informações coletadas, estimulando, portanto, o entendimento da peculiar contribuição dos arquitetos de diferentes graus de reconhecimento, fluminenses ou radicados no Rio de Janeiro, aos processos de afirmação da arquitetura moderna no Brasil.

**Palavras-chave:** Análise da forma; Arquitetura moderna; Bienais paulistanas.

## Referências Bibliográficas

CZAJKOWSKI, Jorge (org.) **Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.  
MINDLIN, Henrique Ephim. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.  
XAVIER, Alberto, BRITO, Alfredo e NOBRE, Ana Luiza. **Arquitetura moderna no Rio de Janeiro**. São Paulo: Pini: Fundação Vilanova Artigas: Rio de Janeiro: Rioarte, 1991.

**O SUCESSO DO FRACASSO E A DOR MEDIATIZADA UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS INFLUENCIADORES DIGITAIS PC SIQUEIRA E ROMAGAGA****Bruno Rocha Cardoso<sup>1</sup> & Flora Côrtes Daemon de Souza Pinto<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Jornalismo da UFRRJ; 2. Professora do Curso de Jornalismo DLC/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A presente pesquisa investiga os aspectos concernentes à performance da dor e o manejo do riso na em vídeos de caráter biográfico na *web*. Para tanto, focalizaremos as produções de dois influenciadores digitais que, embora se diferenciem em muitos aspectos, incluem como base de suas atuações as dimensões da dor, do fracasso e do riso. Como corpus de análise elegemos os influenciadores digitais PC Siqueira e Romagaga. O primeiro é autor do canal “Mas Poxa Vida” que conta hoje com mais de 2 milhões de usuários inscritos. Suas produções audiovisuais quase sempre se voltavam à revelações de fracassos pessoais e descontentamentos com a vida. PC é um homem de origem de classe popular, branco, cisgênero, heterossexual e, até certo momento de sua vida, vesgo. Já Lavigna Guidini, criadora da personagem Romagaga que conta com cerca de 1 milhão e 400 mil seguidores em seu perfil no Instagram, principal rede de distribuição de seus vídeos, é uma mulher transexual/travesti. Nascida em uma família de origem simples em Mossoró, Rio Grande do Norte, começou sua carreira na internet em 2010 antes de iniciar a transição de gênero. Em seus vídeos publicados na internet, ela rotineiramente flerta com o exagero e o ridículo para fazer o expectador rir a partir de narrativas autobiográficas. À luz da discussão proposta por Paula Sibilia (2008), trabalharemos a caracterização dos chamados *vlogs* que mesclam as ideias de *blogs* e diários íntimos em uma plataforma pública de vídeos. Nos voltaremos, assim, a refletir sobre como os conceitos de intimidade e exposição de si (RIESMAN, VAZ, DAEMON) podem auxiliar numa análise a respeito das performances de PC Siqueira e Romagaga com o intuito de entender a complexidade da inclusão do riso como balizador das narrativas de sofrimento e fracasso. Nossa hipótese preliminar é que embora tais figuras públicas incluam o riso para narrar suas próprias derrotas e dores, os marcadores sociais de gênero e sexualidade, que as caracterizam prévia e inevitavelmente, serão prevaletentes na maneira como o ridículo, o caricato e o absurdo serão manejados por ambos. Acreditamos, assim, que a mensuração do “sucesso do fracasso” de ambos é diretamente proporcional ao acatamento de valores problemáticos como a cisgeneridade compulsória. Questionamo-nos, assim, se o riso do expectador diante das produções de PC e de Romagaga são, de fato, semelhantes ou se há, no primeiro caso, uma identificação genérica com os acontecimentos narrados e, no outro, uma motivação para um escárnio socialmente aceito que, em uma análise mais detida, poderia relevar traços de homo e transfobia.

**Palavras-chave:** Internet; Performance; Dor; Riso; Vlog

**Referências Bibliográficas**

- RIESMAN, D. A Multidão Solitária: um estudo da mudança do caráter americano. 2ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- SIBILIA, P. O show do Eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- VAZ, Paulo. Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. Galáxia: São Paulo. Online, v. 14, p. 32-44, 2014.

**GÊNERO E AUTONOMIA: A TITULARIDADE FEMININA COMO DESAFIO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**Pamela Mota Conte Campello<sup>1</sup>; Livia Pitelli Zamarian Houaiss<sup>2</sup>

1. Discente do Curso de Direito, IM/ UFRRJ, Membro do Grupo de Pesquisa “DIALOGOS” (CNPQ), linha de pesquisa “Direito Civil Além do Judiciário”; 2. Professora do DCJUR/ IM/ UFRRJ. Vice-líder do Grupo de Pesquisa “DIALOGOS” (CNPQ), e coordenadora da linha “Direito Civil Além do Judiciário”

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A pesquisa investiga o status da mulher no contexto familiar e da sociedade, em relação a sua autonomia, sob o recorte temático da preferência da titularidade feminina no Programa Bolsa Família. O Programa fixa a preferência feminina no recebimento do benefício (art. 2º, § 14, Lei n. 10836/04) e exige condicionalidades na área da saúde, educação e finanças para elas continuem vinculadas ao recebimento da renda básica, sob pena de responsabilização e possibilidade de perda do benefício. Embora não tenha como finalidade o rompimento com a desigualdade de gênero, ao determinar titularidade da mulher, o programa interliga diretamente sua posição na família e Estado, colocando-as como mediadoras na relação deste com a pobreza. A pesquisa realizada é eminentemente teórica, com caráter exploratório, através de revisão de literatura e análise legislativa, além do cotejo de indicadores sociais sobre a realidade fática dos lares por uma abordagem transdisciplinar, articulando Direito e Sociologia. Objetiva refletir e problematizar acerca da contribuição do Programa no processo de autonomia das mulheres, bem como investigar como hipótese, se este tem reproduzido, de forma latente, um modelo que reforça estereótipos da domesticidade feminina, com base em características subjetivas, supostamente biológicas e naturais, como a predisposição feminina aos cuidados com a casa e a família. Em relação ao contexto familiar, apurou-se que os índices de autonomia proporcionados pelo Programa são relevantes, em especial na gestão das finanças domésticas e nos direitos reprodutivos, no entanto, fora desse ambiente, os ganhos não são substanciais e, por vezes, restam mitigados em razão do dever de cumprimento das condicionalidades, que reflete uma sobrecarga histórica às mulheres (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017). Tal doutrina, é reforçada pelos indicadores nacionais que demonstram uma mudança na estrutura familiar brasileira com o crescimento da chefia familiar feminina (35%), contraposto pela manutenção de afazeres domésticos concentrado na figura da mulher quase que de forma exclusiva, lhe tomando o dobro de tempo em relação aos homens e, se combinados com as horas de trabalho remunerado, contabilizam para elas quase 5 horas diárias a mais de uma jornada exaustiva. A menor disposição do tempo livre pode ter relação com o fato de que quase 1/3 das jovens fora das escolas têm como justificativa as responsabilidades domésticas, enquanto a porcentagem masculina não chega a 1% pelo mesmo motivo (BRASIL, 2017). O trabalho doméstico pode refletir na segmentação da mulher em atividades entendidas como subalternas e interferir na diferença salarial entre homens e mulheres e no acesso ao mercado de trabalho. Ao deixar de atentar-se à solidariedade e às atividades hoje desempenhadas por elas, dentro e fora dos lares, o Programa pode reforçar práticas conservadoras capazes de criar obstáculos à presença das mulheres na esfera pública, o que denota a manutenção, ainda que sutil, de um modelo estanque, naturalizado por uma estrutura dominante patriarcal, que demanda maior reflexão em prol da necessária igualdade nas relações sociais e familiares.

**Palavras-chave:** Autonomia feminina; bolsa família; gênero.

**REFERÊNCIAS**

- BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Textos para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017 (PNAD Contínua). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- FACIO, A.; FRIES, L. Género y Derecho (orgs). Santiago de Chile: La Monada, 1999.

**DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO URBANO: JAPERI COMO ZONA DE SACRIFÍCIO**

Lígia Castanheira Magalhães<sup>1</sup>; Gabriel Rodrigues de Mendonça<sup>2</sup>; Ana Paula Ribeiro de Araújo<sup>3</sup> & Denise de Alcantara Pereira<sup>4</sup>

1. Bolsista de iniciação científica FAPERJ, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, DAU/UFRJ; 2. Colaborador PICV, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, DAU/UFRJ; 3. Professora Adjunto do DAU/IT e do PGPACS; 4. Orientadora e Professora Adjunto do DAU/IT e do PPGDT

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este trabalho, de cunho empírico, busca analisar impacto de políticas públicas implementadas e seus rebatimentos sobre o território de Japeri e a produção urbana, por meio de mapeamento temático que reúne e demarca os principais aspectos tipo-morfológicos e auxiliam na identificação de potencialidades e fragilidades socioambientais, indicando elementos de desenho urbano que possam contribuir com um espaço urbano mais justo, resiliente, saudável e seguro. Antigos distritos de Nova Iguaçu, Japeri e Engenheiro Pedreira se emancipam em 1991, formando um município independente na borda oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). O jovem município de Japeri apresenta desafios de ordem política, urbana e social, sendo marcado pela desigualdade socioespacial em relação ao núcleo metropolitano, pela falta de investimento em infraestrutura e saneamento, pela precariedade urbana e carências de serviços públicos e assistência à população. O impacto recente de políticas públicas implementadas em nível federal, como a construção do Arco Metropolitano e estímulo ao crescimento industrial com frágeis restrições urbanísticas, construtivas e mesmo ambientais, caracterizam o território como uma *zona de sacrifício*, ou seja, vítima do progresso e expansão da metrópole. Seu desenvolvimento urbano e social são comprometidos pelo crescimento da violência, do tráfico e do poder paramilitar, que domina várias localidades e influencia negativamente os índices de segurança pública, além da instalação de unidades prisionais no território e de concessão de renúncias fiscais a empresas e indústrias, impactando negativamente os índices de Bem Estar Urbano (IBEU). Configuram-se na cidade conflitos socioambientais, institucionais e econômicos, fatores determinantes para a expansão dos números de violência urbana e das carências sociais do município, comprovadas pelo seu baixo índice de desenvolvimento humano (IDH-M), de ordem 0,659 em 2010. Observa-se que Japeri se torna um reflexo de um desenvolvimento regional sem interesse de integrar a produção urbana saudável de sua periferia à metrópole. Além de revisões dos conceitos acima descritos, são aprofundados aqueles relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável, aos espaços livres de edificações, ao território e à paisagem, a partir dos quais foram levantadas questões sobre Japeri, incorporando sua história e evolução urbana, dados socioeconômicos e geobiofísicos. Mapeamentos foram gerados a partir de levantamentos de campo e bases cadastrais oficiais, com uso de geotecnologias livres e SIG sobre os aspectos tipo-morfológicos: mapas de aspectos demográficos, usos do solo, centralidades, mobilidade, unidades de paisagem; de violência; de planejamento - macrozoneamento, e de potenciais de uso e ocupação; auxiliares na construção de cenários prospectivos. Identificou-se potencialidades quanto a: (a) produção agrícola familiar, pela existência de grandes glebas de caráter rural, pressionadas pelo uso industrial, definido como uma ameaça à resiliência urbana; (b) atividades turísticas/lazer, pela presença de patrimônio cultural e natural (edifícios históricos, montanhas, rios e valorização de florestas); (c) centralidades e espaços públicos para maior segurança. Embora preliminares, considerando a pesquisa em andamento, a proposição de um plano de desenvolvimento com a contribuição dos resultados da cartografia produzida, bem como de soluções de desenho urbano que gerem resiliência e melhorias na qualidade dos espaços livres públicos, tornam-se essenciais para a saúde urbana de Japeri.

**Palavras-chave:** análise tipo-morfológica; zona de sacrifício, vulnerabilidades sociais, Japeri

**Referências Bibliográficas**

- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.  
MAGNOLI, M. **Espaço livre - Objeto de trabalho**. In Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, p.177-200. 2006.  
SILVA, R.A., BUENO, L. **Injustiça Urbana e Ambiental: O Planejamento de “Zonas de Sacrifício”**. Anais do XV ENANPUR. Recife: UFPE, 2013

## TRABALHISMO AGRÁRIO BRASILEIRO: A TRAJETÓRIA DE FERNANDO FERRARI

Lucas França de Almeida Mendes<sup>1</sup> & Debora Franco Lerrer<sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC-UFRRJ, discente do curso de Jornalismo ICHS-DLC; 2. Professora do curso de Ciências Sociais ICHS-CPDA, UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa busca delinear a trajetória política de Fernando Ferrari a partir de sua primeira legislatura como deputado estadual, pelo Rio Grande do Sul. O trabalho de pesquisa, fincado no ano da Constituinte Estadual do ano de 1947, trouxe resultados significativos para a compreensão do tema agrário no Estado. Com isso, foi possível elucidar a forma como o tema foi tratado pelos deputados, principalmente ligados à ala petebista, a qual Ferrari fazia parte, além do PCB, do qual Dionélio Machado era o líder na Câmara. Através do levantamento dos anais correspondentes ao ano de 1947, através dos acervos estaduais do Rio Grande do Sul, mais especificamente o capítulo que trata da Ordem Econômica e Social, foi possível caracterizar a participação de Fernando Ferrari nessas discussões e compreender as bases da legislação do Estado na questão agrária e assistência aos trabalhadores rurais naquele período. Nesta primeira parte do estudo, foi possível ver como Ferrari levou ao plenário diversas questões ligadas ao tema, no qual sempre buscou caracterizar o colono e a defesa de um modelo mais justo de distribuição de terras, que beneficiasse não só o trabalhador do campo, mas que também pudesse solucionar um problema grave na região, provocada pela má distribuição de terras e da falta de incentivo aos camponeses: a carestia. O trabalho se referencia na dissertação de Maura Bombardelli sobre a trajetória política de Ferrari, mas explora sua atuação nesta primeira legislatura, como deputado estadual. Além disso, explora a forma como Ferrari ganha notoriedade, quando atuava no SAPS, autarquia ligada à previdência e ao governo federal, em 1945, até liderar uma cisão dentro do partido, em 1959, para formar o Movimento Trabalhista Renovador. Ferrari tinha formação católica e era representante dos economistas na Câmara. Em diversos posicionamentos registrados durante as atas constitucionais, defendeu um modelo justo de reforma agrária, que primasse, sobretudo, por um modelo gradual de distribuição. É durante sua segunda legislatura, quando ocupava o cargo de deputado federal, que ele discute as bases do tema de modo mais radical. Seu projeto foi rejeitado em três ocasiões, até finalmente ser aprovado em 3 de março de 1963.

**Palavras-chave:** Questão agrária; Trabalhismo; Representação Política.

## Referências Bibliográficas

- Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS).*  
BOMBARDELLI, Maura. *Dissertação Trajetória de Fernando Ferrari*. Porto Alegre: 2016.  
CASTRO GOMES, Angela. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: 1988.

**CINE CLUBE E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA ATRAVÉS DA CULTURA****Ramona Marcelle dos Santos Lavouras<sup>1</sup>; Luiza Lacer da Silva<sup>2</sup> & Monica Aparecida Del Rio Benevenuto<sup>3</sup>**

1. Discente do curso de Serviço Social, ICSA/UFRRJ; 2. Discente do curso de Serviço Social, ICSA/UFRRJ; 3. Professora do DEDH/ICSA/UFRRJ.  
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este estudo parte de uma pesquisa qualitativa que articula a Economia Solidária e o Desenvolvimento Local com ações do projeto cultural "Cine Clube" da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Este projeto abriga o *CineDutra*, que acontece no colégio Dutra; o *CineCasulinho*, que exhibe filmes infantis; o *CineCasulo.doc*, com a exibição de documentários e o *CineCasulo*, foco da pesquisa. Esta ramificação é a de maior alcance de público, fomentado pelo coletivo "Seu Gusta" – denominação que remete ao anfiteatro Gustavo Dutra/UFRRJ. O objetivo foi perceber se há impactos na promoção de arte e cultura pelo coletivo para a comunidade acadêmica e também à população de Seropédica, atendendo ao princípio de Universidade "sem muros" da UFRRJ. A metodologia consistiu em entrevistas semi-estruturadas com estudantes deste coletivo a fim de correlacionar ações do projeto com princípios da Economia Solidária, a qual referenciou a análise dos dados coletados. Enquanto no modelo capitalista competitivo de produção a cooperação aplica-se como estratégia para o melhor desempenho econômico, na perspectiva da Economia Solidária, a cooperação se dá a partir da atuação em conjunto dos sujeitos, que somam suas contribuições individuais em prol de um objetivo comum (LEAL; RODRIGUES, 2018). A promoção de cinema pela UFRRJ não era institucionalizada, o que ocorreu em 2007 com a criação do *CineCasulo*, ganhando força no ano de 2015. Sua denominação resgata a história atribuída ao nome do município, que originou-se da antiga fazenda "Seropédica do Bananal", onde se produzia casulos de "bicho-da-seda". O prefixo "sero" vem de "sericeo", que significa "seda" e o sufixo "pédica" que vem de "pais" ou "paidós", de "tratar" ou "consertar", ou seja, onde se cuida ou se fabrica seda (CALDERINI, 2013). Com os dados obtidos foi possível perceber os princípios solidários de portas abertas, autogestão, reconhecimento de habilidades e participação democrática. O princípio de portas abertas se dá pela inclusão de estudantes de quaisquer cursos no coletivo. A autogestão, se revela na gestão democrática e não-hierárquica, com equidade entre os membros que são "donos" do projeto. Outro princípio foi a valorização das habilidades artísticas de cada membro: dança, teatro, conhecimento audiovisual e outros; promovendo o crescimento pessoal e coletivo. O princípio da igualdade se dá na decisão dos filmes a serem exibidos durante o semestre, havendo o cuidado da equipe com a adequação da complexidade dos temas abordados com o nível de entendimento do público, evitando a hierarquização da arte e da cultura. Estes buscam promover a valorização do cinema brasileiro e de nacionalidades pouco exploradas cinematograficamente. O orgulho nos relatos dos entrevistados sobre os impactos das ações reconhecidas pela população de Seropédica, sobretudo as do *CineCasulo*, demonstra uma via de garantir o direito ao lazer previsto constitucionalmente e pouco atendido pelo Estado. Com a pesquisa foi notório o compromisso do "Seu Gusta" com o desenvolvimento local através de resultados que vão além do lazer e entretenimento promovendo, também, a educação e o debate sobre temas relacionados à vida em sociedade, cuja análise crítica pelo contato audiovisual promove a multiplicação do conhecimento pelos expectadores.

**Palavras-chave:** Lazer; Economia Solidária; Desenvolvimento Local.

**Referências Bibliográficas**

- CALDERINI, L. A. **História de Seropédica.** Disponível em <<https://www.seropedicaonline.com/seropedica/a-historia-de-seropedica/a-historia-de-seropedica/>>. Acesso em 13 de junho de 2019.
- LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. S. **Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores.** Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 11, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-6>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

**AS REDES, A VITRINE E O ESPELHO: O OFÍCIO NARRATIVO ONLINE DIANTE DE EXPERIÊNCIAS DE DOR****Bruno Rocha Cardoso<sup>1</sup> & Flora Daemon<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Jornalismo da UFRRJ; 2. Professora do Curso de Jornalismo DLC/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A presente pesquisa investiga os aspectos concernentes à performance da dor e o manejo do riso em vídeos de caráter biográfico na *web*. Para tanto, focalizaremos as produções de dois influenciadores digitais que, embora se diferenciem em muitos aspectos, incluem como base de suas atuações as dimensões da dor, do fracasso e do riso. Como corpus de análise elegemos os influenciadores digitais PC Siqueira e Romagaga. O primeiro é autor do canal “Mas Poxa Vida” que conta hoje com mais de 2 milhões de usuários inscritos. Suas produções audiovisuais quase sempre se voltavam à revelações de fracassos pessoais e descontentamentos com a vida. PC é um homem de origem de classe popular, branco, cisgênero, heterossexual e, até certo momento de sua vida, vesgo. Já Lavigna Guidini, criadora da personagem Romagaga que conta com cerca de 1 milhão e 400 mil seguidores em seu perfil no Instagram, principal rede de distribuição de seus vídeos, é uma mulher transexual/travesti. Nascida em uma família de origem simples em Mossoró, Rio Grande do Norte, começou sua carreira na internet em 2010 antes de iniciar a transição de gênero. Em seus vídeos publicados na internet, ela rotineiramente flerta com o exagero e o ridículo para fazer o expectador rir a partir de narrativas autobiográficas. À luz da discussão proposta por Paula Sibilia (2008), trabalharemos a caracterização dos chamados *vlogs* que mesclam as ideias de *blogs* e diários íntimos em uma plataforma pública de vídeos. Nos voltaremos, assim, a refletir sobre como os conceitos de intimidade e exposição de si (RIESMAN, 1995), (VAZ, 2008), (DAEMON, 2015) podem auxiliar numa análise a respeito das performances de PC Siqueira e Romagaga com o intuito de entender a complexidade da inclusão do riso como balizador das narrativas de sofrimento e fracasso. Nossa hipótese preliminar é que embora tais figuras públicas incluam o riso para narrar suas próprias derrotas e dores, os marcadores sociais de gênero e sexualidade, que as caracterizam prévia e inevitavelmente, serão prevaletentes na maneira como o ridículo, o caricato e o absurdo serão manejados por ambos. Acreditamos, assim, que a mensuração do “sucesso do fracasso” de ambos é diretamente proporcional ao acatamento de valores problemáticos como a cisgeneridade compulsória. Questionamo-nos, dessa forma, se o riso do expectador diante das produções de PC e de Romagaga são, de fato, semelhantes ou se há, no primeiro caso, uma identificação genérica com os acontecimentos narrados e, no outro, uma motivação para um escárnio socialmente aceito que, em uma análise mais detida, poderia relevar traços de homo e transfobia.

**Palavras-chave:** Dor; Internet; Performance; Riso.

**Referências Bibliográficas**

- RIESMAN, D. *A Multidão Solitária: um estudo da mudança do caráter americano*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- SIBILIA, P. *O show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- VAZ, Paulo. *Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea*. Galáxia: São Paulo. Online, v. 14, p. 32-44, 2014.

**SAMBA, FEIJOADA E MÚSICA GOSPEL: OUTRAS FACES DO PENTECOSTALISMO, NAS PERIFÉRIAS FLUMINENSES****Frederico Felipe Souza de Assis<sup>1</sup> & Carly Barboza Machado<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Ciências Sociais, ICHS/UFRRJ; 2. Professora do DCS/ICHS/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O presente trabalho faz parte do projeto "Ministérios evangélicos e periferias fluminenses: religião, mídia, política e cultura no cotidiano das cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro" que tem por objetivo analisar a relação entre religião, política e as formações do secular a partir dos "ministérios" pentecostais e neopentecostais presentes nas periferias urbanas do Rio de Janeiro, especialmente na Baixada Fluminense. Como foco deste trabalho, analisou-se a relação entre pentecostalismo, periferias urbanas e o samba, através da 2ª edição da "Féjoada do Waguinho", um evento, organizado por este pastor e cantor de samba gospel, atualmente vinculado à Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), no bairro do Recreio. Esta pesquisa acompanhou as atividades do cantor Waguinho em sua carreira musical, religiosa e política durante o ano de 2018, tendo como ápice a 2ª edição da "Féjoada do Waguinho", realizada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Procurou-se detectar e compreender as expressões e interações simbólicas e materiais que se dão entre o samba, o pentecostalismo, as periferias, adicionando ainda a este debate questões acerca da relação entre o pentecostalismo e a vivência das populações negras na cidade, considerando que esta encruzilhada de elementos configura um produto sociocultural específico, amplamente versátil, e parte de uma nova forma de produção da cultura nas periferias. Identificou-se, ainda, ao longo deste trabalho, a centralidade da indústria gospel na organização do campo político evangélico no Rio de Janeiro. Concluímos neste estudo que se faz relevante acirrar nossa reflexão sobre a questão da cultura nas periferias, bem como analisarmos o modo como os elementos de uma "cultura gospel" já se encontram estabelecidos na vida cotidiana de diferentes cidades, causando um expressivo declínio da hegemonia do modelo cultural católico que tradicionalmente ocupava esses espaços. Destaca-se, ainda, o caráter ativo dos sujeitos das camadas socialmente marginalizadas que operam como agentes, responsáveis pela contestação dos lugares e não lugares preestabelecidos pelas supostas fronteiras existentes entre o religioso e o secular, desafiando as hierarquias eclesásticas e autoridades políticas, ao implementarem uma espécie de "proselitismo marginal", através do qual os atores socialmente estigmatizados e subalternos se infiltram nas Instituições estruturalmente mais rígidas, alterando dogmas e postulados, com o ethos de sua corporeidade, seus sentimentos e sensibilidades. Por fim, elenca-se a importância da música gospel neste cenário: não apenas uma música de entretenimento ou voltada para a experiência religiosa. A música gospel é hoje também uma expressão sócio política através da qual as periferias urbanas se manifestam e denunciam as mazelas sociais. Neste sentido, o samba gospel pode ser analisado como uma síntese ambivalente das percepções e experiências sociais daqueles que vivem nas periferias urbanas e que cotidianamente se reinventam em meio ao improvável.

**Palavras-chave:** periferias urbanas; religião; política; cultura; pentecostalismo; música gospel.**Referências Bibliográficas**

- GIUMBELLI, Emerson. Cultura Pública: evangélicos y su presencia en la sociedad brasilena. *Sociedad y Religion*. No. 40. Vol XIII (2013). PP 13-43.
- MACHADO, Carly (2014). Pentecostalismo e o sofrimento do (ex)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 153-180, jul./dez. 2014.
- OOSTERBAAN, Martijn. Transposing Brazilian Carnival: Religion, Cultural Heritage, and Secularism in Rio de Janeiro. *AMERICAN ANTHROPOLOGIST*, Vol. 119, No. 4, pp. 697-709. 2017.

**SELOS *CRUELTY-FREE*: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS NA PROMOÇÃO DA ÉTICA ANIMAL NA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS**Carolina Borges Menezes<sup>1</sup> & Ely Caetano Xavier Junior<sup>2</sup>

1. Discente do Curso de Graduação em Direito, ICHS/UFRRJ; 2. Professor do DCJ/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas**RESUMO**

Os selos *cruelty-free* são uma forma de certificação privada utilizada para identificar produtos cosméticos que não foram testados em animais e têm se proliferado neste setor de comércio em razão da crescente demanda dos consumidores pela adoção de práticas mais éticas na produção de cosméticos. Os selos têm igualmente atraído interesse de muitos Estados, que buscam incluí-los em políticas que procuram adotar um paradigma de desenvolvimento sustentável. A atribuição da certificação *cruelty-free* é feita por organizações não-governamentais com atuação transnacional, as quais criam critérios próprios para a atribuição do selo às empresas que aceitarem se submeter às suas regras e padrões. Isto se trata de uma forma de regulamentação privada que se intensificou devido às falhas nas soluções intergovernamentais para problemas hipercomplexos que ultrapassam as barreiras fronteiriças, dando espaço para os atores privados estabelecerem padrões de mercado transnacionais, se tornando uma importante ferramenta de governança global. Ocorre que há uma pluralidade de selos *cruelty-free* com critérios distintos para a sua concessão e a criação de critérios normativos por atores privados gera o seguinte questionamento: as certificações privadas são um mecanismo não-estatal legítimo e eficiente? Na tentativa de responder ao problema central, realizou-se uma análise dos principais selos *cruelty-free* do mercado para compreender por quem e de que forma eles são atribuídos. Comparando os requisitos dos selos *Leaping Bunny*, PETA e CCF, verifica-se a existência de entendimentos distintos sobre o que caracterizaria um produto livre de crueldade animal, bem como formas diversas de verificação do comprometimento das empresas certificadas, concluindo-se que a falta de padronização torna os selos *cruelty-free* uma medida não totalmente confiável. Em seguida, discute-se a legitimidade dos atores privados na criação do Direito Internacional do Meio Ambiente, investigando a origem da demanda por formas privadas de governança e de que forma a regulamentação privada poderia ser mais eficiente do que a regulamentação estatal no que se refere à proteção do meio ambiente. Também são apontadas as dificuldades da regulamentação de um bem público por um ator privado, questionando-se a necessidade de controle público dos atores privados em razão dos prejuízos de credibilidade gerados pela pluralidade de certificações. Além disto, realiza-se um levantamento da atuação da União Europeia, China e Brasil para verificar como estes atores públicos têm influenciado na luta contra a crueldade animal no setor de cosméticos, estudando o banimento de produtos testados em animais no mercado europeu em contraposição à exigência do teste em animais pelo mercado chinês, bem como as legislações estaduais brasileiras, algumas das quais têm sua constitucionalidade questionada. Por fim, debate-se os limites da colaboração público-privada como possível solução para as falhas encontradas na proteção do direito dos animais, levando-se em conta que atores públicos e privados têm capacidades distintas de atuação que podem se complementar.

**Palavras-chave:** Direitos dos animais; Direito Internacional do Meio Ambiente; Selos *cruelty-free*; Regulação privada transnacional.

**Referências Bibliográficas**

- BELCHIOR, G. P. N.; OLIVEIRA, C. M. A. A necessidade de uma padronização internacional para os selos relacionados com a ética animal nas indústrias de cosméticos. **RBDA**, Salvador, v. 13, p. 13-53, jan.-abr., 2018.
- FORNASIER, M. D. O.; FERREIRA, L. V. Autorregulação e direito global: os novos fenômenos jurídicos não-estatais. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 35, n. 2, p. 295-312, jul.-dez. 2015.
- VAN WAARDEN, F. Governing Global Commons: public-private-protection of fish and forests. **Jerusalem Papers in Regulation & Governance**, v. 17, jun. 2010.

## TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL E DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Maria Theresa Bandeira Gonçalves<sup>1</sup> & Emerson Affonso da Costa Moura<sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Direito, ICHS/ICSA/UFRRJ. 2. Professor do Departamento de Direito, ICHS/ICSA/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

## RESUMO

O presente analisa o exercício da jurisdição constitucional por meio da pesquisa jurisprudencial recolhida dos informativos do STF em 2018, suas apurações e a apresentação de resultados, com o intuito de demonstrar a atuação e o alcance da Corte Constitucional, com base na adoção das técnicas de decisão usualmente aplicadas, quais sejam: o pragmatismo, o minimalismo, a autocontenção e o ativismo judicial. A Constituição Federal de 1988 consagra o Estado Democrático de Direito, e como seus pilares, elencam-se os princípios da dignidade da pessoa humana e o princípio democrático, de forma a permitir a garantia dos direitos fundamentais contidos na CFRB; para tanto, expande-se a jurisdição constitucional – caracterizada pelo respeito às decisões majoritárias e a separação dos poderes – com o aumento de legitimados para propositura das ações e os mecanismos para deflagração das mesmas, logo, as ações de controle de constitucionalidade e os instrumentos de controle de constitucionalidade concentrado submetem-se à tutela do Poder Judiciário. Assim, a análise jurisprudencial junto com as teorias de decisão, a pesquisa permitiu identificar dificuldades enfrentadas pelas instituições judiciárias para decidir contramajoritariamente, percebendo-se um caráter estratégico nas decisões proferidas, de forma que se pressupõe que as referidas instituições influenciam no comportamento dos atores judiciais, no entanto, importa mencionar a existência de interesses políticos majoritários, os quais propiciam o exercício da revisão judicial. Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal admite o foro responsável para a apreciação de ADI's ou ADC's, por exemplo, que podem assumir temas de repercussão geral ou não, sendo consideradas ações com relevância em âmbito nacional, sendo a deliberação do colegiado da Corte de suma interferência no ordenamento jurídico, tendo em vista o fato de ser a última instância de julgamento e ressaltado o caráter vinculante intrínseco à Constituição Federal, o que faz compreender a sua posição como grande influenciador nas mudanças dentro da estrutura política do Brasil, verificada a maior frequência e ativismo no exercício da jurisdição constitucional. Extraídas dos informativos, verificou-se que as ADI's foram as ações mais impetradas no Tribunal no período do ano de 2018, tendo como temas os conflitos de competência e conflitos entre normas processuais, sendo o consenso do colegiado pouco unânime, colocando o Texto Maior em posição de insegurança jurídica, levando em conta o grande número de decisões pragmáticas e autocontidas. Assim, identifica-se tal postura como uma tendência do Poder Judiciário a um novo modelo de constitucionalismo, em que pode ser requisitado e decidir pela invalidação ou não, de normas ou legislações, sendo o aval do STF o protagonista de tal cenário.

**Palavras-chave:** Supremo Tribunal Federal; Jurisdição Constitucional; Jurisprudência; Democracia; Constitucionalismo; Técnicas de Decisão; Controle de Constitucionalidade.

**Referências bibliográficas**

LIMA, Flávia Danielle Santiago; GOMES NETO, José Mário Wanderley. **Autocontenção à brasileira? Uma taxonomia dos argumentos jurídicos (e estratégias políticas?) explicativo(a)s do comportamento do STF nas relações com os poderes majoritários.** Curitiba: Núcleo de Investigações Constitucionais da UFPR, vol. 05, n.1, ISSN 2359-5639, janeiro/abril 2018.

SARMENTO, Daniel; NETO, Cláudio Pereira de Souza. **Notas sobre jurisdição constitucional e democracia: a questão a “última palavra” e alguns parâmetros de autocontenção judicial.** Rio de Janeiro: Revista Quaestio Iuris, vol. 06, nº 02, ISSN 1516-0351, 2013.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Supremocracia.** São Paulo: Revista Direito GV, 4(2), p. 441-464, julho/dezembro 2008.

**PLURALISMO JURÍDICO E AUTONOMIAS - CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A REFUNDAÇÃO DO DIREITO****Paolo Ricci Galvão de Azevedo<sup>1</sup>; Alexandre Pinto Mendes<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Ciências Jurídicas, ICHS/UFRRJ. 2. Professor orientador, curso de Direito DCJ/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Trata-se de trabalho voltado para o levantamento de materiais acadêmicos, sobretudo artigos científicos, dissertações e teses, que possuem como substância a descrição de experiências práticas de pluralismo jurídico e autonomias, objetivando apontar possíveis contribuições para futuras produções referentes ao tema. De maneira mais específica, o projeto é baseado na busca por textos e outros trabalhos de pesquisa que contenham em seu corpo descritivo a análise de formas alternativas de organização da justiça que sejam constituídas para além da centralidade do Estado-nação como modelo de organização da vida e como detentor soberano do poder de jurisdição. Para tal, a delimitação metodológica do trabalho utilizou como suporte de dados o portal CAFÉ CAPES, sendo este o horizonte material de busca sobre o qual foram feitos os levantamentos. Dessa forma, partindo de uma divisão teórica baseada em conceitos referente às classificações estabelecidas pelos professores Antônio Carlos Wolkmer e Boaventura de Sousa Santos, utilizou-se de chaves de pesquisa – descritas especificamente no corpo do relatório – para daí estruturar e preencher a base de dados sobre o qual recaíram as análises de substância do presente trabalho. Posteriormente, o exercício laboral consistiu em analisar os documentos selecionados tanto quanto a seu aspecto conjunto, quantitativo, como ao enquadramento de seu conteúdo naquilo que foi posto como objeto central da pesquisa – aspecto qualitativo. Em linhas gerais, pode-se dizer que o aspecto quantitativo resume-se por: a) número de chaves de pesquisa; b) número de textos levantados em geral; c) número de textos que posteriormente à análise restaram versando sobre as experiências práticas procuradas; e d) número de textos que resultaram como produto do exercício de seleção adequado ao horizonte final da pesquisa. Quanto à substância, baseou-se em quatro (4) os sentidos do fenômeno-objeto: I) fenômenos de pluralidade correspondente às práticas de movimentos sociais e comunidades tradicionais, do campo e da cidade, assimilados, ainda que em contradição, à jurisdição estatal; II) movimentos sociais em rompimento com o direito do Estado, constituindo sua luta na desvinculação completa entre este e a vida das comunidades – a exemplo do movimento Zapatistas no México e dos Curdos da região de Rojava, na Síria; III) experiências alternativas ao Estado para resolução dos conflitos locais imediatos, num viés comunitário, como assembleias de bairro e associação de moradores; e IV) experiências nas quais as figuras do pluralismo e da autonomia já estejam positivadas na sistemática jurídica nacional, como nas recentes Constituições latino americanas da Bolívia e do Equador. Quanto à conclusão, foi possível, partindo do levantamento de textos, realizar os apontamentos tidos como objetivo final do projeto. Os resultados sobre o estado de produção dos textos versando especificamente sobre experiências de pluralismo jurídico e autonomia são os frutos objetivos sobre os quais se visualiza três (3) fatores: a) aquilo que foi preenchido na escrita sobre o tema; b) possíveis limitações à produção; e c) diretrizes sobre experiências que ainda pode ser pesquisadas pelos diferentes ramos da teoria crítica do direito.

**Palavras-chave:** Experiências; Pluralismo jurídico; Autonomias; Teoria crítica do direito.

**Referências Bibliográficas**

- PINTO, João Batista Moreira. **Direito e Novos Movimentos Sociais**. 1992 p. 87.  
SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos: sociologia crítica do direito, parte 1** / Boaventura de Sousa Santos – São Paulo: Cortez, 2014.  
WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura do Direito**. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

**A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EMOCIONAL PARA A PARTURIENTE**  
**Priscila Reis Andrade<sup>1</sup>; Jaqueline de Lima Pires<sup>2</sup>**

1. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Professora do DAU/ IT/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O presente trabalho é parte da pesquisa para o projeto de um Centro de Parto Normal (CPN) para a cidade de Guarapari, no Espírito Santo, e teve como objetivo elaborar recomendações projetuais baseadas nas necessidades das parturientes no ambiente hospitalar, como ferramenta para criação de um espaço emocional e humanizado. Ao longo dos anos tem sido observado que, em se tratando do modelo de parto, a parturiente saiu do centro da atenção, dando lugar ao médico e profissional – modelo chamado tecnocrático –, portanto a arquitetura das edificações de saúde respondem primordialmente às necessidades espaciais dos equipamentos e procedimentos médicos, muitas vezes em detrimento do usuário, porém, no Centro de Parto Normal, onde o foco é a gestante, a arquitetura tem a premissa de um olhar mais humano, dotando o espaço de uma atmosfera/ambiência confortável. A metodologia do trabalho foi compreender o usuário do CPN – a gestante – e o seu protagonismo neste cenário, identificando por meio da leitura de relatos de parto os sentimentos que o projeto de arquitetura deveria considerar, como a vulnerabilidade, medo da dor e da violência obstétrica, ansiedade, necessidade de sentir-se capaz e segura, descanso, alívio para as contrações, apoio e companhia. A partir do levantamento das necessidades, estratégias projetuais foram selecionadas com a finalidade de possibilitar a ressignificação do edifício de saúde pública, a fim de torná-lo um lugar seguro, familiar, humanizado, que gerasse identificação emocional, trouxesse privacidade, acolhimento, e proporcionasse uma experiência de parto positiva, que é um dos alvos da Organização Mundial da Saúde. Para alcançar estes objetivos, utilizou-se cinco conceitos que relacionam a percepção humana com o espaço, foram eles: Emotional Design, Design Baseado em Evidências, Certificação Well Building Standard, Conforto Ambiental e Percepção Ambiental. Cada conceito apresentou informações sobre as respostas dos usuários a estímulos, influência dos elementos do espaço no comportamento das pessoas, ações que geram qualidade ambiental, de vida e saúde; essas estratégias arquitetônicas são meios de atender às necessidades das parturientes e conceber um ambiente afetivo, propício para criação de boas memórias e conexão, além de elevar a percepção que se tem de um lugar, o que é muito positivo em se tratando de um estabelecimento de saúde pública. Como resultado obtido desta investigação sobre a construção de um espaço emocional para parturientes, foi possível produzir uma tabela com 13 recomendações projetuais para edificações hospitalares voltadas para o parto e nascimento. As recomendações foram as seguintes: criar locais confortavelmente claros; fornecer sons suaves e ritmados; criar simetrias; possuir objetos arredondados; estimular exercícios físicos; promover socialização; privilegiar a iluminação natural; favorecer o contato com a natureza; criar boa sinalização para os fluxos internos da edificação; reservar espaços para a promoção da educação de saúde para a comunidade; valorizar a privacidade; promover o conforto acústico, a qualidade do ar e temperatura; usar cores. Conclui-se que por meio de ações direcionadas às necessidades da parturiente, é possível gerar um impacto positivo e bem-estar nos usuários do espaço, além de contribuir para a qualidade e humanização do ambiente arquitetônico no SUS.

**Palavras-chave:** Arquitetura; centro de parto normal; espaço emocional; humanização.

**Referências Bibliográficas**

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos HumanizaSUS: humanização do parto e do nascimento**. Brasília – DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno\\_humanizaus\\_v4\\_humanizacao\\_parto.pdf](http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf). Acesso em: 23 mar. 2019
- ZAMPIVA, Paula Mesquita. **Hospitais mais sustentáveis: relação entre o ambiente construído, a assistência aos pacientes e os preceitos de sustentabilidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em:  
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6028>. Acesso em: 15 jun. 2019



**O PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DA BAÍA DE GUANABARA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES PREVISTAS PARA OS RIOS DA VERTENTE OESTE DA METRÓPOLE****Juliana Batista de Oliveira<sup>1</sup> & Maria Angélica Maciel Costa<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Turismo, DAT/IM/UFRRJ; 2. Professor do DAT/IM/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas**RESUMO**

O intenso processo de urbanização desordenado vivenciado principalmente no século XX, acabou afetando significativamente os corpos hídricos nas grandes cidades por todo o mundo. No caso do Rio de Janeiro, os mais pobres e desorganizados, ao serem “empurrados” pela lógica do capital e dos capitalistas para áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, como a Baixada Fluminense, sofreram mais do que aqueles que vivem em áreas urbanizadas e longe das consequências negativas da urbanização realizada. O acesso à água potável, por exemplo, além de ser um item fundamental para a qualidade de vida nas cidades, torna-se cada vez mais um assunto estratégico para as grandes metrópoles, seja sob ponto de vista econômico, social e político. No caso específico da vertente oeste da região metropolitana fluminense, região alvo de nosso estudo, observa-se que décadas de descaso político com relação aos itens que compõem os serviços de saneamento básico trouxeram à tona um quadro recorrente de mortes relacionadas às enchentes com as chuvas de verão; aumento no número de doenças de veiculação hídrica e abastecimento de água intermitente. Dito isto, chegamos ao ponto central deste projeto, a interface existente entre planejamento urbano e gestão de águas. A nosso ver, não é possível pensar os fluxos dos deslocamentos das águas no meio urbano sem antes refletir sobre como é a dinâmica de funcionamento das cidades, em especial no modo como se dão as decisões políticas de alocação de investimentos e elaboração/implementação de políticas públicas. Foi visto no caso do RJ, por exemplo, que em prol dos Jogos Olímpicos, antigos projetos de despoluição da Baía de Guanabara foram retomados, com novos nomes e novos aportes vultuosos de dinheiro, sem que os objetivos propostos de melhoria da qualidade das águas fossem alcançados. Este projeto de pesquisa teve como objetivo analisar a problemática da gestão das águas na vertente oeste da metrópole fluminense através da análise de documentos institucionais, em especial do Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Iguaçu (ENCIBRA/2014), dos Estudos Regionais de Saneamento Básico (CONEN/2013) e do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara (CONSÓRCIO ECOLOGUS-AGRAR, 2005). Estes documentos foram escolhidos devido a relevância que tiveram no campo de gestão de águas em determinado momento político na Baixada Fluminense. Para isto lançamos mão de uma pesquisa exploratória e bibliográfica aos documentos citados. Verificamos a interface existente entre este Plano Diretor da década de 2000 com o recente aprovado Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Iguaçu. Concluímos com essa investigação que os Estudos Regionais de Saneamento Básico e o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara dão diretrizes muito básicas e não muito específicas para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios que compõem a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, especificamente do município de Nova Iguaçu.

**Palavras-chave:** Planos; Saneamento Básico; Gestão Pública; Nova Iguaçu.**Referências Bibliográficas**

- CONEN. **Estudo Regional de Saneamento Básico**. Parte I – Caracterização e Diagnóstico, 2013.
- CONSÓRCIO ECOLOGUS-AGRAR. **Plano Diretor de Recurso Hídricos da Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro. 2005.
- ENCIBRA. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Nova Iguaçu**. R10 - Relatório final Consolidado. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em <<http://dstec01.cloudapp.net/esiclivre/>>. Acessada em 15 de janeiro de 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

**PROPPG**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - UFRRJ

## ESTUDO DAS APLICAÇÕES DAS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NAS ESTAÇÕES DO RAMAL JAPERI: REFORMULAÇÃO DA ESTAÇÃO DE COMENDADOR SOARES SOB O CONCEITO DE DESENHO UNIVERSAL

Ana Beatriz Pellegrino Alves<sup>1</sup> & Regina Célia Lopez Araújo<sup>2</sup>

1. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Professora Titular DAU/IT/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

### RESUMO

Em sua essência os meios de transportes coletivos devem ser pensados para possibilitar a todos os cidadãos uma maior mobilidade nos seus deslocamentos, com total acessibilidade, sempre no menor tempo possível. No entanto, na prática não é o que acontece, pois, uma parcela da população que possui necessidades especiais é esquecida na maioria dos projetos urbanos. No caso do sistema de transporte ferroviário, em especial os trens do estado do Rio de Janeiro, isso fica muito evidente visto que a maioria das estações não possui a acessibilidade exigida por lei. Em virtude disso o presente trabalho analisou o sistema ferroviário da região metropolitana do Rio de Janeiro, através de estudo *in loco* de todas as estações por onde param os trens expressos do ramal Japeri. Nele foram observados aspectos como acessos e instalações, além disso, foi aplicados questionários aos usuários, deste meio de transporte, com o propósito de entender melhor quais são as suas necessidades. No decorrer da análise foram apresentadas as leis e normas que determinam e regulamentam a acessibilidade no Brasil, além disso, foi exposto um breve histórico de todas as estações, onde também são apontados os problemas nelas encontrados durante as visitas, justamente pela aplicação precária dos princípios básicos de acessibilidade o que é justificável por serem criações do século XIX onde não haviam normas e leis que exigiam a sua aplicação. A pesquisa teve como estudo de caso a estação de Comendador Soares, a qual foi analisada mais detalhadamente de forma a expor os problemas enfrentados pelos passageiros diariamente. Em decorrência disso ao longo do trabalho foi visto que a falta de rampas ou elevadores são problemas recorrentes no ramal e que dificultam o seu amplo acesso. Diante dos problemas enfrentados por aqueles que possuem algum tipo de necessidade especial esta pesquisa teve por intuito gerar soluções que contribuam para melhoria do meio de transporte em questão elaborando a transformação da estação de trem já citada através de um projeto de adequação que tem como base os conceitos do desenho universal, buscando desta forma impulsionar discursões a respeito do assunto e o surgimento de novas propostas de melhoria deste sistema de transporte público.

**Palavras-chave:** Transporte; ferrovia; acessível.

### Referências Bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dez. de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em 8 de jun. de 2019.
- BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de jan. de 2012. **Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm). Acesso em 7 de jun. de 2019.
- ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. **Estações ferroviárias do Rio de Janeiro.** Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/index\\_rj.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/index_rj.htm). Acessado em 20 de abr. de 2019.

## O ESTADO DA ARTE DA APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA AQUISIÇÃO DE DADOS GEOMÉTRICOS DO PATRIMÔNIO MATERIAL NO BRASIL

Ricardo Ferreira Vieira<sup>1</sup> & Ana Paula Ribeiro de Araujo<sup>2</sup>

1. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Professora do DAU/IT/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

### RESUMO

A pesquisa “O estado da arte da aplicação de tecnologias digitais na aquisição de dados geométricos do patrimônio material no Brasil”, elaborou um estudo das técnicas e Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC- que auxiliam a produção de dados manuseáveis aplicáveis ao estudo de bens protegidos ou com potencial de proteção. O objetivo principal foi identificar e discutir, com base na produção acadêmica recente (artigos científicos produzidos por brasileiros no período de 2010 a 2018), a aplicabilidade das tecnologias de informação e comunicação (TIC) que são auxiliares a elaboração de inventários de bens móveis, imóveis e sítios urbanos. Uma vez que surgem novos equipamentos e aplicações digitais com muita velocidade, optou-se por pesquisar nas fontes apenas nos últimos cinco anos (2013-2018). Para identificar as TICs partiu-se de dois artigos científicos apresentados em 2015 pela orientadora desta pesquisa no V Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. A partir dessa primeira aproximação, ampliou-se as fontes de pesquisa incluindo-se os artigos científicos publicados em 11 eventos: Tecnologia de Informação e Comunicação- TIC 2015; Seminário Ibero- americano Arquitetura e Documentação ArqDoc de 2013, 2015 e 2017; Congresso Ibero-americano de Gráfica Digital SIGraDi de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 e II Simpósio Científico ICOMOS Brasil de 2018 totalizando 1.946 artigos. Do universo de 1946 artigos científicos publicados nos 11 eventos científicos por 218 pesquisadores brasileiros, identificou-se uma amostra de 74 artigos que utilizaram tecnologias em qualquer uma das etapas da documentação do patrimônio produzidos por 156 pesquisadores. Estes representam, em média, 3,8% da produção científica dos eventos científicos selecionados. Para sistematizar as tecnologias elaborou-se uma planilha eletrônica contendo a identificação numérica do artigo científico atribuída pelos eventos, o nome completo do pesquisador, a instituição e unidade em que o pesquisador está vinculado, o e-mail e as palavras-chaves. As palavras-chaves foram organizadas em ordem alfabética para que fosse possível a classificação com relação à etapa e quantificação. As palavras-chaves foram organizadas de acordo com as três etapas do fluxo de trabalho proposto por Owen et al (2004): Discovery/Input; Scientific Process, Dissemination/Visualization. O grupo de palavras-chave relativos ao Discovery/Input se refere a etapa que envolve métodos diretos (tátil, medição manual, Estação total, Medição eletrônica de distância-EDM, GPS, Níveis, Desenho) e métodos indiretos (Fotogrametria, Laser scanning, Sensoriamento remoto) bem como as formas de registro (Santana-Quintero & Addison, 2008). Foram elaboradas tabelas por etapas do fluxo de trabalho para a documentação do patrimônio contendo as palavras-chave com maior frequência entre pesquisadores e artigos científicos. Dentre as tecnologias identificadas, realizou-se uma pesquisa para maior detalhamento das informações sobre as ferramentas de aquisição e pré-processamento de dados geométricos: descrição da ferramenta, condições de acesso e uso, formatos suportados, disponibilidade de documentação e contato do fornecedor/desenvolvedor. Estas informações foram dispostas em fichas a exemplo das elaboradas pelo EPOCH Project (2018). A pesquisa apontou que há um conjunto significativo de tecnologias aplicadas ao levantamento de dados geométricos e, que, a tecnologia para a fotogrametria, segundo os autores consultados, é a que apresenta melhor custo/benefício, alta qualidade e baixo custo, apesar de suas restrições de uso em situações específicas.

**Palavras-chave:** Tecnologias de documentação; Patrimônio cultural; Registro; Princípios orientadores; inventários.

### Referências bibliográficas

- EPOCH-EXCELLENCE IN PROCESSING OPEN CULTURAL HERITAGE; IST-INFORMATION SOCIETY TECHNOLOGIES. IST-2002-507382. D3.7: Final EPOCH Tools Description. University of Leuven, 15, march, 2008. Disponível em: [http://public-repository.epoch-ri.be/et.org/deliverables/D\\_3\\_7\\_Final\\_EPOCH\\_Tools\\_Description\\_FINAL%20compressed%20images.pdf](http://public-repository.epoch-ri.be/et.org/deliverables/D_3_7_Final_EPOCH_Tools_Description_FINAL%20compressed%20images.pdf)> Acesso em: 16, out. 2017.
- OWEN, Ruth; BUHALIS, Dimitrios; PLETINCKX, Daniel. **Identifying Technologies used in Cultural Heritage**. The 5<sup>th</sup> International Symposium on Virtual Reality, Archeology and Cultural Heritage – VAST. Belgium: Eurographics Association, 2004. ISSN = {1811-864X}. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/220955314\\_Identifying\\_technologies\\_used\\_in\\_Cultural\\_Heritage](https://www.researchgate.net/publication/220955314_Identifying_technologies_used_in_Cultural_Heritage)> Acesso em: 07 fev. 2018.
- SANTANA-QUINTERO M., Addison A.C., 2008. **Digital Tools for Heritage Information Management and Protection: The Need of Training**. In: Wyeld T.G., Kenderdine S., Docherty M. (eds) Virtual Systems and Multimedia. VSMM 2007. Lecture Notes in Computer Science, vol 4820. Springer, Berlin, Heidelberg. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/34412120.pdf>> Acesso em: 26 set., 2016.

**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO  
COMO DIMENSÃO DO ENCONTRO****Douglas Colarés<sup>1</sup>; Anette Araújo<sup>2</sup> & Rejane Moreira<sup>3</sup>.**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Jornalismo; 2. Bolsista da PROEXT e participante do projeto, Discente do Curso de Jornalismo; 3. Professora orientadora do DLC/ICHS/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este projeto buscou pesquisar a dimensão da comunicação em práticas educativas. A partir de algumas experiências vivenciadas no programa Educação Patrimonial em Oriximiná (programa da UFF em parceria com a UFRRJ) propomos, no princípio, traçar perspectivas da relação entre educação e comunicação, utilizando como aportes teóricos a Educomunicação e o gênero leitura crítica de mídia. A Educomunicação proporciona a criação de ambientes democráticos nos processos de ensino e aprendizagem, que transversalizam relações entre professores e alunos. Hierarquias de quem aprende ou ensina são momentaneamente dissolvidas em prol de mediações que auxiliam a construção de projetos coletivos e compartilhados. Nesse cenário, a leitura crítica de mídia proporciona a problematização dos conteúdos midiáticos a partir de experiências de recepção. A pesquisa pretendeu traçar perspectivas teóricas e metodológicas sobre essas mediações e as diversificadas formas de comunicação vivenciadas em grupos – o que foi posteriormente analisado. Desse desejo nasceu, em seis encontros, uma Oficina de Fanzines e Super-heróis. A oficina prática teve por objetivo mais do que produzir um produto, a intenção foi investigar as leituras feitas por alunos e moradores da região de Seropédica sobre produtos massificados de caráter dominante. A observação organizada se constituiu a partir de diversas frentes. Em princípio o projeto foi pensado para ser realizado no CAC e a partir da produção de aulas coletivas, tivemos também a participação dos discentes do laboratório de pesquisa em comunicação, junto ao NECOM. Observando a noção de representações sociais e suas relações com arquétipos e estereótipos de super-heróis em múltiplas linguagens, foi feita uma análise dos dados obtidos na oficina. Como resultados preliminares, apreendemos que, ainda que haja um pensamento crítico e entendimento de realidades e de identidades pelos participantes, prevaleceu, na produção das fanzines, a consolidação de padrões hegemônicos de representação. O reforço de modelos excludentes mostra-se tão enraizado que - ainda que discutido e criticado -, se apresenta de forma imperativa nos discursos finais das fanzines. Destaca-se, todavia, que a oficina logrou em discutir aspectos de conceito, contexto e objetivos de discursos. Ainda que os produtos finais apresentem muito mais personagens com representações em detrimento de representatividade, esses dados não podem ser invalidados de forma alguma, pois traduzem (ainda que não estatisticamente) um específico jeito de se ler a mídia.

**Palavras-chave:** Comunicação; Educomunicação; Mediação; Mídia.

**Referências Bibliográficas**

- CERTEAU, Michel de - A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. LEVY, P. As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo, Editora 34, 2004.  
LIBANEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

**ESTIMANDO O CUSTO DÉFICIT DE PETRÓLEO PARA A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DE INSUMO-PRODUTO****Lucas Matheus Camilo de Almeida<sup>1</sup>; Paulo Vitor dos Santos Lima<sup>2</sup>; Matheus de Andrade Santos<sup>2</sup> & Joilson de Assis Cabral<sup>3</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, Discente do Curso de Ciências Econômicas, ICSA/UFRRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Ciências Econômicas do ICSA (ICSA/DeCE/UFRRJ); 3. Professor do Departamento de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (DeCE/ICSA/UFRRJ).

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Os setores ligados à atividade petrolífera são de suma importância para a economia fluminense em relação à produção, emprego e renda de modo que estas atividades são capazes de promover o crescimento/desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro (Silva et al., 2016). No ano de 2009, o estado do Rio de Janeiro atingiu a maior prospecção de óleo extraído 85% do total de óleo produzido no Brasil (ANP, 2016). Apesar dos excelentes números do setor do estado do Rio de Janeiro, a atividade prolifera é suscetível a fatores externos tais como política internacional de preços do petróleo, geopolítica do petróleo, regulação e normas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e, até mesmo, guerras nos países produtores. Dada a vulnerabilidade externa inerente às atividades petrolíferas, as políticas públicas de desenvolvimento regional específicas ao setor de petróleo perdem autonomia. Diante do exposto, faz-se necessário entender, analisar e quantificar a dependência da economia do estado do Rio de Janeiro em relação ao setor de petróleo. Para alcançar o objetivo proposto, será realizada uma adaptação da análise de extração hipotética de insumo-produto proposta por Dietzenbacher et al. (1993). Esta metodologia possibilitará estimar a variação do valor bruto de produção (VBP) do estado do Rio de Janeiro decorrentes de retrações do setor de petróleo do estado. Mais especificamente, o setor de petróleo do Rio de Janeiro será reduzido em 5%, 7%, 12%, 17%, 19%, 23%, 31%, 53%, 71% e 99% (custo de déficit) possibilitando verificar o impacto desta retração hipotética no VBP do estado. Com base nos resultados ainda é possível estimar uma curva do custo do déficit de petróleo para a economia do estado. Como base de dados será utilizada a matriz de insumo-produto regional do Rio de Janeiro para o ano de 2009 disponibilizada por Cabral et al. (2016). A escolha do ano de análise deu-se pelo fato do ano de 2009 o estado do Rio de Janeiro atingir a maior produção de óleo extraído 605.213 milhões de barris. Entre os principais resultados, verificou-se que o PIB do estado do Rio de Janeiro possui grande dependência do setor de petróleo, a saber: uma redução de 31% do setor de petróleo geraria uma redução de cerca de 6,1% no VBP do estado. Já quando foi empreendido o exercício de reduzir o setor em 99%, o custo do déficit aumentaria para cerca de 19,3%. Por meio destes achados, é possível concluir que o estado do Rio de Janeiro deve implementar uma política industrial ativa com o objetivo de adensar, diversificar e modernizar a estrutura produtiva de modo a promover desenvolvimento econômico do estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Setor de Petróleo; Desenvolvimento Regional; Insumo-produto; Estado do Rio de Janeiro; Análise da estrutura produtiva.

**Referências Bibliográficas**

SILVA, T. M. K.; CABRAL, J. A.; CABRAL, M. V. F. Estrutura Produtiva da Economia do Estado do Rio de Janeiro: Uma Análise de Insumo-Produto. *Revista Econômica*, v. 18 n. 1, 2016.

DIETZENBACHER, E.; VAN DER LINDEN, J. A.; STEENGE, A. E. The regional extraction method: EC input-output comparisons. *Economic Systems Research*, v. 5, n. 2, p. 185-207, 1993.

**ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM JAPERI - UMA PERSPECTIVA  
MIDIÁTICA****Gabriel Rodrigues de Mendonça<sup>1</sup>; Lígia Castanheira Magalhães<sup>2</sup>; Denise de Alcantara Pereira<sup>3</sup>  
& Ana Paula Ribeiro de Araújo<sup>4</sup>**

1. Colaborador PICV, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo; 2. Bolsista de iniciação científica FAPERJ, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, DAU/UFRJ, DAU/UFRJ; 3. Professor Adjunto do DAU/IT/UFRRJ e do PPGDT/ICSA; 4. Professor Adjunto do DAU/IT/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Este trabalho busca explicitar o processo de confecção de um mapa de violência do município de Japeri, se valendo de notícias encontradas nos principais jornais online e em mídias locais, listando ocorrências de crimes violentos por bairro gerando um mapeamento expositivo a partir de levantamentos de campo e bases cadastrais oficiais, com uso de geotecnologias livres. A cidade de Japeri é marcada pela pobreza e violência, sua desigualdade foi acentuada pela falta de investimento em setores como os de infraestrutura e saneamento, tornando o município carente de serviços públicos básicos e assistência à população em situação de vulnerabilidade social. Fatores como seu baixo índice de desenvolvimento humano (de ordem 0,659 em 2010), ao longo de seus 28 anos de existência configuram problemáticas sociais, socioambientais, institucionais e econômicas, que contribuíram inclusive para a manutenção da instabilidade na segurança de certos territórios, onde o poder paralelo do tráfico prevalece, afastado da metrópole, e gera ações policiais empreendidas pelo estado, resultando não raramente em conflitos armados. A cobertura da mídia sobre Japeri, tanto dos jornais de grande circulação em suas versões online quanto dos portais de notícias locais, tende a concentrar-se nesses conflitos, reportando-a como um território perdido para suas próprias mazelas, criando assim um estigma sobre a cidade que dificulta ainda mais seu desenvolvimento. O mapeamento realizado busca evidenciar no mapa do município a disposição dos locais onde ocorreram crimes violentos reportados por essas mídias no período entre junho de 2017 e janeiro de 2019. Possibilita visualizar e comparar as áreas onde existem a maior e a menor incidência destes crimes, e então correlacionar os resultados ao mapa de uso do solo de Japeri, buscando identificar o nível de urbanização dessas áreas e elementos de desenho urbano que possam atuar como fatores agravantes para a presente questão da violência. Japeri pode então por via de regra ser categorizada conceitualmente como uma *zona de sacrifício* (SILVA & BUENO, 2013), uma localidade alheia aos desdobramentos do desenvolvimento de sua metrópole, neste caso o Rio de Janeiro. O mapa da violência é um desdobramento da atividade de Iniciação Científica vinculada à pesquisa apoiada pela FAPERJ 'Territórios e Paisagens Perimetropolitanas: desigualdades e conflitos sócio-espaciais e cenários prospectivos no Rio de Janeiro na perspectiva da Nova Agenda Urbana 2030'.

**Palavras-chave:** Japeri; violência; mapa; zona de sacrifício

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.  
MAGNOLI, M. **Espaço livre - Objeto de trabalho**. In Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios. v.21. São Paulo: FAUUSP, p.177-200. 2006.  
SILVA, R.A., BUENO, L. **Injustiça Urbana e Ambiental: O Planejamento de “Zonas de Sacrifício”**. Anais do XV ENANPUR. Recife: UFPE, 2013

**POLÍTICA DE DROGAS E AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NA BAIXADA FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO****Jessica Souza de Farias<sup>1</sup>; Carmen Oliveira Frade<sup>2</sup>; Rachel Gouveia Passos<sup>3</sup> & Tathiana Meyre da Silva Gomes<sup>4</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ, Discente do Curso de Serviço Social, DEDH/ICSA; 2. Professora do Departamento de Educação Doméstica, DEDH/UFRRJ; 3. Professora da Escola de Serviço Social/UFRRJ; 4. Professora da Escola de Serviço Social/UFF

Grande área: Ciências Sociais e Aplicadas

**RESUMO**

Conceitualmente, as Comunidades Terapêuticas podem ser definidas sob duas vertentes na contemporaneidade (Bolonheis-Ramos; Boaroni, 2015): a primeira, associada à psiquiatria tradicional, considerada uma reprodução em menor escala do manicômio destinada ao acolhimento e tratamento de pacientes psiquiátricos; e a segunda, que se configura como instituições associadas a entidades religiosas que oferecem tratamentos para a recuperação de usuários de álcool e outras drogas através da internação. Nossa pesquisa, ainda em andamento, propõe estudar a vertente religiosa, dada a sua efervescência nos últimos anos, e tem por objetivo identificar e analisar as diferentes práticas de tratamento executadas nas Comunidades Terapêuticas na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Os estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisa, Estudo e Extensão em Serviço Social, Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NUPESS/UFRRJ) em 2018, nos impulsionaram a refletir sobre essas instituições, hoje pertencentes à Rede de Atenção Psicossocial com financiamento público. De acordo com o IPEA (2017), o tratamento oferecido nas Comunidades Terapêuticas pode ser definido através de três pilares: trabalho, disciplina e espiritualidade e os princípios e diretrizes para este são forjados pelos líderes religiosos responsáveis por cada unidade, a partir de um discurso de reeducação moral sob a lógica da abstinência absoluta e de internações compulsórias em bairros afastados do território e em zonas. O Relatório de Inspeção Nacional das Comunidades Terapêuticas, publicado em 2017, pelo Conselho Federal de Psicologia, trouxe à tona uma série de irregularidades e violações de direitos que vem ocorrendo nestes espaços e que reafirmam a lógica manicomial no tratamento em saúde mental. Entre eles, destacam-se a ausência de projeto terapêutico singular, ausência de protocolos ou projetos de desinstitucionalização, violação na norma referente aos períodos de internação, entre outros. Na Baixada Fluminense a situação é ainda pior, devido ao histórico de abandono da região e ausência de políticas públicas. Ainda não foi possível quantificar quantas CTs existem na região, pois muitas estão na irregularidade e, conseqüentemente, não são fiscalizadas. Entre as comunidades regulamentadas, destacam-se a MOCRIVER – Movimento Cristo Vive e Reina, em Nova Iguaçu e o Instituto Vida Renovada – IVR, em São João de Meriti, não apenas pelo forte trabalho de divulgação que fazem, mas também por já terem sido objeto de pesquisa e análise de outras autoras. Em seus relatos, é possível identificar diversas violações de direitos e irregularidades, assim com as identificadas pelo CFP. Desta maneira, a análise realizada neste trabalho torna-se necessária e emergente neste momento em que as Frentes Parlamentares em defesa das Comunidades Terapêuticas têm se posicionando mais incisivamente e avançado na promulgação de Projetos de Lei em favor das CTs e em detrimento do SUS e das conquistas da Reforma Psiquiátrica brasileira.

**Palavras-chave:** Comunidades Terapêuticas; Drogas; Saúde Mental.

**Referências Bibliográficas**

BOLONHEIS-RAMOS, R. C. M; BOARINI, M. L. Comunidades terapêuticas: “novas” perspectivas e propostas higienistas. **História, Ciências, Saúde**. v.22, n.4, out.-dez. 2015, p.1231-1248. Rio de Janeiro.

Conselho Federal de Psicologia. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas**. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>. Acesso em: 26/05/2019

IPEA. **Perfil Das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/20170418\\_nt21.pdf](http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf)> Acesso em: 10/09/2018.

**O ADICIONAL DE 25% ÀS APOSENTADORIAS ESPONTÂNEAS EM JUÍZO NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO****Carlos Vinicius Ribeiro Ferreira<sup>1</sup> & Cristiane Miziara Mussi<sup>2</sup>**

1. Discente do Curso de Direito/IM/UFRRJ, 2. Professora do DCJUR/IM/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas**RESUMO**

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à aposentadoria espontânea aos segurados da previdência social (art. 201, §7º). Além da possibilidade de aposentar-se espontaneamente, o segurado pode aposentar-se, ainda que precocemente, em virtude do acometimento de incapacidade total e definitiva para o exercício de atividade laborativa que garanta seu sustento. Neste caso, a Constituição Federal assegura e a Previdência Social concede a aposentadoria por invalidez, podendo ser conferido ainda um adicional de 25%, em caso de o segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, conforme rege o art. 45, caput, da Lei 8.213/1991. Ocorre que, em se tratando de concessão de aposentadoria espontânea, o segurado pode ser acometido de alguma enfermidade que o leve a precisar de assistência permanente de outra pessoa. A legislação, porém, não permite a percepção de qualquer adicional em se tratando desse tipo de aposentadoria, conferindo o acréscimo de 25% apenas ao segurado aposentado por invalidez, preenchidos os requisitos, nos termos da Lei de Benefícios. Por ausência de disposição legal ampliando esse direito aos demais aposentados, o INSS não reconhece administrativamente esse direito. Nesse ínterim, o Superior Tribunal de Justiça julgou um Recurso Especial como Representativo de Controvérsia, com o fito de julgar a possibilidade de extensão ou não, de maneira que o julgamento se concluiu no sentido de que a extensão é devida, atendidos requisitos específicos. O INSS recorreu da matéria ao Supremo Tribunal Federal, de modo que atualmente os processos judiciais que versam sobre a matéria no território brasileiro estão suspensos por determinação da 1ª Turma, conforme julgado no Agravo Regimental na Petição 8002. Desta forma, objetivou-se descobrir o perfil dos segurados que requereram o adicional de 25% judicialmente - dentre gênero, idade, doença incapacitante, cidade de domicílio e benefício previdenciário que possui; e quantos segurados requereram administrativamente no INSS antes de ingressar na via judicial. Assim, com a autorização do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por meio do Despacho nº TRF2-DES-2019/02187, foi procedida a coleta de dados dos processos judiciais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Para obter o número aproximado dos processos que versam sobre a matéria, foi utilizada a base de dados do Conselho Nacional de Justiça; bem como do TRF2, realizando-se, ainda, busca textual no portal eletrônico do TRF2, chegando-se ao montante de 182 processos e obtendo-se os seguintes resultados: os homens que figuram como autores estão, em maioria, na faixa etária de 71 a 75 anos, enquanto as mulheres estão na de 76 a 80 anos. No que se refere à especialidade médica, 46% dos autores eram acometidos de doenças neurológicas, seguidas de oncológicas e psiquiátricas. Quanto aos benefícios de titularidade dos autores, 54% gozavam de aposentadoria por tempo de contribuição. No que se refere ao prévio requerimento administrativo, 75% dos segurados o fizeram. Por fim, verificou-se que há maior incidência de ajuizamento no município do Rio de Janeiro, seguido de Volta Redonda, Itaperuna, Barra Mansa e Nova Iguaçu.

**Palavras-chave:** Benefícios previdenciários; Grande invalidez; Recurso Repetitivo.**Referências Bibliográficas**

- BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.
- IBRAHIM, Fabio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 23. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2018.
- ROCHA, Daniel Machado da. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 16. ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TURISMO E CONFLITOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS NA  
REGIÃO DOS LAGOS FLUMINENSES - A CONFIGURAÇÃO E O AJUSTE ESPACIAL DE  
CABO FRIO/RJ**

**Fernanda de Sales Fernandes<sup>1</sup>; Amanda Rodrigues Rangel<sup>2</sup> & Luciano Muniz de  
Abreu<sup>3</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica Voluntária PICV, Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 3. Professor Adjunto – DAU/IT/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas  
Nº do protocolo: PIT298-2018

**RESUMO**

O presente trabalho corresponde ao desenvolvimento da pesquisa “Cidades Litorâneas, Turismo e Produção do Espaço no Estado do Rio de Janeiro” elaborada por meio do Programa de Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que compreende a relevância econômica, socio-espacial e ambiental da atividade turística no cenário mundial, com objetivo à beira-mar, e busca desvendar o processo de produção do espaço na zona costeira do Estado do Rio de Janeiro. Junto a região Metropolitana e a Costa Verde, Cabo Frio, município de destaque na Região dos Lagos fluminenses, compõe o recorte espacial desta vertente de trabalho. Atualmente o município possui sua base econômica fundamentada em atividades industriais, como exploração de sal e petróleo e turismo. Para compreensão deste cenário busca-se a análise retrospectiva que permite perceber o intenso crescimento populacional e desenvolvimento urbano que eclode na década de 1940, fortemente atrelado a geração de emprego da indústria salineira. A partir na década de 1970, com a potencialização do turismo, tal crescimento se intensifica de maneira ainda mais significativa, trazendo consigo investimentos, público e privado, em equipamentos turísticos e de lazer. Data de 1974 a inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) atraindo novo público a Região dos Lagos, principalmente ao balneário de Cabo Frio, potencializando então, o turismo de massa e a construção civil. Entre 1940 e 2010 estima-se que a população deste município aumentou em mais de vinte vezes, saltando de 8.816 para 186.227 habitantes, respectivamente. Além de estrutura urbana para suprir a população local há o surgimento das segundas residências e a implementação de empreendimentos turísticos e imobiliários promotores de novas relações sociais de produção. A readequação urbana necessária para atender a todo esse contingente exerce pressão sobre os diversos ecossistemas locais, como a ocupação irregular e alteração de usos tradicionais do solo, contribuindo ainda nos processos de favelização relegando a população local de mais baixa renda aos espaços menos privilegiados. Como base teórica para a materialização deste trabalho, utilizou-se de autores que tratam da produção do espaço, do processo e territorialização da turistificação, como: Abreu, Brandão, Cruz, Harvey, Santos, dentre outros. Objetiva-se então, que as reflexões e produtos do trabalho possam abrir e colaborar com discussões acerca do processo de urbanização turística do litoral nacional.

**Palavras-chave:** Turismo litorâneo; Produção do espaço; Urbanização; Conflitos socioespaciais; Região dos Lagos fluminenses.

**Referências Bibliográficas**

ABREU, Luciano M. **Uma "Viagem de inclusão": Turismo, Desenvolvimento e Território**. (Tese doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2002.

**CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E VISUAL**  
**A Arquitetura Sensorial como Instrumento de Informação Espacial**  
**Mirela Freitas Linhares<sup>1</sup> & Jaqueline de Lima Pires<sup>2</sup>**

1. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Professora do DAU/ IT/UFRRJ

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

Atualmente, pessoas com deficiências auditivas e visuais não têm disponibilidade de ambientes de convívio adequados às suas necessidades, sendo eles suas casas, trabalhos ou espaços de lazer. Sabe-se que essas pessoas sentem a realidade ao seu redor de uma forma diferente, portanto, é preciso entender como elas percebem o espaço físico e descobrir suas necessidades e individualidades. A Arquitetura Sensorial tem um destaque fundamental para a compreensão espacial, atuando como qualificadora e modificadora, estimulando outras percepções que não só a visual. A presente pesquisa busca encontrar quais são os melhores recursos e dispositivos sensoriais que podem ser aplicados na arquitetura para que esses espaços auxiliem a (re)inserção social através da melhoria da qualidade de vida e que levem em conta as necessidades de cada indivíduo conforme o grau e o impacto da deficiência sobre sua funcionalidade. Os métodos investigados para intervenções físico-espaciais em ambientes sensoriais e perceptivos levam em consideração vários aspectos arquitetônicos que passam despercebidos no cotidiano, mas tem uma grande relevância para ambientes adequados à essas pessoas. Os espaços adaptados para essas deficiências levam em conta cores, texturas, luzes, sons, formas e o simbolismo do ambiente, atuando como diferenças necessárias para a compreensão dessas áreas. As cores, por exemplo, podem ser usadas como contraste para distinção de alturas e de elementos de direcionamento. Assim como os outros componentes que também auxiliam no direcionamento e demarcação de espaços. O uso de pontos de referência de locomoção/orientação em áreas de mobilidade e a identificação dos espaços são itens importantes que compõem a análise e que devem ser ressaltados. Todo o estudo realizado nessa pesquisa leva ao entendimento de que espaços sensoriais despertam estímulos, externos ou internos, provocando um comportamento específico de conhecimento imediato e intuitivo, portando, as sensações são importantes diretrizes que aliadas aos elementos arquitetônicos, produzem o espaço ideal para pessoas com deficiência. O conhecimento obtido através da busca realizada ainda é incipiente no Brasil, não tendo quase nenhuma referência bibliográfica ou informações aplicadas em projetos já construídos, já que é um assunto que vem sido apontado recentemente no nosso país. Por isso, essa pesquisa tem pertinência para a obtenção de uma arquitetura mais inclusiva. O projeto elaborado a partir da pesquisa tem como função demonstrar como esses métodos podem ser aplicados de forma funcional, a partir da idealização de um CER (Centro Especializado em Reabilitação), que faz parte da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, na cidade de Itaperuna, localizada na região Noroeste Fluminense, onde há um grande déficit na oferta desses serviços, colocando em perspectiva a Arquitetura Sensorial como instrumento de informação espacial, de forma inclusiva e multidisciplinar.

**Palavras-chave:** CER; Dispositivos Sensoriais; Inserção Social; Acessibilidade; Arquitetura Inclusiva.

**Referências Bibliográficas**

- NEVES, J.D. *Arquitetura Sensorial: A arte de projetar para todos os sentidos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- OKAMOTO, J. *Percepção Ambiental e Comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação*. 1. ed. Editora Mackenzie, 2002.
- MARTINS, M. S.; SILEIRA, K.; ROMANINI, A.; BERNARDES, M.; LANTELME, E. *Arquitetura Inclusiva: Centro de habilitação e reabilitação para deficientes visuais*. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO. Recife, 2016.

**CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS DOS PROJETOS VENCEDORES DO PRÊMIO FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL DE TECNOLOGIA SOCIAL DO ANO DE 2017**

**Joel Paulo Leal Ribeiro<sup>1</sup>; Kaitiane Lucas Braga Ribeiro<sup>2</sup>; Ewerton Willian Santos da Silva<sup>3</sup> & Janaína Machado Simões<sup>4</sup>**

1. Discente do Curso de Administração, DAT/IM/UFRRJ; 2. Discente do Curso de Administração, DAT/IM/UFRRJ; 3. Discente do Curso de Administração, DAT/IM/UFRRJ; 4. Docente do Curso de Administração, DAT/IM/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

As tecnologias sociais (TS) apresentam-se como um conjunto de técnicas desenvolvidas e aplicadas com a participação da sociedade, resultando em inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população (ITS, 2019), da saúde e do meio ambiente. Tais técnicas aplicam-se de modo a gerar impacto na utilização dos recursos de maneira otimizada, maximizando os seus usos, e promovendo bem-estar. As TS partem do desenvolvimento de tecnologias que consideram aspectos econômicos, sociais e ambientais, sendo um dos seus principais objetivos o desenvolvimento de produtos, processos e aparatos tecnológicos que impactam na qualidade de vida ao gerar resultados sustentáveis no tempo (LIMA; DAGNINO e FONSECA, 2008). A Fundação Banco do Brasil atua há 33 anos em ações na busca da inclusão sócio produtiva dos segmentos mais desprivilegiados da sociedade, e como resultado, em 2001, foi criado o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, realizado a cada 2 anos, com objetivo de identificar, criar, premiar e difundir tecnologias sociais já aplicadas e implementadas para solucionar questões relativas à alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde (FBB, 2019). Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo descrever as características organizacionais dos projetos vencedores do prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social do ano de 2017. Para a elaboração deste estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, com etapas de análise documental e bibliográficas para a sua realização. Os resultados preliminares do estudo indicam que algumas características são predominantes nos 7 projetos vencedores do prêmio de tecnologia social do ano de 2017. A Fundação segmenta as tecnologias por categorias, no qual se dividem nas seguintes: agroecologia, água e/ou meio ambiente, cidades sustentáveis e/ou inovação digital, economia solidária, educação, saúde e bem-estar e internacional. A partir de uma série de critérios são definidas as tecnologias premiadas. Para a análise dos resultados, foi utilizada como parâmetro as seguintes características dos projetos: objetivos gerais; objetivos do desenvolvimento sustentável; temática; valores da implementação e público-alvo. Os objetivos gerais dos projetos analisados, no sentido amplo, apresentam como fator principal promover a inclusão da sociedade junto à elaboração dos respectivos projetos, assim como atender as demandas locais de suas respectivas regiões, melhorando a qualidade de vida local. Também foi possível perceber que cada projeto atende a 1 ou mais dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Os investimentos para implementação dos projetos analisados variam de R\$350,00 a R\$50.000. Quanto às temáticas principais, os projetos apresentam temas variados acerca da habitação, recursos hídricos, educação, energia, renda, alimentação e saúde, relacionando-se com suas respectivas categorias; quanto ao público-alvo, os projetos se alinham e focam em pessoas de baixa renda e nos *stakeholders* demandantes na região.

**Palavras-chave:** Tecnologia social; Fundação Banco do Brasil; Inovação Social.

**Referências Bibliográficas**

- FBB – FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco de Tecnologias Sociais**. Brasília: FBB, 2019. Disponível em: <https://goo.gl/4KKzDL>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.
- ITS BRASIL. **O que é tecnologia social**, 2019. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>. Acesso em 24 de julho de 2019.
- LIMA, M. M. T.; DAGNINO, R. P.; FONSECA, R. Um enfoque tecnológico para inclusão social. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 117-119, jul./dez. 2008.

**CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS DOS PROJETOS VENCEDORES DO PRÊMIO FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL DE TECNOLOGIA SOCIAL DO ANO DE 2017**

**Joel Paulo Leal Ribeiro<sup>1</sup>; Kaitiane Lucas Braga Ribeiro<sup>2</sup>; Ewerton Willian Santos da Silva<sup>3</sup> & Janaina Machado Simões<sup>4</sup>**

1. Discente do Curso de Administração, DAT/IM/UFRRJ; 2. Discente do Curso de Administração, DAT/IM/UFRRJ; 3. Discente do Curso de Administração, DAT/IM/UFRRJ; 4. Orientadora. Docente do Curso de Administração, DAT/IM/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

As tecnologias sociais (TS) apresentam-se como um conjunto de técnicas desenvolvidas e aplicadas com a participação da sociedade, resultando em inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população (ITS, 2019), da saúde e do meio ambiente. Tais técnicas aplicam-se de modo a gerar impacto na utilização dos recursos de maneira otimizada, maximizando os seus usos, e promovendo bem-estar. As TS partem do desenvolvimento de tecnologias que consideram aspectos econômicos, sociais e ambientais, sendo um dos seus principais objetivos o desenvolvimento de produtos, processos e aparatos tecnológicos que impactam na qualidade de vida ao gerar resultados sustentáveis no tempo (LIMA; DAGNINO e FONSECA, 2008). A Fundação Banco do Brasil atua há 33 anos em ações na busca da inclusão sócio produtiva dos segmentos mais desprivilegiados da sociedade, e como resultado, em 2001, foi criado o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, realizado a cada 2 anos, com objetivo de identificar, criar, premiar e difundir tecnologias sociais já aplicadas e implementadas para solucionar questões relativas à alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde (FBB, 2019). Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo descrever as características organizacionais dos projetos vencedores do prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social do ano de 2017. Para a elaboração deste estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, com etapas de análise documental e bibliográfica para a sua realização. Os resultados preliminares do estudo indicam que algumas características são predominantes nos 7 projetos vencedores do prêmio de tecnologia social do ano de 2017. A Fundação segmenta as tecnologias por categorias, no qual se dividem nas seguintes: agroecologia, água e/ou meio ambiente, cidades sustentáveis e/ou inovação digital, economia solidária, educação, saúde e bem-estar e internacional. A partir de uma série de critérios são definidas as tecnologias premiadas. Para a análise dos resultados, foi utilizada como parâmetro as seguintes características dos projetos: objetivos gerais; objetivos do desenvolvimento sustentável; temática; valores da implementação e público-alvo. Os objetivos gerais dos projetos analisados, no sentido amplo, apresentam como fator principal promover a inclusão da sociedade junto à elaboração dos respectivos projetos, assim como atender as demandas locais de suas respectivas regiões, melhorando a qualidade de vida local. Também foi possível perceber que cada projeto atende a 1 ou mais dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Os investimentos para implementação dos projetos analisados variam de R\$350,00 a R\$50.000. Quanto às temáticas principais, os projetos apresentam temas variados acerca da habitação, recursos hídricos, educação, energia, renda, alimentação e saúde, relacionando-se com suas respectivas categorias; quanto ao público-alvo, os projetos se alinham e focam em pessoas de baixa renda e nos *stakeholders* demandantes na região.

**Palavras-chave:** Inovação social; Inclusão social; Desenvolvimento sustentável.

**Referências Bibliográficas**

- FBB – FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco de Tecnologias Sociais**. Brasília: FBB, 2019. Disponível em: <https://goo.gl/4KKzDL>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.
- ITS BRASIL. **O que é tecnologia social, 2019**. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>. Acesso em 24 de julho de 2019.
- LIMA, M. M. T.; DAGNINO, R. P.; FONSECA, R. Um enfoque tecnológico para inclusão social. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 117-119, jul./dez. 2008.

**VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER E PERSPECTIVAS DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS: O SENTIDO ESTRUTURAL DA VIOLÊNCIA DIRETA E INDIRETA** **Lorena Santos Miranda<sup>1</sup> & Vinicius Ferreira Baptista<sup>2</sup>**

1. Bolsista do Programa Institucional de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos/UFRRJ, Discente do Curso de Administração Pública, ICESA/UFRRJ; 2. Professor do DAP/ICESA/UFRRJ.

Grande Área: Ciências sociais aplicadas

**RESUMO**

O trabalho em questão tem como objeto de estudo normas jurídicas e ações programáticas no que tange o combate a violência contra à mulher. Para tal, analisou-se normas jurídicas implementadas, tendo como ponto de partida a Lei Maria da Penha (2006), permitindo assim confrontá-las com ações institucionais paralelas bem-sucedidas e aspectos não contemplados de legislações e programas vigentes. Esse estudo utilizou bases da análise simbólica e material da violência enquanto parte da estrutura social, com objetivo de compreender a gênese da violência como elemento histórico e suas raízes estruturais, podendo, assim, subsidiar políticas públicas a serem implementadas. Foram analisadas experiências que foram determinantes para diminuição dos números das reincidências de agressões contra mulheres em alguns estados brasileiros, que tinham objetivos como: acompanhar, monitorar e acolher vítimas, e propor espaços de reflexões e mediações de conflitos entre agressores e vítimas, levando em consideração que boa parte dessas agressões foram violências domésticas. O estudo foi desenvolvido a partir do Programa Institucional de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no projeto de pesquisa “A igualdade de gênero e os objetivos de desenvolvimento sustentável: Uma análise da Agenda 2030”. A metodologia usada foi a quantitativa-qualitativa, a partir de bibliografia sobre o tema da violência de gênero, além de dados estatísticos nacionais, como o Mapa da Violência e o sistema de informações da Secretaria de Políticas para Mulheres. A pesquisa também utilizou legislações históricas e atuais que remetem direta e indiretamente ao tema, para assentar juridicamente a questão no Brasil. Os resultados obtidos demonstraram a importância de compreendermos aspectos culturais e sociais historicamente construídos e seus impactos diretos e indiretos na construção de ações programáticas, resultando na diminuição nos índices de reincidência nos casos de agressões contra a mulher. Um exemplo concreto é que, a partir da implementação de ações como o projeto Guardiã Maria da Penha, em São Paulo, e Guardiões da Vida, no Rio de Janeiro, a violência reduziu de 65% para 2% e 78,61% para 3,4%, respectivamente, nos casos acompanhados. Uma das conclusões a partir de tal constatação é a urgente necessidade de se construir, no âmbito institucional, políticas públicas que subsidiem intervenções na dimensão simbólica da violência. Tanto como elemento essencial para a diminuição dos crimes cometidos contra a mulher, quanto na construção de práticas pedagógicas junto aos agressores, evitando assim reincidências e trabalhando a temática da violência no campo da prevenção.

**Palavras-chave:** Gênero; Violência; Políticas públicas; Estudos sobre gênero; Violência de gênero.

**Referências Bibliográficas**

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, (2010). Violência contra a Mulher na Esfera Pública e Privada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SESC.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM), (2013). Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

WASELFISZ, Julio Jacobo, (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

**SOBERANIA ALIMENTAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ATMOSFERA ESCOLAR**

**João Batista Ciriaco<sup>1</sup>; Tamiris Oliveira dos Santos<sup>2</sup>; Valmor Alves Bastos<sup>3</sup> & José Cláudio Souza Alves<sup>4</sup>**

*1. Bolsista PET, Discente do Curso de Agronomia, IA/UFRRJ; 2. Bolsista PET, Discente do Curso de Belas Artes ICHS/UFRRJ; 3. Bolsista PET, Discente do Curso de Ciências Econômicas ICESA/UFRRJ; 4. Discente do Curso de Floresta, IF/UFRRJ; 6. Professor do DCS/ICHS/UFRRJ.*

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A implementação de uma escola sustentável, visa à transformação do eu individual, pela substituição de posições que ocorrem principalmente nos espaços de uso coletivo. Sendo que, a partir desta transformação individual, acontecerá a mudança macro, aquela esperada e almejada pelo coletivo (GONÇALVES et al., 2014). Diante disso, o subgrupo Jardins Mediciniais, é um dos projetos que compõem o grupo PET Inclusão e Oportunidades, o grupo tem caráter interdisciplinar por ser formado por alunos de diferentes cursos, como Engenharia Florestal, Ciências Biológicas, Agronomia, Educação Física, Economia, Belas Artes. O trabalho desse subgrupo consistiu na construção de uma horta no colégio estadual Waldemar Raythe, localizado no município de Seropédica. Os alunos do PET mantêm a horta e realizam atividades de conscientização ambiental juntamente com os alunos do colégio, entre elas, oficinas sobre compostagem, irrigação eficiente, alimentação viva, princípios agro florestais, e agricultura orgânica, possibilitando assim a participação ativos alunos e agregando os saberes. Após a estruturação da horta baseada em princípios agro florestais, como o uso de serrapilheira sob o solo em plantio para conservar a microbiota, plantio de espécies arbóreas próximas aos canteiros para aumentar o aporte de matéria orgânica sob o solo, plantio seguindo a lógica sucessional, ou seja, plantar espécies que tenham ciclos de colheita diferentes. A implantação dessas técnicas, aumentou a produtividade de culturas como alface e tomate, que foram cultivados na horta com sucesso, e posteriormente levados a merenda escolar. Para que fosse possível levar o assunto da alimentação natural aos alunos, foi feita uma oficina de alimentação viva, utilizando brotos germinados e espécies de plantas alimentícias não convencionais (PANC's) encontradas na própria horta, espontaneamente. Na culminância do quarto bimestre, que consiste em um evento cultural diverso realizado regularmente na escola, foi mobilizado este evento do subgrupo Jardins Medicinas para a apresentação de uma nova forma de se ver e ingerir o alimento. Apresentou-se uma palestra educativa falando sobre os agrotóxicos e seus perigos, sobre os *fast food* e demais ingredientes viciosos e nocivos à saúde, para ilustrar melhor justificativa deste movimento de resgate da alimentação natural. O público escolar pode vivenciar de forma sensorial e prática, alternativas mais saudáveis de se alimentar utilizando pratos bem comuns, mas com formulações renovadas em seus ingredientes e formas de preparo. A oficina foi bem sucedida e muito bem recebida pelos alunos e corpo discente, porém para que surta um efeito transformador e real na rotina dos viventes é necessário que oficinas e atos como este ocorram com maior frequência, pois só desta forma é possível a mudança de hábitos alimentares danosos aos quais a maior parte da população já se acostumou. Conclui-se que as práticas sobre educação ambiental e soberania alimentar são ampliadoras de ações compatíveis que devem se envolver em diferentes disciplinas do âmbito escolar, entretanto, necessita-se da produção de conhecimento prático e demanda investimentos na capacitação profissional.

**Palavras-chave:** Soberania alimentar; educação ambiental; sustentabilidade.

**Referências bibliográficas**

GONÇALVES, A. C. G.; DIAS, C. M. S.; MOTA, M. R. A. Alargamento das funções da Escola: Educação Ambiental e Sustentabilidade. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 551-569, 2014.

CANÊDO, REIS CÂNDIDO. **Educação Nutricional: Resgatando nossa cultura alimentar**. 283p. 3 ed. Brasília: EMATER/DF 1996.



## CENTRO DE EQUOTERAPIA NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Larissa das Chagas Ramos <sup>1</sup> & Jaqueline Lima Pires <sup>2</sup>*1. Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, IT/UFRRJ; 2. Professora do DAU/IT/UFRRJ.*Grande Área: Ciências Sociais

## RESUMO

Este trabalho compreende parte de uma abordagem mais ampla que tem como objeto a concepção de um Projeto de Arquitetura de um Centro de Equoterapia, no município de Mangaratiba, tema de um Trabalho Final de Graduação. Assim, o objetivo é tratar da pesquisa realizada para a elaboração do projeto, considerando-se relevante demonstrar: a importância da equoterapia no processo de reabilitação, a demanda deste tipo de serviço para a região definida e o papel fundamental da arquitetura para a oferta de um ambiente terapêutico com qualidades funcionais e sensoriais. A Lei 13.830, de 13/05/19 DOU, regulamenta a Equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência. Segundo a Associação Nacional de Equoterapia, este é um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. A pessoa assistida por esta terapia não é considerada “paciente”. Ela participa do processo de maneira direta, sendo o agente de sua própria reabilitação, e chamada de “praticante”. Questão que influencia positivamente, uma vez que dá ao assistido uma função ativa sobre a sua capacitação. Na Equoterapia, o cavalo produz estímulos que estabelece uma relação harmoniosa entre o praticante e a equipe. A terapia utiliza a similaridade entre o ritmo do movimento do equino e do ser humano permitindo o fortalecimento dos músculos dos pacientes com comprometimento de funções motoras. O cavalo também desempenha importantes estímulos psicológicos e cognitivos no indivíduo com deficiências, que propicia o vínculo afetivo entre o praticante e o animal. Pessoas com quaisquer tipos de deficiência podem ser praticantes desta terapia – diferenciando o enfoque das sessões – pois as necessidades são diversas. Embora o município de Mangaratiba hoje possua um Centro de Equoterapia que funciona no Horto de Mangaratiba, este não é um espaço apropriado para atender às demandas da Região de Saúde da Baía da Ilha Grande, da qual faz parte o município, considerando-se a infraestrutura necessária, física e de ambiências, para o trabalho de reabilitação. Por este motivo, o presente trabalho dá o embasamento a um projeto arquitetônico de um novo Centro de Equoterapia com capacidade de atender a outros municípios da Região carentes deste serviço. O projeto do Centro de Equoterapia terá como conceito utilizar a arquitetura para criar um cenário estimulante ao processo de cura por meio de um ambiente físico e social, promovendo a sensação de bem-estar e encorajando a atitudes positivas a todos os envolvidos: praticantes, acompanhantes, profissionais da saúde e funcionários. É de suma importância pensar e projetar uma arquitetura humanizada – com adequação dos ambientes aos usuários, e que eles tenham a capacidade de interagir positivamente com os mesmos. Também, é necessário possuir conhecimento técnico sobre o espaço, contemplando questões de acessibilidade, bem estar do animal e de ambientes de assistência à saúde. A arquitetura vem com o objetivo de auxiliar as equipes de tratamento a exercerem a sua função da melhor forma possível, pois o tratamento e a reabilitação são influenciados pelos fatores ambientais.

**Palavras-chave:** Terapia; Reabilitação; Saúde; Projeto de Arquitetura.

## Referências Bibliográficas

ANDE-Brasil. Instalações Físicas de um Centro de Equoterapia. Disponível em: <[http://equoterapia.org.br/articles/index/article\\_detail/142/2022](http://equoterapia.org.br/articles/index/article_detail/142/2022)>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, publicado em: 14/05/2019 | Edição: 91 | Seção: 1 | Página: 4

SECRETARIA DE SAÚDE, Governo do Estado do Rio de Janeiro. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/atencao-especializada-control-eavaliacao/rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

**SOBERANIA ALIMENTAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ATMOSFERA ESCOLAR**

**João Batista Ciriaco<sup>1</sup>; Tamiris Oliveira dos Santos<sup>2</sup>; Valmor Alves Bastos<sup>3</sup>; Lucas Ferreira Araújo<sup>4</sup>; Janaina Ferreira Brandão<sup>5</sup> & José Cláudio Souza Alves<sup>6</sup>**

1. Bolsista PET, Discente do Curso de Agronomia, IA/UFRRJ; 2. Bolsista PET, Discente do Curso de Belas Artes ICHS/UFRRJ; 3. Bolsista PET, Discente do Curso de Ciências Econômicas ICESA/UFRRJ; 4. Discente do Curso de Floresta, IF/UFRRJ; 5. Professor do DCS/ICHS/UFRRJ.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A implementação de uma escola sustentável, visa à transformação do eu individual, pela substituição de posições que ocorrem principalmente nos espaços de uso coletivo. Sendo que, a partir desta transformação individual, acontecerá a mudança macro, aquela esperada e almejada pelo coletivo (GONÇALVES et al., 2014). Diante disso, o subgrupo Jardins Mediciniais, é um dos projetos que compõem o grupo PET Inclusão e Oportunidades, o grupo tem caráter interdisciplinar por ser formado por alunos de diferentes cursos, como Engenharia Florestal, Ciências Biológicas, Agronomia, Educação Física, Economia, Belas Artes. O trabalho desse subgrupo consistiu na construção de uma horta no colégio estadual Waldemar Raythe, localizado no município de Seropédica. Os alunos do PET mantêm a horta e realizam atividades de conscientização ambiental juntamente com os alunos do colégio, entre elas, oficinas sobre compostagem, irrigação eficiente, alimentação viva, princípios agro florestais, e agricultura orgânica, possibilitando assim a participação ativas dos alunos e agregando os saberes. Após a estruturação da horta baseada em princípios agro florestais, como o uso de serrapilheira sob o solo em plantio para conservar a microbiota, plantio de espécies arbóreas próximas aos canteiros para aumentar o aporte de matéria orgânica sob o solo, plantio seguindo a lógica sucessional, ou seja, plantar espécies que tenham ciclos de colheita diferentes. A implantação dessas técnicas, aumentou a produtividade de culturas como alface e tomate, que foram cultivados na horta com sucesso, e posteriormente levados a merenda escolar. Para que fosse possível levar o assunto da alimentação natural aos alunos, foi feita uma oficina de alimentação viva, utilizando brotos germinados e espécies de plantas alimentícias não convencionais (PANC's) encontradas na própria horta, espontaneamente. Na culminância do quarto bimestre, que consiste em um evento cultural diverso realizado regularmente na escola, foi mobilizado este evento do subgrupo Jardins Mediciniais para a apresentação de uma nova forma de se ver e ingerir o alimento. Apresentou-se uma palestra educativa falando sobre os agrotóxicos e seus perigos, sobre os *fast food* e demais ingredientes viciosos e nocivos à saúde, para ilustrar melhor a justificativa deste movimento de resgate da alimentação natural. O público escolar pode vivenciar de forma sensorial e prática, alternativas mais saudáveis de se alimentar utilizando pratos bem comuns, mas com formulações renovadas em seus ingredientes e formas de preparo. A oficina foi bem sucedida e muito bem recebida pelos alunos e corpo discente, porém para que surta um efeito transformador e real na rotina dos viventes é necessário que oficinas e atos como este ocorram com maior frequência, pois só desta forma é possível a mudança de hábitos alimentares danosos aos quais a maior parte da população já se acostumou. Conclui-se que as práticas sobre educação ambiental e soberania alimentar são ampliadoras de ações compatíveis que devem se envolver em diferentes disciplinas do âmbito escolar, entretanto, necessita-se da produção de conhecimento prático e demanda investimentos na capacitação profissional.

**Palavras-chave:** Soberania alimentar; educação ambiental; sustentabilidade.

**Referências bibliográficas**

GONÇALVES, A. C. G.; DIAS, C. M. S.; MOTA, M. R. A. Alargamento das funções da Escola: Educação Ambiental e Sustentabilidade. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 551-569, 2014.

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI-RJ: POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Mariára Aparecida Miranda Pinto<sup>1</sup>; Isabelle Germano Coelho Bezerra<sup>2</sup>; Barbara Leandro Monteiro<sup>3</sup>; Anelise Dias<sup>4</sup> & Katia Cilene Tabai<sup>5</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Alimentos, UFRRJ; 2. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Serviço Social, UFRRJ; 3. Ex-discente do Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica - PPGA, UFRRJ; 4. Professora do IA/UFRRJ; 5. Orientadora do PIBIC. Professora do ICSA/UFRRJ.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

A concepção das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foram consolidadas com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, que pressupõe diversas ações conjuntas para assegurar o direito de todos ao acesso permanente à uma alimentação adequada, principalmente a soberania alimentar. As principais políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de fortalecimento da agricultura familiar, são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com o intuito de avaliar a relação de tais programas com a agricultura familiar, esta pesquisa objetivou analisar aspectos relativos às políticas intersetoriais de segurança alimentar e nutricional (SAN) no município de Paracambi, localizado no estado do Rio de Janeiro, no período entre agosto de 2018 e julho de 2019. Este estudo é um recorte aprovado pela Comissão de Ética e Pesquisa (COMEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (resolução 466/12, protocolo nº797/2016). Nos anos de 2009 a 2018, o município de Paracambi recebeu do governo federal, um repasse total de aproximadamente 5 milhões de reais para a aquisição de gêneros alimentícios por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Durante esses 10 anos, dentre os 5 milhões destinados à aquisição de alimentos, somente cerca de um quinto desse valor foi realmente direcionado a esse fim. Em 2009, o valor repassado foi de 289.093,20 reais, enquanto que em 2018 esse valor mais que duplicou, totalizando 648.164,00 reais. Entretanto, acerca do PNAE, foi possível observar que o município em estudo não adquiriu alimentos advindos da agricultura familiar nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. Somente a partir do ano de 2013 é que o município passou a adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar, iniciando-se com um percentual de 30% neste ano, e apresentando um acréscimo gradativo em tal percentual nos anos de 2014, 2015 e 2016, com as porcentagens de 37%, 41% e 57,69%, respectivamente. Entretanto, no ano de 2017 notou-se uma significativa redução na aquisição desses gêneros, para aproximadamente 24,08%, percentual inferior aos anos anteriores e exigido pelo programa, que determina que no mínimo 30% dos gêneros alimentícios sejam adquiridos da agricultura familiar. No ano de 2018, tal diminuição foi ainda mais drástica, pois não houveram compras oriundas da agricultura familiar, semelhante aos primeiros anos analisados. Sobre o PAA, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os dados mais atuais de execução do programa são os de 2017, que infelizmente não se apresentam muito positivos no município de estudo, uma vez que constam somente repasses feitos pelo PAA Leite, uma das modalidades desse programa. Portanto, os dados obtidos evidenciam que os programas governamentais e intersetoriais, PNAE e PAA, têm apresentado baixa efetividade no município de Paracambi, demonstrando contribuição bem inferior ao esperado para o fortalecimento da agricultura familiar e não garantindo a soberania alimentar dessa população, em especial ao público destinado a alimentação escolar, quase sempre carente de uma alimentação mais equilibrada e saudável.

**Palavras-chave:** políticas públicas; segurança alimentar e nutricional; agricultura familiar.

**Referências Bibliográficas**

Brasil. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas de assegurar o direito humano à alimentação adequada e dar outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm). Acesso em: 18 de junho de 2019.

CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**, v.8, n.2. 2013.

TABAI, K. C.. Segurança alimentar e nutricional no contexto da intersetorialidade. In: Denise R. Perdomo Azeredo. (Org.). **Inocuidade dos Alimentos**. 1ed.São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 19-30.

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE COMO PROMOTOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ITAGUAÍ - RJ****Isabelle Germano Coelho Bezerra<sup>1</sup>; Mariára Aparecida Miranda Pinto<sup>2</sup>; Barbara Leandro Monteiro<sup>3</sup>; Anelise Dias<sup>4</sup> & Katia Cilene Tabai<sup>5</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Serviço Social, UFRRJ; 2 Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Alimentos, UFRRJ; 3. Ex-discente do Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO, UFRRJ; 4. Professora do IA/UFRRJ; 5. Orientadora do PIBIC. Professora do ICESA/UFRRJ.  
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

**RESUMO**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o maior e mais antigo programa promotor da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. A Lei nº 11.947, de 16 de junho 2009, marca novas diretrizes ao programa e em seu artigo 14, estabelece que 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para o PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos, (PAA). Em 2017, o orçamento destinado pela federação ao PNAE foi de quatro bilhões de reais, atendendo a 5.568 municípios, 27 secretarias estaduais, 154 mil escolas e 41 milhões no país com oferta de 50 milhões de refeições por dia. Exposta a importância do tema pretendeu-se com essa pesquisa, vinculada ao projeto "Segurança Alimentar: a intersectorialidade no Brasil" aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ, sob protocolo nº 797/2016, objetivou estudar o município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, a partir os dados socioeconômicos do município disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), averiguar o cumprimento do artigo 14 da lei 11.947/2009 no município de Itaguaí nos anos de 2011 a 2017, as suas chamadas públicas disponíveis. Itaguaí é um município de área territorial de 273,368 km<sup>2</sup> e, de acordo com o último censo do IBGE, população de 109,091 pessoas e população estimada de 125.913 pessoas. Possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,715. A respeito da educação, possui média de no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública e média 3.6 nos anos finais. No tocante ao trabalho, em 2016, o salário médio mensal era 3.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25.7%. A respeito das aquisições da agricultura familiar, nos anos entre 2011 a 2014, foi cumprido, para além do mínimo exigido, adquirindo, respectivamente, 35.36%, 43,41%, 37% e 33%. Já a partir de 2015 e 2016 apresenta declínio (23% e 2,43%) retomando fôlego em 2016, ainda abaixo do exigido (28%). O PNAE, no município atendeu de 2017 a 2019 respectivamente 23980, 22584, 20568 clientes. Em 2017, a Chamada Pública nº. 001/2017 indicou a compra de apenas dois gêneros alimentares: leite em pó integral e suco de uva integral. Em 2018, a chamada Pública nº. 002/2018 requisitou nove gêneros alimentares: aipim, alface banana, batata doce, beterraba, brócolis fresco, couve, espinafre e salsa. Sendo assim, reafirmamos a intersectorialidade entre as políticas como uma ação de promoção a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de desenvolvimento sustentável local, além de uma alimentação saudável, é prerrogativa tanto ao PNAE bem como políticas de SAN, a maior organização dos agricultores familiares com vistas para uma alternativa ao modelo de produção hegemônico, abrindo possibilidades de interação e relação entre consumidores e produtores. Espera-se que esse trabalho contribua para a discussão da segurança alimentar e nutricional e na elaboração, gestão e execução das políticas que envolvam essa temática no Brasil.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar e nutricional; programa nacional de alimentação escolar; agricultura familiar.

**Referências Bibliográficas**

BEZERRA, I.G.C.; TABAI, K.C. Segurança Alimentar: A Intersectorialidade em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista SODEBRAS**. v.12, edição 145, p.60-66, 2018.  
BRASIL, **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em 21 setembro de 2018.  
TABAI, K. C. Políticas de Segurança Alimentar e Saúde Pública in: VALADARES, L. C. (organizadora). **Sustentabilidade: Qualidade de vida, economia alternativa e educação**. p.137-155. 2018.



*Multidisciplinar*



**A ECOLOGIA DA PAISAGEM E A FAUNA DE FORMIGAS ARBORÍCOLAS COMO FERRAMENTAS PARA A INDICAÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA MICRORREGIÃO DE TRÊS RIOS-RJ**

**Larissa Miranda Ribeiro<sup>1</sup>; Fábio Souto de Almeida<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Gestão Ambiental, UFRRJ/ITR; 2. Professor do DCMA/UFRRJ/ITR.

Grande Área: Multidisciplinar

Nº do protocolo: A0CE11A

**RESUMO**

Para a conservação ambiental, incluindo a proteção da biodiversidade, são necessárias ações práticas, como a criação de unidades de conservação da natureza, o seu correto zoneamento e gestão (ALMEIDA & VARGAS, 2017). A ecologia da paisagem e a fauna de formigas arborícolas são ferramentas para a indicação de áreas prioritárias para a conservação da natureza (SILVA & BRANDÃO, 1999). Com o objetivo de identificar áreas prioritárias para a conservação da natureza foi realizado o levantamento da mirmecofauna arborícola em sete remanescentes florestais na Microrregião de Três Rios (composta pelos municípios de Sapucaia, Paraíba do Sul, Areal, Três Rios e Comendador Levy Gasparian), no Estado do Rio de Janeiro. A Microrregião é coberta pelo Bioma Mata Atlântica, com a fitofisionomia principal sendo a expressivamente ameaçada Floresta Estacional Semidecidual. A cobertura florestal da Microrregião de Três Rios é reduzida e os remanescentes florestais encontram-se expressivamente isolados. Com o programa Google Earth Pro os remanescentes florestais tiveram as suas áreas e o nível de isolamento obtidos. Para a realização da coleta das formigas foram utilizadas iscas de sardinha e mel, que foram alocadas sobre o tronco de 20 árvores, a um metro de altura. A distância entre as árvores utilizadas no estudo foi de cerca de 10 metros. Uma hora após a alocação das iscas, as formigas foram coletadas. Foram obtidas a temperatura do ar ao lado das 20 árvores em cada fragmento florestal, a circunferência do tronco de cada árvore à altura do peito (CAP) e a luminosidade à altura do solo. Foi calculado o índice de Diversidade de Shannon. O nível de isolamento foi obtido pela média da distância do remanescente florestal para os três fragmentos florestais mais próximos. Na análise estatística foi adotada a Regressão Linear Passo-a-Passo. Foram coletadas 32 espécies nos sete remanescentes florestais. A riqueza de espécies de formigas por fragmento florestal variou de 8 a 11 espécies. Não foi constatada a presença de espécies de formigas endêmicas ou ameaçadas de extinção. As espécies *Wasmannia auropunctata* (Roger, 1863) e *Camponotus crassus* Mayr, 1862 apresentaram as maiores abundâncias nos fragmentos analisados. O CAP influenciou a riqueza de espécies ( $F = 10,62$ ;  $R^2 = 67,98\%$ ;  $p = 0,02$ ) e a diversidade de espécies ( $F = 6,84$ ;  $R^2 = 57,77\%$ ,  $p = 0,05$ ). O modelo matemático com a área do fragmento florestal e o CAP explicou cerca de 82% da variação da diversidade de espécies por fragmento ( $F = 9,05$ ;  $R^2 = 81,90\%$ ;  $p = 0,03$ ). Como o tamanho médio das árvores geralmente está associado ao estágio de regeneração da floresta (CONAMA, 1994), pode-se concluir que os remanescentes florestais da região em estágios sucessionais mais avançados possuem maiores riqueza e diversidade de espécies de formigas arborícolas, sendo prioritários para a conservação da natureza.

**Palavras-chave:** biodiversidade; meio ambiente; mirmecofauna.

**Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, F.S.; VARGAS, A.B. Bases para a gestão da biodiversidade e o papel do Gestor Ambiental. **Diversidade e Gestão**, v.1, n.1, p.10-32, 2017.
- CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA N° 5, de 4 de maio de 1994**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/202/\\_arquivos/conama\\_res\\_cons\\_1994\\_005\\_estgios\\_sucessionais\\_de\\_florestas\\_ba\\_202.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/conama_res_cons_1994_005_estgios_sucessionais_de_florestas_ba_202.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- SILVA, R.R.; BRANDÃO, C.R.F. Formigas (Hymenoptera: Formicidae) como indicadores da qualidade ambiental e da biodiversidade de outros invertebrados terrestres. **Biotemas**, v.12, n.2, p.55-73, 1999.

**BANCO DE SEMENTES DE ÁREAS SOB DIFERENTES NÍVEIS DE PERTURBAÇÃO ANTRÓPICA NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CURIÓ, PARACAMBI, RJ**Vanessa Claudino Miguel<sup>1</sup>; Marilena de Menezes Silva Conde<sup>2</sup>; Jacira Rabelo Lima<sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC, discente do curso de Engenharia Florestal, IF/UFRRJ; 2. Professora do DB/ICBS/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

Banco de sementes é o estoque de sementes viáveis no solo, constituindo uma forma potencial de regeneração de comunidades vegetais, em caso de distúrbios naturais ou antrópicos (ROBERTS, 1981). Conhecer o estoque de sementes disponíveis para germinação em um local é importante em estudos de recuperação e restauração de ecossistemas degradados, pois indica o potencial da regeneração natural. O objetivo do trabalho foi conhecer e comparar o banco de sementes de áreas sob diferentes níveis de perturbação antrópica em uma área de Floresta Atlântica no estado do Rio de Janeiro. O estudo foi realizado no Parque Natural Municipal do Curió (PNMC), Paracambi/RJ. As amostras de solo foram coletadas na estação chuvosa (maio/2017) e seca (jun/2018). Em cada estação foram coletadas 10 amostras de solo para cada estágio sucessional (área conservada e degradada). No Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, as amostras foram distribuídas em bandejas e colocadas em dois tratamentos (sombrite 50% e 70%). O experimento de cada estação foi acompanhado por aproximadamente três meses. As plântulas emergidas foram contabilizadas e registradas em morfoespécies e, quando possível, identificadas a nível de espécie. Na estação chuvosa germinaram 835 indivíduos (202 na área conservada e 633 na área degradada; 231 no sombrite 50% e 604 no sombrite 70%). Nessa estação foi possível diferenciar 727 indivíduos em 62 morfoespécies (29 na área conservada e 51 na área degradada). Das 62 morfoespécies, foram identificadas 30 espécies (19 famílias). O mesmo padrão foi observado na estação seca, com maior número de indivíduos germinados no tratamento mais sombreado e na área mais degradada. Contabilizou-se 1196 indivíduos germinados (246 na área conservada e 950 na área degradada; 415 no sombrite 50% e 781 no sombrite 70%). Nessa estação foi possível diferenciar 1146 indivíduos em 82 morfoespécies (36 na área conservada e 67 na área degradada). Destas 82, foram identificadas oito espécies (oito famílias). O maior número de indivíduos germinados no sombrite 70% indica uma elevada proporção de indivíduos com maiores exigências por sombreamento na germinação, característica de espécies de grupos sucessionais mais avançados. Os resultados para densidade foram condizentes com outros de estudos de bancos de sementes, em que são encontradas maiores densidades de sementes germinadas em áreas perturbadas. As famílias com maior densidade nas estações chuvosa e seca foram Melastomataceae (245 e 554 indivíduos, respectivamente), Plantaginaceae (68 e 126, respectivamente) e Urticaceae (41 e 79, respectivamente). Melastomataceae agrupa, em sua maioria, espécies pioneiras e estes resultados sugerem elevada importância do banco de sementes no estabelecimento de espécies da família, além da elevada capacidade de resiliência da área diante da ocorrência de distúrbios (BAIDER et. al., 1999). Entretanto, destaca-se que a segunda família com maior densidade no estudo tenha sido Plantaginaceae, dominada por uma única espécie, a herbácea invasora *Scoparia dulcis* L. Este resultado mostra a necessidade de mais estudos na área para definir melhores estratégias para conservação do PNMC, que apesar de abrigar uma importante área de Floresta Atlântica no estado do Rio de Janeiro, ainda sofre diversas pressões antrópicas.

**Palavras-chave:** Conservação; regeneração; plântulas.

**Referências Bibliográficas**

- ROBERTS, H.A. **Seed banks in the soil**. Advances in Applied Biology, Cambridge, Academic Press, v.6, 55 p. 1981.
- BAIDER, C.; TABARELLI, M.; MANTOVANI, W. O Banco de Sementes de um Trecho de Floresta Atlantica Montana (Sao Paulo. Brasil). Revista brasileira de Biologia, v. 59, p. 319-328, 1999.

UTILIZAÇÃO DA MIRMECOFAUNA EPIGÉICA NA ESCOLHA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nathália Couto Romanelli Lobo<sup>1</sup> & Fábio Souto de Almeida<sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Gestão Ambiental, UFRRJ/ITR; 2. Professor do DCMA/UFRRJ/ITR.

Grande Área: Multidisciplinar  
Nº do protocolo: A0CE11A

RESUMO

A conservação da natureza tornou-se um desafio devido, principalmente, ao desmatamento que vem avançando expressivamente sobre diversos biomas nas últimas décadas (ALMEIDA et al., 2011). Um dos biomas mais afetados é a Mata Atlântica, incluindo a faixa do Vale do Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, onde a porcentagem de cobertura do território pela Floresta Estacional Semidecidual foi consideravelmente reduzida (SILVÉRIO-NETO et al., 2015). A mirmecofauna é utilizada como indicadora da diversidade biológica e também da qualidade ambiental, pois são insetos abundantes, diversificados e fáceis de serem coletados (SILVA e BRANDÃO, 1999). Assim, esse trabalho teve como objetivo auxiliar na escolha de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na Microrregião de Três Rios-RJ, região do Vale do Paraíba, através da análise da paisagem e da fauna de formigas epigéicas. O estudo foi realizado na Microrregião de Três Rios, que conta com os seguintes municípios: Paraíba do Sul; Comendador Levy Gasparian; Areal; Sapucaia; e Três Rios. Foram escolhidos sete remanescentes florestais para realizar a coleta e análise das formigas epigéicas. Por meio da análise de imagens aéreas foi obtido de cada remanescente florestal o seu tamanho e grau de isolamento. Para a amostragem da mirmecofauna, em cada remanescente florestal foram utilizadas 20 iscas de sardinha que foram alocadas sobre o solo, com uma distância de 10 metros, e ficaram expostas durante uma hora. As formigas coletadas foram armazenadas em recipientes plásticos e transportadas para o laboratório para a identificação. As seguintes variáveis ambientais foram coletadas nos fragmentos florestais: temperatura do ar; circunferência do tronco de árvores à altura do peito (CAP); luminosidade à altura do solo; e profundidade da serapilheira. Foi realizada a Regressão Linear Passo-a-Passo para verificar a influência da área e nível de isolamento dos fragmentos florestais e das demais variáveis ambientais sobre a riqueza e a diversidade de espécies de formigas, sendo adotado o Índice de Shannon. Foram coletadas 46 espécies de formigas. Os gêneros *Camponotus*, *Pheidole*, *Pseudomyrmex* e *Solenopsis* foram os que apresentaram maior riqueza de espécies. As espécies mais frequentes foram *Wasmannia auropunctata* (ROGER, 1863) e *Ectatomma permagnum* (FOREL, 1908). O nível de isolamento dos fragmentos florestais explicou significativamente cerca de 68% da variação na riqueza de espécies de formigas ( $F= 10,524$ ;  $P=0,02$ ;  $R^2=67,79\%$ ) e também foi a variável que mais influenciou a diversidade de espécies ( $F= 20,472$ ;  $P=0,01$ ;  $R^2=80,37\%$ ). O modelo matemático com as variáveis nível de isolamento, profundidade de serapilheira, CAP, luminosidade e área do fragmento, explicou mais de 99% da variação da riqueza de espécies de formigas ( $F= 339,068$ ;  $P=0,04$ ;  $R^2=99,94\%$ ). Assim, os fragmentos florestais menos isolados de outros remanescentes, com maior área e com características que proporcionem maior heterogeneidade ambiental apresentam maior riqueza e diversidade de espécies de formigas. Logo, áreas com essas características são prioritárias para a proteção da biodiversidade da Floresta Estacional Semidecidual na região do estudo.

**Palavras-chave:** Bioindicador; formicidae; preservação.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, F.S.; GOMES, D.S.; QUEIROZ, J.M. Estratégias para a conservação da biodiversidade biológica em florestas fragmentadas. *Ambiência*, v.7, p.367-382, 2011.
- SILVA, R.R.; BRANDÃO, C.R.F. Formigas (Hymenoptera: Formicidae) como indicadores da qualidade ambiental e da biodiversidade de outros invertebrados terrestres. *Biotemas*, v.12, n.2, p.55-73, 1999.
- SILVÉRIO NETO, R.; BENTO, M.C.; MENEZES, S.J.M.C.; ALMEIDA, F.S. Caracterização da cobertura florestal de unidades de conservação da Mata Atlântica. *Floresta e Ambiente*, v.22, n.1, p.32-41, 2015.

**DIAGNÓSTICO DAS ATIVIDADES DE AGROINDÚSTRIA DE BASE FAMILIAR NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL: REGIÃO CENTRO SUL FLUMINENSE/RJ****Mariana Lemos Camarate<sup>1</sup> & Thais Alves Gallo Andrade<sup>2</sup>**

1. PICV, Discente do Curso de Gestão Ambiental, ITR/UFRRJ; 2. Professor Adjunto do DCMA/ITR/UFRRJ.

Grande área: Multidisciplinar

**RESUMO**

A promulgação da lei federal 140/2011 definiu as competências de proteção do meio ambiente e controle de impactos ambientais entre os três entes federativos: união, estado e municípios, com isso houve a possibilidade de maior controle ambiental das atividades de pequeno porte pelos municípios, dentre elas, a agroindústria de base familiar. Esta é conceituada como uma forma de organização onde a família tem um papel central na produção, processamento e transformação da “matéria-prima”. Constituiu-se no país como um novo espaço econômico e social, sendo responsável por mais de 80% dos empregos gerados no campo com apenas 20% das terras cultiváveis, entretanto, este número tende a aumentar, daí a importância de estabelecer o controle dos impactos ambientais destas pequenas atividades. O objetivo desta pesquisa é avaliar a produção de doces, queijos, cachaças e manteigas das agroindústrias de base familiar, visando os procedimentos de licenciamento ambiental e as boas práticas de fabricação. A pesquisa exploratória referente aos processos de produção artesanal, licenciamento ambiental e boas práticas de fabricação foi realizada através de levantamento bibliográfico, que considerou artigos científicos e normativas. A avaliação e diagnóstico dos aspectos e controle ambiental das atividades foram realizadas a partir das resoluções INEA no 52 e no 53, além de visitas in loco que foram efetuadas em três (3) municípios: Três Rios/RJ, Paraíba do Sul/RJ e Levy Gasparian/RJ e foi considerado alguns fatores, como: a) ser da “Feirinha na Rural”; b) ser próximo à UFRRJ/Três Rios; c) ser de conhecimento da Emater. Estes fatores foram acrescentados à pesquisa devido à ausência de banco de dados sobre os agronegócios na Região Centro-Sul Fluminense/RJ. Nas produções de queijo e manteiga foram confirmadas as análises através de entrevista aberta com o produtor, devido a impossibilidade de acesso à área, tendo em vista a mudança do local de produção durante a pesquisa. Igualmente, não foi possível ser avaliado in loco a produção de cachaça, pois nas duas fazendas visitadas os trabalhos são iniciados a partir do mês de julho. O resultado da pesquisa qualitativa foi realizado a partir de análise comparativa da pesquisa bibliográfica com entrevistas e pesquisa de campo. Em suma, o estudo verificou que as atividades de agroindústria de base familiar são inexigíveis de licença ambiental, corroborando com as resoluções INEA no 52 e no 53. Na atividade de produção de doce foi possível observar as boas práticas de fabricação em conformidade a vigilância sanitária. No entanto, com a utilização de caldeira a partir da combustão externa de derivados da madeira, é recomendável acompanhamento de emissões de acordo com a Resolução CONAMA nº 382/2006, anexo IV. Os resíduos provenientes da combustão da madeira são descartados no lixo comum devido a pequena quantidade, contudo, poderia ser agregado ao solo. Em relação a produção de manteiga e queijo todo efluente gerado da produção é utilizado em outras atividades da fazenda. A utilização de produtos de limpeza biodegradáveis na higienização dos equipamentos, e o volume muito pequeno de produção, minimizam o impacto gerado pelos produtos de limpeza, sendo considerado inexigível de controle.

**Palavras-chave:** Agroindústria de base familiar, licenciamento ambiental, boas práticas na fabricação

**Referências Bibliográficas**

MIOR, L.C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Florianópolis, 22-25 ago. 2007

RIO DE JANEIRO, Resolução INEA nº 53 de 27 de março de 2012. Estabelece os novos critérios para a determinação do porte e potencial poluidor dos empreendimentos e atividades poluidoras ou utilizadores de recursos ambientais, bem como os capazes de causar degradação ambiental, sujeitos ao licenciamento ambiental.

NETO, N. F. et al. Embrapa Agroindústria de Alimentos. Manual para Internalização das Boas Práticas de Fabricação em Agroindústrias Familiares, Rio de Janeiro, 2016. 48 p.; – (Documentos/Embrapa Agroindústria de Alimentos, ISSN 1516-8247;127). Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1063813>>. Acessado em 2 de julho de 2019.

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE PARÂMETROS DE CONTROLE AMBIENTAL PARA ATIVIDADES DE BAIXO E MÉDIO PORTE E POTENCIAL POLUIDOR NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL: ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS DE TRÊS RIOS/RJ E PARAÍBA DO SUL/RJ**

**Júlia Ribeiro Maciel<sup>1</sup> & Thais Alves Gallo Andrade<sup>2</sup>**

1. PICV, Discente do Curso de Gestão Ambiental, ITR/UFRRJ; 2. Professor Adjunto do DCMA/ITR/UFRRJ.

Grande área: Multidisciplinar

**RESUMO**

A industrialização acelerada e a expansão urbana têm ocasionado intensas preocupações sobre as consequências de diversas atividades ao meio ambiente e a sociedade. Diante deste cenário, mecanismos de controle ambiental se tornam vitais para a garantia da qualidade ambiental. O licenciamento ambiental mostra-se como instrumento para atingir esta finalidade, através da regulação da exploração dos recursos naturais e controle das atividades potencialmente poluidoras. O objetivo deste estudo foi pesquisar as políticas públicas ambientais dos municípios de Paraíba do Sul/RJ e Três Rios/RJ, em relação aos mecanismos de controle ambiental dos aspectos ambientais no processo administrativo de licenciamento ambiental, além disso, foi proposto parâmetros para verificação dos aspectos ambientais relevantes de dez atividades de baixo e médio potencial poluidor em ambos os municípios, e assim comparados os resultados. Inicialmente realizou-se a pesquisa exploratória através de levantamento de normas nos âmbitos federal, estadual e municipais, a fim de compreender o processo de licenciamento ambiental, suas mudanças e seu funcionamento. Posteriormente foi efetuado um levantamento bibliográfico sobre metodologias de identificação e avaliação dos aspectos ambientais, sendo utilizadas as de Silva e Cerqueira com adaptações. A escolha das empresas foi realizada a partir da semelhança entre as atividades produtivas em ambos os municípios e o seu potencial poluidor, sendo selecionadas, cerâmicas, bebidas, alimentos, mecânicas e serrarias. A maior parte das atividades são de baixo potencial poluidor, com exceção da atividade de bebida em Paraíba do Sul/RJ. A serraria a princípio tinha sido identificada como baixo potencial poluidor, devido ao enquadramento no aplicativo do INEA, entretanto, após verificação através da resolução INEA nº 53 foi evidenciado que seu potencial poluidor era insignificante, sendo comprovado através de visita ao estabelecimento. Com isso, foram realizadas análises de oito atividades e não dez, conforme descrito no objetivo. Em suma, a pesquisa demonstrou que ambos os municípios utilizam as resoluções INEA nº52 e nº53 para identificação do porte e potencial poluidor, e seus códigos ambientais não possuem critérios diferenciados dos preconizados pelo INEA. Além disso, em diferentes processos produtivos da mesma atividade, o enquadramento de potencial poluidor permanece o mesmo, quando aplicada as resoluções INEA. No entanto, quando utilizada a metodologia adaptada de Silva e Cerqueira, o estudo verificou que a maioria dos aspectos ambientais não foram considerados significativos, devido aos controles ambientais empregados nas empresas. As incursões à campo apontaram que a metodologia adaptada de Silva e Cerqueira conseguiu trazer uma abordagem mais próxima à realidade do empreendimento por considerar outros parâmetros relacionados ao processo produtivo, além dos utilizados nas resoluções INEA. Dessa forma, os municípios não estão entreando a realidade local no enquadramento das atividades potencialmente poluidoras, sendo necessário aprimoramento e adaptação das resoluções INEA nº52 e nº53 para os fatores locais, bem como transparência no estabelecimento das atividades que efetivamente necessitam de licenciamento ambiental, pois tal esclarecimento determinaria a possibilidade ou não do empreendimento ser licenciado, ou ainda passar por procedimento simplificado, caso adote medidas efetivas de controle ambiental.

**Palavras-chave:** porte e potencial poluidor, licenciamento ambiental municipal, aspectos ambientais.

**Referências Bibliográficas**

SILVA, E. Proposta de método para gerenciamento de riscos ambientais utilizando as ferramentas FMEA e RCM. Dissertação de Mestrado, Escola Politécnica & Escola de Química, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

CERQUEIRA, J.P. Sistemas de Gestão Integrados. Qualitymark. 517p, 2010.

Rio de Janeiro, Resolução INEA nº 53 de 27 de março de 2012. Estabelece os novos critérios para a determinação do porte e potencial poluidor dos empreendimentos e atividades poluidoras ou utilizadores de recursos ambientais, bem como os capazes de causar degradação ambiental, sujeitos ao licenciamento ambiental.

## ESTUDO DO PÊNULO FÍSICO USANDO ANÁLISE DE VÍDEO

Thalyta de Oliveira Inocêncio <sup>1</sup> & Frederico Alan de Oliveira Cruz <sup>2</sup>

1. Discente do Curso de Licenciatura em Física, DEFIS/UFRRJ; 3. Professor do DEFIS/ICE/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

## RESUMO

Um dos temas frequentemente abordados nos cursos introdutórios de física experimental, no ensino superior, está relacionado ao problema da oscilação, que pode ser entendida como a variação de um parâmetro de interesse em torno de um ponto de equilíbrio em função da energia disponível para que isso ocorra. Assim, o que chamamos de oscilador trata-se de um sistema que repete este movimento em intervalos de tempo bem estabelecidos em torno de certo ponto e que pode ser, na maioria das vezes, descrito por uma função comportada do tempo. Dentre aqueles que são frequentemente abordados, nas disciplinas destinadas a este fim, podemos citar: os pêndulos simples e físicos, onde muitas vezes são utilizadas metodologias que pouco contribuem para a discussão do problema e consequentemente para a aprendizagem dos estudantes. A proposta aqui apresentada teve como objeto avaliar, além das características do movimento, o período ( $T$ ) e a constante de decaimento ( $\tau$ ) para um pêndulo físico, de massa 1,160 kg, pelo método da análise de vídeo. Para estudo do comportamento das grandezas já mencionadas, foi realizada a filmagem de alguns segundos, com a utilização de um *smartphone*, da oscilação de uma barra de ferro, de 1,12 m, que possuía na extremidade mais baixa um disco, de massa 0,498 kg, preso a ela. O procedimento foi repetido para diferentes posições do disco e posteriormente analisado com auxílio do programa Tracker<sup>®</sup> (BROWN, 2018), fornecendo assim informações sobre os parâmetros de interesse. A primeira análise, relativa ao movimento do pêndulo, tem características similares ao encontrado por Priest e Potts (1990), que realizaram o estudo computacional do problema, onde a amplitude do movimento tem uma diminuição gradual ao longo do tempo, como era esperado, devido à fatores de amortecimento do sistema. No caso da análise do período e da constante de decaimento em função da posição do disco preso na barra,  $T_{xy}$  e  $\tau_{xy}$ , os resultados são similares ao encontrado por Hart (2004), que utilizou um sistema de análise baseado em uso de foto-células, com os comportamentos descritos de forma muito similar a uma função parabólica. É possível dizer que o método de análise de vídeo é eficiente para o estudo do pêndulo físico, em sua totalidade, não sendo necessário o uso de instrumentos com alto custo nos laboratórios didáticos. Além disso, e não menos importante, é perceber que o comportamento das grandezas em função da posição do disco não é linear, como pode sugerir, e que ocorre devido a energia do sistema ser afetada pela posição do disco na barra.

**Palavras-chave:** Tracker, movimento oscilatório, TIC.

## Referências Bibliográficas

- BROWN, D. **Tracker: Video analysis and modeling tool**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2MS7rqp>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- HART, F. X. "Solving" the Physical Pendulum. **The Physics Teacher**, v. 42, n. 3, p. 150-153, 2004.
- PRIEST, J.; POTTS, L. Computer analysis of a physical pendulum, **The Physics Teacher**, v. 28, n. 6, p. 413-415, 1990.

## INVESTIGAÇÃO DE ILHAS DE CALOR NO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS – RJ.

Yuri Matheus Neves Silva<sup>1</sup>, Helder Martins Silva<sup>2</sup>, Raiany Dias de Andrade Silva<sup>3</sup> & Olga Venimar de Oliveira Gomes<sup>4</sup>.

1. Bolsista PIBIC-CNPq, Discente do Curso de Gestão Ambiental, DCMA/ITR/UFRRJ; 2. Engenheiro de Recursos Hídricos e Ambiental, UFF; 3. Gestora Ambiental, Mestre em Forest Biology and Management, University of Alberta; 4. Professora do DCMA/ITR/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar / Ciências Ambientais

## RESUMO

O fenômeno Ilha de Calor Urbana (ICU) consiste no aumento de temperaturas de uma área urbana influenciado pelo desenvolvimento de atividades antrópicas e comumente estudado em cidades de médio e grande porte. O município de Três Rios-RJ está próximo dos três maiores centros consumidores do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A disponibilidade hídrica e os incentivos fiscais atraíram o interesse de indústrias que promoveram a expansão urbana e aqueceram a economia. Essas atividades também ocasionaram impactos ambientais. Um desses impactos compreende o aumento do calor antropogênico. O objetivo desta pesquisa foi verificar a relevância da temperatura antropogênica no município de Três Rios, uma cidade de pequeno porte. Como existe apenas uma estação meteorológica fixa na cidade, esse trabalho consistiu também no uso de um transecto móvel, a partir de pontos/estações preestabelecidos. Foram selecionados 5 pontos de medidas, sendo um ponto na zona rural, um ponto no Parque Natural Municipal da cidade (Horto) e três pontos na área urbana. O equipamento portátil utilizado foi uma Central Meteorológica Brunton® / ADC PRO. O período analisado compreendeu de setembro/2018 a julho/2019, englobando as quatro estações do ano. As medidas foram realizadas às 6:00, 12:00, 15:00, 18:00 e 21:00 horas em dias alternados dos meses em questão. A estação rural, com menor influência urbana, apresentou temperaturas que variaram entre 7,2°C (mínima), 37,8°C (máxima) e uma média de 24,3°C. A zona periférica apresentou uma variação de temperaturas entre 6,3°C e 39,1°C, com média de 24,5°C. O Parque Municipal, único ponto em área urbana arborizada, demonstrou variações entre 6,3°C até 40,6°C e média de 24,4°C. Na área urbana os valores de temperatura variaram entre 6,4°C até 40,0°C e com média de 24,6°C. Foram encontradas diferenças térmicas significativas entre a área urbanizada e a zona rural, sendo até 4,0°C registrado na primavera, até 5,8°C no verão (máxima), até 4,2°C no inverno e 2,6° (mínima) no outono. As temperaturas elevadas registradas no microambiente Horto indicam que o fragmento vegetado com formato retangular está sendo consideravelmente afetado. Quando comparada a área urbanizada, a estação fixa apresenta temperaturas maiores no primeiro horário da manhã. Isso devido à elevada capacidade que os materiais proporcionados pelas atividades antrópicas tendem a armazenar e liberar calor. Assim, o calor retido já liberado até o amanhecer e sem a influência considerável da radiação solar pela manhã, somado à influência da umidade do rio, justificou as temperaturas mínimas registradas na primeira medida da manhã. A partir de tais resultados foi possível constatar ilhas de calor de forte magnitude, considerando a relevante variação das máximas das temperaturas identificadas para zona urbana em relação à zona rural. De acordo com a análise dos resultados a população mais afetada seria a que reside na área urbanizada, sobretudo indivíduos em vulnerabilidade socioeconômica. Os resultados obtidos poderão servir como subsídio para a elaboração de estratégias, que visam minimizar o desconforto térmico na população em áreas onde ocorreram maiores amplitudes sob influência das ilhas de calor.

**Palavras-chave:** Calor antropogênico; cidade de pequeno porte; diferenciação térmica.

## Referências Bibliográficas

- GARCIA, F. F. Manual de climatología aplicada: clima, medio ambiente y planificación. Madrid: Editorial síntesis, S.A. 285p, 1996.
- GARTLAND, L. Ilhas de calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. São Paulo: Oficina de Texto, 2010.
- PRIMACK, R e RODRIGUES, E. Biologia da Conservação. Londrina: E. Rodrigues, v.3, p.85-103, 2001.

**ETNOCIÊNCIA: A GEOMETRIA E A LITERATURA BRASILEIRA PRESENTES NO JOGO AFRICANO SHISIMA****Calvim Costa<sup>1</sup>; Raissa Conceição Silva<sup>2</sup> & Márcio Vianna<sup>3</sup>**

1. Bolsista PROEXT, Discente do Curso de Matemática, ICE/UFRRJ; 2. Discente do Curso Letra/Literatura, DLC/UFRRJ; 3. Professor do IE/UFRRJ

Grande área: Multidisciplinar

**RESUMO**

De modo a trabalhar a lei 10639/03 que posteriormente foi alterada para 11.645/08 e que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, os alunos Calvim Costa e Raissa da Conceição, dos cursos de matemática e letras respectivamente, desenvolveram uma atividade utilizando o jogo africano milenar, com origem no Quênia, denominado Shisima. Através desse jogo, procuramos desenvolver uma matemática, mais especificamente a geometria euclidiana plana, de forma interdisciplinar com um período da literatura brasileira denominado Cubismo. Temos como objetivo desenvolver uma atividade que busque incentivar um senso crítico nos alunos dentro e fora da sala de aula, gerando assim o combate à negligência da história, conhecimento e cultura afro-brasileira, além de trazer uma valorização dessa cultura, com o intuito de amenizar os impactos causados por um currículo escolar eurocêntrico. Nossa atividade se inicia com uma breve apresentação do continente Africano, com especificação no país Quênia, mencionando a origem do jogo Shisima e a tradução da palavra Shisima, apresentaremos o tabuleiro, as peças e como se joga. Depois de serem explicadas as regras, o posicionamento inicial das peças e como se finaliza o jogo, iniciaremos uma partida. Durante o jogo, mostraremos através de questionamentos, quais são os aspectos geométricos que o jogo apresenta para os alunos, trabalharemos quais são as estratégias que os alunos podem utilizar para finalizar o jogo, desenvolvendo além da geometria o raciocínio lógico dos alunos. A seguir, será apresentado para os alunos o período da literatura brasileira denominado Cubismo e seus principais propulsores no Brasil, como os artistas Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Rego Monteiro e Di Cavalcante. Demos escolha ao Cubismo devido ao fato de ser um período da literatura no qual as formas da natureza eram representadas através de figuras geométricas planas como triângulos, círculos, quadrados, octógonos figuras tais presentes também no tabuleiro e nas peças do jogo Shisima. Encerraremos a atividade questionando aos alunos que paralelos podem ser feitos entre as obras de arte apresentadas pelos artistas brasileiros no Cubismo e o jogo africano e como resultado final esperamos que os alunos possam expressar o que compreenderam da atividade e que percebam que a África e o Brasil são grande produtores de conhecimentos matemáticos, lingüísticos e artísticos.

**Palavras-chave:** Shisima, Cubismo, Geometria, Literatura, África, Brasil

**Referências Bibliográficas**

Ferreira, S. "Etnomatemática Uma Proposta Metodológica", V 3.

**REVITALIZAÇÃO DO HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS DO JARDIM BOTÂNICO DA UFRRJ****Marcelo Perelló de Andrade<sup>1</sup> & Sharon Santos de Lima<sup>2</sup>**

1. Bolsista Pro-verde/JB-UFRRJ, Discente do Curso de Engenharia Florestal, IF/UFRRJ; 2. Professora do DCFar/ICBS/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

Os hortos de plantas medicinais funcionam como “coleções vivas” de referência que propiciam a capacitação para o reconhecimento botânico correto, para orientações gerais de coleta e uso, cultivo e processamento pós-colheita. Com relação ao aspecto agrônomo, ressalta-se a importância da origem das matrizes das espécies vegetais cultivadas nos hortos de instituições de pesquisa e/ou ensino. O horto de plantas medicinais é uma área de imenso potencial de ensino, no entanto, a coleção sofre perdas frequentes devido ao clima quente e ao roubo de exemplares, o que reforça a necessidade de manutenção e reintrodução de plantas constantemente. Para revitalizar o Horto de Plantas Medicinais do Jardim Botânico (JB) da UFRRJ foi feita uma revisão e renovação das plantas e restauração dos canteiros. Buscou-se fazer um levantamento das espécies contidas nos canteiros, introduzir novas espécies na coleção, renovar a identificação das plantas nos canteiros, melhorar a qualidade do solo, confeccionar um guia de visitação e refazer as bordas dos canteiros. A partir do levantamento das plantas já existentes na coleção, novas espécies foram inseridas com base na Relação Nacional de Plantas de Interesse ao SUS (MS, 2019) e na Farmacopéia Brasileira (ANVISA, 2019). As plantas introduzidas foram em sua maioria adquiridas em viveiros ou em feiras populares, tendo sido submetidas a estaquia ou cultivo direto no canteiro. Foram feitas tentativas de cultivo a partir de sementes, nas estufas do próprio JB da Universidade, mas não houve sucesso. Um novo esquema de identificação das plantas contidas nos canteiros foi desenvolvido, pois cada planta recebeu um número correspondente ao guia de visitação, propiciando aos visitantes a possibilidade de conhecer as plantas e saber mais sobre elas. O solo tem sido fertilizado com materiais dispostos no próprio JB como esterco bovino curado e matéria orgânica provida de compostagem, adotando-se as boas práticas de cultivo de plantas medicinais que prioriza o cultivo orgânico. O solo apresentava-se muito exposto e parte dos canteiros recebeu uma cobertura morta. A borda dos canteiros tem sido reconstruída, com tijolos novos e cimento, pois muitos tijolos estavam quebrados ou ausentes e por isso algumas bordas de canteiros estavam desmanchadas. Ocasionalmente, tem sido realizadas visitas guiadas a esta coleção. Através da revitalização e manutenção da coleção de plantas medicinais do JB, espera-se contribuir com a formação profissional dos alunos de graduação das áreas de saúde, ciências biológicas e agrônomicas e com as atividades de extensão quando se transmite que o incentivo ao cultivo de plantas medicinais é tão necessário quanto à orientação correta de uso, pois o cultivo evita situações de extrativismo e promove a sustentabilidade da prática.

**Palavras-chave:** Fitoterapia; Cultivo orgânico; Cultivo de medicinais.

**Referências Bibliográficas**

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Farmacopéia Brasileira, 5ª edição, Volume 2. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeia-brasileira>>. Acesso em: 16/09/19.  
MS – Ministério da Saúde . RENISUS. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sus/pdf/marco/ms\\_relacao\\_plantas\\_medicinais\\_sus\\_0603.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sus/pdf/marco/ms_relacao_plantas_medicinais_sus_0603.pdf)>. Acesso em: 16/09/2019.

**LEVANTAMENTO DAS COLETAS HISTÓRICAS DE ANGIOSPERMAS REALIZADAS POR MARTIUS NO ENTORNO DO RIO PARAÍBA DO SUL FLUMINENSE****Thayná Ribeiro Bromana<sup>1</sup> & Michaele Alvim Milward-de-Azevedo<sup>2</sup>**

1. Aluna PICV, Discente do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, ITR/ UFRRJ; 2. Professora do Curso de Gestão Ambiental, DCMA/ITR/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar.

**RESUMO**

O Brasil é reconhecido mundialmente por apresentar uma elevada riqueza florística, sendo esta favorecida através de uma vasta extensão territorial em conjunto com as variantes climáticas e geomorfológicas presentes no território. A biodiversidade brasileira despertou interesse em vários naturalistas europeus levando-os a iniciarem diversas jornadas pelo país, com o intuito de estudar e representar a flora da região. Um desses naturalistas foi Martius, principal idealizador da *Flora Brasiliensis*, obra que ao longo de 66 anos de estudos e coletas, descreveu toda a abundância de espécies ocorrentes no país em seus 15 volumes, incluindo a extensão do Vale e a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, áreas localizadas no domínio atlântico e que foram extremamente afetadas pelos diversos ciclos econômicos introduzidos no local. O objetivo deste trabalho foi realizar o levantamento das espécies descritas na “*Flora Brasiliensis*”, ocorrentes no Vale e na Bacia do Rio Paraíba do Sul fluminense, disponibilizando dados de distribuição das espécies que faziam parte da cobertura vegetal original das áreas, fornecendo dados para recuperação vegetacional da região, além de destacar táxons endêmicos, ameaçados e/ou raros e ampliar o domínio sobre a diversidade do Brasil. Foi realizado o levantamento das espécies na obra disponível no sítio eletrônico do Biodiversity Heritage Library, os nomes das espécies foram atualizados conforme o sistema de classificação atual APG IV. O estado de ameaça foi avaliado segundo os critérios estabelecidos pela IUCN, além da conferência no Anexo I da Instrução Normativa nº 6 de 2008 e na Lista Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção. As distribuições geográficas das espécies foram obtidas nos herbários virtuais do Species Link e no JABOT. Os dados obtidos foram organizados em planilhas do Excel e plotados no *software* Arcgis 10.2.1. Baseado no levantamento realizado, foram encontradas e verificadas 141 espécies, pertencentes a 115 gêneros e 58 famílias. As famílias com maior riqueza foram Fabaceae (10 spp.), Asteraceae (9 spp.) e Acanthaceae e Euphorbiaceae (8 spp. cada), correspondendo a 60% das espécies levantadas. Do total de espécies, cerca de 35% são endêmicas da Mata Atlântica e 48% endêmicas do Brasil. Entre os hábitos analisados, as arbóreas foram as mais frequentes entre as espécies, correspondendo aproximadamente a 31% (44 spp.). Foram observadas 12 espécies sob algum tipo de ameaça e cinco destas oficialmente ameaçadas de extinção. Quatro espécies apresentaram problemas nomenclaturais e por este motivo, não foi possível até o momento a contabilização destas no presente estudo. Com base nas distribuições geográficas obtidas, 24 espécies não ocorrem mais no entorno do Rio Paraíba do Sul. Embora tenha-se verificado uma redução de habitats e de biodiversidade, a Mata Atlântica evidencia ainda uma alta riqueza florística, com elevadas taxas de endemismo. Logo, torna-se fundamental ações voltadas a conservação das espécies ainda presentes.

**Palavras-chave:** Naturalistas, conservação, “*Flora Brasiliensis*”.

**Referências Bibliográficas**

- Martius, C. F. P.; Eichler, A. W. & Urban, I. (eds.) *Flora brasiliensis*. F.Fleischer, Monachii, Lipsiae. Vol. 1-15, 1840-1906.
- International Union for Conservation of Nature – IUCN. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2015-4, 2015. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org>>. Acesso em 05 de março de 2019
- Angiosperm Phylogeny Group – APG IV. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG IV. *Botanical Journal of the Linnean Society* 181: 1-20, 2016.



**“AS MINAS NA HISTÓRIA”: UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA DE MULHERES NOS ANÚNCIOS DO JORNAL CORREIO DA LAVOURA (NOVA IGUAÇU, 1920-1960)**

**Késsia Carlos da Silva<sup>1</sup>; Stephany Moreira dos Santos Ramos<sup>1</sup>; Álvaro Pereira do Nascimento<sup>2</sup>& Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre<sup>3</sup>**

1. Bolsista Jovem Talento do Estado – FAPERJ/CECIERJ, Estudante do Colégio Estadual Lírios; 2. Professor do DH/IM/UFRRJ; 3. Doutoranda pelo PPHPBC/FGV e Coordenadora Técnica do CEDIM/IM/UFRRJ.

Grande Área/Instituto: Instituto Multidisciplinar

**RESUMO**

Com base no projeto “Desenvolvimento Urbano e os Mundos do Trabalho do Pós Abolição (Nova Iguaçu, RJ, 1920-1960)”, este trabalho tem por objetivo identificar a presença de mulheres anunciantes no jornal *Correio da Lavoura* e nas Efemérides Iguaquanas, na primeira metade do século XX, em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. Fundado em 22 de março de 1917 pelo capitão Silvino de Azeredo, o semanário reúne informações sobre diversos serviços dos municípios que compõem parte da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tendo esta fonte da história local por referência, as bolsistas Jovens Talentos para Ciência do Estado - FAPERJ reuniram semanalmente informações sobre os anúncios publicados pelo CL. Utilizando o programa Microsoft Excel, as estudantes sistematizaram em planilhas dados como: nome do estabelecimento, proprietária, endereço, tipo do produto/serviço, edição, ano e página. Múltiplas informações de caráter qualitativo também foram reunidas neste levantamento, uma vez que os anúncios contemplam estabelecimentos comerciais, profissionais liberais, indústrias, imobiliárias, escolas e etc. Neste sentido, a pesquisa trouxe à luz informações importantes como a participação de mulheres no setor de comércio e serviço. Concluída a sistematização destes itens as bolsistas adentraram em uma segunda fase do projeto na qual cada uma está responsável pelo cruzamento dos nomes destas proprietárias e/ou estabelecimentos apurado com as Efemérides Iguaquanas, fonte elaborada pelo jornalista e escritor Luiz Martins Azeredo, membro da família fundadora dos jornais semanários *Correio da Lavoura* e *A Crítica*. As efemérides se propõem a relatar os principais fatos dos grupos e personalidades da cidade sob a forma de um memorial cotidiano. Ao confrontarmos as informações contidas neste “diário” da vida iguaçuana com os dados comerciais do CL, as trajetórias de mulheres comerciantes estão sendo reveladas. Nesta etapa, será possível identificarmos a origem, idade, profissão e redes firmadas por algumas destas personagens da sociedade iguaçuana, uma vez que as Efemérides reúnem inúmeras informações sobre o cotidiano da cidade e delas. Dentistas, parteiras e agentes funerárias são algumas destas mulheres a anunciarem seus serviços, em conjunto ou sozinhas, em endereços do distrito-sede iguaçuano. Portanto, no total cumprido até aqui o projeto obteve ótimos resultados. A metodologia de pesquisa empregada no projeto ampliou o entendimento das bolsistas sobre conceitos básicos da História. Deste modo, contextualizou-se a importância do documento histórico e quais temas o mesmo aborda. No decorrer deste trabalho questionamos que a fonte é parte das lembranças de quem a escreveu e que os fatos escolhidos pertencem a determinadas famílias e pessoas e não representam todos localmente, ou seja, a “memória humana está na capacidade e sensibilidade que o tem para selecionar somente as informações desejadas ou necessárias” (MONTELLATO, 2000). Deste modo, os acontecimentos locais permitem que elas descubram o que sua cidade representou e como algumas de suas moradoras são lembradas. Para esta finalidade o banco de dados já tem se mostrado útil, visto que pesquisadoras e pesquisadores desta e de outras instituições estão localizando informações sobre sujeitos vinculados direta ou indiretamente a história de Nova Iguaçu.

**Palavras-chave:** Imprensa, anunciantes, mulheres, Nova Iguaçu.

**Referências Bibliográficas**

MONTELLATO, A. R. D. História temática: tempos e culturas, 5ª série. São Paulo: Scipione, 2000.

**ARBORIZAÇÃO URBANA DAS VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS, RJ**  
**Izabela Cristina Moreira Moraes<sup>1</sup>; Michaelae Alvim Milward de Azevedo<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Gestão Ambiental ITR/UFRRJ. 2. Professora do DCMA/ITR/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

O processo de urbanização se encontra cada vez mais crescente, e aliado a este contínuo desenvolvimento, é perceptível a ocorrência de extremas modificações na paisagem natural, o que resulta em perda de fragmentos de vegetação nativa e destruição de paisagens naturais. Com isso, torna-se cada vez mais emergente a necessidade de implementação de áreas verdes nos espaços públicos, além da inclusão de projetos que visem a sustentabilidade nos planejamentos urbanos. Por este motivo, a arborização urbana das vias públicas é uma estratégia utilizada para minimizar tais problemas. No Brasil, a grande maioria das cidades não possui planejamento urbano que abranjam arborização apresentando, dessa forma, arborização caracterizada como inadequada, pouco diversificada, descontínua e comumente composta por espécies exóticas. O planejamento prévio da arborização é de grande importância, uma vez que, avalia se as características das espécies a serem implantadas estão em consonância com as estruturas urbanas. Um dos principais problemas advindos da falta de planejamento de arborização urbana se dá pelo uso excessivo de espécies exóticas. A cidade de Três Rios apresenta um elevado processo de desenvolvimento, principalmente de suas áreas urbanas. Considerada como uma cidade empreendedora, sua área urbana necessita de um planejamento adequado para estar em equilíbrio com o meio ambiente e garantir uma boa qualidade de vida para seus habitantes. O trabalho teve como objetivo analisar a diversidade de árvores utilizadas na arborização urbana do município de Três Rios, caracterizando de forma quantitativa e qualitativa a arborização das vias públicas, avaliando à questão das espécies exóticas invasoras e a relação dos indivíduos arbóreos com as estruturas urbanas. O levantamento florístico da arborização urbana foi realizado entre setembro de 2018 e maio de 2019, em cinco bairros: Cantagalo, Centro, Nova Niterói, Palmital e Triângulo. O levantamento das informações qualitativas dos indivíduos arbóreos foi realizado a partir das seguintes informações: espécie, família, CAP, altura total, altura da primeira ramificação, tamanho da copa, largura da calçada, largura da rua e interferência nos elementos urbanos. As espécies foram categorizadas de acordo com as procedências geográficas. Os parâmetros fitossociológicos e o índice de diversidade de espécies foram calculados. Foram amostrados 452 indivíduos pertencentes a 19 famílias e 45 espécies arbustivas e arbóreas em que 62% são exóticas do Brasil e 38% são nativas, destas, quatro não ocorrem no bioma Mata Atlântica. As famílias Fabaceae e Malvaceae apresentam-se com o maior número de espécies. Pode-se concluir que a cidade de Três Rios não possui um planejamento urbano que aborde a arborização, visto que o inventário demonstrou uma grande proporção de espécies exóticas com muitos indivíduos que sobrepõe à proporção de espécies nativas. Outro fator que também demonstra a falta de planejamento foi à incompatibilidade com as estruturas urbanas, como pavimento e rede elétrica, onde grande parte dos indivíduos arbóreos encontraram-se em conflito, oferecendo riscos à população.

**Palavras-chave:** Levantamento florístico, planejamento urbano, urbanização.

**Referências Bibliográficas**

- Bastos ASA, Vieira BB, Amaral GS, Carvalho Júnior L, Cruz VOR, Milward-de-Azevedo MA (2016) Percepção da arborização urbana na cidade de Três Rios, RJ. Anais 5º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, p. 246-253.
- Blum CT, Borgo M, Sampaio ACF (2008) Espécies exóticas invasoras na arborização de vias públicas de Maringá-PR. Revista Brasileira de Arborização Urbana 3(2): 78-97.
- CNCFlora (2018). Listagem de plantas alternativas às plantas exóticas invasoras listadas para o estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ckan.jbrj.gov.br/dataset/edit/plantas-alternativasasplantas-exoticas-invasoras-rj>. Acesso em 15 de junho de 2019.

**AVERIGUAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL NA COMUNIDADE RURAL DO BREJAL, PETRÓPOLIS****Bruna Benazi Vieira<sup>1</sup> & Michaele Alvim Milward-de-Azevedo<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Gestão Ambiental, ITR/UFRRJ; 2. Professora do DCMA/ITR/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

A etnobotânica evidencia-se nos estudos científicos em virtude do vínculo entre a sabedoria popular e a ciência, abrangendo o conhecimento tradicional étnico e cultural, ligado ao uso de plantas medicinais e alimentícias. As comunidades rurais destacam-se por possuírem um relevante saber associado às plantas, tendo em vista a sua geração de renda apoiada na comercialização dos recursos ambientais. Este trabalho tem como objetivo contribuir para o conhecimento da diversidade de alimentícias, medicinais e alimentícias não convencionais em 15 propriedades rurais de produtos orgânicos do Brejal, Petrópolis, Rio de Janeiro, fornecendo dados para a conservação através do manejo e uso sustentado dos recursos. Para a seleção de informantes foi utilizada a técnica de rede, conhecida como “Amostragem Bola de Neve”. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas por meio de roteiro com perguntas pré-elaboradas. As espécies de plantas medicinais e alimentícias foram coletadas, fotografadas e identificadas. Foram calculados a densidade e frequência das espécies nas lavouras. Uma matriz de presença e ausência foi utilizada para avaliar as relações de similaridade. Os 22 informantes citaram 186 espécies presentes em suas lavouras pertencentes a 53 famílias botânicas, sendo 185 medicinais e 65 plantas alimentícias não convencionais. As famílias Asteraceae (27 spp.), Lamiaceae (23 spp.) e Brassicaceae (13 spp.) destacaram-se com maior número de representantes. A folha é a parte mais utilizada para os preparos. A preponderância do uso de folhas pode estar correlacionado ao hábito de crescimento das plantas, uma vez que houve predominância das ervas (122 spp.). Quanto a origem, 142 espécies são consideradas exóticas e 44 espécies representaram espécies nativas. Ocorreu predomínio de indicações para tratamento de doenças relacionadas ao sistema digestivo (53 spp.), indicadas como laxante, depurativo do estômago e anti-diarréica. O incentivo do poder público para produção e comercialização de plantas medicinais e alimentícias não convencionais ainda é precário, apesar de existir entidades que proporcionam cursos para os agricultores. O turismo rural na comunidade apresenta-se como propulsor do conhecimento dos turistas sobre os vegetais, além de proporcionar a percepção do manejo orgânico. Na comunidade estudada, a biodiversidade não é ameaçada devido aos sistemas produtivos orgânicos, devido a ausência de uso de agrotóxicos, promovendo a segurança alimentar e nutricional. As plantas medicinais e PANC estão vinculadas ao sistema produtivo orgânico, estimulando seu manejo e introdução do uso medicinal e nutricional.

**Palavras-chave:** plantas alimentícias não convencionais; plantas alimentícias convencionais; plantas medicinais; etnobotânica.

**Referências Bibliográficas**

- ALBUQUERQUE U. P. Introdução à etnobotânica. 2ed. Editora Interciência Ltda, Rio de Janeiro. 80p, 2005.
- BEGOSSI A., HANAZAKI N., SILVANO R. A. M. Ecologia humana, etnoecologia e conservação. In: Amorozo MCM, Ming LC, Silva SP (eds.). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. UNESP/CNPq, Rio Claro. p. 93- 128, 2002.
- KINUPP V. F., LORENZI H. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. ed. São Paulo, Instituto Plantarum de Estudos da Flora. 768p, 2014.

**GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES: APLICAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS NO MAPEAMENTO DE ÁREAS SUSCETÍVEIS A MOVIMENTO DE MASSA NO MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS/RJ**

**Beatriz Fonseca Pinheiro<sup>1</sup>, Yuri Tomaz Martins<sup>2</sup>, Isabella Ribeiro Pereira da Costa<sup>2</sup> & Sady Júnior Martins da Costa de Menezes<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Gestão Ambiental, ITR/UFRRJ; 2. Discente do Curso de Gestão Ambiental, ITR/UFRRJ; 3. Professor Adjunto do Departamento de Ciências do Meio Ambiente.

Grande Área: Multidisciplinar/Outros

Aplicadas Nº do protocolo: necessário para as pesquisas que detém o SIGEN e/ou CEUA

### RESUMO

A erosão do solo e a degradação da terra são problemas globais. O Brasil é considerado muito suscetível aos movimentos de massa, devido às condições climáticas marcadas por verões de chuvas intensas, em regiões de grandes maciços montanhosos. Nos centros urbanos os movimentos de massa têm tomado proporções catastróficas, devido as atividades humanas como cortes em talude, aterros, depósitos de lixo, modificações na drenagem, desmatamentos, entre outras, que vem ocasionando o aumento da vulnerabilidade das encostas para a formação desses processos. Em janeiro de 2019 por conta da chuva, sete pessoas ficaram desalojadas na cidade de Três Rios, duas casas foram atingidas e, em uma delas, a parede de alvenaria desmoronou. Dados oriundos da Prefeitura indicam que até o mês de junho deste ano tínhamos registrados 101 riscos de desabamentos. E em consulta ao S2iD - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - foi verificado ocorrência de deslizamento para o ano de 2007 no município, afetando 1054 pessoas. O trabalho tem como objetivo elaborar por meio de dados digitais gratuitos e públicos os mapas de suscetibilidade a esses eventos para a área urbana de Três Rios/RJ, contribuindo para uma melhor gestão de risco no município. Para a elaboração dos mapas foi utilizada a Base Cartográfica Vetorial Contínua do Estado do RJ na escala 1:25.000 do IBGE e os dados do Serviço Geológico do Brasil - CPRM. Para o processamento, elaboração e análise dos dados foram utilizados os recursos de um Sistema de Informação Geográfica – SIG. Ao analisar os mapas elaborados, foi possível identificar que o município de Três Rios apresenta zonas propícias a ocorrência destes eventos, onde temos os riscos associados à escala de elevada, média e baixa de 10,30% e 35,83% e 53,86%, respectivamente. Motivado pela baixa cobertura vegetal encontrada no município, relevo e tipo de solo. A falta de políticas públicas visando o planejamento do uso do solo urbano podem causar muitos prejuízos, pois a inexistência de uma política habitacional direciona aqueles que estão à margem da sociedade, ou seja, populações de baixa renda e que não tem acesso a recursos, a ocupar as áreas frágeis e vulneráveis como encostas e áreas próximas as margens de rios, por exemplo, consideradas de potencial risco quanto à ocorrência de desastres. Conclui-se que faz-se necessário o mapeamento dessas áreas para subsidiar o planejamento do uso do solo, fornecendo informações e orientações do meio físico para os mapeamentos de risco a serem realizados nos municípios. O maior conhecimento das condições de vulnerabilidades e das áreas de risco otimiza a gestão do risco, auxiliando nas rotas de fuga e trajetos alternativos para ambulância.

**Palavras-chave:** Movimento de Massa; Geoprocessamento; Análise de Risco

### Referências Bibliográficas

CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – **Movimento de Massa** – 2018. Disponível em: <http://www.cemaden.gov.br/deslizamentos/>, Acesso em: 11 de março 2019.

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. 2016. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres-Naturais/Cartas-de-Suscetibilidade-a-Movimentos-Gravitacionais-de-Massa-e-Inundacoes---Rio-de-Janeiro-5082.html>. Acesso em fevereiro 2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.2018. Disponível em: [http://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/bases\\_cartograficas\\_continuas/bc25/rj/versao2018/shapefile s/](http://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc25/rj/versao2018/shapefile_s/). Acesso em fevereiro 2019.

**ANÁLISE DA FRAGILIDADE AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO CANTAGALO, TRÊS RIOS-RJ: SUBSÍDIO À GESTÃO AMBIENTAL URBANA****Luan Carlos Octaviano Ferreira Leite<sup>1</sup>; Erika Cortines<sup>2</sup>; Sady Júnior Martins da Costa de Menezes<sup>2</sup>**

1. Aluno PICV, Bacharel em Gestão Ambiental, ITR/UFRRJ; 2. Professores do curso de Gestão Ambiental ITR/UFRRJ.

Grande área: Multidisciplinar

**RESUMO**

O modo desordenado como o ser humano vem se apropriando dos recursos naturais provoca uma série de impactos negativos, exercendo significativa pressão sobre o meio ambiente. Essa crescente pressão torna necessária a adoção de processos continuados de planejamento e gestão, destinados ao ordenamento da exploração dos territórios, equilibrando conservação ambiental e relações socioeconômicas de forma que nenhum destes aspectos seja negligenciado. Desta forma, o presente trabalho objetivou realizar o mapeamento da fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do córrego Cantagalo e apontar medidas de manejo ambientalmente adequado conforme as potencialidades e limitações de seu território, como subsídio ao poder público elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável. Dados a respeito do uso e cobertura do solo, declividade, pluviosidade, tipo de solo, tipos de rocha e Áreas de Preservação Permanente do território da bacia foram representados em Planos de Informação e classificados quanto a seus níveis de fragilidade ambiental, recebendo valores de 1- Muito Baixa a 5-Muito Alta. Tais planos de informação foram, então, sobrepostos em um processo de análise multicritério, por meio do Sistema de Informação Geográfica *ArcGis* versão 10.2.1, dando origem mapa da fragilidade ambiental da área de estudo. Áreas com fragilidade ambiental 5-Muito Alta cobrem 830,22 ha (32%) da área total da bacia hidrográfica do córrego Cantagalo. A segunda classe mais abrangente é a de 2-Média fragilidade ambiental, cobrindo 583,32 ha (23%) da área total, seguida pelas classes 4-Alta 572,41 ha (22%), 2-Baixa 524,61 ha (20%) e 1-Muito Baixa 88,13 ha (3%). A predominância de áreas de muito alta fragilidade é reflexo da urbanização desordenada, ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente e redução da cobertura vegetal. Porém, seu território ainda apresenta potencial para receber um manejo conservacionista, principalmente voltado às áreas rurais. Podem ser sugeridas técnicas e medidas como a elaboração de um Zoneamento Ecológico Econômico dos municípios integrantes da bacia, manejo de pastagens, saneamento ambiental rural, restauração ecológica dos fragmentos florestais e Áreas de Preservação Permanente, e a implementação de um programa de pagamento por serviços ambientais. A partir dos resultados é possível observar que o mapeamento da fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do córrego Cantagalo foi eficaz para determinar as áreas mais sujeitas a fenômenos naturais perigosos e degradação ambiental. Contudo, fica evidente a necessidade de estudos complementares que analisem a viabilidade a adequação das propostas ao cenário socioeconômico da bacia, contribuindo ainda mais para a deliberação sobre técnicas e políticas que promovam a sustentabilidade em seu território.

**Palavras chave:** Gestão; planejamento; sustentabilidade; conservação.

**Referências Bibliográficas**

- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **BC25 RJ - Base Cartográfica Vetorial Contínua do Estado do Rio de Janeiro**, 2018. Disponível em: <[http://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/bases\\_cartograficas\\_continuas/](http://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/)>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.
- ROSS, J. L. S. Análise Empírica Da Fragilidade Dos Ambientes Naturais Antropizados. **Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo**. Vol. 8, p. 63–74, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47327/51063>>. Acesso em 4 de abril de 2018.
- SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática**. São Paulo: Oficinas de Texto. 170 p., 2004.

**BIODIVERSIDADE DA FAUNA ENDOPARASITÁRIA DE *Mugil liza* VALENCIENNES, 1836 DE AMBIENTES LAGUNARES COSTEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL****Bruna Reich Martinatti<sup>1</sup>; Rayane Duarte<sup>2</sup> & Michelle Daniele dos Santos-Clapp<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Medicina Veterinária IV/UFRRJ; 2. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias IV/UFRRJ; 3. Professor do DBA/ICBS/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

A tainha (*Mugil liza*) é um peixe pelágico catádro de águas tropicais e subtropicais, principalmente de regiões costeiras estuarinas. Representa, dentre os mugilídeos, a mais importante espécie para a atividade pesqueira no Brasil. O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento da parasitofauna comparada das tainhas de dois ambientes lagunares do Estado do Rio de Janeiro: a lagoa de Maricá e a lagoa Rodrigo de Freitas. Dezenove tainhas foram compradas de pescadores artesanais nas imediações da lagoa de Maricá e quinze na lagoa Rodrigo de Freitas. Os espécimes de peixes foram acondicionados em caixas de isopor e transportados até o Laboratório de Biologia e Ecologia de Parasitos (LABEPAR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde foram necropsiados em busca de parasitos. Os peixes tiveram seu peso, comprimento total e padrão, além do sexo anotados em formulários de necropsia. Os parasitos encontrados foram fixados, conservados e processados de acordo com metodologia padrão adotada em Ictioparasitologia. O comprimento total médio dos peixes da lagoa de Maricá foi de  $31,9 \pm 5,0$  (26,0-45,0cm) e o peso médio de  $328,1 \pm 171,3$  (178,0-811,0g), sendo dois machos e dezessete juvenis, sem o sexo identificado. O valor de comprimento total médio dos peixes da lagoa Rodrigo de Freitas foi de  $39,8 \pm 2,2$  (34,5-42,0cm) e o peso médio de  $587,5 \pm 117,7$  (368,0-765,0g), sendo dez machos, três fêmeas e dois juvenis. Cinco táxons de parasitos foram encontrados: Myxozoa (*Myxobolus episquamalis*), Copepoda (*Lernaea cyprinacea* e espécie não identificada), Digenea e Nematoda (não identificados) e Acanthocephala (*Floridosentis mugilis*). Na lagoa de Maricá, Digenea teve prevalência (P) mais elevada: 94,7%, seguido de Copepoda não identificado (P= 68,4%), *F. mugilis* (P= 47,4%), Nematoda não identificado (P=36,8%) e *L. cyprinacea* (P=10,5%). A intensidade média (IM) de Digenea foi 39,9 e a abundância média (AM) 37,8, *L. cyprinacea*: IM=15,5; AM=1,6, Copepoda não identificado: IM=11,2; AM=7,7, *F. mugilis*: IM=4,7; AM=2,2 e Nematoda: IM=3,0; AM=1,1. A menor prevalência registrada foi de Myxozoa (P=5,3%). Na lagoa Rodrigo de Freitas, Digenea teve P=93,3%, IM=253,0 e AM=135,0, Nematoda apresentou P=40,0%; IM=4,0; AM=1,6 e Copepoda P=33,3%; IM=4,4; AM=1,5. Não foram registrados *F. mugilis*, *L. cyprinacea* e *M. episquamalis* nessa lagoa. Foram observados moluscos e copépodes, hospedeiros intermediários de Digenea e Nematoda, respectivamente, na análise do conteúdo estomacal das tainhas de ambas as lagoas durante as necropsias, porém, ostrácodes, hospedeiros intermediários de Acanthocephala, apenas foram encontrados nos conteúdos dos peixes provenientes da lagoa de Maricá. A alta prevalência de digenéticos provavelmente deu-se pela maior ingestão de seus hospedeiros intermediários infectados, sendo assim, pode-se indicar relação direta do parasitismo com a alimentação das tainhas nessas lagoas. Uma das hipóteses para a ausência de *F. mugilis* na lagoa Rodrigo de Freitas pode ser dada pela não ingestão de ostrácodes, fato que pôde ser observado durante a análise dos estômagos dos peixes no decorrer das necropsias. O significativo consumo deste peixe deve ser visto com cuidado, pois larvas como as de digenéticos e nematoides podem manter-se viáveis até em preparações de peixes insuficientemente cozidas, oferecendo risco de infecção zoonótica aos consumidores.

**Palavras-chave:** Lagoa de Maricá; lagoa Rodrigo de Freitas; tainha.

**Apoio logístico:** Prof. Dr. Rafael de Almeida Tubino

**Referências Bibliográficas**

- AMATO, J.F.R.; BOEGER, W.A.; AMATO, S.B. Protocolos para laboratório, coleta e processamento de parasitos do pescado. Seropédica: Imprensa Universitária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1991, p. 81.
- MENEZES, N.A. Guia prático para o conhecimento e identificação das tainhas e paratis (Pisces: Mugilidae) do litoral brasileiro. Revista Brasileira de Zoologia, v.2, n.1, p. 1-12, 1983.
- SANTOS, C. P.; GIBSON, D. I.; TAVARES, L. E. R.; LUQUE J. L. Checklist of Acanthocephala associated with the fishes of Brazil. Zootaxa, v. 1938, p.1-22, 2008.

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA NA PRODUÇÃO DE ENERGIA  
HIDROELÉTRICA BRASILEIRA EM TERMOS DE EMISSÕES DE CARBONO**

**Monique de Sousa Quintanilha<sup>1</sup>; Isadora Mello<sup>2</sup>; Renata da Costa Barreto<sup>3</sup> & Ednaldo Oliveira dos Santos<sup>4</sup>**

1. Bolsista CNPq, Discente do Curso de Geologia, IA/UFRRJ; 2. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Geologia, IA/UFRRJ; 3. Pesquisadora do GETEM; 4. Professor do DCA/IF/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar: Ciências Ambientais.

**RESUMO**

A matriz energética do Brasil é composta, em sua maioria, por hidroelétricas e é de grande importância ter uma análise precisa das taxas de emissões de carbono dessa fonte, já que o Brasil assumiu voluntariamente compromissos legais para controlar a emissão de carbono. Desta forma, uma ferramenta bastante útil, porém ainda muito incipiente sendo usada à produção dessa fonte, é a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV). Conseqüentemente, a análise de inventário e a interpretação dos dados de todo o ciclo de vida da fonte hidráulica, considerando sua enorme representatividade no Brasil (65,2%) propiciará maior clareza na tomada de decisões. O trabalho avaliou a importância de se quantificar as emissões de carbono nas atividades oriundas da produção de energia hidroelétrica, para contribuir com o avanço do conhecimento acerca das reais emissões de GEE neste tipo de fonte energética. Para tanto, contou com revisão bibliográfica do estado da arte do conhecimento sobre as emissões de carbono por fonte hidráulica brasileira e das metodologias usadas para a determinação das emissões de carbono na produção de energia hidroelétrica usando ACV. Os resultados mostraram que cada ACV se baseia nos mesmos princípios e com um leque ampliado de aplicações desde as pegadas de carbono, declarações ambientais de produto e balanço de consumo de água, entre outras. Observa-se que a realização de uma ACV envolve uma série de etapas importantes que devem ser cumpridas, tais como levantamento de dados de fluxo de matéria e energia ao longo do ciclo de vida e a correlação desses dados com os impactos ambientais associados são consideradas as mais trabalhosas, além disso, dependendo do escopo definido no estudo, esses itens demandam grande volume de dados e de cálculos que tornam difícil a realização da ACV sem ajuda de alguma ferramenta computacional. Para apoiar a condução de estudos ambientais de ACV, programas computacionais vêm sendo desenvolvidos (Umberto, SimaPro, GaBi, Team, openLCA, entre outros), pois disponibilizam bancos de dados, o que minimiza o tempo com relação à coleta dos mesmos, como também realiza avaliação de impacto e interpretação. No caso dos empreendimentos hidroelétricos, notou-se que os trabalhos se limitam especificamente apenas à fase de produção de energia, sem avaliar a transmissão dela e demais impactos relacionados ao consumo, porque as rotas destas fases (transmissão e consumo) são muito complexas e na grande maioria das vezes não se tem informações suficientes e precisas para a produção de informações acuradas. Assim, verificou-se que cada um dos softwares existentes possuem vantagens e desvantagens para serem aplicados à determinação das emissões de GEE, principalmente porque a escolha destes programas de softwares para ACV deverá considerar: a) Importância dos pressupostos assumidos implícita ou explicitamente na abordagem; b) Bases de dados dos componentes e adaptabilidade da situação em causa; e c) Resultados e operacionalidade. Portanto, ficou evidente a necessidade de se escolher e usar adequadamente um software de ACV para facilitar e tornar mais eficiente os cálculos das emissões de carbono na produção de energia hidroelétrica principalmente no caso brasileiro.

**Palavras-chave:** Análise do ciclo de vida; mudanças climáticas; Produção de energia renovável.

**Referências Bibliográficas**

- COLTRO, L.; GARCIA, E.E.C.; QUEIROZ, G.C., 2003. Life cycle inventory for electric system in Brazil. *Int. J. LCA*, 8(5).
- RIBEIRO, F.M.; DA SILVA, G.A., 2010. Life - Cycle inventory for hydroelectric generation: a Brazilian case study. *Journal of Cleaner Production* 18: 44-54.
- YOKOTE, A.Y., 2003. *Inventário de Ciclo de Vida da Distribuição de Energia Elétrica no Brasil*. São Paulo: Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica/USP, 344p.

**LEVANTAMENTO CARTOGRÁFICO E USO DOS DADOS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS  
MUNICIPAIS (SECRETARIAS DE GOVERNO) PARA A ESPECIALIZAÇÃO DOS 10 PASSOS  
ESSENCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE RESILIENTE**

**Isabella Ribeiro Pereira da Costa<sup>1</sup>; Yuri Tomaz Martins<sup>2</sup>; Beatriz Fonseca Pinheiro<sup>2</sup> & Sady  
Júnior Martins da Costa de Menezes<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Gestão Ambiental, ITR/UFRRJ; 2. Discentes do Curso de Gestão Ambiental, ITR/UFRRJ; 3. Professor Adjunto do Departamento de Ciências do Meio Ambiente.

Grande Área: Multidisciplinar/Outros

**RESUMO**

O conceito de resiliência remete a capacidade de um meio que está exposto aos riscos e desastres, reconstruir o seu sistema, logo, restaurando suas funções fundamentais. Uma cidade resiliente envolve a habilidade do local de suportar os desastres e permanecer estável, sem muitas alterações estruturais na região. Nesse âmbito, o município de Três Rios/RJ possui ações estruturadas para tornar-se resiliente, entretanto, há uma necessidade de interação entre as Secretarias Municipais, no que diz respeito a troca de dados e procedimentos a serem realizados. A partir disso, o presente trabalho tem por objetivo espacializar, em formato de mapas, os 10 Passos essenciais para Construção de uma Cidade Resiliente, que refere-se às tarefas que os governos locais devem cumprir para transformar os municípios, com o intuito de minimizar os riscos regionais. A coleta dos dados foi realizada por meio não apenas de uma entrevista com o secretário de Defesa Civil de Três Rios/RJ, mas também mediante aos dados oficiais disponibilizados provindos de websites, como exemplo, CEMADEN (Centro Nacional de Meteorologia e Alerta de Desastres Naturais) e Google Earth. Além disso, utilizou-se a Base Cartográfica Vetorial Contínua do Estado do Rio de Janeiro, na escala 1:25.000 (BC25\_RJ, 2016), acessível no IBGE. Desse modo, a pesquisa teve como base os trabalhos realizados pela equipe Geo3R-ITR/UFRRJ, sendo mapas de inundação (2017) e deslizamento (2019) no município. Logo, os Passos espacializados em Três Rios, correspondente ao mapeamento de riscos a desastres na cidade, são: 3- "Mantenha dados sobre riscos e vulnerabilidade atualizados": mapa relativo às residências cadastradas em locais de risco de inundação e alagamento; 4- "Infraestrutura para redução de risco": mapa sobre os locais de ocorrência de inundação e alagamento, baseando-se em reportagens jornalísticas; 5- "Segurança das escolas e centro de saúde": mapa relacionado à localização das instituições de ensino e unidades de saúde situadas em áreas vulneráveis; 8- "Ecossistemas e barreiras naturais para reduzir impactos": mapa do uso e cobertura do solo em Três Rios/RJ; 9- "Sistemas de alerta e alarme": mapa quanto a localização dos equipamentos pluviométricos e telemétricos. Para os demais Passos: 1- "Ações de organização da sociedade"; 2- "Orçamento para a redução de riscos de desastres"; 7- "Programa de educação e treinamento" e 10- "Necessidades dos sobreviventes após o desastre", não foi possível especializa-los, devido a carência de dados. Em relação ao passo 6- "Risco de construção e planejamento do uso do solo", o mesmo dispõe de um documento próprio, sendo o Plano Diretor do município de Três Rios/RJ. Dessa forma, há viabilidade de 50% dos passos (3, 4, 5, 8, 9) serem espacializados, fornecendo mapas que destinam-se o melhor gerenciamento e mitigação dos desastres na cidade, visando o alcance de uma Cidade Resiliente em Três Rios.

**Palavras-chave:** resiliência de cidades; espacialização; mitigação de riscos e desastres.

**Referências Bibliográficas**

- Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012 (2013) Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2. ed. - CEPED UFSC.
- AYRES, T. M. - Cidades Resilientes: estudo de caso para o município de Três Rios/RJ. Pesquisa de Iniciação Científica, 2018. "(Em desenvolvimento - PIBIC 2017/2018 - UFRRJ - Edital Nº 001 de 23 de março de 2017 - PIBIC/CNPq, PIBITI/CNPq, PIBIC-Af/CNPq)".
- UNISDR - United Nations International Strategy for Disaster Reduction. Como construir Cidades mais Resilientes: um guia para Gestores Públicos Locais. UNISDR, 2012, Genebra, Suíça. Disponível em: < [http://www.unisdr.org/files/26462\\_guiagestorespublicosweb.pdf](http://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf)>, Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

## HEURÍSTICAS PARA O PROBLEMA DA FILOGENIA

Rafael Leal de Paula<sup>1</sup>; Victor Hugo Rodrigues do Nascimento<sup>2</sup>; Luiz Fernando dos Reis de Oliveira<sup>3</sup>; & Adria Ramos de Lyra<sup>4</sup>;

1. Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 2. Discente do Curso de Ciências da Computação, IM/UFRRJ; 3. Pesquisador do PESC/COPPE/UFRRJ; 4. Professora do DCC/IM/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

## RESUMO

As filogenias são estruturas muito utilizadas na biologia comparativa ou sistemática. Estas, quando enraizadas, descrevem uma relação de ancestralidade entre os seres sob comparação. Filogenias são formadas por entidades denominadas táxons que quando representam seres vivos são chamados de táxons operacionais e quando representam seres extintos são chamados de táxons hipotéticos. O problema da reconstrução de árvores filogenéticas sobre o critério da parcimônia é um problema combinatório, descrito a partir da árvore de Steiner, que já provou ser NP-Completo, mesmo no caso de características binárias. Neste trabalho é feito um estudo empírico com metaheurísticas aplicadas ao problema da filogenia. Serão utilizados o GRASP e o ILS como métodos principais que serão comparados com os melhores resultados conhecidos da literatura. Junto às metaheurísticas são utilizados métodos de construção (1stRotuGbr e GStep\_wR), de perturbação (NNI), de busca local (1-SPR e VND) e o método de intensificação path relinking (PR). Serão utilizadas 8 instâncias da literatura, em formato de matriz de características, para execução dos testes. Os resultados foram obtidos através da execução de dezesseis metaheurísticas derivadas das técnicas supracitadas. Pode-se notar que as execuções que usaram GRASP + Rotu, independente da estrutura de vizinhança, obtiveram os menores tempos, porém em somente 5 dos 32 testes foram atingidos os melhores resultados de parcimônia. Percebe-se também que a combinação do GRASP (GStep\_wR + PR) é a que mais consome tempo computacional entre as metaheurísticas. No caso do ILS, ambos os métodos de construção (GStep\_wR e Rotu) possuem uma ampliação considerável do tempo quando utilizada a vizinhança VND em comparação a 1-SPR. Com relação à parcimônia, 29 dos 32 testes apresentaram os melhores resultados quando utilizado o ILS. As menores parcimônias foram conseguidas com as combinações do ILS\_VND + PR, entre os dois métodos de construção. Por exemplo, para a instância GRIS consegue-se atingir os melhores resultados conhecidos na literatura. A utilização da Busca Local VND mostrou-se superior a 1-SPR quanto a melhora de parcimônia, porém o custo de tempo foi ampliado em grande escala. Observa-se que a mudança de estrutura de vizinhança, de 1-SPR para VND, acarretou uma melhora nos resultados de parcimônia. No caso do GRASP além da melhora da parcimônia os tempos de execução foram reduzidos. Já no ILS observou-se um aumento no tempo de execução dos experimentos. Acredita-se que a perda de desempenho em relação ao tempo ocorreu pela grande perturbação gerada no ILS, fato que deve ter dificultado ao VND atingir um ótimo local. O que por um lado aumentou o custo computacional também permitiu uma ampla exploração do espaço de busca acarretando inclusive em soluções de melhor qualidade.

**Palavras-chave:** Filogenia; metaheurística; otimização combinatória

## Referências Bibliográficas

DE PAULA, R. L. **Heurísticas para o Problema da Filogenia**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, 2019.

DO NASCIMENTO, V. H. R. **Metaheurísticas para o Problema da Filogenia sob o Critério da Máxima Parcimônia**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, 2015.

VIANNA, D. S. **Heurísticas Híbridas para o Problema da Filogenia**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2004.

**IDENTIFICAÇÃO DE GENES DIFERENCIALMENTE EXPRESSOS EM ARABIDOPSIS QUE ESTEJAM ENVOLVIDOS EM REDE DE INTERAÇÃO PROTEICA DE INTERESSE BIOTECNOLÓGICO**

**Sanderson de Paula Barbosa<sup>1</sup> & Marcelo de Freitas Lima<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Sistemas de Informação, DECOMP/ICE/UFRRJ; 2. Professor do DBQ/IQ/UFRRJ.

Grande área: Multidisciplinar

**RESUMO**

Nas plantas, combinações de estresses bióticos e abióticos podem atuar sinergicamente ou antagonicamente e a compreensão das respostas adotadas pelas espécies ajudam a entender os mecanismos de tolerância (Jeandroz & Lamotte, 2017). Para estudar a influência do estresse biótico sobre o padrão de expressão gênica, foi realizada a análise do transcriptoma de plantas suscetíveis e tolerantes utilizando técnicas de bioinformática. Neste contexto, um conjunto de trinta plântulas de *Arabidopsis Col-0* (genótipo suscetível) e superexpressando o gene CT (genótipo tolerante - sigilo da patente) foram cultivadas em solo sem tratamento (mock), enquanto outro conjunto contendo número igual de plântulas foi submetido a inoculação com o vírus da ondulação da folha do repolho (CaLCuV). Após extração e sequenciamento do RNA (RNA-Seq) das amostras, as sequências foram tratadas e mapeadas no genoma de referência com o objetivo de identificar genes diferencialmente expressos (DEG) (Liu et al., 2014). Nesta abordagem, foram utilizadas novas metodologias de análise (HISAT2 e StringTie) e arquivos de coordenadas gênicas do projeto Araport11. Uma vez selecionados os genes diferencialmente expressos que codificam uma proteína, foi utilizado o banco de interação proteica STRING CONSORTIUM © a fim de identificar possíveis redes proteicas (Snel et al., 2000). Para complementar esta análise, utilizou-se os genes presentes na lista de mapeados que não eram diferencialmente expressos, mas contribuíram para a rede de interação. Isto possibilitou a identificação de proteínas centrais de um *cluster* e quais eram importantes para interligar esses *clusters*. Portanto, esta nova abordagem relacionando os DEG e os coeficientes de interação proteica conferiu maior robustez a análise e auxiliou na descoberta de novos genes de apelo biotecnológico.

**Palavras-chave:** *A. thaliana*; RNAseq; transcriptoma.

**Referências Bibliográficas**

- JEANDROZ S, LAMOTTE O. Editorial: Plant Responses to Biotic and Abiotic Stresses: Lessons from Cell Signaling. **Front Plant Sci.**, 8:1772, 2017.
- LIU R, LORAINE AE, DICKERSON JA. Comparisons of computational methods for differential alternative splicing detection using RNA-seq in plant systems. **BMC Bioinformatics.**, 15:364, 2014.
- SNEL B, LEHMANN G, BORK P, HUYNEN MA. STRING: a web-server to retrieve and display the repeatedly occurring neighbourhood of a gene. **Nucleic Acids Res.**, 28:3442-4, 2000.

## CLONAGEM E EXPRESSÃO HETERÓLOGA DO GENE HUMANO PDE4B EM BACTÉRIA

Natália Corrêa da Silva<sup>1</sup> & Marcelo de Freitas Lima<sup>2</sup><sup>1</sup>Estudante do PICV, Discente do Curso de Farmácia, ICBS/UFRRJ; <sup>2</sup>Professor do DBQ/IQ/UFRRJ.Grande área: Multidisciplinar

## RESUMO

As fosfodiesterases (PDE) estão envolvidas em uma variedade de doenças como asma, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), doenças neurodegenerativas, depressão, distúrbios de aprendizagem, disfunção erétil e infarto do miocárdio. Até o presente momento, 11 membros da superfamília (PDE1-11) foram identificados com base em suas propriedades bioquímicas, expressão, regulação e seletividade de inibidores [1]. As PDEs regulam a concentração intracelular de AMPc e/ou GMPc, hidrolisando-os para 5'AMP e/ou 5'GMP [2]. Seu papel crítico na célula no processo de sinalização designou-os como alvos importantes para o desenvolvimento de fármacos. Dentre todas as PDEs, a PDE4 específica para AMPc é vista como um alvo terapêutico eficaz em várias doenças inflamatórias [3]. Vários inibidores de PDE4 foram investigados, mas a ocorrência de efeitos colaterais como náusea, vômitos e cefaleia determinou a busca por inibidores mais eficientes. Portanto, para viabilizar futuros ensaios utilizando inibidores sintéticos ou naturais é necessária uma plataforma de expressão da PDE4B em hospedeiro adequado. Neste trabalho, o gene humano da PDE4B foi clonado em vetor de expressão em bactérias e sua indução foi realizada com êxito em *Escherichia coli* BL21 sob diferentes condições de crescimento. Após estes importantes resultados, a proteína recombinante será induzida em larga escala e purificada para futuros ensaios de inibição enzimática com moléculas pertencentes a diferentes quimiotecas. Isto acarretará num grande avanço na identificação de potenciais fármacos e na diminuição de custos operacionais.

**Palavras-chave:** PDE4B, expressão heteróloga, biotecnologia

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- [1] BENDER AT1, BEAVO JA. **Cyclic nucleotide phosphodiesterases: molecular regulation to clinical use.** Pharmacol Rev. 2006, 58:488-520.
- [2] FERTIG BA, BAILLIE GS. **PDE4-Mediated cAMP Signalling.** J Cardiovasc Dev Dis. 2018, 5:8
- [3] LI H, ZUO J, TANG W. **Phosphodiesterase-4 Inhibitors for the Treatment of Inflammatory Diseases.** Front Pharmacol. 2018, ;9:1048.

## CLONAGEM E EXPRESSÃO HETERÓLOGA DO GENE HUMANO AChE EM BACTÉRIA

Gabriely Biancamano Gonçalves<sup>1</sup> & Marcelo de Freitas Lima<sup>2</sup><sup>1</sup>Estudante do PICV, Discente do Curso de Farmácia, ICBS/UFRRJ; <sup>2</sup>Professor do DBQ/IQ/UFRRJ.

Grande área: Multidisciplinar

## RESUMO

A acetilcolinesterase (AChE) localiza-se nas sinapses colinérgicas dos vertebrados e regula a neurotransmissão através da rápida hidrólise do neurotransmissor acetilcolina em colina e acetato. De acordo com a neurotransmissão colinérgica, a inibição da AChE aumentaria os níveis de acetilcolina no cérebro, melhorando assim as sinapses colinérgicas em pacientes com doença de Alzheimer (DA) [1]. Um número reduzido de fármacos é utilizado no tratamento da DA e esses medicamentos apresentam diversos efeitos colaterais tais como: hepatotoxicidade, problemas gastrintestinais e relacionados com a biodisponibilidade do fármaco. Além disso, a eficiência desses medicamentos é somente sobre a fase leve e moderada da doença, que representa um período curto. Tendo em vista a grande utilidade dos inibidores da AChE na medicina e o limitado arsenal terapêutico para o tratamento da DA, bem como os problemas relacionados com esta terapêutica, este trabalho teve como objetivos a clonagem do gene humano da AChE e a indução da expressão em bactéria para produção de proteínas recombinantes [2]. Para tal, um vetor de expressão em bactéria contendo His-tag foi utilizado e a bactéria *Escherichia coli* BL21 foi selecionada para expressar o gene da AChE. Os resultados indicam que houve a expressão da AChE humana sob diferentes condições de crescimento e as futuras etapas serão a purificação e testes de inibição enzimática com moléculas disponíveis na quimioteca. Isto agilizará na identificação de novos inibidores e permitirá avanços nos estudos farmacológicos da DA.

**Palavras-chave:** AChE, expressão heteróloga, biotecnologia

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LIONETTO MG, CARICATO R, CALISI A, GIORDANO ME, SCETTINO T. **Acetylcholinesterase as a biomarker in environmental and occupational medicine: new insights and future perspectives.** Biomed Res Int. 2013, 321213.
- MIRJANA B ČOLOVIĆ, DANIJELA Z KRSTIĆ, TAMARA D LAZAREVIĆ-PAŠTI, ALEKSANDRA M BONDŽIĆ, VESNA M VASIĆ. **Acetylcholinesterase Inhibitors: Pharmacology and Toxicology.** Curr Neuropharmacol. 2013,11: 315–335.

**ANÁLISE DE QUALIDADE DE DADOS DE IRRADIAÇÃO SOLAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****Danilo de Jesus Bonfim Franco<sup>1</sup>; Felipe de Lima Moutinho<sup>2</sup> & Gustavo Bastos Lyra<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia Florestal, IF/UFRRJ; 2. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Agrimensura, IT/UFRRJ; 3. Professor do DCA/IF/UFRRJ.

Grande área: Multidisciplinar

**RESUMO**

A radiação solar é fonte de energia necessária a inúmeros processos do Sistema Terra-Atmosfera, que pode ser físicos, químicos e biológicos, e que ocorrem de maneira constante e simultânea (BORGES et al., 2010), tais como a evaporação, fotossíntese, aquecimento do ar e do solo (PEREIRA et al., 2002). Dessa forma, o conhecimento deste elemento é fundamental para estudos na área de meteorologia e climatologia. As informações meteorológicas auxiliam em diversas áreas do setor agrícola e florestal. No entanto, nem sempre dados meteorológicos contínuos e de qualidade encontram-se disponíveis. Falhas nos equipamentos ou até mesmo dados perdidos durante sua transmissão, levam as estações meteorológicas a apresentarem períodos sem observações, ou com observações inconsistentes (BABA et al., 2014). Portanto, este trabalho tem como objetivo aplicar técnicas para a validação e identificação de dados espúrios em séries de irradiação solar de estações meteorológicas do estado do Rio de Janeiro no período de 2005 - 2013, visando à análise da qualidade dos dados. Foi proposto um sistema de controle de qualidade de dados, que nesse estudo foi dividido três etapas limites: limites físicos, limites raros e interrelação entre variáveis. O limite físico foi baseado na irradiação solar extraterrestre e na irradiação solar para céu sem nebulosidade, em sua validação verificou se os valores a serem analisados respeitam algumas condições básicas da variável a qual representa, ou seja, se ela representa um valor que é fisicamente possível de ser obtido. Os limites raros ocorrem em pequena frequência e representam extremos (inferior e superior) capazes de ocorrer. Utilizou-se o programa OpenModel 2.4.1, para definição dos limites, por meio do estabelecimento de condições para classificação dos dados. Os dados foram classificados em 0 (qualidade) ou 1 (espúrio), de acordo com os limites estabelecidos no *script*. Ainda neste programa, foi realizada a correção de alguns parâmetros e do erro percentual. Esses dados foram exportados para o Excel®, de forma que aqueles que não estavam enquadrados dentro dos limites anteriormente descritos no *script*, foram removidos. Elaboraram-se tabelas dinâmicas contendo as médias mensais e anuais da irradiação solar global (Rs), tanto com os dados brutos, ou seja, antes da análise de qualidade, como com os dados tratados, visando observar a discrepância provocada pelos erros. Os resultados percentuais de dados espúrios para o erro físico variou entre 4,49% e 14,09%, sendo das estações A604 e A610 respectivamente. Para o erro raro a faixa oscilou entre 0,65% (A606) e 15,43% (A604), já os erros considerados como de modelo variou entre 0,00% e 2,16% (A607). A estação que apresentou maior erro total foi a A609, contendo 20,96%. A média total geral dos valores de irradiação solar variou entre 0,5% e 8,3%, antes e após o controle de qualidade.

**Palavras-chave:** Qualidade de dados; OpenModel 2.4.1; Irradiação Solar

**Referências Bibliográficas**

LIMA, A. O. **Irradiação solar incidente mensal estimada em função da temperatura do ar na região sudeste do Brasil**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Eng. de Biosistemas) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

**CENÁRIO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PIABANHA (RH-IV)****Yasmin Martins de Albuquerque<sup>1</sup>; David de Andrade Costa<sup>2</sup>; Helder Martins Silva<sup>3</sup>; Guilherme Alves Cardoso Moreira<sup>4</sup> & Olga Venimar de Oliveira Gomes<sup>5</sup>**

1. *Discente do Curso de Gestão Ambiental, UFRRJ-ITR*; 2. *Professor M.Sc do Instituto Federal Fluminense*; 3. *Engenheiro de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, UFF*; 4. *Geógrafo, Chefe do licenciamento do INEA/SUPPIB*; 5. *Professora D.Sc. do DCMA/ ITR/ UFRRJ*.

Grande Área: Multidisciplinar.

**RESUMO**

Com o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional, houve um aumento considerável da demanda por água, e por consequência, a intensificação dos cenários de conflito entre usuários de recursos hídricos em todo mundo. Apesar de ser a água superficial a mais consumida pela população brasileira, em se tratando de exploração de recurso natural no subsolo, a água subterrânea é o bem mais extraído. O recurso hídrico subterrâneo, por estar presente no subsolo, apresenta uma complexa atuação no ciclo hidrológico, o que gera dificuldades para o seu monitoramento, diagnóstico e gestão. Neste cenário, os estudos referentes a esse recurso ainda são incipientes. A Outorga de Direito de Usos de Recursos Hídricos (OUT) é um instrumento previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), mediante o qual o poder público autoriza o uso da água pelo outorgado. O objetivo deste estudo compreendeu a realização do diagnóstico do uso da água subterrânea outorgada e cadastrada na Região Hidrográfica do Piabanha (RH-IV). Para isso, utilizaram-se a base de dados da Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos (GELIRH) do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), do Comitê Piabanha e averiguações no sistema de licenciamento do INEA, como fontes bases de análise e consistência dos dados. Foram contabilizados 297 poços de captação de água subterrânea na RH-IV, destes 121 são poços outorgados (usos significativos) e 176 são poços de uso insignificante que constam no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH). As captações outorgadas contabilizaram uma retirada em torno de 5.000.000 m<sup>3</sup>/ano. No que concerne à retirada da água subterrânea para usos insignificantes cadastrados, estes apresentaram 15 vezes menor que as captações outorgadas. As porções sudoeste, central e sul da RH-IV compreenderam as regiões em que as águas subterrâneas são mais exploradas, correspondendo principalmente aos municípios de Petrópolis e Teresópolis. As explorações predominam nos aquíferos fissurais. As finalidades mais representativas para captações outorgadas foram industriais e os usos industriais com consumo humano, principalmente, para a produção de bebidas. Já para captações de categoria insignificantes, os usos verificados foram múltiplos. As captações subterrâneas outorgadas são mais representativas da Unidade Suíte Serra dos Órgãos, já as captações de usos insignificantes cadastradas são da Unidade Complexo Rio Negro. Este estudo pode subsidiar e auxiliar a tomada de decisão do órgão gestor de recursos hídricos e do Comitê de bacia, configurando-se uma importante contribuição técnica para as ações, definições, deliberações e autorizações no que envolve a gestão hídrica subterrânea. Outrossim, o levantamento normativo realizado ao longo da pesquisa representa uma boa via de entendimento e esclarecimento aos leitores, no que diz respeito às exigências e a importância de sua gestão. Entretanto, sabe-se que o cenário exploratório brasileiro desse recurso é bem maior, tendo em vista o quantitativo de poços de captação de água subterrânea não declarado, além disso, é de suma importância a vinculação dos dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), no tocante a exploração mineral. Desta forma, importa aludir que para um planejamento estratégico eficaz e eficiente é necessário que essas questões sejam estudadas e levadas em consideração.

**Palavras-chave:** Aquíferos Fissurais; Exploração; Poços Outorgados; Rio de Janeiro.

**Referências Bibliográficas**

- AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (2017) **Relatório de Situação 2017: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e das Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paqueta e Preto Rio de Janeiro: AGEVAP**. 57p. Disponível: <http://www.comitepiabanha.org.br/relatorio-situacao.php>. Acessado em 04 de abril, 2019
- BRASIL. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inc. XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei 8.001, de 13.03.1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 29.12.1989. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Seção 1, p. 70**. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm). Acessado em 18 de março, 2019.
- INEA - Instituto Estadual do Ambiente (2019) **Água, ar e solo: Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos (2019)**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível: <http://www.inea.rj.gov.br/ar-aguae-solo/outorga-de-direito/>. Acessado em 03 de abril, 2019.

## UMA PROPOSTA DE BAIXO CUSTO PARA A DISCUSSÃO DA DEFORMAÇÃO DOS CORPOS

Victor Abath da Silva<sup>1</sup> & Frederico Alan de Oliveira Cruz<sup>2</sup>

1. Discente do Curso de Licenciatura em Física, DEFIS/UFRRJ; 2. Professor/Orientador, DEFIS/ICE/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

### RESUMO

Sabemos que a força pode ser entendida como a grandeza física, de característica vetorial, capaz de alterar a quantidade de movimento, produzir equilíbrio e/ou deformação em um corpo, cujo valor, medido em newtons, pode ser obtido por meio da segunda Lei de Newton (ALONSO; FINN, 1972). No caso do estudo de deformação dos corpos, em geral, a abordagem, independentemente do nível de instrução onde é realizada a discussão, ocorre pela apresentação da chamada Lei de Hooke (ARANHA et al, 2016), onde é mostrada a relação entre força e a deformação sofrida por um corpo. A questão é que a linearidade entre essas duas grandezas ocorre apenas em algumas situações especiais, no entanto, isso pouco é discutido ou apresentado aos estudantes os quais acabam considerando uma verdade para qualquer situação. No intuito de mostrar a validade dessa relação, aqui é apresentada uma proposta cujo objetivo é o de realizar uma atividade experimental que mostre os efeitos da deformação de diferentes corpos quando sobre eles é aplicada uma força. Para isso os materiais utilizados foram uma pequena mola de metal e um elástico, com composição de 69% de poliéster e 31% de elastodieno, com comprimentos naturais de 18,2 cm e 2,5 cm respectivamente. A estes objetos foram acopladas, em uma de suas extremidades, diferentes massas variando de 50 à 250 g, realizando, então, a avaliação da deformação sofrida em cada um dos casos. Com os resultados obtidos na atividade foram construídos gráficos da força aplicada (F) em função da deformação ( $\Delta x$ ) para a mola e para o elástico, com auxílio do *software* Graph® (JOHANSEN, 2018), que permitiu mostrar diferenças significativas nas deformações sofridas por esses corpos. Enquanto o comportamento da mola é linear, como esperado, o elástico apresenta uma deformação descrita dada por uma curva com característica exponencial. Essa atividade pode ser importante como proposta experimental nos cursos introdutórios de física, onde são abordados temas de mecânica, a fim de auxiliar os estudantes na compreensão de que a Lei de Hooke pode ser aplicada para certos corpos e/ou certos valores, permitindo, assim, visualizar a relação de dependência entre a deformação dos corpos com as suas características estruturais e geométricas.

**Palavras-chave:** Lei de Hooke, deformação dos corpos, ensino de física.

### Referências Bibliográficas

ALONSO, M.; FINN, E. J. **Física: um curso universitário**. v. 1. São Paulo: Edgar Blücher, 1972.

ARANHA, N. et al. A lei de Hooke e as molas não-lineares, um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 38, n. 4, p. e4305/1-e4305/10, 2016.

JOHANSEN, I. **Graph - Plotting of mathematical functions**, 2018. Disponível em: <https://is.gd/wiVLu7>, Acesso em: 03 ago. 2019.

**DETERMINANDO O ATRITO CINÉTICO USANDO ANÁLISE DE VÍDEO****Victor Abath da Silva<sup>1</sup> & Frederico Alan de Oliveira Cruz<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Licenciatura em Física, DEFIS/UFRRJ; 2. Professor do DEFIS/ICE/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

O problema de corpos em superfícies inclinadas aparece inúmeras vezes nos livros didáticos, seja no ensino médio ou superior, e nas atividades laboratoriais presentes nos cursos introdutórios de física no ensino superior, no entanto a sua aplicabilidade fica restrita a obtenção de valores que pouco fazem sentido para os estudantes. Contudo, sabemos que o estudo desse tipo de problema é razoavelmente importante em algumas áreas, como por exemplo, àquelas em que se faz importante para determinar o ângulo de repouso de sistemas quase coloidais, denominadas pastas, e que como o nome sugere consiste em determinar o ângulo máximo possível no qual a pasta mantém-se, ainda, no repouso (OSORIO, 2005). Assim, buscar uma forma de abordagem que permita a compreensão de todas as nuances do problema é fundamental para formação dos estudantes, independentemente do nível em que o problema está sendo abordado. A proposta desta atividade é avaliar o atrito cinético existente entre objeto e uma superfície, a partir do método de análise de vídeo. Para tal, sobre uma superfície metálica foi colocado um bloco de madeira, de forma que este pudesse deslizar devido a ação exclusiva da força peso exercida sobre ele. Todo o movimento do bloco foi gravado com auxílio de um *smartphone*, e o vídeo analisado com auxílio do software Tracker®, que se caracteriza por ser uma ferramenta gratuita de análise e modelagem de vídeo projetado para ser usado no ensino de física (BROWN, 2019), permitindo assim avaliar o coeficiente de atrito cinético ( $\mu_c$ ) e estimar o ângulo de repouso para o bloco. O movimento do bloco foi avaliado sob os ângulos de 25°, 30°, 35° e 38,5°, foi construído um gráfico da aceleração ( $a$ ) em função do ângulo de inclinação do plano ( $\theta$ ), ( $a \times \theta$ ), e a partir da equação de ajuste foi possível estimar o valor para o coeficiente de atrito cinético ( $\mu_e$ ) de aproximadamente 0,38 e que pareceu conveniente, visto que esse valor varia de 0,2 a 0,6 no caso dos materiais analisados (ET, 2004). Os resultados encontrados, com o uso da análise de vídeo empregada, mostram que a metodologia apresenta boa possibilidade de ser utilizada dentro das atividades laboratoriais, que visam a discussão dos conceitos já citados. Além disso, e não menos importante, ela permite que os estudantes possam se habituar com o uso das novas tecnologias para a resolução de problemas ao longo da vida profissional.

**Palavras-chave:** Tracker, plano inclinado, TIC.

**Referências Bibliográficas**

- BROWN, D. **Tracker: Video analysis and modeling tool**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2MS7rgp>, Acesso em: 02 ago. 2019.
- ET - Engineering ToolBox. **Friction and Friction Coefficients**, 2004. Disponível em: <https://is.gd/8CwcRf>, Acesso em: 03 out. 2019.
- OSORIO, C. A. H. **Caracterização de pastas minerais**. 2005. 157 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Metalúrgica e de Minas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. .

**MULHERES NA TECNOLOGIA: A DESIGUALDADE DE GÊNEROS NA ÁREA E COMO ISSO AFETA DIRETAMENTE O PÚBLICO FEMININO, AS UNIVERSIDADES E AS EMPRESAS**

**Bárbara Ayres Saraiva<sup>1</sup>, Khiara Shantala Oliveira Faria<sup>2</sup>, Maria Eduarda Cunha Lopes<sup>3</sup>, Alexia Assumpção Rodrigues Pinto<sup>4</sup>, Adria Ramos de Lyra<sup>5</sup>**

1. Voluntária de Iniciação Científica, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 3. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 4. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 5. Professora do DCC/IM/UFRRJ;

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

Ada Lovelace foi a fundadora da computação científica e a primeira programadora da história, mas poucas pessoas sabem. Além dela, outras cinco mulheres também se destacaram na área de tecnologia por terem escrito instruções para o primeiro computador programável do mundo. Porém, grande parte da sociedade ainda acredita que a tecnologia é para homens. Percebemos isso desde a infância quando as meninas ganham bonecas e meninos são presenteados com computadores e video games. O machismo também está presente em algumas empresas, e observamos isso quando as mulheres não têm "voz" para tratar de assuntos técnicos e também quando são excluídas dos principais assuntos de tecnologia. As mulheres são ensinadas desde pequenas que elas são mais sociáveis e sentimentais, enquanto os homens aprendem que são mais reservados e racionais. Uma das possíveis consequências disso seria as mulheres acreditarem que não podem se tornar profissionais de exatas por não se sentirem pertencentes à área. Um dos maiores objetivos dos projetos PyLadies Rural e Meninas Digitais é compartilhar conhecimento tecnológico com a comunidade feminina, com o objetivo de incentivá-las a se tornarem profissionais da tecnologia e também de apoiá-las durante todo o seu caminho profissional. Ambas as iniciativas pretendem reduzir a desigualdade de gênero na tecnologia, porém elas também apresentam suas diferenças. O grupo *PyLadies Rural* atua organizando eventos de tecnologia com o foco no público feminino. Em 2019 o grupo teve seu primeiro workshop, e neste dia os calouros do curso de Ciência da Computação puderam assistir uma palestra sobre os desafios e objetivos da comunidade e também assistiram um minicurso básico de Python. Já o grupo *Meninas Digitais na Baixada Fluminense* é um projeto de iniciação científica que ensina programação a alunas do ensino médio de algumas escolas públicas da Baixada Fluminense. As estudantes têm aula uma vez por semana com três bolsistas de Ciência da Computação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar. Nestas aulas, as meninas aprendem a linguagem de programação Python e tem como método de avaliação a criação de um jogo, o qual será apresentado em seus respectivos colégios. Dentre as principais vantagens dos dois projetos, podemos citar o aumento do número de mulheres que passam a conhecer melhor a área de tecnologia e encontram nestes projetos uma comunidade que as apoia e as fortalece num ambiente majoritariamente masculino. Através do acesso ao conhecimento tecnológico, o público feminino passa a se sentir pertencente à comunidade e consequentemente espera-se um aumento da diversidade nas salas de aula e nas empresas. A diversidade é muito importante, pois através dela novas ideias e discussões surgem, possibilitando a inovação.

**Palavras-chave:** programação; ensino médio; mulheres; tecnologia; diversidade; Ciência da Computação.

**Referências Bibliográficas**

ACHUTTI, C. Queremos mais mulheres na tecnologia já! *Época Negócios*, 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/colunas/Novos-tempos/noticia/2019/03/queremos-mais-mulheres-na-tecnologia-ja.html>>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

**EMPODERANDO MENINAS NA BAIXADA FLUMINENSE ATRAVÉS DA CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO****Khiara Shantala Oliveira Faria<sup>1</sup>; Alexia Assumpção Rodrigues Pinto<sup>2</sup>; Maria Eduarda Cunha Lopes<sup>3</sup> & Juliana Mendes Nascente e Silva Zamith<sup>4</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 3. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 4. Professora do DCC/IM/UFRRJ;  
Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

O projeto intitulado Meninas Digitais na Baixada Fluminense (edital CNPq/MCTIC N°31/2018) consiste na apresentação do Pensamento Computacional para meninas do ensino médio público da baixada fluminense. Participam do projeto 15 bolsistas ICjr/CNPq de cinco diferentes escolas e 3 alunas do curso de Ciência da Computação. Este projeto se divide em três partes: a primeira consiste em ministrar aulas presenciais com o objetivo de desenvolver noções de lógica, matemática e programação. Na segunda etapa, com o aprendizado obtido na primeira fase, serão desenvolvidos jogos pelas meninas das escolas e a terceira parte consiste em encorajar as alunas a participar da Olimpíada Brasileira de Informática de 2020, em nível de ensino médio, em que um treinamento intensivo oferecerá a preparação necessária, contando com exercícios de anos anteriores e dinâmicas para melhorar o tempo de codificação, para que se obtenham bons resultados e que se conclua, assim, o projeto. O projeto teve início em março e atualmente estamos na segunda fase do mesmo. As aulas são realizadas uma vez por semana, às quartas-feiras, e possuem duração de quatro horas. A metodologia de ensino empregada divide-se em parte teórica e prática, que são combinadas para não criar um ambiente de estudo maçante. Iniciando sempre com um resumo da aula anterior, são esclarecidas eventuais dúvidas pendentes; adiante, o conteúdo referente ao dia é abordado com o apoio de apresentação visual, que abrange o material teórico, apresentação oral e exercícios práticos, que são resolvidos preferencialmente em aula. Para o ensino dos conceitos de programação é utilizada a linguagem de programação Python, que foi escolhida por ser intuitiva, possuir escrita e legibilidade simples, além de oferecer apoio para criação de jogos com a biblioteca Pygame. Os exercícios são criados misturando assuntos do ensino médio em disciplinas como: matemática, interpretação de texto, e resolução de problemas, com o intuito de fortalecer o estudo aplicado nas escolas. Além disso, as alunas contam com uma plataforma de suporte à aprendizagem, o Moodle, onde elas têm acesso à todo histórico das aulas, além dos exercícios passados, e contato direto com outras alunas e professoras a fim de esclarecer dúvidas e estabelecer contato remotamente, este contato também é feito com grupos em aplicativos de mensagens que servem de palco para debates rápidos e assuntos do curso em si, a promoção de atividades fora de sala como piqueniques e confraternizações é estimulada. Métodos de avaliação são aplicados periodicamente para estudar a curva de conhecimento das alunas para ajustarmos a metodologia com a finalidade de melhorar o ensino. Com o fim da etapa dos conceitos de programação, as alunas estão desenvolvendo um jogo para aplicar tudo o que foi ensinado e também adquirir conhecimentos na área de modelagem em jogos. O jogo é feito de forma individual, utilizando a linguagem Python juntamente com a ferramenta Pygame, uma biblioteca especializada para este fim, com o jogo pronto, será realizada uma competição em fases nas escolas para o jogo vencedor ser escolhido.

**Palavras-chave:** Programação; ensino médio público; empoderamento feminino; meninas digitais.

**Referências Bibliográficas**

HILL, C.; CORBETT, C; ROSE, A. Why so few? Women in science, technology, engineering, and mathematics. American Association of University Women. 1111 Sixteenth Street NW, Washington, DC 20036, 2010.

**PROPOSTA DO JOGO APRENDENDO PARA EVITAR: UM ABORDAGEM ALTERNATIVA PARA DISCUSSÃO SOBRE DROGAS E FUNÇÕES ORGÂNICAS EM SALA DE AULA****Sarah Hessing Louzada<sup>1</sup>, Matheus Silva de Menezes<sup>2</sup>, Daiana de Fátima Portella Franco<sup>3</sup>, Ana Paula de Oliveira Amorim<sup>4</sup> & Felipe Vitório<sup>5</sup>**

1. Bolsista PIBID, Discente do Curso de Química; 2. Bolsista Residência Pedagógica, Discente do Curso de Química; 3. Bolsista CAPES, Doutoranda PPGQ/IQ; 4. Professora Seeduc/RJ; 5. Professor de Química do Colégio Técnico da UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

Comumente a palavra droga é associada a substâncias nocivas e degenerativas que atuam sobre o Sistema Nervoso Central, alterando de alguma maneira o processo psíquico, sendo denominadas então como “drogas psicotrópicas”. Porém, a palavra tem um significado muito mais abrangente, e segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), droga é toda e qualquer substância, natural ou sintética, que, introduzida no organismo, modifica suas funções normais. Ao longo da história, as drogas caminham ao longo do desenvolvimento humano, tendo registros de utilização de vinho e ópio na Grécia Antiga, por exemplo. O uso de jogos didáticos tem se tornado uma ferramenta metodológica cada vez mais comum e é considerada eficaz atualmente. Quando um jogo une o prazer e a assimilação de conhecimento, é considerado um jogo educativo. O processo de ensino-aprendizagem pode ser iniciado com o interesse do aluno, a partir do professor como promotor de situações estimuladoras. Para a facilitação e dinamização do ensino de química, especificamente, no presente trabalho, da química das drogas, propomos o jogo *Aprendendo para Evitar*. Desta maneira, a proposta é trabalhar este tema moderadamente complexo em sala de aula através de um jogo, afim de buscar uma saída para a abordagem monótona padrão. A atividade inicia-se com a exposição do conceito de drogas bem como algumas informações específicas sobre as selecionadas para o exercício (álcool, maconha, inalantes, nicotina, cetamina, ecstasy, GHB, cocaína e LSD). Com isto, os alunos serão divididos em grupos de até 8 participantes e recebem placas contendo o nome de algumas funções orgânicas. As estruturas das drogas citadas são mostradas e, ao vê-las, os participantes devem levantar as placas correspondentes às funções presentes na substância mostrada. Cada acerto conta como um ponto e a equipe vencedora é a que tiver mais pontos. Existe uma importância de construir o conhecimento químico e científico baseado no cotidiano do aluno, com objetivo de possibilitar seu desenvolvimento, bem como a complementação de sua formação como cidadão. E é com esse foco que foi desenvolvido este jogo, que através de uma dinâmica de classe visa solidificar o conteúdo normal em conjunto com uma conscientização, através do aprendizado dos efeitos químicos das drogas e a relação com suas estruturas químicas.

**Palavras-chave:** Drogas; Funções Orgânicas; Jogo Didático.

**Referências Bibliográficas**

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.  
CEBRID - CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país. 2005. Supervisão de E. A. Carlini et al. São Paulo: Cebriid/Unifesp, 2006.  
FRANCO, D.F.P.; COSTA, R.G.; VITÓRIO, F. A química das drogas: uma abordagem didática para o ensino de funções orgânicas. Revista Educação Pública (Rio de Janeiro), v. 18, p. 06-10, 2018.

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA: ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO NO LABORATÓRIO DE COMPUTAÇÃO DA UFRRJ****Alexia Assumpção Rodrigues Pinto<sup>1</sup>, Khiara Shantala Oliveira Faria<sup>2</sup>, Maria Eduarda Cunha Lopes<sup>3</sup>, Adria Ramos de Lyra<sup>4</sup>**

1. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ;
2. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ;
3. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ;
4. Professora do DCC/IM/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar**RESUMO**

O projeto intitulado Meninas Digitais na Baixada Fluminense, vencedor do edital CNPq/MCTIC N° 31/2018, consiste na apresentação do Pensamento Computacional para garotas do ensino médio público que estudam na baixada fluminense. São três bolsistas de Iniciação Científica Júnior (ICJ) de cada escola, sendo cinco escolas participantes do projeto: Colégio Estadual Presidente João Goulart; CIEP 117 Carlos Drummond de Andrade Intercultural Brasil - Estados Unidos; Colégio Estadual dos Lírios; CIEP 021 General Osório; e Colégio Estadual São João. Uma das vertentes deste projeto se dá através de aulas, em que conceitos de programação e desenvolvimento lógico são apresentados as alunas. As aulas utilizam slides como material teórico, apresentação oral e exercícios práticos, sempre utilizando o laboratório da faculdade. Alguns tópicos importantes são abordados nas aulas como, por exemplo: a presença da mulher no cenário tecnológico, se veem falta de incentivo para as mulheres, se acreditam que existem cursos para mulheres e cursos para homens, entre outros. Em outra etapa do projeto, cada aluna desenvolverá um jogo (que já está em produção). Visando levar conhecimentos de computação para fora da universidade em busca de inspirar estudantes do ensino médio, em especial meninas, essa etapa, ainda contará com uma competição para a escolha do melhor jogo. As estudantes apresentarão seus jogos em seus colégios, falando sobre as dificuldades encontradas e sobre suas realizações e percepções. Assim, a primeira fase da competição será realizada: os outros estudantes do colégio, irão votar e decidir o melhor jogo produzido pelas bolsistas de ICJ daquela escola. Em seguida, é realizado uma segunda fase, dessa vez apenas as vencedoras da primeira fase disputam, em uma votação realizada nos cinco colégios. As alunas também realizarão apresentações em eventos voltados para o ensino médio, dividindo suas experiências. Uma das conquistas do projeto, até o momento, foi inspirar as alunas do Colégio Estadual Presidente João Goulart a, sem nenhuma obrigação, escolherem a área de Ciência da Computação para apresentar em um seminário sobre profissões em sua escola, o que demonstra uma segurança sobre os conhecimentos e uma identificação com o conteúdo, ao ponto de desejarem compartilhar os conhecimentos adquiridos através do projeto com outros alunos. Propagando, assim, o conhecimento sobre Ciência da Computação dentro dos colégios.

**Palavras-chave:** programação; ensino médio; mulheres.**Referências Bibliográficas**

SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO. Meninas Digitais, 2019. Meninas Digitais na Baixada Fluminense. Disponível em: <<http://meninas.sbc.org.br/index.php/portfolio/meninas-digitais-na-baixada-fluminense/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

**Caenorhabditis elegans COMO FERRAMENTA PARA PESQUISA DE NOVOS ANTI-HELMÍNTICOS DE USO VETERINÁRIO**

Paloma Mathias do Nascimento<sup>1</sup>, Alessandra da Silva Derex de Souza<sup>1</sup>, Thaís Ribeiro Correia<sup>2</sup> & Viviane de Souza Magalhães<sup>3</sup>

1. Discente do Curso de Farmácia, ICBS/UFRRJ; 2. Professora do DPA/IV/UFRRJ; 3. Farmacêutica do DPA/IV/UFRRJ

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

*Caenorhabditis elegans* é um nematódeo de vida livre utilizado como modelo experimental em diversos estudos in vitro. Dentre estes, a procura de novas moléculas com capacidade antihelmínticas na saúde animal. Isto se deve ao fato de que sua organização estrutural e fisiologia serem comuns a outros nematódeos, são facilmente cultivados em laboratório e apresentam ciclo de vida curto. Além disso, são conhecidos seus dados genômicos, assim os alvos específicos de genes de drogas anti-helmínticas podem ser realizados com relativa facilidade. O Brasil tem o terceiro maior rebanho do mundo, porém estima-se que a cada ano cerca de 10 milhões de ruminantes morrem em decorrência de parasitoses. Os nematódeos gastrintestinais mais comuns são dos gêneros Cooperia spp., Haemonchus spp., Ostertagia spp., Strongyloides spp e Trichostrongylus spp. Neste contexto, *C. elegans* está sendo proposto neste projeto como modelo para a prospecção de estudo de compostos anti-helmínticos, tendo como objetivo final o controle de endoparasitas. Também foram avaliados e otimizados métodos para o cultivo e sincronização de *C. elegans*. A manutenção dos indivíduos é feita em laboratório em meio sólido NGM (Nematode Growth Medium) e *Escherichia coli* OP50 à 25°C. Durante o início da ovoposição os nematoides são sincronizados para obter todos os indivíduos no mesmo estágio de vida. O processo se dá por sucessivas lavagens de placa com água destilada, NaOH 1M e hipoclorito de sódio a 5%. Ao final da sincronização apenas os ovos protegidos por cápsula, estarão vivos, permitindo o acompanhamento do crescimento dos nematódeos. Os ovos obtidos foram reinoculados em NGM. Este são incubados até que as larvas atingiram o estágio adulto, cerca de 7 dias depois. Com as larvas neste estágio foi realizado o teste de mortalidade por imersão. Com o objetivo de padronizar o controle foi calculada a DL50 do *C. elegans* frente a ivermectina (IVM), molécula de conhecida atividade antihelmíntica. Para realizar o teste, as larvas obtidas foram incubadas em placas ELISA com concentrações crescentes de IVM (50, 82, 136, 224, 370, 610, 1005, 1655, 2730, 4300n .mL<sup>-1</sup>) e adição de DMSO 0,1%, por 24, 48 e 72 h. Foram observadas as motilidades do indivíduos, sendo considerado morto todos os nematoides sem movimento. Para os cálculos estatísticos foi utilizado o programa RSturio com o pacote Ecotoxicology. Foram encontrados valores de DL<sub>50</sub> e DL<sub>90</sub> de 1322 e 16117 ng mL<sup>-1</sup>, respectivamente, utilizando o DMSO 0,1% como controle negativo. Com a colônia padronizada e a DL determinada será possível realizar os estudos de screening para procura de novos produtos com atividade antihelmíntica

Palavras-chave: anti-helmínticos, desenvolvimento, screening.

**Referências Bibliográficas**

- STIERNAGLE, T. Maintenance of *C. elegans*. WormBook, ed. The *C. elegans* Research Community, WormBook. 2006.
- VIDOTTO, O. Estratégia de combate aos principais parasitas que afetam os bovinos. In: Anais do Sul-Leite: Simpósio sobre Sustentabilidade da Pecuária Leiteira na Região Sul do Brasil. Maringá: NUPEL, 2002
- HABER, C.L., HECKMAN, C.L., LI, G.P., THOMPSON, D.P., WHALEY, H.A., e WILEY, V.H. (Development of a mechanism of action-based screen for anthelmintic microbial metabolites with avermectin-like activity and isolation of milbemycin-producing *Streptomyces* strains. Antimicrob. Agents Chemother. 1991.

## O IMPACTO DO PROJETO MENINAS DIGITAIS NA BAIXADA FLUMINENSE

Maria Eduarda Cunha Lopes<sup>1</sup>, Alexia Assumpção Rodrigues Pinto<sup>2</sup>, Khiara Shantala Oliveira Faria<sup>3</sup>, Luís Fernando Orleans<sup>4</sup>

1. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 2. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 3. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Discente do Curso de Ciência da Computação, IM/UFRRJ; 4. Professor do DCC/IM/UFRRJ.  
Grande Área: Multidisciplinar

## RESUMO

A computação é conhecida por ser uma área dominada por homens. Alguns estudos apontam como uma das principais causas deste fenômeno o machismo presente em diferentes tipos de estímulos dados às crianças durante as primeiras fases da vida. Como por exemplo, meninas ganham panelas e fogões de presente, enquanto meninos ganham vídeo games e jogos de estratégia. "A maneira como nossa sociedade pensa e define o que é ser mulher e o que é ser homem tem relação direta com o desenvolvimento de suas habilidades e competências", é o que diz Bárbara Castro, socióloga autora de uma pesquisa de doutorado que investigou a presença feminina em TI. Partindo dessa problemática e tendo como inspiração a iniciativa Meninas Digitais da Sociedade Brasileira de Computação, foi criado o projeto "Meninas Digitais na Baixada Fluminense", que tem como propósito mostrar para meninas que a computação é para todos independentemente de gênero. O foco são garotas entre 15 e 18 anos, residentes da baixada fluminense, e regularmente matriculadas em escolas da rede estadual de ensino. Foram selecionadas três alunas de cada uma das cinco escolas participantes. O conteúdo é passado pra elas através de aulas, realizadas no laboratório da UFRRJ - IM. Durante as aulas são ensinados conceitos de lógica e programação. Os tópicos são dados por meio de explicação oral, material teóricos e exercícios práticos. O projeto é dividido em duas partes: a primeira tem como objetivo dar o conhecimento e suporte necessários para a criação de um jogo, que todas as alunas deverão implementar (o projeto encontra-se nessa fase). A segunda etapa será realizada uma competição entre as meninas para definir qual o melhor jogo. Além disso, durante as aulas, as estudantes são estimuladas a debaterem sobre diversos assuntos com temas variados, como por exemplo: "A mulher e o mercado de trabalho", "As dificuldades encontradas pelas profissionais na área de exatas", entre outros. Periodicamente, durante o projeto as estudantes respondem questionários com questões sobre o conhecimento delas sobre o curso de Ciência da Computação, pedindo a opinião delas sobre o tema "a dificuldade da mulheres na área de exatas", perguntando sobre a afinidade delas com as áreas de exatas e qual o papel do projeto nesse contexto, entre outras. Por exemplo, no primeiro questionário 46% das alunas tinham interesse em cursar uma graduação na área de exatas. Esse número subiu para 63,7% da segunda vez. Esses formulários são utilizados para fazer um estudo sociológico, acompanhar e medir o impacto que o curso está tendo na maneira delas pensarem sobre o tema. A partir do segundo semestre de execução do projeto, uma etapa de divulgação se dará nas escolas participantes e esse mesmo método de pesquisa será utilizado nas escolas. Eles responderão a dois questionários, um antes e um depois, da apresentação dos jogos. Essa pesquisa terá o mesmo intuito da realizada com as garotas. O projeto encontra-se na primeira etapa, sendo assim, não possui um resultado. Mas podemos acompanhar a mudança nas respostas das participantes (e no entusiasmo) durante o curso.

**Palavras-chave:** Programação; ensino médio público; desenvolvimento; mulheres; empoderamento feminino.

## Referências Bibliográficas

<https://jornal.usp.br/universidade/por-que-as-mulheres-desapareceram-dos-cursos-de-computacao/>  
<https://www.programaria.org/especiais/mulheres-tecnologia/>

**PRODUÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO – LIVRO: FOLHAS SAGRADAS DOS ESPAÇOS VERDES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, CAMPUS DE SEROPÉDICA, RIO DE JANEIRO**

**Deborah Terezinha Conceição<sup>1</sup>; Larissa Onasis Monteiro Magalhães<sup>2</sup> & Alexandre Monteiro de Carvalho<sup>3</sup>**

1. Bolsista Programa PET-Grupo EtnoPET, Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, UFRRJ; 2. Bolsista Programa PET-Grupo EtnoPET, Discente do Curso de Letras, UFRRJ; 3. Professor do DPF/IF/UFRRJ e Tutor do Grupo EtnoPET.

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

O presente trabalho baseia-se na produção de um recurso didático-pedagógico, livro, que identificará a presença das folhas sagradas nos espaços verdes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus de Seropédica. A produção desse material dará sequência a linha de pesquisa do Eixo Temático “Povos Tradicionais: Território e Religiosidade” do Grupo PET-Etnodesenvolvimento e Educação Diferenciada da UFRRJ (EtnoPET). Como objetivo principal, o livro possuirá focos que vão além da relevância da identificação científica e abrangerá, por exemplo, a enorme contribuição da diáspora africana no Brasil, através da medicina complementar e do repertório ritualístico baseado em ervas e folhas utilizadas para tratamento de enfermidades e também em rituais religiosos. O trabalho contribuirá também com a valorização das espécies vegetais relacionadas à alimentação baseada no conhecimento Popular e nas PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais). Foram utilizados para referências e levantamento de informações, trabalhos como os de Almeida (2011), Barros (2011) e Lorenzi (1998). Com a exposição dos espaços verdes entendemos que o trabalho ainda cooperará com a divulgação e preservação dos jardins da Instituição (UFRRJ/Campus Seropédica) onde as espécies foram localizadas. Como metodologia o projeto utilizou o levantamento etnobotânico, entrevistas com sacerdotes das religiões de matriz africana e uma vasta bibliografia voltada para os temas envolvidos como a etnobotânica, a medicina complementar, o saber popular e os rituais litúrgicos vinculados aos vegetais. Este projeto encontra-se em desenvolvimento e está sendo executado pelos estudantes convidados Matheus de Souza de Oliveira e Moisés Barros Cordeiro vinculados aos cursos de Agronomia e Biologia, respectivamente, e por estudantes petianos do EtnoPET representados pelos cursos de Licenciatura em Educação do Campo (Deborah Terezinha Conceição), Licenciatura em Letras/ Literaturas (Larissa Onasis Monteiro Magalhães) e Comunicação Social (José Adriano de Souza Junior). Como resultados parciais além de um extenso registro de escuta e diálogo, o trabalho conta atualmente com a identificação de setenta e cinco espécies distribuídas entre Jardim Botânico (JB), Jardim do Prédio Principal (P1), Jardim do Instituto de Agronomia (IA), Jardim do Instituto de Biologia (IB) e Jardim do Alojamento Masculino (M4). Estima-se para sua concretização o lançamento do material na II Jornada do Grupo EtnoPET, evento que será realizado ao final do ano de 2019 (dezembro), na UFRRJ, e será aberto a todos os públicos que possam ter acesso ao Campus de Seropédica da Rural, tanto de diferentes cursos como a comunidade do entorno.

**Palavras-chave:** Etnobotânica; plantas medicinais; rituais afro-brasileiros; conhecimento popular.

**Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, MZ. **Plantas Medicinais**. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011.  
BARROS, José Flávio Pessoa de. **A floresta sagrada de Ossaim: o segredo das folhas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.  
LORENZI, H. **Árvores Brasileiras**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 1998.

**DESEMPENHO DO MODELO R.SUN PARA SIMULAÇÃO DA IRRADIAÇÃO SOLAR NA REGIÃO SUDESTE****Felipe de Lima Moutinho<sup>1</sup>; Danilo de Jesus Bonfim Franco<sup>2</sup> & Gustavo Bastos Lyra<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, IT/UFRRJ; 2. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Engenharia Florestal, IF/UFRRJ ; 3. Professor do DCA/IF/UFRRJ.

Grande Área: Multidisciplinar.

**RESUMO**

A energia solar pode ser avaliada como a maior fonte ininterrupta de energia acessível à espécie humana. Como trata-se de um dos principais fatores meteorológicos, é altamente relevante considerar a radiação solar diária incidente em uma superfície horizontal, em estudos relacionados ao meio-ambiente (SILVA *et al.*, 2012). Este trabalho tem como objetivo avaliar o desempenho da ferramenta *r.sun* do sistema de informações geográfica (SIG) GRASS para estimativa dos valores de radiação global. Foram utilizados dados em séries de irradiação solar das estações meteorológicas presentes na região Sudeste como referência para avaliar o desempenho do *r.sun*. Para melhor consistência dos dados utilizados, foi desenvolvida uma metodologia em três etapas para filtrar possíveis dados espúrios advindos das estações. Inicialmente, foram estabelecidos os limites físicos, baseados na irradiação solar extraterrestre e na irradiação solar para o céu sem nebulosidade ( $R_{so}$ ). Depois verificou-se os dados que extrapolaram os limites denominados raros, no qual multiplicou-se o valor dos parâmetros por três vezes o desvio padrão. E por último, apurou-se os dados que apresentaram erro de modelo. Utilizou-se o *software OpenModel 2.4.1* para a definição e cálculo dos limites, assim como o apontamento das observações que tiveram seu valor considerado espúrio, e qual tipo de erro ela apresentou. Essa filtragem ocorreu com suporte de um script que foi executado para cada estação meteorológica. Os resultados foram exportados para uma planilha eletrônica onde foram retiradas todas as leituras das estações que não passaram nos critérios adotados, e separados por médias mensais. Essas estações foram carregadas no *software QGIS 2.18* com suas devidas coordenadas geográficas e seus dados de radiação para os doze meses do ano. Deu-se prosseguimento executando a ferramenta *r.sun*. Os dados de entrada inseridos no *r.sun* foram: mapa *raster* representando a elevação da região de estudo; um mapa *raster* representando a declividade; um mapa *raster* com o aspecto da declividade; e o dia juliano referente ao dia médio de cada mês. Como saída, obtiveram-se mapas mensais com os dados de radiação solar global, distribuídos pela região Sudeste. Comparou-se os valores de radiação gerados pela ferramenta *r.sun*, com os dados mensais tratados previamente carregados. Para isso, foi utilizada a ferramenta *v.sample* no *software QGIS*, que realiza uma comparação entre o valor do pixel no mapa *raster* com o de cada estação. Resultou-se nos valores de índice de exatidão de Willmott ( $0,19 < d < 0,46$ ) maiores que os de coeficiente de determinação ( $0,01 < r^2 < 0,34$ ). Constatou-se que as estações do ano que apresentaram menores valores de  $r^2$  foram verão e primavera, com valores médios de 0,04 e 0,05 respectivamente. Já as estações outono e inverno apresentaram os maiores valores de  $r^2$ , 0,20 e 0,17 respectivamente. O valor de RQME ficou entre  $456 \text{ Wh m}^{-2} \text{ d}^{-1}$  e  $2414 \text{ Wh m}^{-2} \text{ d}^{-1}$ . Concluiu-se que para melhor precisão e exatidão das estimativas é necessário considerar o mapa do índice de turbidez e utilizar um modelo digitação de elevação com maior resolução.

**Palavras-chave:** Sistema de informação geográfica; radiação global.

**Referências Bibliográficas**

SILVA, C. R. da et al. Radiação solar estimada com base na temperatura do ar para três regiões de Minas Gerais. 2012.

**ANÁLISE DE CARACTERÍSTICAS SÓCIOEDUCACIONAIS DOS ESTUDANTES DO PRÉ-ENEM DA UFRRJ: UMA VISÃO CRÍTICA DO PROJETO****Janine Aparecida Pereira Gazoni<sup>1</sup>; João Pedro Valiante Sestari<sup>2</sup> & Diego de Mello Conde de Brito<sup>3</sup>**

1. Bolsista PROEXT, Discente do Curso de Engenharia Química, IT/UFRRJ; 2. Bolsista PROEXT, Discente do Curso de Física, ICE/UFRRJ; 3. Professor do DBQ/IQ/UFRRJ.

Grande área: Multidisciplinar

**RESUMO**

O Pré-ENEM da UFRRJ foi criado em 2006, pela parceria entre as Pró-Reitorias de Extensão e Graduação com o intuito de possibilitar à inclusão social. Seu principal objetivo é facilitar o acesso da população local e adjacências ao ensino superior, além de ser um reforço escolar. O Projeto também contribui para a formação docente dos graduandos, pois proporciona contato ativo com a atividade profissional (UFRRJ, 2019). Em tempos em que o papel da universidade pública é contestado, observamos que a relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo e a possibilidade de desenvolver ações socioeducativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. (SILVA, 2011, p.2). Entretanto, como todos os projetos educacionais, esse também precisa ser aprimorado, já que em diversos relatos dos tutores do Pré-ENEM, nota-se que existe um bloqueio quanto às disciplinas de Química e Física, pois os alunos ingressam no curso com uma visão distorcida, já que apresentam muitas dificuldades ao buscar o entendimento dos conteúdos. Em vista disso, o objetivo deste estudo foi realizar análises sócioeducacionais dos estudantes do Pré-ENEM da UFRRJ buscando melhorias ao projeto. A metodologia baseou-se na aplicação de um questionário aos alunos que indagava sobre a vivência deles em relação às disciplinas com perguntas abertas e fechadas. Além da constante avaliação do desempenho e interesse dos estudantes durante as aulas. Na pesquisa, tivemos 58 participantes, de ambos os sexos, com faixa etária entre 17 a 52 anos. Com relação à análise social, as médias indicaram que 75,9% dos alunos são do município de Seropédica, 82,8% estudaram em escola pública estadual e apenas 19,0% tiveram ensino técnico. Já em relação à análise educacional, na disciplina de Química, verificou-se que 56,9% dos alunos tiveram aulas nos três anos do Ensino Médio, 27,6% tiveram apenas dois anos, 8,6% tiveram apenas um ano e 6,9% não tiveram a disciplina em nenhum dos três anos. No que diz respeito à disciplina de Física, atestou-se que 56,9% dos alunos tiveram aulas nos três anos, 25,9% tiveram apenas dois anos, 10,3% tiveram apenas um ano e 6,9% não tiveram a disciplina. Dessa forma, é possível constatar em relação à análise social que o projeto auxilia e contempla na sua grande maioria, moradores de Seropédica, local onde a iniciativa é desenvolvida. Em relação à análise educacional, percebeu-se que grande parte dos alunos não tiveram as disciplinas de Química e Física de forma completa, sendo assim, as dificuldades enfrentadas é fruto de uma carência na educação básica, o que reflete no resultado obtido por eles ao tentar ingressar no ensino superior. Portanto, é necessário que os tutores do Pré-ENEM busquem diferentes metodologias para construir os conhecimentos de forma conjunta a fim de superar as dificuldades. Isso pode ser atingido tratando as aulas como se fosse uma novidade para os alunos e não uma revisão, devido à carência na educação básica, pois a falta de interesse, muitas vezes, está atrelada a falta de conhecimento.

**Palavras-chave:** Educação; extensão; química e física.

**Referências Bibliográficas**

- SILVA, V. **Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica.** Vitória, novembro de 2011. Acesso em agosto de 2019;
- Pró-Reitoria de Extensão - Portal UFRRJ. **Pré-ENEM – Seropédica.** 2019. Disponível em: <portal.ufrrj.br/pro-reitoria-de-extensao/pre-enem-seropedica/>. Acesso em agosto de 2019.

**CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO****Daiana da Silva Rodrigues<sup>1</sup> & Julianne Alvim Milward-de-Azevedo<sup>2</sup>**

1. Bolsista CNPQ, Discente do Curso de Gestão Ambiental, DCMA/UFRRJ; 2. Professora Dra. DCMA/ITR/UFRRJ  
Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

A necessidade de estar em um contínuo aprimoramento de suas ferramentas de avaliação, faz-se necessário dentre as Instituições de Ensino Superior (IEs). O Programa de Acompanhamento dos Egressos (PAE), constitui-se em um instrumento essencial para o conhecimento e avaliação do perfil profissional dos graduandos em conformidade com o Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES). Com esse vínculo existente, aluno e instituição, a possibilidade de estarem sempre se remodelando e atendendo as exigências do mercado de trabalho para com seus alunos, afim de alcançar uma excelência, buscado sempre melhorar as fronteiras de ensino (SILVA, NUNES, JACOBSEN, 2011). O ex-aluno formado, egresso, passa por situações diárias que o leva a pôr em prática todas as competências desenvolvidas ao longo do curso, que na maioria das vezes confrontam com as competências que absorve no exercício profissional (MEIRA & KURCGANT, 2009). É nesse contexto que a Consolidação do Programa de Acompanhamento de Egressos do curso de Gestão Ambiental (PAE GA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios se coloca. Sua efetivação deu-se através das pesquisas bibliográfica e documental, além do estudo de caso. Alguns objetivos para o seu alcance fizeram-se presentes: a) manter e fortalecer contato com os egressos do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental; b) manter atualizado o Banco de Dados dos Egressos; por meio de questionário eletrônico, que encontra-se em processo de reestruturação; c) incentivar a participação dos egressos em atividades desenvolvidas pelo Departamento de Ciências do Meio Ambiente; e d) dar continuidade a análise de cenário quanto à existência de programas de acompanhamento de egressos dos cursos de graduação em Gestão Ambiental no Brasil, sob a perspectiva quantitativa. Foram realizados levantamentos no site eletrônico do E-Mec, em que se constatou que nem todas as Instituições de Ensino (IEs) estão em conformidade com o SINAES. Foi visualizado práticas desenvolvidas por IEs em seus portais, que foram usadas como benchmarking, visando a reestruturação do Portal do PAE GA, para torná-la mais atrativa não somente para os egressos, como para os alunos do curso e público externo. Esse último, com especial atenção, aos empregadores da cidade de Três Rios (RJ) e de seu entorno, no sentido de expor as atribuições profissionais do gestor ambiental. São vários os desafios que se colocam para o estreitamento dos laços com os egressos, as atividades de extensão é uma estratégia utilizada para sua efetivação. Desde o segundo semestre de 2018 foram realizados quatro eventos pela equipe do PAE GA, com a presença de egressos, que compartilharam suas experiências com a comunidade acadêmica. Dois desses eventos, em parceria com o Núcleo de Estudos em Gestão de Unidades de Conservação, coordenado também pela Professora Julianne Milward, responsável pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Políticas e Desenvolvimento, em que o PAE GA se encontra inserido. Os resultados encontram-se nos produtos elaborados, tais como gravações dos eventos dispostas no Portal e no Youtube, além de matérias publicadas nos informes da UFRRJ e feedbacks dos participantes dos eventos.

**Palavras-chave:** Perfil profissional, banco de dados, mercado de trabalho, monitoramento de egresso.

**Referências Bibliográficas**

SILVA, J. M. da; NUNES, R. da S.; JACOBSEN, A. de L. O Programa de Acompanhamento dos Egressos da Universidade Federal de Santa Catarina: a definição perfil dos estudantes no período de 1970-2011. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul/ II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis, 7 a 9 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25981> Acesso em: maio de 2015. MEIRA, M. D. D.; KURCGANT P.: Avaliação de curso de Graduação segundo egressos. Revista Esc Enferm USP. 2009.

**ANÁLISE DO IMPACTO DIRETO DA LAMA DE REJEITO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO SOBRE OS IMÓVEIS RURAIS EM MARIANA-MG****Yuri Tomaz Martins<sup>1</sup>; Thiago da Silva Conceição<sup>2</sup> & Sady Júnior Martins da Costa de Menezes<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Discente do Curso de Gestão Ambiental ITR/UFRRJ; 2. Bolsista CAPES de Pós - Graduação – Mestrado - em Engenharia Agrícola e Ambiental IT/UFRRJ; 3. Professor do DCMA/ITR/UFRRJ

Grande Área: Multidisciplinar

**RESUMO**

Na tarde de 5 de novembro de 2015, após o rompimento, a barragem de Fundão em Mariana - MG liberou cerca de 39,2 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos. Uma massa viscosa de rejeitos escoou em grande velocidade para o vale e rios, erodindo seu leito e suas margens e carregando os sedimentos e a vegetação. A onda de lama continuou seu percurso, afetando a fauna, a vegetação ciliar e outras localidades antes de chegar ao rio Doce. Várias propriedades rurais foram afetadas pela deposição de rejeitos ou pela limitação do acesso à água. A maioria das propriedades ao longo do trecho do rio afetado é pequena e gerida por agricultores familiares (SÁNCHEZ *et al.*, 2018). Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) estimou-se um prejuízo de R\$ 7,1 milhões nas 52 propriedades rurais localizadas na área impactada do município de Mariana, atingidas pela lama de rejeitos. A maior parte do impacto foi em áreas usadas para pastagem, capineiras, plantações de cana-de-açúcar, grãos e horticultura. O levantamento foi feito a partir de visitas técnicas entre novembro de 2015 e janeiro de 2016 (EMATER, 2016). Devido o impacto produzido pela lama de rejeito e abrangência desta sobre a paisagem, faz-se necessário uma análise dos danos causados às propriedades rurais ali existentes. O objetivo deste trabalho foi contextualizar o desastre e o seu impacto (supressão de área das classes analisadas) dentro de uma perspectiva de paisagem, analisando via imagem do satélite Landsat 8 OLI a extensão da lama de rejeito sobre os imóveis rurais (uso dos dados vetoriais do CAR – Cadastro Ambiental Rural). O CAR contempla os dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural, a respectiva planta georreferenciada do perímetro do imóvel, as áreas de interesse social e as áreas de utilidade pública, com a informação da localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente (APP), das áreas de uso restrito, das áreas consolidadas e da localização das Reservas Legais (GEOLFLORESTAS, 2018). Os dados do CAR foram inseridos sobre a imagem Landsat 8 OLI e as inconsistências verificadas foram retificadas para posterior análise e extração das informações de classes de uso e cobertura. Foram analisados 121 imóveis rurais obtidos via sítio do CAR que foram impactados diretamente pela lama de rejeito no município de Mariana - MG. Foram feitas análises espaciais das classes de uso e cobertura dos imóveis rurais cadastrados no CAR antes e depois do rompimento da barragem. Portanto foram determinados os quantitativos de áreas suprimidas após o desastre quanto às classes analisadas dos imóveis compreendidos na área de influência direta do impacto, apresentando as perdas associadas em hectares (ha) das classes que mais foram impactadas com o rompimento e extensão da lama de rejeito sobre o terreno e hidrografia, sendo estas: Área Total dos Imóveis analisados tendo uma perda de 1.094ha; Área Consolidada: 375ha; Área de Proteção Permanente (APP): 339ha; Vegetação Nativa: 249ha; Reserva Legal: 124ha; Servidão Administrativa: 7ha.

**Palavras-chave:** Desastre ambiental; geoprocessamento; análise da paisagem.

**Referências Bibliográficas**

- EMATER – Produtores rurais têm prejuízo de R\$ 23,2 milhões com rompimento de barragem em Mariana. Data 16 fev. 2016. Disponível em: [http://emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site\\_tpl\\_paginas\\_internas2&id=17593](http://emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas2&id=17593). Acesso em: 19 ago. 2019.
- GEOLFLORESTAS – O que esperar após inscrição no Cadastro Ambiental Rural. Data 27 nov. 2018. Disponível em: <https://geoflorestas.com.br/es/sin-categorizar/o-que-esperar-apos-inscricao-no-cadastro-ambiental-rural-inscricao-no-car-e-o-1o-passo-para-obtencao-da-regularidade-ambiental-do-imovel/>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- SANCHEZ, L.E., et. al. Os impactos do rompimento da Barragem de Fundão. Relatório Temático nº 1 do Painel do Rio Doce. Gland, Suíça: UICN, 52p., 2018.